



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA - DG  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGeo**

**MARIA IÊDA DA SILVA**

**MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO CAMPONÊS PELO CAPITAL  
FINANCEIRO EM SERRA DO RAMALHO/BA: SUJEIÇÃO DA TERRA DE  
TRABALHO E SUBSUNÇÃO DO USO**

**Vitória da Conquista/BA  
Março/2019**

MARIA IÊDA DA SILVA

**MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO CAMPONÊS PELO CAPITAL  
FINANCEIRO EM SERRA DO RAMALHO/BA: SUJEIÇÃO DA TERRA DE  
TRABALHO E SUBSUNÇÃO DO USO**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Geografia PPGeo-UESB da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia para a obtenção do título de Mestre em Geografia

Área de concentração: Produção do espaço geográfico

Linha de Pesquisa: Produção dos Espaços Urbanos e Rurais

Orientador: Prof. Dr. Jânio Roberto Diniz dos Santos

Coorientador: Prof. Dr. Wagnervalter Dutra Júnior

**Vitória da Conquista/BA**

Março/2019



Esta dissertação de mestrado está sobre os termos da creative commons

S586m

Silva, Maria Iêda.

Monopolização do território camponês pelo capital financeiro em Serra do Ramalho/ Ba: sujeição da terra de trabalho e subsunção do uso. / Maria Iêda da Silva, 2019.

206f.; il. (algumas color.)

Orientador (a): Dr. Jânio Roberto Diniz dos Santos.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo, Vitória da Conquista, 2018.

Inclui referência F. 197 – ?.

1. Produção do espaço – Serra do Ramalho. 2. Assentamentos Rurais. 3. Monopólio e dependência do território camponês – Capital financeiro. 4. Políticas de crédito. I. Santos, Jânio Roberto Diniz dos. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo. T. III.

CDD: 301.36



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)  
Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG)  
Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo/Uesb)  
Mestrado em Geografia



FOLHA DE APROVAÇÃO

**MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO CAMPONÊS PELO CAPITAL  
FINANCEIRO EM SERRA DO RAMALHO/BA: SUJEIÇÃO DA TERRA DE  
TRABALHO E SUBSUNÇÃO DO USO**

MARIA IÊDA DA SILVA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UESB (PPGeo-Uesb), como requisito para obtenção do título de MESTRE.

Aprovada em: 12 de abril de 2019

Banca Examinadora

Prof. Dr. Jânio Roberto Diniz dos Santos  
(Orientador)

Prof. Dr. Wagnervalter Dutra Júnior  
(Coorientador)

Prof. Dr. Lucas Gama Lima  
(Examinador Externo)

Prof. Dra. Suzane Tosta Souza  
(Examinadora Interna)

Vitória da Conquista- BA

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esse trabalho ao meu maior camponês, a memória do meu pai, Getúlio:

O homem que me ensinou que antes de conquistar o mundo, eu precisaria conhecer a terra e através dela conhecer o amor, a coragem e a resistência, que mesmo com a falta de chuvas e sem safra, nada poderia frear a vida que brota da terra. Obrigada, pai! Por ter me possibilitado existir e continuar resistindo a todos os grilhões invisíveis que nos sujeitam e nos aprisionam diariamente. Te amo, infinitamente!

## AGRADECIMENTOS

A produção de uma dissertação é sempre carregada e conduzida pelas dúvidas, críticas, leituras, interpretações, incertezas, sonhos, possibilidades e principalmente da leitura do mundo sobre os sujeitos sociais. São eles que me fizeram chegar até aqui, dia após dia de avanços que nem eu imaginava obter. O universo nos retribui com aquilo que projetamos à ele! Trago todos no coração e a palavra que ecoa é gratidão!

A Deus, grande mentor de minha vida, cuja sabedoria transcende qualquer entendimento.

Um agradecimento especial à minha raiz, base e fortaleza – minha família - acompanhado de pedidos de desculpas, pelos momentos em que nem sempre (ou quase sempre não) estive presente, pelos maus-humores tantas vezes expressos e mesmo sem muito entender o que era estudado por mim, carregava uma admiração e compreensão, fundamental para o prosseguimento e finalização dessa pesquisa. Aos meus pais Getúlio (in memorian) e Maria, que sempre deixaram de seguir seus sonhos, para que eu pudesse realizar os meus. Aos meus irmãos, Claudomiro (in memorian), Maria Cristina, Edineuza, Júnior, Jéssica e Laércio, meus companheiros de vida.

Agradeço a Ezequiel Gomes, meu amor e companheiro, sobretudo, pelo incentivo durante toda essa fase do mestrado. Agradeço pelo carinho e principalmente por acreditar em mim e em nós! Obrigada pela paciência e por compartilhar a alegria do convívio, das angústias, das rotinas que mesmo entediadas, a gente conseguia sorrir.

Ao programa de Pós-Graduação em Geografia- PPGeo-UESB da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Campus Vitória da Conquista, obrigada a todos os funcionários, professores e coordenação, pela acolhida e pela disponibilidade sempre.

À CAPES pelo apoio financeiro ao PPGeo-UESB.

Agradeço, respeitosamente, o professor e orientador Dr. Jânio Roberto Diniz dos Santos, por tanto incentivar e, sobretudo, pela honra em ter você como orientador em mais um trabalho. Obrigada pela amizade, pelo carinho e principalmente pela atenção prestada a mim.

Ao professor Wagner Valter Dutra Júnior, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, por coorientar esta pesquisa e reafirmar a importância de se qualificar a luta e os sujeitos que lutam na luta. Obrigada, Duda pelas valiosas críticas e sugestões ao longo do meu trabalho.

Meus sinceros agradecimentos aos examinadores Dr. Lucas Gama Lima e Dr<sup>a</sup> Suzane Tosta Souza pelas contribuições fundamentais ao desenvolvimento da pesquisa. Obrigada

Lucas por aceitar o convite e se deslocar de tão longe para acompanhar a defesa deste trabalho. Obrigada Suzane Tosta Souza, por ter me incentivado desde da seleção do mestrado e por impulsionar minha caminhada pela pós-graduação.

Às velhas e novas amizades que o mestrado proporcionou. Foram 2 anos de muitas dificuldades, inseguranças, alegrias e vitórias. Amigos e colegas de turma pelo conhecimento compartilhado juntos, que ajudaram nas caronas, e principalmente pelas resenhas. Em especial a minha amiga Joelisa, pelas palavras de coragem e sobretudo de resiliência. Agradeço ainda a Wanderson, Luzia, Mineia, Roberval, Tadeus e Fernanda pelo carinho e pelas resenhas.

Pela compreensão e apoio diante dos desafios que surgiram no início do curso, agradeço a João Paulo (in memoriam) que apesar da ausência física foi o primeiro a se organizar para que eu pudesse conciliar o mestrado com o trabalho. E só para lembrar, eu tentei “ficar de boa”, mas confesso que foi muito difícil.

Em especial à Anita, pelo carinho e atenção de sempre comigo, principalmente por me receber em sua casa com muito amor e sorriso no rosto.

As crianças, Emanuely, Sarah, Lucca, João, Mariana, Maria Júlia e o pequeno Enzo, pela felicidade constante e por serem tão cheios de luz e de esperança.

Meu muito obrigada a Valdinéia Antunes, pela força e carinho de sempre, principalmente com o abstract. As amigas, Vaneusa, Edna, Priscila, Daiana, Daniela e Elis, meu carinho.

Aos companheiros das resenhas, Alexandre, Helder e Robson da Universidade do Estado da Bahia, campus XVII, Bom Jesus da Lapa/BA, pelos inúmeros incentivos, obrigada pelas palavras de carinho e pelos momentos proporcionados de alegrias.

Aos companheiros de trabalho da Escola Estadual Washington Xavier Mendes, pela preocupação e solidariedade durante o período das aulas e do tirocínio. Apesar da distância física, fica aqui minha eterna gratidão.

À Diego Guedes e Rodrigo Guedes, pela colaboração nas visitas aos assentamentos durante todo o processo de realização dessa pesquisa e por me colocar em contato com os camponeses de Serra do Ramalho.

Aos camponeses dos assentamentos de Serra do Ramalho, cujas histórias e trajetórias de vidas marcarão para sempre minha vida. Sou inteiramente grata, por toda gentileza prestada a mim e por me receberem em seus lares, tão acolhedores e receptivos. Foram dias e meses maravilhosos acompanhados sempre de muita descoberta e admiração pela luta e resistência dessas famílias.

## **EPIGRAFE**

A auréola do misticismo que acompanha em geral a condição superior do capital torna-se um mistério impenetrável. A dinâmica característica do capital financeiro que se apresenta como forma autônoma, embora reflexa; as múltiplas formas que esse movimento assume; a dissociação e independência conquistada por esse movimento em relação ao capital industrial e comercial – tudo isso são fenômenos que requerem uma análise tanto mais urgente quanto mais rapidamente cresce o capital financeiro. (HILFERDING, 1985, p.27).

## RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo analisar as contradições existentes na produção do espaço agrário em Serra do Ramalho/BA através do processo de monopolização do território camponês pelo capital financeiro, a partir do PRONAF enquanto uma política de crédito para obtenção de lucro por meio da viabilidade reprodutiva do capital (valor e da renda da terra). Para isso, o caminho do desvendamento do campo de pesquisa, está fundamentado no método materialismo histórico dialético que permitiu desvelar as contradições capitalistas presentes no discurso ideológico das ações do Estado. A análise parte do pressuposto de que o Estado passa a se constituir a própria materialização do capital em um processo desigual, contraditório e combinado, que, por sua vez, atinge o campesinato através de Políticas Públicas na tentativa de promover sua recriação no processo de subordinação dos territórios à ação monopolista do capital financeiro. O recorte escalar compreende dois assentamentos rurais da reforma agrária: o Projeto de Assentamento Reserva Extrativista São Francisco (PAE-SF) e da antiga Fazenda da Companhia do Sudoeste Baiano (CSB). Os dois assentamentos rurais derivam de um contexto histórico marcados por longas lutas de resistência e trajetórias de vida no que se refere a sua formação territorial durante a década de 1970, ou seja, são assentados que mantiveram suas raízes e ocupações originárias desde a implantação do Projeto Especial de Colonização de Serra do Ramalho/BA. Para desvelar tal realidade, buscou-se ainda compreender como a monopolização do território pelo capital tem contribuindo para o entendimento da subalternidade camponesa, diante das relações capitalistas de produção, sem perder de vista as contradições do processo, que se consolida na resistência histórica, e na luta pela apropriação e reprodução na terra de trabalho. Os resultados apresentados neste trabalho apontam para a consolidação do PRONAF como política de Estado de caráter prioritariamente financeiro, configurando-se como principal política pública voltada aos agricultores familiares e, dada como incremento das políticas de crédito que vão subjugar e subordinar a produção camponesa em Serra do Ramalho. A concessão de créditos vai fomentar a produção camponesa ao subsumir as relações capital-trabalho para compra de insumos industriais agrícolas, expropriando os seus meios de produção e ainda assim reforçando a lógica da produção dominante, caracterizando o processo de monopólio e dependência do território camponês ao capital financeiro. Depreende-se daí que o processo de monopolização do território camponês pelo capital financeiro via capital produtivo, acontece via expansão das políticas de crédito do PRONAF, enquanto uma ação monopolista do capital que vai permear a sua obtenção de lucro, a partir da apropriação da renda da unidade de produção camponesa. No entanto, a luta contra a expropriação e a sujeição da renda da terra pelo capital, ganha sentido a partir da possibilidade das famílias através da ajuda mútua de se recriar na vida cotidiana camponesa e na sua representatividade contra as formas de apropriação. Prezam-se assim as relações e os processos sociais das famílias que conseguem resistir as amarras do capital financeiro e que buscam estratégias na produção camponesa, para sua permanência na terra/trabalho.

Palavras-chave: Produção do espaço. Assentamentos rurais. Capital financeiro. Monopólio e dependência do território camponês. Políticas de crédito.

## ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the existing contradictions in the production of the agrarian space in Serra do Ramalho/BA through the process of monopolization of peasant territory by financial capital, starting with PRONAF as a credit policy to obtain profit through reproductive viability of capital (value and land income). For this, the path of the unveiling of the field of research is based on the dialectical historical materialism method that allowed to unveil the capitalist contradictions present in the ideological discourse of the actions of the State. The analysis starts from the assumption that the State begins to constitute the very materialization of capital in an unequal, contradictory and combined process, which, in turn, reaches the peasantry through Public Policies in an attempt to promote their recreation in the process of subordination from the territories to the monopolistic action of financial capital. The scalar cut comprises two rural settlements: the São Francisco Extractive Reserve Settlement Project (PAE-SF) and the former Fazenda da Companhia do Sudoeste Baiano (CSB). The two rural settlements derive from a historical context marked by long struggles of resistance and life trajectories with respect to their territorial formation during the 1970s, that is, they are settlers who have maintained their roots and original occupations since the implantation of the Special Project of Colonization of Serra do Ramalho/BA. In order to unveil this reality, we sought to understand how the monopolization of the territory by capital has contributed to the understanding of peasant subalternity, in the face of capitalist relations of production, without losing sight of the contradictions of the process, which is consolidated in historical resistance, and in the struggle for appropriation and reproduction in the land of work. The results presented in this paper point to the consolidation of PRONAF as a State policy of a primarily financial character, being the main public policy aimed at family farmers and, given the increase in credit policies that will subjugate and subordinate peasant production in Serra do Ramalho. The granting of credits will foster peasant production by subsuming capital-labor relations for the purchase of agricultural industrial inputs, expropriating their means of production and yet reinforcing the logic of dominant production, characterizing the process of monopoly and dependence of peasant territory on the financial capital. We can assume from this that the process of monopolizing peasant territory by financial capital via productive capital occurs through the expansion of PRONAF's credit policies, while a monopoly of capital that will permeate its profit-making from income of the peasant production unit. However, the struggle against expropriation and the subjection of the income of the land by the capital makes sense from the possibility of the families through the mutual help of being recreated in the daily life of peasants and their representativeness against the forms of appropriation. So, it is praised the relations and social processes of the families that are able to resist the bonds of financial capital and that seek strategies in the peasant production, for their permanence in the land work.

Keywords: Production of space. Rural Settlements. Financial Capital. Monopoly and dependence on peasant territory. Credit Policies

## LISTAS DE FIGURAS

Figura 1: Mapa do município de Serra do Ramalho e as sedes municipais que foram inundadas.....	28
Figura 2: Mapa de localização do município de Serra do Ramalho-BA.....	42
Figura 3: Mapa dos Assentamentos rurais em Serra do Ramalho.....	43
Figura 4: Pulverizadores de veneno em áreas próximas ao assentamento CSB.....	124
Figura 5: Placa da Empresa de Produção de fertilizantes na via de acesso ao CSB. ....	126
Figura 6: Casas comerciais na proximidade do CSB .....	127
Figura 7: Casa de Mel desativada na Vila Boa Esperança – PAE-SF.....	130
Figura 8: Máquinas na unidade de produção - CSB.....	130
Figura 9: Antenas parabólicas na unidade camponesa Vila Boa Esperança -PAE-SF.....	134
Figura 10: Predomínio do milho nas unidades de produção camponesa.....	137
Figura 11: Áreas de pastagens destinadas à criação de bovinos nos assentamentos.....	138
Figura 12: Criação de bovinos no CSB e PAE-SF. ....	139
Figura 13: Monocultura de banana no assentamento CSB.....	142
Figura 14: Vista parcial do setor 07 do Projeto Formoso.....	145
Figura 15: Residência antiga no PAE-SF .....	172
Figura 16: Residências construídas com o crédito habitação no PAE-SF.....	172
Figura 17: Camponês no cultivo consorciado de milho e mandioca no PAE-SF.....	177
Figura 18: Cultivo consorciado de feijão e abóbora no CSB .....	178
Figura 19: Cultivos de hortaliças na unidade de produção familiar camponesa .....	179
Figura 20: Produção caseira de bolos e doces pelas mulheres campesinas.....	180
Figura 21: Mulheres camponesas realizando a raspagem da mandioca .....	181
Figura 22: Mandioca pronta para passar pelo processo de transformação .....	182
Figura 23: Pescador às margens do Rio São Francisco-PAE-SF.....	183
Figura 24: Abundância de água no Projeto Formoso .....	184
Figura 25: Acesso precário ao uso da água nos assentamentos.....	184
Figura 26: Pequena produção de feijão no CSB.....	185
Figura 27: Criação de ovinos soltos no PAE-SF.....	185
Figura 28: Ocupações irregulares em área de reserva legal no PAE-SF .....	188
Figura 29: Extração de areia lavada às margens do PAE-SF. ....	188
Figura 30: Pesca ilegal realizada por ocupantes irregulares no PAE-SF. ....	189

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Distribuição por faixa etária dos entrevistados .....	121
Gráfico 2: Principais cultivos - CSB .....	135
Gráfico 3: Principais cultivos - PAE-SF.....	137
Gráfico 4: Distribuição da renda das famílias camponesas.....	146
Gráfico 5: Contratações do FNE na Bahia .....	151
Gráfico 6: Operações de créditos em Instituições Financeiras.....	154
Gráfico 7: Força de trabalho nos assentamentos pesquisados.....	173
Gráfico 8: Distribuição da renda das famílias camponesas - PAE-SF .....	174

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Criação de Assentamentos rurais - INCRA.....	40
Quadro 2: Principais Grupos e Linhas de Crédito PRONAF – 2018.....	116

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Quantidade produzida dos cultivos agrícolas em Serra do Ramalho.....	136
Tabela 2: Número de animais por tipo, Serra do Ramalho –2017.....	138
Tabela 3: Percentual dos associados por quantidade de lote por Agrovila.....	141
Tabela 4: FNE – Pronaf - Contratações por UF – 2017.....	151
Tabela 5: Quantidade de contratos do PRONAF na Bahia- 1999 a 2015.....	153
Tabela 6: Financiamento concedido pelo PRONAF com finalidade (agrícola e pecuária), Serra do Ramalho, 2002-2012.....	155
Tabela 7: Contratos e valores do PRONAF em Serra do Ramalho.....	157
Tabela 8: Operações do PRONAF em Serra do Ramalho, 2012 a 2018.....	159
Tabela 9: Operações e inadimplência do PRONAF em Serra do Ramalho, 2012 a 2018.....	161
Tabela 10: Indicadores do Agroamigo na Bahia – 2017.....	165

## LISTA DE SIGLAS

Bahiaater - Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural  
BIRD – Banco Interamericano de Desenvolvimento  
BC- Banco Central  
BNB- Banco do Nordeste do Brasil  
BNCC - Banco Nacional de Crédito Cooperativo  
BNDE- Banco Nacional de Desenvolvimento  
CAPAESF Central das Associações do Projeto de Assentamento Agroextrativista São Francisco  
CETA Coordenação Estadual de Trabalhadores Acampados, Assentados e Quilombolas  
CHESF – Companhia Hidrelétrica do São Francisco  
CPT- Comissão Pastoral da Terra  
CODEVASF -Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Paraíba  
CSB- Companhia do Sudoeste da Bahia  
EMATER-BA- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia  
FHC- Fernando Henrique Cardoso  
FMI - Fundo Monetário Internacional  
FNE - Fundo Constitucional do Nordeste  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário  
MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terras  
PAA- Programa de Aquisição de Alimentos  
PAE-SF- Projeto de Assentamento Agroextrativista São Francisco  
PEC/SR - Projeto Especial de Colonização Serra do Ramalho  
PNAE- Programa Nacional de Aquisição de Alimentos  
PNCF - Programa Nacional de Crédito Fundiário  
PNRA - Programa Nacional de Reforma Agrária  
PROCERA - Programa de Crédito Espacial para a Reforma Agrária  
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia  
SNCR- Sistema Nacional de Crédito Rural

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>1. REASSENTAMENTO COMPULSÓRIO DE FAMÍLIAS CAMPONESAS NO PROJETO DE COLONIZAÇÃO SERRA DO RAMALHO/BA .....</b>	<b>26</b>
<b>1.1 A criação de assentamentos rurais da Reforma agrária .....</b>	<b>40</b>
<b>1.2 O processo histórico de formação territorial dos Assentamentos em Serra do Ramalho/BA.....</b>	<b>41</b>
<b>2. O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO E O CAMPESINATO: DA CONTRADIÇÃO AO PROCESSO DE RESISTÊNCIA .....</b>	<b>48</b>
<b>2.1 O processo de monopolização do território na expansão financeira e produtiva do capital.....</b>	<b>56</b>
<b>3. A INSERÇÃO DO CAPITAL FINANCEIRO NA AGRICULTURA.....</b>	<b>68</b>
<b>3.1 A ideologia hegemônica do neoliberalismo no Brasil e a inserção do capital internacional no espaço agrário. ....</b>	<b>85</b>
<b>3.2 O PRONAF como discurso na lógica de desenvolvimento para o campo brasileiro.....</b>	<b>105</b>
<b>4. A AÇÃO TERRITORIAL DO PRONAF E SUAS CONTRADIÇÕES NO PROCESSO DE PRODUÇÃO E RECRIAÇÃO CAMPONESA NOS ASSENTAMENTOS RURAIS EM SERRA DO RAMALHO/BA.....</b>	<b>119</b>
<b>4.1 O processo de subordinação produtiva ao capital e subordinação territorial a partir do PRONAF e suas contradições .....</b>	<b>120</b>
<b>4.2 A sujeição da renda da terra camponesa aos mecanismos do capital .....</b>	<b>135</b>
<b>4.3 O processo de monopólio e dependência do território camponês ao capital financeiro.....</b>	<b>150</b>
<b>4.5 O PRONAF como instrumento de Crédito: condição de permanência na terra?.....</b>	<b>160</b>
<b>4.3 O Estado capitalista e o fortalecimento do PRONAF: dos incentivos creditícios no campo a exclusão da lógica de produção camponesa.....</b>	<b>168</b>
<b>5. AS SUBVERSÕES DOS CAMPONESES NO PROCESSO DE MONOPÓLIO E DEPENDÊNCIA DO TERRITÓRIO AO CAPITAL FINANCEIRO .....</b>	<b>171</b>
<b>5.1 Os processos de luta e resistência na terra camponesa frente aos imperativos do capital.....</b>	<b>187</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>192</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>197</b>

## INTRODUÇÃO

O atual estágio de desenvolvimento capitalista marcado pela expansão do processo de mundialização do capital e o conseqüentemente aparecimento do Neoliberalismo, deflagrado nos últimos anos do século XX, alavancou fortes transformações na economia mundial através de grandes fluxos comerciais e financeiros no setor produtivo. Tais mudanças ocorridas em escala mundial ocasionaram ainda, a intensificação das relações entre os países e ampliaram a integração dos mercados, por meio de predominância do capital internacional, principalmente do capital financeiro e das formações monopolísticas. Neste sentido,

O sistema de crédito e o capital financeiro se tornaram, como Lenin, Hilferding e Luxemburgo observaram no começo do século XX, grandes trampolins de predação, fraude e roubo. A forte onda de financeirização e domínio pelo capital financeiro, que se estabeleceu a partir de 1973, foi em tudo espetacular por seu estilo especulativo e predatório (HARVEY, 2004, p.122).

Dessa maneira, “ao produzir internacionalmente e internacionalizar também as finanças, o modo de produção capitalista amadureceu efetivamente a reprodução do capital em escala internacional, possibilitando a constituição de um ciclo mundial único na economia mundial”. (COSTA, 2007).

Deve-se a este processo a notoriedade da globalização produtiva, comercial e financeira (CARCANHOLO, 2004) sobre o espaço. Nesse sentido, a consolidação dessa forte relação sobre o espaço mundial e sob a égide do capital financeiro internacional possibilitou ainda a expansão desse capital, quer através das grandes instituições financeiras, quer sobre a atuação do Estado ao afiançar suas artimanhas na agricultura. Tal situação enuncia o que os autores Oliveira e Stédile (2005, p. 18) vão dizer que “o domínio do capital estrangeiro e das grandes corporações sobre a economia como um todo, representa também um novo modelo de dominação do capital sobre a agricultura”.

Para tanto, com a internalização dos fluxos de capitais ao instituir novas transformações neste complexo cenário, o sistema capitalista desenvolve também suas artimanhas no campo ao atuar no contar-fluxo de sua lógica, e aprofunda ainda mais suas próprias contradições. (OLIVEIRA, 2006).

Ao lançar seus mecanismos autoexpansivos de subordinação produtiva e territorial, o capital se recria nas mais diversas possibilidades sobretudo ao aperfeiçoar o controle das

instituições financeiras com o objetivo de valorizar-se de forma ampliada. “Com a globalização financeira, a órbita das finanças passou a hegemonizar toda a dinâmica do sistema capitalista”. (COSTA, 2007, p. 02).

É neste sentido que ao instituir os novos instrumentos na mundialização financeira, os fluxos dinâmicos do capital também chegam com seus reflexos no processo de produção camponesa ao inserir a adoção de políticas econômicas condicionadas pela ação regulatória do Estado e pela lógica de controle, na tentativa conforme Mészáros (2007) de salvaguardar a continuidade do modo de reprodução do metabolismo social do capital.

Os efeitos das políticas econômicas são contraditórios e revelam como o envolvimento do Estado no processo produtivo pode ser tão decisivo para a reprodução do capital e a consequente manutenção da pobreza, da miserabilidade e do desemprego de milhares de pessoas, ao lançar mão de seu poder coercitivo de controle social – potencializando ainda mais a capacidade de extração de sobretrabalho.

Fortalecido pela dominação do capital financeiro e dos monopólios em seu processo de acumulação, o capital cria e recria as diversas formas de elevar os lucros ao monopolizar a produção camponesa, ou mesmo retirá-los de suas terras de trabalho através de dois processos denominado por Oliveira (1999): a monopolização da produção e a territorialização do capital no campo.

De acordo com Oliveira (1999) a ação do capital no campo se estabelece através de dois principais processos: a monopolização da produção e a territorialização do capital. O primeiro ocorre quando não acontece uma efetiva retirada dos camponeses da terra, mas quando os mesmos são inseridos, através do processo de sujeição de sua renda, a produzirem em acordo com as determinações do mercado, tendo sua produção sujeitada a esta relação; já o processo de territorialização implica, diretamente, na expropriação do camponês de sua terra de trabalho, em que é o próprio capital que passa a deter o controle sobre as terras e a própria produção. Já na monopolização da produção, embora o capital não defina, diretamente a produção, se apropria dessa na esfera da circulação.

É justamente nesses processos que estão presentes os interesses concretos de exploração ou expropriação do campesinato, que, em princípio, tem a base de realização social e de produção dos próprios meios de vida do camponês, mas que, subsumidos à produção capitalista, ficam à mercê da subordinação ao mercado (circulação) e acumulação.

Mas tal processo não se estabelece sem contradições, fato que o leva as novas investidas do capital sobre o trabalho camponês, nesse momento, sobretudo, via ação do capital financeiro,

não apenas na definição dos produtos que interessam diretamente ao mercado, como também da apropriação de parte da ‘parca’ renda camponesa sob a forma de juros.

Através de organismos multilaterais e internacionais do capital, grandes projetos vão se expandir ao se inserir aos circuitos de acumulação de capital, voltados a serviço da abertura da economia brasileira ao capital monopolista internacional. Essa relação é aprofundada pelas relações do Estado ao fomentar a estrutura produtiva nacional aos fluxos globais de acumulação, subordinando a produção camponesa sob o discurso falacioso de modernização instaurado a partir das políticas neoliberais.

Desse modo, a presente pesquisa se justifica no intuito de analisar como o processo de monopolização do território pelo capital resulta na subordinação de assentamentos rurais da reforma agrária, nesse caso a realidade concreta de Serra do Ramalho, sobretudo através de difusão do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), como parte da ação territorial do capital financeiro.

A proposta de pesquisa, que ora se apresenta, se faz bastante oportuna, e se revela de grande importância no âmbito da reflexão geográfica, pois a análise das contradições desponta na necessidade de compreender como a monopolização do território pelo capital vem contribuindo para o entendimento da subalternidade camponesa, diante das relações capitalistas de produção, sem perder de vista como as contradições do processo se materializam na consolidação na resistência histórica, na luta pela apropriação e reprodução na terra de trabalho<sup>1</sup>, principalmente na produção deste espaço.

Para tanto, é preciso considerar que a inserção do capital financeiro na agricultura no Brasil se dá com o avanço da modernização conservadora<sup>2</sup> a partir da década de 1960, quando ocorreu uma intensa transformação no campo devido à ação do capital financeiro ao assumir a integração técnica entre indústria e agricultura. Este modo implantado sobre a farsa de uma política pública, que passou a privilegiar o desenvolvimento da agricultura capitalista em detrimento da agricultura camponesa, trouxe reflexos que aprofundaram as relações de produção, o crescimento do trabalho assalariado no campo, além do fortalecimento dos

---

<sup>1</sup> O conceito de terra de trabalho é adotado a partir das reflexões elaboradas pelo sociólogo brasileiro José de Souza Martins, em obras como: *Os camponeses e a Política no Brasil*, publicada no ano de 1981, e que se tornou importante referência nos estudos sobre a questão agrária brasileira e o campesinato.

<sup>2</sup> A expressão é apresentada por vários autores no Brasil, entre eles, um dos estudiosos que analisa o conceito de modernização conservadora é Alberto Passos Guimarães. Para o autor (1977, p. 3), [...] a ‘estratégia de modernização conservadora’, assim chamada, porque, diferentemente da reforma agrária, tem por objetivo o crescimento da produção agropecuária mediante a renovação tecnológica, sem que seja tocada ou grandemente alterada a estrutura agrária. Ver também Martins (1995).

incentivos financeiros e fiscais do Estado ao ampliar o lucro e a renda da terra mediante ações e programas do Estado.

Neste sentido, a subserviência do Estado passa a se constituir a própria materialização do capital em um processo desigual, contraditório e combinado, que, por sua vez, atinge o campesinato através de programas e ações públicas na tentativa de promover sua recriação no processo de subordinação dos territórios à ação monopolista do capital financeiro.

Nesta análise, estão os camponeses de Serra do Ramalho que foram expropriados da terra e do trabalho e parte do reassentamento compulsório ocorrido no antigo PEC-SR. Considera ainda todo um processo de luta histórica implementada por esses sujeitos, outrora expulsos de suas terras originárias (que deram origem a barragem do Sobradinho), e que buscam nesse novo “território” (inicialmente definido de forma arbitrária pelo Estado) formas concretas de se reproduzirem através do trabalho familiar realizado na terra.

Para além da falácia do Estado, fundamentado no discurso da relocação da população e das ‘novas oportunidades’ oferecidas a esses sujeitos, o que se compreende é que a implantação do Projeto Especial de Colonização de Serra do Ramalho (PEC-SR) correspondeu aos interesses do capital e se estabeleceu sob o papel desencadeado pelo Estado como o principal articulador/agente das estratégias de acumulação capitalista na produção do espaço<sup>3</sup>.

Considerando a realidade de Serra do Ramalho/BA, afere que, em uma leitura pautada no processo de desenvolvimento desigual e combinado desse modo de produção, a forma predominante de apropriação da produção camponesa que ocorre na esfera da circulação e a atuação do capital financeiro, pode ser considerada enquanto central no estabelecimento desse processo, ao criar as formas que garantam o controle sobre o que as famílias camponesas produzem. Neste sentido, a presente pesquisa resulta de uma busca constante de se compreender o processo da monopolização do território pelo capital, na realidade concreta nos assentamentos rurais da reforma agrária<sup>4</sup> no município de Serra do Ramalho e das diversas dificuldades das famílias em se reproduzirem em suas terras de trabalho.

No tocante, essas famílias camponesas estão agora submetidas aos mecanismos do mercado, em um processo de sujeição da produção camponesa via financeirização capitalista

---

<sup>3</sup> Tomando por base as reflexões elaboradas pelo filósofo húngaro István Meszáros (2002), na obra Para além do capital, traduzida e publicada no Brasil pela Boitempo Editorial.

<sup>4</sup> É importante salientar que a escolha pelo termo “assentamentos rurais da Reforma Agrária” com objeto de estudo se configura em uma análise crítica do discurso ideológico do Estado no que se refere a Reforma Agrária no país. Tal análise compreende-se ainda a leitura de que a “política do assentamento” realizada pelo Estado é também um território capitalista, onde há permanência de relações de subordinação e dominação sobre o território camponês.

por meio das ações do Estado. E essa leitura é feita a partir da expansão do capital pelo campo, na tentativa de compreender a garantia do capital financeiro a quem ao qual ele já se apresenta ao aprimorar a sobrevivência em face das próprias contradições do capital (HARVEY, 1990).

O objeto de pesquisa do presente trabalho é analisar as contradições existentes na produção do espaço agrário em Serra do Ramalho/BA através do processo de monopolização do território camponês pelo capital financeiro, a partir do PRONAF enquanto uma política de crédito para obtenção de lucro por meio da viabilidade reprodutiva do capital (valor e da renda da terra). Ou seja, identificar as características da realidade concreta dos sujeitos no processo de monopólio e dependência do território dos assentamentos ao capital financeiro através do PRONAF e suas implicações no processo de produção, recriação/reprodução e expropriação camponesa.

Nesse sentido, verifica-se como hipótese, que o monopólio da terra pelo capitalista acaba expulsando e/ou subordinando o camponês aos interesses do capital. Quanto mais se expande o capital, ampliam-se as demandas pela obtenção de capital, aumentando a subordinação monopolística e, conseqüentemente, a expropriação camponesa.

Vislumbra-se ainda, que a análise sobre a reprodução do campesinato no âmago do desenvolvimento capitalista, através do estudo do processo de monopolização do território pelo capital através da ação materializada do Estado via PRONAF, possa desvelar a fragilidade da agricultura camponesa frente à mercantilização da produção, uma vez que as transformações recentes do campo brasileiro, assegurando os processos de subordinação/exploração dos sujeitos sociais, deixam a unidade de produção familiar camponesa à mercê de seus interesses, que, de certa forma, seguem os ditames da mobilidade oculta do capital, o que contribui para sua reprodução ampliada.

Para alcançar tais objetivos desta pesquisa, utilizou-se do método de abordagem materialista histórico dialético que, segundo Marx, permite analisar que o entendimento do mundo não se circunscreve em relações emanadas de um ente superior sobre a terra, mas de sujeitos históricos que se relacionam de acordo com condições materiais historicamente determinadas.

Nessa direção, o método materialismo dialético procura através da percepção e investigação, prover uma melhor explicação sobre a problemática estudada envolvendo os sujeitos sociais e o objeto. Assim, entende-se que ao optar pela perspectiva dialética implica em acolher a contradição presente na existência real e efetiva da pesquisa, assim como “a reprodução do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa” (PAULO NETTO, 2011).

Portanto, é necessário ainda que a teoria conduza esse conhecimento do objeto reproduzido e interpretado, ao tempo que ultrapasse o horizonte da aparência e alcance sua essência:

Assim, a teoria é o movimento real do objeto transposto para o cérebro do pesquisador – é o real reproduzido e interpretado no plano ideal (do pensamento). Prossigamos: para Marx, o objeto da pesquisa (no caso, a sociedade burguesa) tem existência objetiva; não depende do sujeito, do pesquisador, para existir. O objetivo do pesquisador, indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica – por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível da realidade e, portanto, algo importante e não descartável –, é apreender a essência (ou seja: a estrutura e a dinâmica) do objeto. Numa palavra: o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto. Alcançando a essência do objeto, isto é: capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou. (PAULO NETTO, 2011, p. 21-22).

Isto posto, destaca-se que a perspectiva teórico-metodológica é fruto da relação dialética entre o sujeito e o objeto e entre teoria e prática, na busca da práxis. Assim, o campo é pensado como ação de explicação das transformações ocorridas nos espaços e nos territórios que ultrapassam os limites da descrição, da classificação e da enumeração dos fenômenos. O método de pesquisa escolhido está de acordo com a visão social de mundo da pesquisadora, uma vez que a mesma acredita e concorda com Marx (1983d) que “o concreto é concreto porque é síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade”.

Assim, a compreensão da totalidade desse processo deve ir além das aparências, pois a prática impulsionará as relações entre o objeto de pesquisa e o real concreto, para entendê-lo em suas contradições, historicidade e as suas determinações que vão se expressar agora na essência da problemática.

Para atingir os objetivos da pesquisa e também entender o processo de produção nos assentamentos rurais da reforma agrária em Serra do Ramalho-BA, a proposta de trabalho ainda parte do entendimento que o ciclo global do capital, de acordo com Marx (1975) deve ser interpretado por meio do real concreto, abstraído teoricamente e retornando como concreto pensado.

Neste sentido, utiliza-se como objeto metodológico uma revisão teórica-reflexiva a partir da pesquisa bibliográfica que possibilite ampliar e fundamentar dialeticamente os debates acerca das categorias segundo o movimento da realidade, tais quais: Campesinato, Estado, Capital e Capital financeiro. Dessa maneira, destacam-se os autores que contribuem com o

aporte teórico acerca do entendimento das relações capitalistas no campesinato, tais como, Marx (1980; 1983; 1985; 1986; 1996); Martins (1980; 1981; 1991; 1999; 2010), Oliveira (1986; 1999; 2010), os que desenvolveram estudos sobre o Capital financeiro, como Hilferding (1981; 1985) Lênin (1986; 2011) Chesnais (1996; 2002), Luxemburgo (1985), Harvey (2004; 2006) Carcanholo (1996, 2004, 2010) e Costa (2002) e, especialmente, sobre o PRONAF, como Conceição (2005; 2009), Rodrigues (2012), Tolentino (2013) Marques (2008) entre outros.

A fim de compreender como essas categorias se entrelaçam na compreensão da realidade, afere-se a centralidade do conflito estabelecido na tríade dialética Capital-Trabalho-Estado. Para objetivar essa relação e a compreensão do Estado enquanto ente político do capital, o estudo sistemático sobre as políticas de crédito e mais especificamente o PRONAF, será fundamental, posto ser personificações concretas desse processo. No que se refere a reprodução/sujeição dos camponeses de Serra do Ramalho, são evidenciadas ainda as formas de resistência concreta desses sujeitos na terra de trabalho, bem como as evidências do processo de sujeição da renda ao capital.

No que se refere as técnicas adotadas na pesquisa documental, a análise foi elaborada com levantamentos de dados através de documentos oficiais, relatórios, decretos, revistas, jornais, projetos de criação, entre outros. As principais fontes foram: Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Prefeitura Municipal de Serra do Ramalho, Comissão Pastoral da Terra, Secretaria de Desenvolvimento Rural da Bahia (SDR), Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos (SEI), Sindicatos e Associações Rurais atuantes no município, bem como o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), por ser o banco que concentra as maiores operações de crédito do PRONAF, um dos objetos de investigação dessa pesquisa. Além das informações coletadas diretamente, foi estruturado um banco de dados viabilizado por meio de reportagens, publicações e demais dados disponibilizados em sites oficiais dessas entidades e também pedidos de informações feitos na Ouvidoria Geral.

Dentro de uma perspectiva dialética da realidade, o trabalho de campo como procedimento metodológico e como prática social possibilitará fazer uma relação entre teoria e empiria no decorrer da investigação da pesquisa, a partir das contradições. Assim, há de considerar que a ciência:

Penetra no conteúdo- no universo, na natureza- através das contradições que, num certo sentido (apenas num sentido), resultam de seu trabalho de análise.

Tendo de penetrar nos fatos, o pensamento começa assumindo pontos de vista unilaterais, que aprofunda e supera. Na condição de não parar, de não estancar teimosamente numa das propriedades descobertas, ele reencontra o conteúdo, o movimento, a unidade (concreta, completa) dos pontos de vistas unilaterais assumidos pelo entendimento [...] (LEFEBVRE, 1991, p.191).

Neste entendimento, é através da dialética que é possível conceber a realidade como ponto de partida e de chegada. (OLIVEIRA, 1999). Dessa maneira, esta pesquisa foi pensada e materializada no real, no confronto das ideias e nas contradições existentes nos processos pesquisados. A esse respeito, Marx (1975, p. 16) afirma que “a investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho, é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real.”.

Entender esse movimento real permite nos colocar diante do desenvolvimento da pesquisa na busca de uma apreensão concreta da realidade. Para isso, é importante destacar que os procedimentos metodológicos foram pensados e executados tomando como referência alguns elementos da pesquisa qualitativa e quantitativa, na qual foram desenvolvidas as atividades. Posto o problema da pesquisa e a inquietação da pesquisadora frente as contradições, a priori, a participação em reuniões e audiências públicas juntos aos órgãos da sociedade, foi imprescindível para o conhecimento das dificuldades, demandas e o entendimento da realidade “invisível” dos camponeses nos assentamentos rurais da Reforma Agrária em Serra do Ramalho.

As visitas aos 4 assentamentos (PA Reserva Oeste; PA Feirinha Marriqueiro; PA Companhia do Sudoeste da Bahia (CSB) e o Projeto Agroextrativista São Francisco (PAE-SF) ocorreram em parceria com os associados, que dispuseram o contato pessoal para comunicar sobre as reuniões e também pela curiosidade da pesquisadora em conhecer as unidades de produção camponesa com seus saberes, crenças e modos de vida. Ao todo, a participação nas reuniões e visitas nos assentamentos foi realizada em meados de dezembro de 2017 a abril de 2018.

Vale lembrar que a escolha pela efetivação da função social da pesquisa no assentamento CSB e no PAE-SF se deu em virtude dos seguintes fatores: primeiro, deve-se às experiências dos sujeitos sociais que foram expropriados e estão cada vez mais submetidos aos ditames das relações econômicas capitalistas; segundo, sobretudo em relação às resistências das famílias camponesas mais uma vez ao processo de monopolização do território pelo capital, no seio agora do avanço do capital financeiro pelo campo.

Inicialmente, foram realizadas entrevistas com os camponeses e camponesas que participaram da luta pela terra e viveram o processo de expropriação através do deslocamento compulsório de suas famílias no PEC-SR. A ênfase foi dada com base na memória e nas lembranças sobre suas origens e seu modo de vida. Posteriormente, as entrevistas também semiestruturadas foram direcionadas ao órgão do INCRA, ao coordenador da Comissão Pastoral da Terra, com funcionários do BNB, gerência da BAHATER, direções sindicais de Serra do Ramalho, coordenadores de associações dos assentamentos pesquisados, técnicos que executam projetos do PRONAF, dentre outros sujeitos/entidades sociais.

Também como instrumentos de pesquisa, os questionários e entrevistas semiestruturadas foram aplicados com os camponeses no interior dos lotes dos assentamentos da reforma agrária no município de Serra do Ramalho. Esses instrumentos de pesquisa foram construídos com questões que visam levar a compreensão sobre as diferentes estratégias de lutas dos assentados pelo acesso à terra, a caracterização do processo produtivo do trabalho, verificando também a comercialização do excedente e as dificuldades encontradas nesse processo, o cálculo da renda por despesas que caracteriza, historicamente, a reprodução camponesa na terra de trabalho.

Assim, a investigação constituiu-se um instrumento empírico sobre a atuação dos programas e políticas de crédito e financiamento, a exemplo do PRONAF que os assentados tiveram e têm acesso, analisando qual foi a lógica que direcionou tais investimentos, a função dos créditos, o direito (ou negação) a escolha do que se plantar, as dificuldades oriundas da implementação da produção até o processo de comercialização, bem como as dificuldades no processo de cumprimento dos prazos e pagamentos estabelecidos pelos bancos, possíveis endividamentos (e inadimplências) e como esses repercutem na vida desses sujeitos.

Posteriormente, foi realizado o procedimento metodológico de tabulação, sistematização e análise dos dados primários e secundários, possíveis de serem expressos pela via da quantificação, por meio da elaboração de tabelas, gráficos, quadros e outros instrumentos de interpretação que possibilitou melhor compreender a realidade estudada.

A trilha de investigação percorreu ainda a análise das trajetórias de vida, vivências referentes à história dos sujeitos e a sua relação entre a realidade local com o processo de expansão do capital e seus mecanismos de reprodução social nos assentamentos, ressaltando a importância da compreensão do papel dos camponeses no seio do modo de produção capitalista. O que culmina com a discussão feita e defendida por Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2004a):

[...] Portanto, a compreensão do papel e lugar dos camponeses na sociedade capitalista e no Brasil, em particular, é fundamental. Ou entende-se a questão no interior do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, ou então continuar-se-á a ver muitos autores afirmarem que os camponeses estão desaparecendo; entretanto, eles continuam lutando para conquistar o acesso à terra em muitas partes do Brasil. (OLIVEIRA, 2004a, p.35).

É neste âmbito da discussão que entendemos e passamos a conceber a realidade e a existência do campesinato dentro da leitura e posicionamento teórico da dialética marxista, a partir da contradição e do desenvolvimento combinado e desigual do capital no campo. Nesse sentido, compreende-se este processo como fundamental e como possibilidade de permanência e recriação camponesa na produção de meios de sua existência. (OLIVEIRA, 2004a).

A partir das reflexões apresentadas, esta dissertação foi estruturada em cinco seções. A primeira reflete o contexto histórico do PEC-SR, a partir da leitura entre capital, trabalho e Estado, e analisa a massiva retirada das populações ribeirinhas das margens São franciscanas submetidas agora ao deslocamento compulsório para uma área que marca o abandono e a violência do Estado, ao provocar a expropriação de milhares de famílias camponesas de suas terras de origem de forma truculenta. Neste contexto, retomo ainda as reflexões acerca da criação dos assentamentos rurais da Reforma Agrária no país, procurando desvelar o discurso ideológico do Estado. Para tanto, evidencio ainda o processo histórico de formação territorial dos Assentamentos em Serra do Ramalho/BA, compreendendo-o como um processo de luta na terra/trabalho.

A segunda seção apresenta uma leitura acerca do avanço do capitalismo na agricultura ao se apropriar da renda da terra e extrair valor a partir do processo de monopolização do território e da territorialização do capital na esfera produtiva. Neste sentido, a construção teórica contempla ainda os estudos e debates que mais contribuíram para o entendimento do campesinato como classe e sua reprodução na dinâmica contemporânea do processo de produção capitalista.

A terceira seção, discute o papel do capital financeiro em seus aspectos econômicos, políticos e ideológicos dentro do regime global de produção de riqueza, compreendendo a partir do movimento de mundialização do capital. Neste sentido, observa-se ainda a inserção do capital financeiro ao internacionalizar-se por meio da adoção das políticas econômicas neoliberais, abrindo espaços para a reprodução do capital em escala global. Tudo isso com a intenção permissiva do Estado na aplicação das políticas públicas no campo, escamoteadas no discurso ideológico da agricultura familiar através do PRONAF. Assim, o PRONAF emerge enquanto uma política de crédito para obtenção de lucro por meio da viabilidade reprodutiva

do capital (valor e da renda da terra) e torna-se uma servidão à reprodução do capital ao incorporar em seu discurso a lógica do desenvolvimento do capitalismo no campo.

Na quarta seção, busca-se revelar as contradições existentes na produção do espaço agrário em Serra do Ramalho/BA através da monopolização do território camponês a partir do PRONAF, analisando esse processo a partir das condições que este desenvolveu e que contribuiu com a sujeição da renda da terra ao capital, ao colocar a terra como mercadoria, inserindo e intensificando ainda mais a exploração dos camponeses a lógica sociometabólica do capital, particularmente ao se apropriar da renda camponesa nos assentamentos pesquisados.

Já na última seção, apresento uma reflexão acerca da luta construída cotidianamente dos camponeses e como eles têm se mantido na terra em defesa do seu modo de vida e sua reprodução social. Nesse sentido, abordo como a resistência desses sujeitos frente ao processo de monopolização do território pelo capital financeiro tem se apresentado em seu processo de recriação para resistir ao todo avanço do capital.

Nas considerações finais, retomo algumas discussões já apresentadas no decorrer da escrita da dissertação. Neste sentido, considero a leitura do processo de monopolização do território feito a partir das contradições capitalistas, que vão intensificar na mundialização do capital na agricultura, no fortalecimento do agronegócio com a subserviência do Estado por meio de políticas públicas, ao utilizar da criação de programas de financiamento para atingir diretamente o campesinato. Constato também que a ação monopolista do capital através das políticas de créditos, a exemplo do PRONAF, tem sido fortemente aliada pela inserção do capital financeiro nos assentamentos rurais da Reforma Agrária, subordinando a produção camponesa a lógica do mercado. No entanto, ressalto que a luta pela terra de trabalho tem sido indissociável na produção familiar camponesa ao resistir as amarras dos avanços das relações capitalistas.

## **1. REASSENTAMENTO COMPULSÓRIO DE FAMÍLIAS CAMPONESAS NO PROJETO DE COLONIZAÇÃO SERRA DO RAMALHO/BA**

A expansão do capital monopolista internacional, através da atuação estatal, por meio da formulação das políticas realizadas durante o período militar, especialmente no Nordeste, passou a utilizar dos projetos de colonização na tentativa de “resolver” os conflitos sociais por terra no campo brasileiro. De tal forma, a estrutura fundiária passou a sofrer alterações profundas, principalmente com a intensificação da modernização da agricultura, a qual auxiliou, forçosamente, na expansão do capital através do controle estatal exercido agora sobre os trabalhadores assentados, na qual restava apenas a luta pela terra como condição essencial contra toda expropriação e a exploração pelos capitalistas.

Entende-se ainda que a regulação estatal no campo é decorrente da ação de um Estado capitalista moderno, apreendido como uma instituição histórico social, determinada ao criar condições favoráveis para o desenvolvimento da acumulação do capital. Ou seja, “a constituição do Estado moderno deve ser entendida como parte integrante da própria base material do capital” (MÉSZÁROS, 2011, p. 124). Para o autor,

A formação do Estado moderno é uma exigência absoluta para assegurar e proteger permanentemente a produtividade do sistema [capitalista]. O capital chegou à dominância no reino da produção material paralelamente ao desenvolvimento das práticas políticas totalizadoras que dão forma ao Estado moderno. (MÉSZÁROS, 2011, p. 106).

Ao criar suas condições e determinantes favoráveis para o processo de acumulação do capital, o Estado moderno como comando político do sistema metabólico do capital consegue inserir na dinâmica da reprodução socioeconômica e proteger permanentemente a produtividade, assegurando o desenvolvimento do sistema capitalista.

Interessa-nos posicionar acerca dessas características do Estado e suas funções reguladoras, ao ajustar seu papel com os interesses do sistema metabólico do capital. Desse modo, surgem-se assim, a partir da ditadura militar, grandes projetos agropecuários e hidroelétricos que vão resultar no processo de expropriação de milhares de camponeses, fazendo com que a dinâmica da reprodução do capital, reforça ainda mais o domínio do capital monopolista internacional.

A análise deste contexto atribui centralidade aos objetivos do Estado fortemente relacionados à modernização da agricultura. A estratégia capitalista em campo propunha um

conjunto de programas e projetos governamentais com o objetivo de modernizar o setor, aumentar a produtividade, expandir a área agrícola, inserir-se a política de crédito rural, além de promover a colonização e a reforma agrária, especialmente a partir da década de 1970.

Os anos iniciais da então década, vão concretizar esse conjunto de programas, políticas e projetos de apoio a modernização da agricultura brasileira. Dentre dessas políticas setoriais e de governo, as políticas públicas voltam-se a atender os mecanismos que fazem parte do Estado e assim vão garantir as condições que sustentem a mobilidade oculta do capital.

Assim, a implantação dos grandes projetos na década de 1970 respondia aos interesses do capital sob o papel desencadeado pelo Estado como o principal articulador/agente das estratégias de acumulação capitalista na produção do espaço brasileiro, através de políticas governamentais destinadas à infraestrutura do capital industrial e do capital financeiro. Neste cenário, as políticas governamentais brasileiras, vão se revelar inseridas também no processo de expansão do capitalismo no campo, que agora inclusive instalam-se por meio de grandes obras e projetos apresentados com o discurso de desenvolvimento.

Em termos econômicos, as principais tentativas do Estado a partir da década de 1970 foi promover a modernização da agricultura brasileira ao inserir o camponês na lógica de mercado por medidas políticas, através das políticas agrícolas inseridas nos planos de governo, com o intuito de acelerar seu crescimento econômico.

Desta forma, sob as determinações capitalistas e as funções de acumulação/legitimação do Estado, as políticas públicas do campo se fizeram precisas e demandam reformulações que obtiveram à lógica da ordem econômica e financeira no país. Teoricamente, as ações do Estado capitalista vão se desenvolver no sentido da política fundiária do governo federal, através de um órgão gestor e implementador ao criar e efetivar os projetos de colonização nas mais diferentes modalidades.

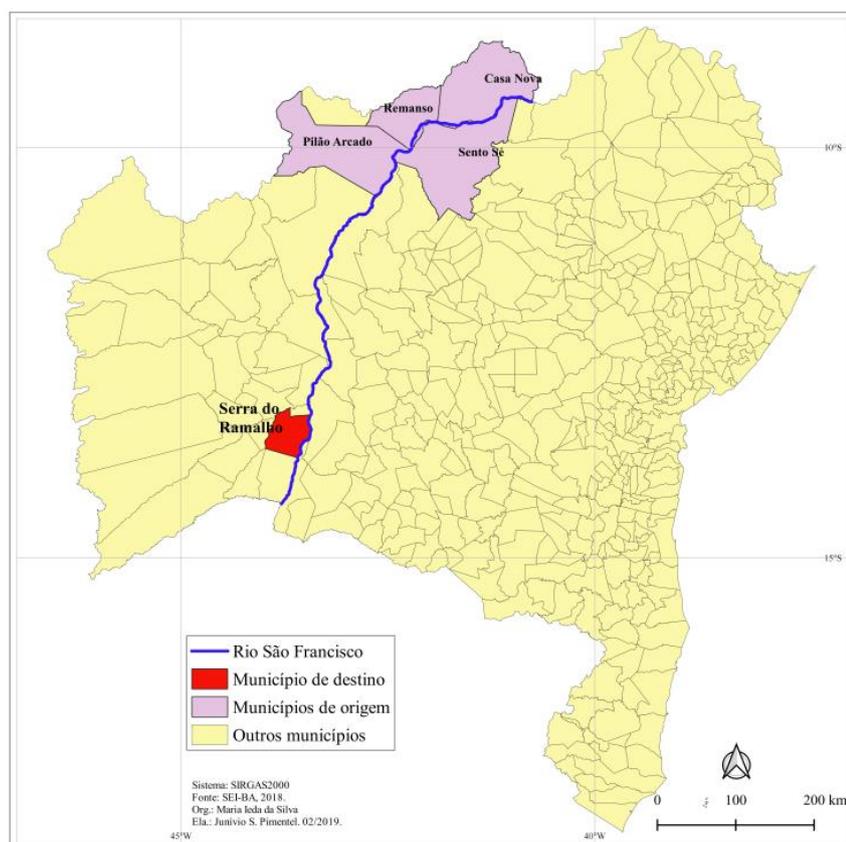
É nesta perspectiva e em modalidade especial, que se instala o Projeto Especial de Colonização de Serra do Ramalho (PEC-SR) sob a responsabilidade do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) como órgão implementador e gestor, que tinha como objetivo promover a reforma agrária, a desapropriação das propriedades, bem como o cadastramento, seleção, transferência, o assentamento e o reassentamento das famílias.

O PEC-SR foi um dos maiores projetos de assentamentos do Brasil e também o último projeto de colonização concretizado pelo Estado da Bahia. Sua criação está relacionada com a construção da Barragem de Sobradinho, produto de uma política nacional de desenvolvimento na década de 1970 que teve como função atender e relocalar as famílias desapropriadas de

povoados e de sedes municipais, como Pilão Arcado, Sento Sé, Remanso e Casa Nova, cujas terras seriam submersas pela construção do reservatório da hidrelétrica de Sobradinho atingindo uma população estimada em 72 mil pessoas (ESTRELA, 2004).

Neste sentido, a vida do PEC-SR é marcada pelo descaso de um processo violento que causou a expropriação de várias famílias de seu local de origem distante cerca de 700 km do projeto. (fig. 1).

Figura 1: Mapa do município de Serra do Ramalho e as sedes municipais que foram inundadas.



Fonte: SEI-BA, 2018.

Elaboração: Junívio Pimentel, 2019.

Organização: Silva, Maria Iêda da. 2019.

A socióloga Gihslaine Duqué já relatava na década de 1980 o processo de expropriação imposto e vivido pelas famílias a borda do lago de Sobradinho:

A experiência de Sobradinho joga luz sobre os processos que mascararam a dominação de classes. No caso específico, uma dominação fundiária (desapropriação para construção de um reservatório) foi a forma pela qual o capital industrial submeteu mais uma vez a pequena produção agrícola e seus interesses, utilizando-se dos aparelhos do estado (DUQUÉ, 1984, p. 37).

Vale ressaltar que a construção da Barragem de Sobradinho foi realizada pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), resultando um grande projeto que causou a expropriação de milhares de camponeses e ribeirinhos, trazendo-lhes grandes consequências aos seus modos de vida, com implicações sociais, econômicas, culturais e ambientais.

Aproximadamente 4 mil famílias viviam nas zonas rurais das áreas a serem submersas. Os camponeses atingidos, em sua maioria, eram posseiros-foreiros, que exerciam atividades subsidiárias como a pesca, a criação e o pequeno comércio. Muitos eram agregados. De modo geral, estes camponeses eram (e são) denominados de *beraderos*. O termo *beradero* designava (e designa) todo indivíduo que tirava do rio, diretamente ou indiretamente, o seu sustento. O *beradero* expressava um modo de *fazer* e de *saber* bastante peculiar e inconfundível. Em muitos aspectos diferencia-se do ribeirinho e muito mais do caatingueiro. (ESTRELA, 2004, p. 116).

Tal situação descrita por Estrela (2004) revela a importância simbólica do rio São Francisco para o povo *beradero*. Não era apenas a possibilidade de sustento e de reprodução social nas margens do Velho Chico que estava em curso, era também uma relação de pertencimento cultural, afinidades e representatividades com o rio e a terra. Assim, o povo *beradero* se reproduzia nas terras das velhas margens do rio.

Num caso exemplar dos camponeses 'reassentados' em Serra do Ramalho, privaram-lhes do rio. Isto significa que restou-lhes apenas, como sistema de referência, o ponto fixo do povoado. Diante das novas casas, no entanto, os camponeses estão quase incapacitados de dar um passo. As casas, as roças, as ruas: carecem de 'frente'. Não 'sobem' nem 'descem'. Não se afastam nem se aproximam da beira. Todos os caminhos possíveis que partem do povoado se perdem numa região desprovida de referências, uma vez carentes de eixo. Todas as direções se confundem e se equivalem, não há como localizar nenhum ponto por referências a outro. O norte e o sul, leste-oeste não se conhecem. A rosa -dos- ventos apagou-se e o mundo está privado de eixo (MARTINS COSTA, apud ESTRELA, 2004, p.03).

Para tanto, era preciso dar um destino aos atingidos na área de Sobradinho, já que a construção da hidrelétrica avançava a todo vapor. Com a tal movimentação, as famílias atingidas são oferecidas duas alternativas: reassentamento na borda do lago ou transferência para a PEC Serra do Ramalho, através da criação de quatro mecanismos para “reparação” econômica, conforme destaca o Relatório da CHESF:

- a) indenização e transferência para as novas sedes. Municipais e loteamentos pararurais vizinhos a essas sedes;
- b) indenização e transferência para núcleos rurais na borda do lago;
- c) indenização com “solução própria”;
- d) indenização com transferência para o projeto Serra do Ramalho. (CHESF, 2013, p. 02).

Com objetivo de iniciar os trabalhos no PEC-SR, em 25 de abril de 1975, através do Decreto Lei 75.658, foi desapropriada uma área de aproximadamente 257.000 ha. Por meio da Portaria nº 939, o INCRA culminou com a desapropriação de sete (07) grandes fazendas: Barra, Boa Vista, Palma, Volta de Cima, Porto Alegre, Pituba e Várzea Grande, avaliadas através de 1.630 laudos, abrangendo cerca de 980 famílias. (RELATÓRIO DO INCRA, 1994).

Segundo o relatório da (HIDROSERVICE apud ESTRELA, 2004, p. 176), a área de desapropriação revelou “que 38% dos agricultores são posseiros, 24% são proprietários, 19% são agregados, 17% são simples ocupantes e 2% não declararam sua condição”. A escolha dessa área para instalação do Projeto Especial de Colonização, “[...] baseou-se nos seguintes fatores: grande área não titulada, baixa densidade demográfica, capacidade de irrigação e fertilidade do solo”. (ESTRELA, 2004, p.117).

No que se refere a história local dos povos que ali habitavam antes da desapropriação, alguns historiadores, a exemplo de Ely Estrela e Anísio Pereira Filho em seus estudos, ressaltaram que as terras tinham uma situação pouco conhecida, marcada pela presença de fazendeiros, latifundiários, vaqueiros e grande quantidade de posseiros, além da existência de conflitos que provocaram mortes de camponeses nas disputas pela terra.

As margens do São Francisco são habitadas já há muito tempo, a memória local não consegue precisar a origem dos povoados ali; a população negra é predominante, é bastante provável que essa área tenha abrigado quilombos no passado. [...] O “pé da serra” era também povoado antes da construção das agrovilas, mas, ao que tudo indica, em menor quantidade que a beira do rio e teve colonização bem mais recente; não foi possível encontrar ninguém que se lembrasse de morador na área anterior à década de 1950. O espaço entre o rio e a serra, na época da chegada do INCRA, era pouco povoado, abrigava alguns povoados, estava dominado por fazendas. Com a construção do PEC-SR, as agrovilas ficaram localizadas nesse último, a beira do rio e a serra transformaram-se em áreas de reserva. (PEREIRA FILHO, 2012, p. 29-30).

Tal situação anunciada pelo autor descreve a realidade encontrada em uma região marcada pelas características físicas e históricas do semiárido e a presença de um povo que construiu fortes relações com a terra. Com a desapropriação pelo INCRA na área para criação

do Projeto Especial de Colonização, as famílias que ali estavam, enfrentaram também o drama marcado pela expropriação de seus meios de vida e suas relações de trabalho na terra.

Os pequenos proprietários e posseiros foram tomados de surpresa e de desespero. Para a população que vivia em Serra do Ramalho, os dias subsequentes à desapropriação foram de incertezas e angústia. Após a publicação da lei de desapropriação, o INCRA começou a agir na área. Os funcionários do órgão se embrenhavam nos povoados, exigindo dos moradores o documento da terra; examinavam-no e chamavam o proprietário para a medição. Quando os moradores não apresentavam o documento de propriedade da terra, eram avaliadas apenas as benfeitorias. [...] Na oportunidade, os técnicos do órgão avisavam aos desapropriados que, a partir daquele momento, estavam proibidos de cultivarem roças, de fazerem novas benfeitorias, permitindo-se apenas o plantio de lavouras de ciclo curto. Mas as indenizações só começaram a ser pagas em 1977, quando as primeiras agrovilas já estavam sendo ocupadas pela população de Sobradinho. [...] Durante o processo desapropriatório, o INCRA deixou claro para os pequenos proprietários, agregados e posseiros expropriados que poderiam ser reassentados nas agrovilas, desde que obedecidos alguns critérios. Um deles era que só seriam aceitos como “colonos” os indivíduos que tivessem idade inferior a 59 anos. A medida era discriminatória, pois os originários de Sobradinho que tinham essa idade receberam casas na agrovila. (ESTRELA, 2004, p. 178-179).

Essa medida adotada pelo INCRA provocou a migração de várias famílias com destino a região Sudeste do país, durante o processo de desapropriação da área e já com a posse do processo indenizatório. Outros camponeses ao saber que seriam alocados em área de caatinga, resistiram as determinações do órgão e mantiveram à beira do Rio São Francisco, sem interesse em fazer parte do Projeto. Assim como, várias famílias ribeirinhas que foram para as agrovilas, retornaram para a área de reserva legal do PEC-SR.

Outra situação diz respeito aos indígenas Pankaru<sup>5</sup>, cuja tribo antes do PEC sofria com a grilagem e com pressão dos fazendeiros locais por suas terras. Antes de ocupar a área desapropriada em Serra do Ramalho,

Os índios Pankarus peregrinaram pelo Nordeste. Sua história de migrações começa na primeira metade do século XX, quando o patriarca da família decidiu se separar de sua aldeia de origem, no estado de Pernambuco. Na década de 1940, trabalharam na construção da usina hidrelétrica de Paulo

---

<sup>5</sup> Nos anos 80, a comunidade Pankaru da Agrovila 19 mudou seu nome deliberadamente, para diferenciar-se dos Pankararu que vivem no Estado de Pernambuco. Para o cacique Alfredo José da Silva Pankaru, a mudança se fez necessária porque os órgãos governamentais confundiam as duas comunidades. Desse modo, as melhorias solicitadas pela comunidade da Agrovila 19 eram, muitas vezes, encaminhadas para os Pankararu de Pernambuco, reconhecidos secularmente pelas autoridades constituídas (ESTRELA, 2004, p.180).

Afonso. Depois, migraram para o município de Correntina, onde trabalharam mais uma vez em construção de barragem. Em 1955, instalaram-se ao pé da Serra do Ramalho, então pertencente ao município de Bom Jesus da Lapa. (ALVES & MAGGI, 2014, p.93).

No entanto, com a desapropriação da área do Projeto, os Pankarus foram mais ainda mais perseguidos e se viram diante da possibilidade de serem expulsos de suas terras por grileiros e fazendeiros que se diziam donos das terras e queriam ser indenizados. Diante de tal situação, os indígenas mantiveram resistência e fizeram várias viagens à Brasília em busca de solucionar a violência e o conflito que enfrentara. Assim, o

INCRA e FUNAI entraram em negociação para o reconhecimento do direito à terra dos Pankaru. No entanto tudo conspirava contra a permanência dos indígenas em Serra do Ramalho, uma vez que o primeiro órgão, mantinha-se firme no propósito de ceder apenas vinte hectares a cada família assentada, sugerindo à FUNAI “remoção dos índios ou a sua emancipação para que tenham direitos ao assentamento de acordo com o disposto no Estatuto da Terra”. Os índios resistiram e, depois de idas e vindas, os direitos dos Pankaru foram reconhecidos. Porém não receberam a área reivindicada. Coube-lhes aproximadamente mil hectares, homologada em 1991, e um lote urbano de três hectares localizado na Agrovila 19, onde foram construídas 50 casas. Como os Pankaru resistissem à fixação na Agrovila 19, algumas casas ficaram por um tempo desocupadas. Sem-terras provenientes de vários pontos da Bahia tentaram invadi-las. Os Pankaru exigiram a intervenção do INCRA. Entretanto, o órgão não foi capaz de impedir que os "colonos" destruíssem as casas, levando consigo telhas e blocos. Ainda hoje a área é disputada pelos indígenas e por um não-índio que afirma ter o título de propriedade do lote. (ESTRELA, 2004, p.184)

A implantação do PEC-SR afetou também as relações socioeconômicas e culturais dos Pankarus. Muitos deles não se adaptaram à vida de colonos, visto que com o desmatamento da área para o desenvolvimento da agricultura e pecuária, houve a redução de matéria-prima utilizada para confeccionar seus materiais através do artesanato e a caça que também foi prejudicada pela extinção dos animais nativos. Com essa imposição, eles resolveram formar a aldeia da Terra Indígena Vargem Alegre, reconhecida no início da década de 1990, distante cerca de 2km da agrovila 19. Nessa terra, eles preservam suas manifestações culturais e realizam o ritual Toré, como principal dança.

As famílias ribeirinhas viviam a mesma situação. A existência das populações tradicionais, os pescadores, ribeirinhos tiveram que se descolar forçosamente para os lotes do PEC-SR.

Minha família vivia aqui há anos e o INCRA chegou dizendo que a gente ia ser assentado lá no Projeto, pois aqui seria área de reserva. Era para preservar. Acontece que eu não imaginava viver longe do rio e sem a pescaria. Detestava pensar que ia embora daqui e morar em agrovilas. Fiz resistência e não arredei o pé daqui. Quando vi, aqui também chegando gente de Sobradinho, querendo viver próximo ao rio. Cansei de ver gente morando em ranchos por aqui, só para poder ver o rio. (Entrevistada 1, liderança do PAE-SF, 2018).

Destaca-se que essa foi a realidade da maioria das muitas famílias que ocupavam as margens do rio São Francisco e foram pressionadas a deixar a área. O sentimento da entrevistada revela o significado da representação social que o rio tem pra ela e também para os expropriados que foram sujeitados ao deslocamento compulsório de suas terras. — os ribeirinhos — populações tradicionais de pescadores aos quais foram oferecidos os lotes do Projeto para onde foram forçados a se deslocar. Alguns resistiram e não saíram, outros, porém, cederam e rapidamente voltaram ocupando áreas que estavam destinadas à preservação permanente, desencadeando um "problema" ambiental e social que precisou ser enfrentado no processo de emancipação.

Foi um trabalho muito árduo. Tivemos alguns conflitos por parte dos ribeirinhos que resistiram na beira do rio. Eles não aceitaram deixar a área e viver longe do rio. Boa parte não saiu, algumas famílias pegaram a indenização e foram para o Projeto, assim como também muitas não se adaptaram e retornaram para a reserva. (Entrevistado 2, servidor do INCRA, 2018).

A fala do entrevistado do INCRA, revela um cenário marcado pela luta das famílias em torno da área do PEC-SR. Muitos delas que viviam às margens do rio, optaram a não deslocar-se para a área do PEC-SR, por se tratar de uma área de semiárido e de sequeiro, sem a presença próxima do rio. Estas famílias explicitaram descontentamento com a nova realidade, visto que a agrovilas mais próxima ao rio, ficaria a 7km.

Toda a resistência reunida pelos ribeirinhos culminou com a criação do Projeto de Assentamento Agroextrativista São Francisco – PAE São Francisco, logo após a Emancipação do PEC-SR, reconhecido legalmente pelo INCRA. Desse modo, o aprofundamento acerca dessas questões, assim como outras que envolvem a luta pelos direitos nos assentamentos rurais, serão melhor explicitadas no terceiro capítulo deste trabalho.

Acerca da estrutura agrária do PEC, em entrevista, os antigos assentados relataram que quando chegaram no Projeto, existiam grandes fazendas na região, assim como as pequenas

propriedades com alguns ocupantes e o que predominava era a criação de gado. Abaixo, um dos antigos assentados relata sua memória com a terra assim que chegou no PEC.

Assim que chegamos, fomos para uma comunidade. Aqui as pessoas chegavam e logo procuraram um lugar para ficar, elas apropriavam-se das terras. Existiam na minha época muitas terras. Os fazendeiros já estavam ali com suas terras, criando suas criações, principalmente o gado. As terras eram boas, grandes e cheias de matas. O que achei diferente, foi a falta de chuva (Entrevistado 3, Agrovila 6, 2018).

O relato do entrevistado descreve a realidade de uma relação dominante no campo, na qual as grandes parcelas de terras estariam concentradas nas mãos dos grandes fazendeiros. Sobre esse assunto, José de Souza Martins (1999) corroborou com uma análise sobre o espaço agrário, ao afirmar que o acesso à terra no Brasil é um processo altamente enraizado e marcado por um contexto histórico de concentração fundiária, o qual culmina com a expulsão e a expropriação de milhares de camponeses das suas terras.

A concentração fundiária e o desenvolvimento do capitalismo no campo passaram a criar obstáculos à pequena propriedade rural. A imprecisão no tamanho das propriedades, assim como a sua delimitação, fez também com que alguns conflitos/tensões fossem gerados e motivados no PEC/SR, conforme a fala do entrevistado:

Assim que cheguei aqui em 1977 comecei a trabalhar de vaqueiro para um fazendeiro. Cansei de ver a chegada de fazendeiros de “outras bandas”. Eles compravam a terra a preço baratinho e ia no cartório fazer um documento. Como eles tinham dinheiro, era tudo mais fácil e assim ficavam com muitas terras. Tinham também uns posseiros que chegavam e cercavam os lotes, não tinha nem precisão, mas estava lá fazendo isso para depois vender para os fazendeiros. Soube que antes da nossa chegada, existiam muitas brigas e confusão por causa dos lotes. Teve até conversas que fazendeiros mandaram matar alguns posseiros que estavam em suas fazendas (Entrevistado 4, CSB, 2018).

Dessa forma, percebe-se que as tensões das forças locais nas disputas territoriais em Serra do Ramalho foram ampliadas pela presença dos grandes fazendeiros na região, visto que estes passaram a comprar os “direitos” de posse nas terras do antigo projeto a preços irrisórios. Neste sentido, a década de 1970 parece que seguiu a trajetória nacional no encaminhar de pressões e conflitos no campo.

De acordo com Relatório do INCRA (1994), o projeto inicial estabelecia-se a construção de 16 agrovilas para o assentamento das famílias oriundas de Sobradinho-BA constituídas de pequenos proprietários, em sua maioria posseiros-foreiros, que exerciam atividades subsidiárias como a pesca, a criação e o pequeno comércio. A divisão territorial correspondia a uma área de 257 mil hectares divididos em quatro eixos regulares, conforme destaca Estrela:

Em linhas gerais, os 257 mil hectares desapropriados pelo INCRA – formando uma espécie de trapézio – foram divididos em quatro eixos latitudinais; a cada 6 ou 7 quilômetros construiu-se uma agrovila. O Eixo 1 abriga as agrovilas: 1, 3, 5, 7 e 9. O Eixo 2, as: 2, 4, 6, 8, 10, 11, 21 e 22. O Eixo 3 abriga as de números: 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18. O Eixo 4, as: 19 e 20. Ainda no Eixo 4, mas encravada no sopé do lado oriental da Serra, encontra-se a agrovila 23. As agrovilas 15, 16 e 23 estão localizadas no município de Carinhanha (ESTRELA, 2004, p. 137).

Seguindo uma divisão lote/agrovila, o PEC/SR foi criado com base em uma articulação urbano-rural com a construção de 6.267 casas, além do lote rural – onde se concentraria a atividade produtiva. Por possuir infraestrutura administrativa, a Agrovila 9 sediaria a administração do projeto, quando da emancipação do Projeto e, a conseqüente criação do município de Serra do Ramalho, tornou-se sua sede.

A fim de chamar atenção dos expropriados, os agentes governamentais utilizaram de diversas maneiras entre mapas ilustrativos e folhetos explicativos para informar aos “colonos”, as inúmeras vantagens, que teriam se viessem para o Projeto de Colonização de Serra do Ramalho, assim como ofereciam passagens de ida e volta para que os expropriados conhecessem a região do PEC.

Sobre forte resistência em deixar o rio, os expropriados se viram alardeados pelas “vantagens” apresentadas pelo INCRA para que fossem morar nas agrovilas. As promessas eram diversas e a estratégia utilizada na propaganda do PEC-SR foi a tentativa de apresentar Serra do Ramalho como um lugar do progresso e das oportunidades onde os camponeses se inseriam em uma outra realidade, descrita pelas ações do órgão como uma “vida moderna.

[...] os colonos teriam assistência médica, financiamento do Banco do Brasil para lavoura; cada colono teria direito a um salário mínimo durante um ano; as mulheres teriam trabalho (...); todas agrovilas teriam água, luz, cooperativa, assistência técnica (...), transporte, estradas (...); o INCRA desmataria 2 ha de cada lote; todas as agrovilas teriam posto da COBAL, salão social, igreja; o projeto teria uma área de irrigação para ser utilizada coletivamente; os

moradores teriam área para comércio além de outras vantagens. (CPT. Apud BURSZTYN, 1988, p. 24).

De acordo com Estrela (2004), as primeiras famílias chegaram ao Projeto Especial de Colonização de Serra do Ramalho, em março de 1976. Em julho do mesmo ano chegaram outras levadas. De modo que, ao final de 1977, estavam instalados em Serra do Ramalho as 1029 famílias, das 1.600 cadastradas. A maioria das mil famílias que foram instaladas em Serra do Ramalho era dos povoados de Pau-a-Pique, Bem-Bom, Intãs e Barra da Cruz, todos situados no município de Casa Nova.

Mesmo com todas as expectativas geradas e a perspectiva otimista do INCRA, o impacto sentido pelos *beraderos sanfranciscanos* causou muito descontentamento e decepção com a então chegada no PEC-SR. As promessas não se efetivaram e muitas famílias resolveram abandonar o Projeto em meio a tantas dificuldades encontradas, como destaca Estrela:

Cada novo vapor que chegava trazendo os expropriados e seus pertences, cada novo ônibus que cortava as estradas de chão ainda pouco curtidas pelo atrito dos veículos automotores, eram vistos com bons olhos, pois sinalizavam a chegada de novos consumidores, de progresso e de desenvolvimento para o município de Bom Jesus da Lapa. Mas, com o correr dos anos, o futuro celeiro do Nordeste apresentava um quadro desolador: a cooperativa faliu, o crédito foi suspenso, as safras minguaram, a irrigação (em área situada às margens do rio) fracassou, passando o projeto a ser visto pela população de Bom Jesus da Lapa e do entorno com um olhar de desconforto, descrédito e desconfiança. (ESTRELA, 2004, p.22)

Além das promessas não realizadas, a distância do rio e as dificuldades em se adaptar em uma região semiárida fez com que muitos dos atingidos retornassem para sua terra de origem. “O impacto sentido pelas primeiras famílias vindas de Sobradinho foi enorme. Muito do que havia sido prometido não foi encontrado por ocasião da chegada no PEC-SR”. (BURSZTYN, 1988, p.24).

Tal situação é comprovada pelo anunciado Relatório da CHESF: “o projeto se mostrou um suplício para os que tentaram” (CHESF, 2013, p. 153). O suplício gerado a partir das precárias condições encontradas pelos reassentados, causou um estranhamento com as promessas feitas e muitas famílias não aceitaram as condições e resolveram assim retornar para seus povoados.

Eu, minha mulher, meus dois filhos e uma nora chegamos aqui em janeiro de 1977. Como estava faltando alimento e o lago avançava, resolvemos tentar a vida no projeto. Quando chegamos fomos logo para a agrovila 4, deram pra gente alguns alimentos e leite. Toda a noite minha mulher chorava com saudade dos pais e dos parentes. Falaram que a gente ia trabalhar com a terra e assim deram algumas sementes. Só que a terra não era boa e a água muito salobra. Meu filho e minha nora, não acostumaram, reclamaram da falta de emprego e principalmente da vontade de pescar e comer peixe na beira do rio. Quando foi no dia 30 de abril de 1978, pegou o resto da indenização e retornou pra Sento Sé. (Entrevistado 5, Agrovila 04, 2018).

O relato do entrevistado acima descreve a ilusão encontrada na nova terra, onde muitas famílias desistiram de viver no PEC-SR. Com um número crescente de desistentes, o INCRA resolver direcionar o projeto para outras cidades do nordeste e do Brasil, acolhendo também assentados de outros estados.

A perspectiva de fracasso total do projeto obrigou o Incra a redirecionar sua política em relação ao mesmo; famílias de sem-terras vindas de diferentes pontos da Bahia, do Nordeste e até do Centro-Sul do país receberam lotes e se estabeleceram nas agrovilas ociosas. Em razão da demanda, novas agrovilas foram criadas e o Projeto de Serra do Ramalho se “descaracterizou”, tornando-se uma válvula de escape do Incra e, em consequência, um cadinho de indivíduos provenientes de diferentes pontos do Brasil. (ESTRELA, 2004, p.22)

Desse modo, com os discursos dos grandes agentes e ações governamentais, o Projeto Especial de Colonização de Serra do Ramalho tornar-se-ia uma espécie de celeiro do Nordeste, gerando emprego e renda, não só para os reassentados como também para os habitantes de toda região. As práticas adotadas pelas agências governamentais para arregimentar e cadastrar as famílias que seriam deslocadas para Serra do Ramalho, foram basicamente, de três ordens: pressões, violência simbólica e promessas sedutoras. (ESTRELA, 2004).

À medida que o projeto seria implementado, ganhando contornos mais definidos, os ribeirinhos e beraderos das áreas atingidas confirmaram a percepção de que, longe de se conformar a profecia, a construção da gigantesca e moderna obra apontava para a total desorganização de seus meios de vida e de seus valores socioculturais. (ESTRELA, 2004, p. 21).

A partir de então, a luta na/pela terra em Sobradinho marca a negativa das populações ribeirinhas em sair da área que seria inundada. Ou seja, essa forma de resistência também passa a acontecer em Serra do Ramalho.

Desta forma, nasceu-se assim a massiva retirada das populações ribeirinhas das margens São franciscanas submetidas agora ao deslocamento compulsório para uma área que marca o abandono e a violência a que foram submetidos seus assentados. Há ainda uma grande mudança no modo de vida desse povo, que tem seus territórios tradicionais arrancados violentamente pelos grandes empreendimentos energéticos do capital e são agora arrastados a novos valores, entre eles, o valor pago pelo progresso e pelo discurso de que o sertão vai virar mar.

Privaram as relações sociais com os familiares, parentes, amigos e as relações culturais com o lugar, com o território. Estava todos os assentados e reassentados na lógica da precariedade e da miserabilidade encontrada pelo povo sob a realidade de um projeto imposto e executado de modo fracassado pelo INCRA ao inserir o discurso do moderno na realidade do atraso em uma área semiárida e sem possibilidade de desenvolver a irrigação, incorrendo o descaso total com os atingidos:

O fato de que a população expropriada não se reassentou na área de boa fertilidade e adequada para irrigação, significa não somente a exclusão de uma forma de restituição à população pelo que haviam perdido, mas também a discriminação para com os expropriados, percebidos e tratados como cidadãos de segunda classe (GERMANI, 1993, p. 573)

Ocorre-se assim a intensa subordinação de uma população, que não teve escolha e foi “arrancada” violentamente pelo Estado de seu local de origem. Há choros, dores, tristezas e perdas irreparáveis de um povo que encontrou nas famílias do PEC, o mesmo sentimento do descaso e de abandono e a mesma percepção de que:

Passadas três décadas, a persistência da pobreza, da seca, do alheamento político, e sobretudo o cerceamento aos meios produtivos e ao progresso trazido pelas transformações males tão comuns como antigos entre o povo da região clamam por resposta, numa sensação de que o futuro passou pela terra...mas não ficou. (SILVA e GERMANI, 2010, p. 39).

Desse modo, cabe aos questionamentos: o PEC-SR foi especial pra quem? A que objetivo um projeto que expropriou milhares de famílias esperava acertar? Nos seus modos de vida? Na concepção fundiária do INCRA? As narrativas de memória desse povo vão de encontro com as percepções coletivas e sociais dos que encontraram por aqui, que compartilham da mesma dor e sofrimento da perda e negação de suas histórias, como se de fato estivessem no cativeiro, conforme ressalta Duqué:

O projeto foi pensado de forma autoritária, imposto nas suas formas de aplicação de cima para baixo e executado sem nenhuma flexibilidade, segundo um modelo rígido. As sugestões populares foram quase todas rechaçadas. Esta concepção autoritária e rígida levou os agentes de execução a se desgastarem na fiscalização dos detalhes, sobrando tempo insuficiente para tarefas essenciais de incentivo e apoio à produção. A morosidade das decisões burocráticas, a minúcia das fiscalizações, desanimavam qualquer iniciativa. Do ponto de vista da questão fundiária, o colono, dono formal de sua terra, chegou, em vários casos, a depender do técnico de forma mais estreita que um morador de seu patrão. Daí a queixa geral: "É o cativoiro"! (DUQUÉ, 1984, p.36).

Neste cenário, as famílias foram deslocadas compulsoriamente e atingida pela implantação dos grandes projetos que ocasionou em meio a surpresa e o desespero, a desestruturação de seus modos de vida. Tomados também pela incerteza e a angústia, os camponeses reassentados estavam agora na lógica ação territorial do capital.

A implantação de reassentamentos na forma de agrovilas ocasionou pelo menos dois efeitos negativos junto aos atingidos. Em primeiro lugar, a organização de assentamentos baseado no modelo de agrovilas transformou as formas tradicionais de uso do território, pois separaram a moradia da área produtiva. Em segundo lugar, ao não se reconhecer a legitimidade da posse das populações que habitavam a região, foi imposto ao atingido, como única alternativa para manter o acesso à terra, o endividamento. (RELATÓRIO IPEA, 2017, p.44)

Para além da falácia do Estado, fundamentado no discurso da relocação da população e das 'novas oportunidades' oferecidas a esses sujeitos, o que se compreende é que a implantação desse projeto correspondeu aos interesses do capital e se estabeleceu sob o papel desencadeado pelo Estado como o principal articulador/agente das estratégias de acumulação capitalista na produção do espaço<sup>6</sup>.

Sob um conturbado processo de luta incentivada pelos líderes locais que se instalava nas agrovilas, "o próprio INCRA já começava a se fragmentar. "A partir de 1982, esse órgão estava apenas dando o suporte fundiário no PEC/SR e suas ações, no que se referia à assistência socioeconômica, dava sinais de esvaziamento" (COSTA & SILVA, 2012, p. 58). Dessa forma, através de fortes reivindicações políticas regionais e locais, o PEC/SR foi emancipado

---

<sup>6</sup> Tomando por base as reflexões elaboradas pelo filósofo húngaro István Meszáros (2002), na obra Para além do capital, traduzida e publicada no Brasil pela Boitempo Editorial.

politicamente em treze de junho de 1989, com a promulgação da Lei Estadual nº 5.018/89, quando deixou de pertencer ao município de Bom Jesus da Lapa.

Para além do discurso da “emancipação” que não cabe aqui um maior aprofundamento teórico, o que se concretiza no território é o total abandono de famílias que foram, anos atrás, brutalmente arrancadas de suas terras de trabalho. A emancipação ocorrida em dezesseis anos após a expropriação, portanto, se concretiza na falência da promessa e da crença estatal, deixando esses sujeitos, ainda mais, à mercê do capital, do ‘livre mercado’. A atuação do capital financeiro e toda dependência de recursos para produzir, por parte desses sujeitos, é a ‘concretização’ de tal processo, que arregimentado pelas forças políticas direcionaram agora mais uma vez a subordinação camponesa aos ditames do capital monopolista.

### 1.1 A criação de assentamentos rurais da Reforma agrária

Segundo dados do INCRA (2016), no Brasil existem 9.256 assentamentos, ocupando uma área de 88.314.857 hectares, e muitos deles não há previsão de regularização fundiária. Inclui-se que muitos desses assentamentos rurais foram implantados como política de regularização fundiária, assim como forma também de reassentamento de atingidos por grandes obras de desenvolvimento nacional.

De acordo com o relatório do INCRA (2018), a criação de assentamentos é feita através da publicação de uma portaria, onde constam os dados do imóvel, a capacidade estimada de famílias, o nome do projeto de assentamento. Para implantação do projeto de assentamento o órgão responsável inicia a com a instalação das famílias no local que é feito através do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA). Nesta etapa é feito o parcelamento do imóvel em lotes e são definidas e delimitadas as áreas comunitárias, as áreas de preservação ambiental, aquelas para instalação de escolas, igrejas etc. O quadro 01, melhor descreve as fases seguintes dos assentamentos.

Quadro 1: Criação de Assentamentos rurais - INCRA

INSTALAÇÃO DAS FAMÍLIAS	ESTRUTURAÇÃO	CRÉDITOS
É o marco inicial da vida no assentamento. É nessa fase que a família recebe sua gleba, para explorar e morar.	Após a instalação das famílias e de posse de um Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), o Incra começa os <b>investimentos em obras</b> de infraestrutura dos assentamentos.	As famílias recebem os primeiros créditos no período da instalação do assentamento. Em seguida, o Incra repassa os créditos produtivos para investimento, diversificação e melhoria do processo produtivo.

Fonte: INCRA, 2018.

Organização: SILVA, Maria Iêda da, 2019.

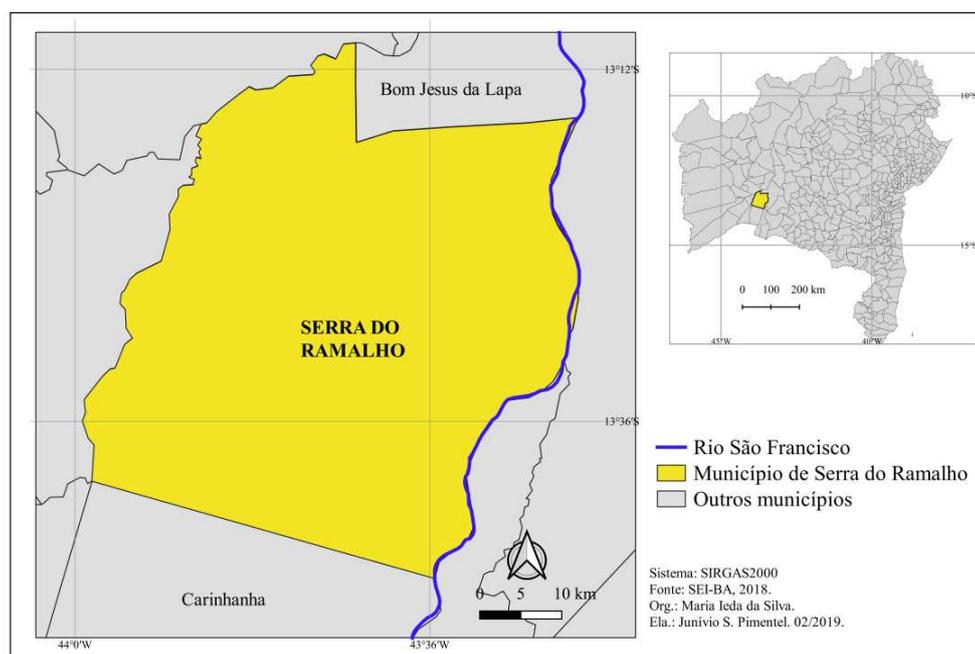
Desse modo, os assentamentos rurais se assentam na lógica do capital e na perversidade dos valores capitalistas de como esses espaços são socialmente produzidos e como são conduzidos pelas formas de controle e de dominação no seio de suas contradições nestes territórios em disputas. É sobre essa envergadura que nos debruçamos na próxima subseção, no qual as lutas pelo acesso e permanência na terra trabalho estão sujeitadas a lógica da implantação dos assentamentos rurais na área do antigo PEC-SR.

Assim, compreende-se a análise deste trabalho a partir da leitura crítica acerca da criação dos assentamentos rurais sobre a lógica de mercado, e coaduno com a afirmação de Mitidiero Jr. (2002, p. 12), onde o mesmo destaca que “o assentamento é o lugar onde as pequenas revoluções tomam uma materialidade mais concreta”. Ou seja, unidade onde os sujeitos sociais constroem sua identidade com a coletividade e a ajuda mútua.

## **1.2 O processo histórico de formação territorial dos Assentamentos em Serra do Ramalho/BA**

De acordo com o IBGE (2017), o município de Serra do Ramalho (fig.2) possui área de 2.342,149 km<sup>2</sup>, distribuída entre população estimada de 31.532 pessoas. Apresenta clima entre subúmido e semiárido, temperaturas média e máxima de 19,1 e 31,7°C e média de 25,6°C. É banhado pelos principais rios: Rio São Francisco, Rio Corrente. A agrovila 9 é a sede do município.

Figura 2: Mapa de localização do município de Serra do Ramalho-BA, 2019



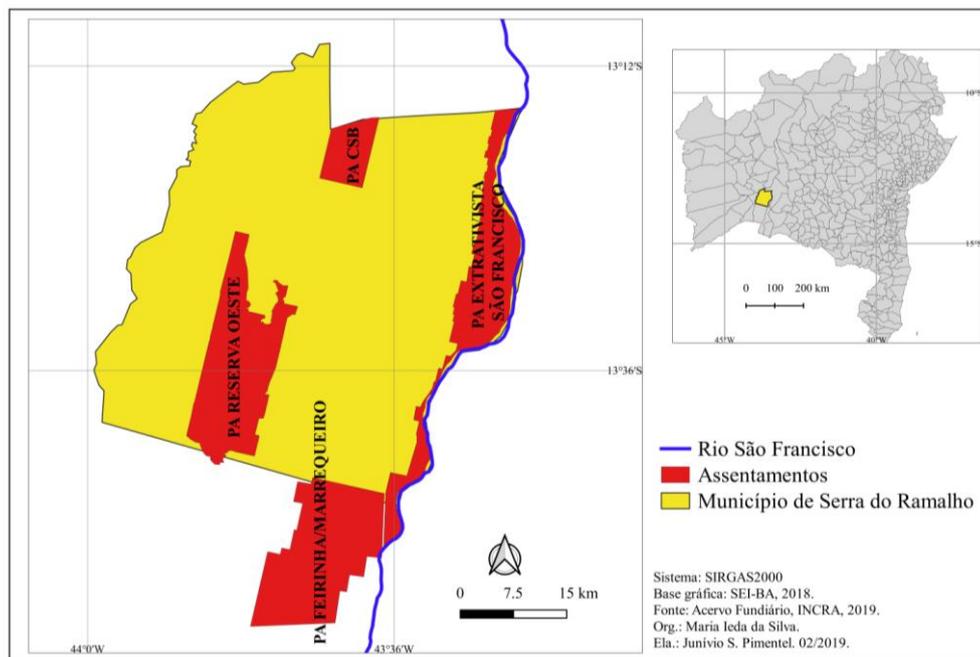
Fonte: SEI-BA, 2018.  
Elaboração: Junívio Pimentel, 2019.  
Organização: Silva, Maria Iêda da. 2019.

Entender a história de vida dos assentamentos rurais existentes em Serra do Ramalho, especificamente a CSB e o PAE-SF, faz necessário entender o processo de luta pela terra que se estabelece após a criação do PEC-SR e que foi intensificada nos anos finais da década de 1980, com a emancipação do antigo Projeto, agora município de Serra do Ramalho.

Esse movimento se reflete nas duas grandes reservas e a fazenda coletiva próxima ao PEC que passaram a ser ocupadas por sujeitos dos mais diferentes pontos da região e pelos sem-terra oriundos das áreas circunvizinhas. As famílias sem-terra viviam nas mais precárias condições, reivindicando dos órgãos competentes a regularização da permanência na área (ESTRELA, 2004).

Devido aos problemas sociais e também aos conflitos de lutas existentes neste espaço, no início da década de 1990 se intensificou ainda mais a ocupação massiva das áreas de reserva legal do antigo PEC, o que determinou o INCRA a criação de quatro assentamentos em 1995, entre eles: o PA Reserva Oeste, PA Feirinha Marriqueiro, o PA Companhia do Sudoeste da Bahia (CSB) e o Projeto Agroextrativista São Francisco (PAE-SF). (fig.3)

Figura 3: Mapa dos Assentamentos rurais em Serra do Ramalho- Bahia, 2019



Fonte: Acervo fundiário, INCRA, 2019.  
 Elaboração: Junívio S. Pimentel, 2019.  
 Organização: Maria Iêda da Silva, 2018.

Não dispondo de meios e de vontade política para coibir a ocupação, não restou ao INCRA outra alternativa senão aceitar as evidências (ESTRELA, 2004, p.142). Assim, a criação desses projetos de assentamento em Serra Ramalho foi realizada sob a égide do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). E o primeiro deles a ser regularizado foi o assentamento Reserva Oeste com capacidade de 841 famílias com uma área de aproximadamente 28.000 ha sendo 634 delas já estavam assentadas em 1994. (Relatório do INCRA, 1994).

Logo em seguida no dia 14 de novembro de 1995, visando o cultivo de culturas de subsistência, o INCRA cria o Projeto de Assentamento Companhia do Sudoeste da Bahia (CSB), conhecido como uma área coletiva de 5.664,37 ha para o assentamento de 209 famílias. Desde da época do PEC, a área abrangente da CSB era uma fazenda de uso coletivo e tinha como objetivo receber os animais das famílias que vieram para o projeto e assim desenvolver a criação extensiva às margens da BR 349/Brasília-Ilhéus.

Acerca da área coletiva, o relatório do Consórcio Noronha-Tams descrevia que:

As áreas da Fazenda CSB já estão sendo precariamente aproveitadas para pastoreio (sic) dito ‘comunitário’, supridas por água de poço (3 poços desativados, só funcionando), chegando a receber 4.000 animais ‘nas águas’ e mais de 1.000 na estação seca. Criadores que não dispõem de pasto nos seus lotes, ou não conseguem arrendá-lo transferem seu gado para as áreas da

Fazenda, ainda que os capins nela disponíveis se confundam com as capoeiras. Na verdade, tal como vem sendo explorada, a Fazenda tem seu uso monopolizado por aqueles colonos de mais posses instaladas nas Agrovilas da vizinhança; é tida hoje como fundo de pasto (de sequeiro), cuja utilização beneficia uns poucos criadores ‘ricos’. (CONSÓRCIO NORONHA-TAMS, s/d, p. 40).

Este relatório já apontava uma precariedade da área da Fazenda CSB ao ressaltar a influência das condições climáticas na região, assim como denunciava também o uso monopolizado dos grandes fazendeiros sobre as terras coletivas e o poder concentrador já existente neste espaço de uso coletivo.

Muitas famílias que estavam assentadas no PEC começaram a se organizar em uma nova luta pela terra. Esses camponeses não aceitaram viver distante das criações dos animais e começaram a ocupar lotes individuais da antiga fazenda, em sua maioria parentes e iniciaram ali o plantio de culturas e mantendo a criação de animais. A ocupação foi vista como irregular pelo INCRA e as cobranças começaram a ser feitas para que os posseiros deixassem a área.

Dessa maneira, o conflito estava instalado. As famílias tiveram o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e sob fortes reivindicações sociais pressionavam o INCRA para que regularizasse a antiga fazenda.

Quando indagados sobre o histórico da antiga CSB, os camponeses ressaltaram que poucos conhecidos e assentados do PEC trouxeram criações para a área e que existia no local os vaqueiros para cuidar das criações.

Nossa família quando chegou no PEC, meu avô só tinha 4 cabeças de gado e lembro o dia que meu pai e meu avô vieram para fazenda soltar as criações aqui. Quando meu pai decidiu ocupar esse pedacinho de terra, eu já tava com meus 15 anos e ainda lembro que a gente via alguns fazendeiros da região ou outros povos estranhos na redondeza da fazenda. Eles vinham aqui colocar o gadim na manga e sempre passava olhando suas criações (Entrevistado 6, CSB, 2018).

Meu pai antes de vir pra cá com a família, a gente morava na agrovila 2. Lembro que meu pai dizia que não confiava em deixar o “gadim” da gente assim solto e nas mãos dos outros. Várias vezes meu pai perdeu cabeças. Foi roubo. Não dava certo a gente morar longe da roça. Foi aí que meu pai resolveu ocupar um pedaço de terra aqui. Ele queria sempre ficar perto do seu lote e ver o seu “gadim”, tirar um leite e cuidar mesmo (Entrevistado 7, CSB, 2018).

Esses relatos demonstram a insatisfação dos assentados com a distância existente entre o lote e a agrovila. Eles estranharam a separação do local de produção e a agrovila. Outra

situação descrita pelo entrevistado 7 também foi retratada por Estrela ao afirmar que havia reclamações quanto ao trato do gado e ao sumiço das reses.

No que compreende ao Projeto Agro-extrativista São Francisco, o mesmo foi viabilizado e desapropriado para posse em 1974, mas só teve sua criação aprovada em 1995. Esse projeto nasce como uma área especial para as áreas remanescentes do PEC/SR, destinada a preservação permanente de uso exclusivo das populações ribeirinhas, extrativistas pesqueiras e assemelhadas. Essa particularidade diferencia dos demais Assentamentos de Reforma Agrária implantados no Estado no que diz respeito às suas características numa Área de Preservação Permanente (APP).

A primeira característica refere-se ao acesso à terra pelo processo da regularização fundiária e não pelo processo comumente conhecido - invasão, ocupação e desapropriação, dessa forma, não existe apenas uma questão jurídica, mas, um tecido social constituído que foi reconhecido legalmente. A segunda se refere à localização e que diz respeito ao fato destes assentados serem ribeirinhos, isto é, mantém uma tradição própria de sua vida no São Francisco. Uma comunidade socialmente constituída, composta por famílias ribeirinhas, nascidas e criadas na área, que carregam consigo uma história de vida e uma relação com a terra, com o rio, com o lugar. A terceira peculiaridade é que este assentamento se encontra localizado às margens do Rio São Francisco - em uma área de preservação permanente conforme legislação florestal e ambiental, portanto, há regras estabelecidas que devem ser atendidas. (SODRÉ, 2005, p. 04).

O PAE- SF está situado na parte leste do antigo PEC-SR, à margem esquerda do Rio São Francisco entre os municípios de Serra do Ramalho e Carinhanha- BA e ocupa uma área de 20 820,05 ha. O projeto é composto por onze (11) comunidades: Capão Preto, Barra da Ipueira, Pambu, Boa Vista, Palmas e Passos, Barreiro Grande, Vila Boa Esperança, Campinhos, Água Fria, Estreito e Mariópolis, totalizando um contingente populacional de 3.720 pessoas distribuídas em mais de 800 famílias assentadas legalmente e 200 delas se encontram em situação irregular. (INCRA, 2017).

A criação do PAE-SF representou uma luta muito grande da população ribeirinha que vivia nas áreas de reserva do PEC/SR e resistiram fortemente nas margens do rio São Francisco contra todas as adversidades impostas pelo Estado. A exemplo, várias famílias aceitaram se deslocar para o antigo PEC-SR, mas muitas delas não se adaptaram com as condições do projeto de colonização se recusaram a serem assentadas e, também pelo fato de viver longe do rio.

Na medida em que o tempo foi passando, o desencanto em relação ao Projeto chegou aos povoados. As reservas em relação à mudança para as agrovilas aumentaram. Os primeiros a empreenderem resistência à mudança para a agrovila foram os habitantes dos povoados situados à beira do Rio São Francisco, em áreas que, a partir da implantação do Projeto, se transformariam, segundo diziam os técnicos, em reservas extrativistas. Os habitantes de Campinhos e Boa Vista, por exemplo, resistiram a toda investida do Incra e só mudaram para as Agrovilas 8 depois de muitas idas e vindas. (ESTRELA, 2004, p.180).

Sua criação teve ainda como objetivo principal, a regularização fundiária das populações tradicionais de pescadores/agricultores que viviam na margem esquerda do Rio São Francisco, nas áreas de reserva do Projeto Especial de Colonização de Serra do Ramalho (PEC/SR), e foi coordenada pelo Movimento Estadual de Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombola (CETA). Cujo objetivo é um movimento social que luta por reforma agrária, coordena vários acampamentos e assentamentos de reforma agrária na Bahia e em Sergipe, sendo o responsável pela coordenação do PAE-SF.

Cabe ainda mencionar que a criação do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) é fruto de uma modalidade especial do INCRA sendo destinado à exploração de área dotada de riquezas extrativas, através de atividades economicamente viáveis, socialmente justas e ecologicamente sustentáveis, a serem executadas pelas populações oriundos de comunidades extrativistas. A obtenção da terra, criação do Projeto, a seleção dos beneficiários, aporte de recursos de crédito Apoio a Instalação e de crédito de produção (PRONAF A), Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) e a Titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade) (BRASIL, Portaria/INCRA/P/Nº 268 DE 23 DE OUTUBRO DE 1996).

Por ser uma reforma agrária ecológica, no PAE-SF não existe a posse individual da terra, sendo a regularização fundiária efetuada de forma coletiva, com emissão de Contrato de Direito Real de Uso entre o Incra e a Central das Associações do PAE-SF (CAPAESF) e cada família recebe um Termo de Reconhecimento de Ocupação que a habilita para o uso dos recursos naturais, e assim como a responsabiliza pelo cumprimento do Plano de Utilização. (GUIMARÃES, 2015, p. 26).

Atualmente, o PAE-SF é ocupado por uma população tradicional de ribeirinhos – pescadores artesanais e camponeses. E aos assentados/as do PAE – SF cabe as seguintes atividades produtivas permitidas e as proibidas, assim como as obrigatórias:

Atividades permitidas: diversas práticas agrícolas irrigadas e de sequeiro (feijão, milho, mandioca,), hortícolas, extrativistas de pesca (no rio e nas lagoas). piscicultura, artesanato e criação de animais (principalmente de pequeno porte), extração de areia (condicionada pela legislação ambiental) São atividades proibidas: “exploração do homem pelo homem” (Op.cit. p 19) na forma de arrendamento, trabalho de meia ou qualquer mecanismo, jogar lixo a céu aberto, caça de animais silvestre, uso de redes de pesca com malhas inferiores a 14 cm, ou qualquer pesca predatória, queimadas às margens do rio e das lagoas, extração de minérios. São também estabelecidas “atividades obrigatórias” para os assentados: limpeza dos canais de condução de água do rio até as lagoas; conservação e fiscalização das lagoas; conservação dos caminhos, varadouros, ramais e estradas; e efetuar denúncias de irregularidades à CAPAESF. Essas atividades podem ser consideradas uma espécie de contrapartida dos assentados para com a preservação da área do PAE-SF. (GUIMARÃES, 2015, p.27).

Em ambos assentamentos podemos perceber as características típicas do povo sertanejo no semiárido nordestino. São particularidades que marcam a luta de um povo e sua história de vida. No entanto, é preciso considerar que as ações oriundas de políticas públicas implementadas com a criação desses assentamentos e a forma como instalaram essas famílias marcaram também as distintas sociabilidades entre os descendentes das antigas fazendas, formados por *beraderos*, vaqueiros, artesanais, pescadores e camponeses, tão necessárias para a produção e a reprodução do modo de vida camponês às margens do Velho Chico. Assim, há que se entender esses sujeitos sociais a partir dos processos de (re)construção do território camponês e como produto concreto das lutas de classes (OLIVEIRA, 1995).

## 2. O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO E O CAMPESINATO: DA CONTRADIÇÃO AO PROCESSO DE RESISTÊNCIA

Para entender a conjuntura atual da questão agrária e a inserção do capital financeiro no campo devemos nos remeter uma leitura teórica da natureza dos fenômenos e suas proposições específicas desde o histórico do processo do modo de produção capitalista e, conseqüentemente o processo de mundialização do capital, utilizando para isso as bases materialistas quanto a problemática das forças produtivas e as formas sociais historicamente construídas. Neste sentido, o presente capítulo contempla os estudos e debates que mais contribuíram para o entendimento do campesinato como classe e sua reprodução na dinâmica contemporânea do processo de produção capitalista.

Há que recordar, neste contexto, que segundo Marx [1859], o desenvolvimento capitalista está extremamente ligado a um processo avassalador e abominável de uma sociedade dominada pelo capital e gerida pelo modo de produção, onde as forças produtivas e as relações sociais se constituem objetos de amplas proporções em uma realidade cada vez mais contraditória, desigual e complexa. Compreende-se sua origem a partir do pressuposto que “a mercadoria é uma forma social que comporta tanto o valor de troca como o valor de uso, mas essa forma aparece só como valor de uso, material e “coisificado” (MARX, 2012, p. 11).

Para Coggiola, o capitalismo nasceu da apropriação da esfera da produção pelo capital, substituindo os modos de produção feudais. Assim, o capitalismo

(o modo de produção baseado na hegemonia do capital sobre todas as outras relações sociais) não é qualquer sistema econômico dinamizado pela procura de lucro, mas só aquele baseado nas relações de produção capitalistas, no qual o lucro se origina na mais-valia extraída (extorquida) na e pela exploração da força de trabalho livremente contratada e remunerada por um salário. Diversamente das sociedades que o precederam, no capitalismo o processo de trabalho se desdobra, ou apresenta uma face dupla e contraditória: ele é, como em todas as sociedades precedentes, processo de trabalho (criador de valores de uso) e também, diversamente dessas sociedades, processo de valorização (criador de valor). (COGGIOLA, 2014, p.16).

Historicamente, os escritos sobre o Capital de Marx já elucidavam as profundas mudanças de um modo de produção tão desigual e contraditório. Ou seja, o admirável mundo novo do capitalismo deslumbrou-se oprimindo, dominando, alienando e ampliando as desigualdades entre as classes sociais.

Segundo Marx (1989b), o modo de produção capitalista floresce enquanto uma força social hegemônica, através da conquista colonial feita por roubos, assassinatos e saques e, passa a emergir na gênese histórica da ordem burguesa se materializando na existência dos elementos centrais como meios de produção e força de trabalho.

Na medida em que seu caráter expansionista se movimenta inexoravelmente e atravessa amplos e diversos espaços, o sistema capitalista se reveste voluptosamente pela necessidade constante de se reproduzir em todos os lugares, ampliando sua totalidade na transnacionalização do capital, principalmente de forma progressiva por mercados e matérias-primas. Sobre esse assunto, Marx e Engels escrevem sobre a transnacionalização do capital, no livro O Manifesto do Partido Comunista, ao destacarem que:

A burguesia não pode existir sem revolucionar continuamente os instrumentos de produção e, por conseguinte, as relações de produção, portanto todo o conjunto das relações sociais...o contínuo revolucionar da produção, o abalo constante de todas as condições sociais, a incerteza e a agitação eternas distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Todas as relações fixas e cristalizadas, com seu séquito de crenças e opiniões tornadas veneráveis pelo tempo, são dissolvidas, e as novas envelhecem antes mesmo de se consolidarem. Tudo o que é sólido e estável se volatiliza, tudo o que é sagrado é profanado, e os homens são finalmente obrigados a encarar com sobriedade e sem ilusões sua posição na vida, suas relações recíprocas. A necessidade de mercados cada vez mais extensos para seus produtos impele a burguesia para todo o globo terrestre. Ela deve estabelecer-se em toda parte, instalar-se em toda parte, criar vínculos em toda parte. Através da exploração do mercado mundial, a burguesia deu um caráter cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países. Para grande pesar dos reacionários, retirou de baixo dos pés da indústria o terreno nacional. As antigas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a ser destruídas a cada dia. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão de vida ou morte para todas as nações civilizadas; indústrias que não mais empregam matérias-primas locais, mas matérias-primas provenientes das mais remotas regiões, e cujos produtos são consumidos não somente no próprio país, mas em todas as partes do mundo. Em lugar das velhas necessidades, satisfeitas pela produção nacional, surgem necessidades novas, que para serem satisfeitas exigem os produtos das terras e dos climas mais distantes. Em lugar da antiga auto-suficiência e do antigo isolamento local e nacional, desenvolve-se em todas as direções um intercâmbio universal, uma universal interdependência das nações. E isso tanto na produção material quanto na intelectual. Os produtos intelectuais de cada nação tornam-se patrimônio comum. A unilateralidade e a estreiteza nacionais tornam-se cada vez mais impossíveis, e das numerosas literaturas nacional e local formam-se uma literatura mundial. (MARX e ENGELS, 1997, p. 121).

Neste sentido, a necessidade de mercados e de se estabelecer-se em toda parte, por produtos, matérias -primas e a exploração de novos espaços, faz com que a burguesia em seu

caráter cosmopolita permeasse o movimento do capital em todos os países do mundo, desenvolvendo-se em todas direções um intercâmbio universal e cada vez mais interdependente entre as nações.

Nesta lógica, o processo capitalista influencia todas as relações de produção e as forças produtivas ao destruir ou recriar outras formas de trabalho, de subsistência, de vida, como nos alertou (MARX, 1859 apud COGGIOLA, 2014) que essa prostituição geral do desenvolvimento capitalista é uma fase necessária, ao configurar-se “como um modo de produção por identificar-se com a venalidade geral, isto é, com a troca em potencial de todos os produtos, coisas, sentimentos e relações”. Sobre esse processo, Otávio Ianni afirma:

Que o capitalismo é um processo simultaneamente social, econômico, político e cultural de amplas proporções, complexo e contraditório, mais ou menos inexorável, avassalador. Influencia todas as formas de organização do trabalho e vida social com as quais entra em contato. Ainda que se preservem economias de subsistência, artesanatos, patrimonialismos, clãs, nacionalidades e nações, entre outras formas de organização da vida e do trabalho, ainda assim o processo capitalista influencia, tenciona, modifica, dissolve ou recria todas e quaisquer formas com as quais entra em contato. Exerce influência moderada ou avassaladora, dependendo do Estado em que se encontra, bem como da formação social do Estado com o qual se defronta (IANNI, 2001, p.56).

Sobre o desenvolvimento incomensurável do capitalismo, a sociedade burguesa moderna desenvolvia-se a passos alarmantes e multiplicando seus capitais, sempre acompanhada por profundas transformações econômicas, principalmente pelo processo de troca e ampliação das funções do dinheiro, as quais tornaram-se possível com estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial.

Para tanto, de acordo com Marx (2006) o capitalismo ao se desenvolver e se reproduzir acumulando capital, passou a desenvolver também pela exploração ampliada tanto da força de trabalho, quanto das potencialidades naturais do solo em produzir alimentos e matérias-primas. Assim, vislumbrando a dupla irracionalidade do processo de exploração, sentenciou:

[...] todo progresso da agricultura capitalista significa progresso na arte de despojar não só o trabalhador, mas também o solo; e todo aumento da fertilidade da terra num tempo significa esgotamento mais rápido das fontes duradoura dessa fertilidade”. [...] A produção capitalista, portanto, só desenvolve a técnica e a combinação do processo social de produção, exaurindo as fontes originais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador. (MARX, 2006, p. 571).

Historicamente a transição da manufatura à indústria moderna marcou a consolidação do poder hegemônico do modo capitalista de produção, pois o capital subsumiu não apenas a produção manufatureira aos seus interesses, mas passou a explorar a força do trabalhador e a natureza para aumentar sua extração de mais-valia. A partir dessa análise, o sistema capitalista arquitetou todas as condições materiais possíveis para remover todos os entraves que impunham à expansão do capital pelo mundo.

Marx (1989b), ao teorizar sobre as leis que regiam o movimento e o desenvolvimento do capitalismo, discorreu sobre esse assunto, afirmando que:

A indústria moderna atua na agricultura mais revolucionariamente que em qualquer outro setor, ao destruir o baluarte da velha sociedade, o camponês, substituindo-o pelo trabalhador assalariado. A necessidade de transformação social e a oposição de classes no campo são assim equiparadas às da cidade. Os métodos rotineiros e irracionais da agricultura são substituídos pela aplicação consciente, tecnológica da ciência. O modo de produção capitalista completa a ruptura dos laços primitivos que, no começo, uniam a agricultura e a manufatura. Mas ao mesmo tempo cria as condições materiais para uma síntese nova, superior, para a união da agricultura e da indústria, na base das estruturas que desenvolveram em mútua oposição (MARX, 1989b, p. 577-578).

Neste sentido, a trajetória histórica do capitalismo fincou-se com o desenvolvimento da grande indústria moderna, através da qual tomou-se como ponto de partida, a criação de um mercado mundial e ampliou sua atuação na agricultura ao operar com as necessidades de expansão do capital. Assim, “a coação surda das relações econômicas consolida o domínio do capitalista sobre o trabalhador”. (MARX, 1983a, p. 854).

Ao mesmo tempo que cria as condições materiais para uma síntese nova, a indústria opera também na transição da subsunção formal à subsunção real do trabalho ao capital, pois segundo Marx (1988) o capitalismo efetivamente produziu o trabalhador “livre”, ou seja, está “liberado” de todos os meios e instrumentos de produção, de todas as posses e propriedades, restando-lhe apenas a “liberdade” de vender sua força de trabalho.

Dessa forma, o crescimento da indústria capitalista trouxe ainda a expulsão dos camponeses de suas terras e da exploração ampliada do trabalho ao obrigá-los a procurar empregos nas cidades, elevando assim o exército de reserva de mão de obra para que a indústria moderna continuasse eternizando as condições de exploração do trabalhador, conforme pontua Marx:

A separação entre o produto do trabalho e o próprio trabalho, entre as condições objetivas do trabalho e sua força subjetiva de trabalho, era a base realmente dada, o ponto de partida do processo de produção capitalista. Mas o que era, no princípio, apenas ponto de partida, é produzido e perpetuado sempre de novo, por meio da mera continuidade do processo, da reprodução simples, como resultado próprio da produção capitalista. Por um lado, o processo de produção transforma continuamente a riqueza material em capital, em meios de valorização e de satisfação para o capitalista. Por outro, o trabalhador sai do processo sempre como nele entrou — fonte pessoal de riqueza, mas despojado de todos os meios, para tornar essa riqueza realidade para si. Como, ao entrar no processo, seu próprio trabalho já está alienado dele, apropriado pelo capitalista e incorporado ao capital, este se objetiva, durante o processo, continuamente em produto alheio. (MARX, 1996, p. 203-204).

Este processo ao provocar o divórcio entre os trabalhadores e a propriedade sobre as condições de trabalho, fez com que as necessidades da indústria moderna fossem atendidas a fim de que sua expansão e existência pudessem abranger todos os setores, ao criar e recriar as forças produtivas que se desenvolviam de forma intensiva e extensiva dentro desse modo de produção que passa a se acentuar em uma escala cada vez maior ao longo da história.

Revela-se neste sentido, o aumento do crescimento produtivo e o desenvolvimento das forças produtivas, quando sob a faceta da industrialização da agricultura passa a desencadear acentuadas mudanças ao provocar novas relações de trabalho, a subordinação da produção camponesa e, conseqüentemente ao consolidar a venda da força de trabalho do camponês, intensifica-se a desvalorização do trabalhador, como resultado perverso e exploratório da acumulação capitalista no campo. Acerca desse assunto, Marx nos Grundrisse, contribui dizendo que:

O trabalho já não aparece incluído no processo de produção, mas o homem se apresenta como guardião e regulador desse mesmo processo [...] Com esta transformação não é o tempo de trabalho utilizado nem o trabalho imediato efetuado pelo homem, que surgem como o fundamento principal da produção de riqueza; é sim, a apropriação da sua força produtiva geral, do seu entendimento da natureza e da sua faculdade de dominar, desde que se constitui em corpo social; numa palavra, o desenvolvimento do indivíduo social representa o fundamento essencial da produção da riqueza. O roubo do tempo de trabalho de outrem sobre o que assenta a riqueza atual surge como uma base miserável relativamente à base nova, criada e desenvolvida pela própria grande indústria. (MARX, 1978, p. 202).

Com essa análise, nota-se que a compra da força de trabalho se torna um objeto de produção ao ser apropriado pelo capitalista e incorporado ao ciclo alienante como produto da

produção de riquezas em um movimento cada vez mais imediato e sagaz através do trabalhador coletivo. Há neste processo a intensificação do desenvolvimento das forças produtivas condicionadas à forma das relações de produção entre os homens e as relações sociais sob o condicionante de que o capital inclui-se forçosamente na relação de trabalho a fim de ampliar o seu processo de acumulação e reprodução ampliada.

O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. [...]. Em certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção ou, o que é sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham movido até então. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se em seu entrave. (MARX, 1983d, p.24-25).

Essas transformações acossadas por suas contradições passaram a modernizar o campo e ocasionaram uma proletarização rural, fato este em que os camponeses são forçados a deixar sua propriedade para vender sua força de trabalho. Tal situação exploratória do capitalismo, passa a expandir relações capitalistas nas médias e grandes propriedades, assim como as relações não-capitalistas baseadas no trabalho familiar do camponês nas pequenas propriedades.

Uma das grandes estudiosas e revolucionária, a polonesa Rosa Luxemburgo se destacou no campo do debate marxista, ao afirmar que o desenvolvimento do capitalismo no espaço agrário em seu processo de acumulação, necessita da reprodução de relações tipicamente não-capitalistas. Para a autora:

O processo de acumulação de capital está ligado por relações de valor e de materiais: ao capital constante, ao capital variável e à mais-valia e as formas de produção não-capitalistas. [...] A acumulação de capital não pode ser explanada sob a hipótese do domínio exclusivo e absoluto da forma de produção capitalista, já que sem os meios não-capitalistas tornou-se inconcebível em qualquer sentido [...] a acumulação do capital como processo histórico depende, em seus aspectos, de camadas e formas sociais não-capitalistas. [...] no sentido da doutrina marxista a solução (ao problema da acumulação capitalista) é encontrada nessa contradição dialética; a acumulação capitalista necessita, para seu desenvolvimento de um meio ambiente de formações sociais não-capitalistas. (LUXEMBURGO, 1985, p. 314-315).

Nesta análise, ligadas a expansão do próprio capitalismo, as relações não-capitalistas são correlacionadas como formas de obter a mais-valia e acumular capital.

É importante destacar que “isso decorre do fato de que o modo capitalista de produção não é na essência um modo de produção de mercadorias no seu sentido restrito, mas sim modo de produção de mais-valia”, segundo Oliveira (2010, p. 05). Acerca desse modo de produção de mais-valia, o autor ressalta ainda que:

[...] devemos ter claro que o produto final do processo de produção não é a mais-valia e sim a mercadoria. Esta contém a mais-valia, que não se confunde com o produto final do processo de produção, ou em outras palavras, a mais-valia está prisioneira à mercadoria, e a sua realização se dá com a circulação, quando o movimento de rotação do capital se completa (D – M – D’). É no momento da produção que a mais-valia é gerada pelo trabalho (das classes trabalhadoras) ou seja, é produzida; porém é no momento da circulação que a mais-valia é realizada. (OLIVEIRA, 2010, p. 05).

Para o referido autor, o modo capitalista de produção não está circunscrito apenas e tão-somente à produção, mas também à circulação de mercadorias, da troca de mercadorias por dinheiro e de dinheiro por mercadorias. Todo esse processo ocorre em um contexto entendido como processo (contraditório) de reprodução capitalista ampliada do capital e abrange ainda a leitura sobre a permanência e a reprodução do campesinato frente ao desenvolvimento do capitalismo, conforme salienta que:

O desenvolvimento do capitalismo é produto de um processo contraditório de reprodução capitalista ampliada do capital. Ou seja, o modo capitalista de produção não está circunscrito apenas à produção imediata, mas também à circulação de mercadorias, portanto, inclui também a troca de mercadorias por dinheiro e, obviamente, de dinheiro por mercadorias. O desenvolvimento do modo capitalista de produção, entendido como processo contraditório de reprodução ampliada do capital, pressupõe a criação capitalista de relações não-capitalistas de produção, uma vez que o capital, ao reproduzir-se, reproduz também de forma ampliada as suas contradições. (OLIVEIRA, 2007, p. 20)

É neste desenvolvimento do modo de produção que culmina as contradições existentes na relação do capital com o trabalhador, subordinado as condições de sobrevivência, ou seja, a reprodução social da família. Assim, “ao mesmo tempo em que o capital cresce, acumula contradições inerentes ao seu próprio crescimento: ele não pode crescer sem o trabalho e, ao mesmo tempo, cada vez mais dispensa trabalho devido à modernização técnica” (MARTINS, 1991, p.52).

Em seu processo de expansão, o sistema capitalista passou a favorecer cada vez mais a ordem burguesa, aumentando a concentração de riquezas, a exclusão dos interesses dos trabalhadores e, forçosamente ampliando as relações não-capitalistas em todos os lugares, a fim de que as sociedades absorvam o excedente da mais-valia e alimentam de todas as formas econômicas da acumulação capitalista. Assim como, já enunciava Luxemburgo:

Se o capitalismo, portanto, vive de formas econômicas não capitalistas, vive, a bem dizer, e mais exatamente, da ruína dessas formas. Necessitando obrigatoriamente do meio não capitalista para a acumulação, dele carece como meio nutriente, à custa do qual a acumulação se realiza por absorção. Considerada historicamente, a acumulação de capital é o processo de troca de elementos que se realiza entre os modos de produção capitalistas e os não capitalistas. Sob esse prisma, ela consiste na mutilação e assimilação dos mesmos, e daí resulta que a acumulação de capital não pode existir sem as formações não capitalistas. (LUXEMBURGO, 1985, p. 285).

Para a autora, seria impossível o desenvolvimento do capitalismo sem as formas econômicas não-capitalistas, pois para acumular-se, o capital necessita obrigatoriamente dessa absorção de “nutrientes exteriores” a si mesmo para o seu próprio crescimento e para se estabilizar, seja as matérias- primas, mão-de- obra ou mercado consumidor e comprador.

Ainda que as formas não-capitalistas fossem importantes para a reprodução e a expansão do capital no seu constante processo de acumulação primitiva, tal perspectiva corroboraria por outro lado com a (re)criação das condições de reprodução do campesinato, devido às contradições inerentes na dinâmica do próprio sistema capitalista de produção.

O reflexo desse processo ao longo dos anos na agricultura acentuou-se com as grandes transformações que o mundo agrário sobreveio a sofrer com as exigências da indústria moderna e o fenômeno da urbanização. Essa nova fase do desenvolvimento do capitalismo global no século XX, imprimiu ao campesinato um novo modelo, o da modernização conservadora, que ao integrar as atividades agrícolas à indústria, reiteradamente subordinaram o camponês, o trabalhador e a produção camponesa aos imperativos da expansão do capital no campo.

Na medida em que o capitalismo se desloca espaço-temporalmente<sup>7</sup>, expandindo-se por várias regiões, territórios e lugares do planeta, a nova era da globalização passa a envolver o capital na agricultura produzindo novas relações de produção, de trabalho e de proletarização

---

<sup>7</sup> O geógrafo britânico David Harvey relaciona o termo espaço-temporal como o capital sobreacumulado é direcionado e realocado no espaço e no tempo, devido aos fluxos de capitais sobreacumulados através da malha financeira global, que vão expandindo para as economias subordinadas ao poder da hegemonia dos grandes capitais.

dos trabalhadores. De um lado, verifica-se a fragilidade da agricultura camponesa frente à mercantilização da produção, de outro, têm-se os processos de subordinação/exploração dos sujeitos sociais, deixando-os à mercê de interesses capitalistas. Neste contexto, Marta Inez destaca que:

A globalização do capital na agricultura envolve a terra e o trabalho em seu movimento de contínua criação e re-criação de paisagens geográficas ou ordenações espaço-temporais. A terra, dado o seu caráter imóvel, é “globalizada” na medida em que o capital se desloca criando novas frentes de expansão, comprando ou alugando terras e promovendo mudanças quanto ao seu uso e/ou regime de propriedade. O trabalho, por sua vez, pode ser afetado de diferentes maneiras com a destruição de antigas relações de produção, precarização e crescente proletarização dos trabalhadores, estímulo à mobilidade espacial, criação de uma variedade de formas de subcontratação do trabalho da unidade de produção familiar etc. (MARQUES, 2008a, p. 54-55).

Mesmo com tantas situações distintas, o campesinato tem encontrado forças e assegurado, seu lugar histórico como classe social, fortalecendo, assim sua permanência frente aos desafios da agricultura capitalista. A fim de compreender esse processo e suas implicações na esfera brasileira e de como ele tem se reproduzido e se recriado mesmo que de forma subordinada, produzindo assim um movimento contraditório dentro do próprio modo de produção capitalista, que esse processo será melhor abordado no próximo ponto.

## **2.1 O processo de monopolização do território na expansão financeira e produtiva do capital**

Assim como em outros contextos históricos, a constituição do campesinato no Brasil passou por um conturbado processo doloroso e enraizado desde a colonização a um processo nacional de luta pelo acesso, permanência à terra e sua reprodução social. Entretanto, esta constituição ao longo dos anos estabeleceu-se com suas particularidades ao se deparar com um processo histórico de apropriação da terra pelo capitalista, resultando na alta concentração de terras, a não distribuição e regulamentação de terras, bem como, a resistência à proletarização no campo e à subordinação real do trabalho ao capital.

Esse processo, de apropriação concentrada da terra no Brasil originou-se com a ocupação do território pelos portugueses no século XVI. No período colonial, a divisão fundiária baseava em doação de grandes extensões de terras, ou seja, as concessões eram feitas através do sistema de sesmarias. De fato, o regime de sesmarias representou inicialmente o

surgimento da concentração fundiária nas mãos de poucos com a formação de grandes latifúndios, a qual ampliaria ainda o poderio e o enriquecimento da Coroa Portuguesa no país.

Com a Lei nº 601 de 1850, conhecida como a Lei de Terras, surgia-se novos aspectos relacionados a regularização do acesso à terra, e caracterizava o novo momento para a questão agrária no Brasil. Visando direcionar juridicamente a aquisição de terras no país, a Lei de 1850 vedou qualquer outra forma de obtenção de terras a não ser pela aquisição de títulos de forma legal, ou seja, o acesso à terra por via da compra.

No entanto, a legitimação e a efetivação da lei nº 601/1850 acabou favorecendo a manutenção da propriedade concentrada, já que os grandes senhores, os donos do poder se encontravam no domínio político, nas grandes fazendas e na alta classe, que entres outros aspectos, acabou por gerar a formação da propriedade privada, ou seja, a terra tornou-se mercadoria, um instrumento de dominação “cativa”, onde tem se a extração da renda capitalizada terra, ou seja da fração da mais-valia social. Sobre o contexto, Oliveira esclarece:

No capitalismo, a terra, transformada também em mercadoria, tem um preço, mas não tem valor, porque não é produto criado pelo trabalho humano. A propriedade capitalista da terra é renda capitalizada; é direito de se apoderar de uma renda, que é uma fração da mais-valia social e, portanto, pagamento subtraído da sociedade em geral. Isso ocorre devido ao fato de que uma classe detém a propriedade privada da terra e só permite a sua utilização por meio de produção (arrendada ou não), através da cobrança de um tributo: a renda capitalista da terra. É por isso que, sob o capitalismo, a compra da terra é compra de renda antecipada. Quando estamos diante da grilagem de terras, esse processo revela seu verdadeiro caráter: o caminho ‘gratuito’ do acesso à renda, do acesso ao direito antecipado de obter o pagamento da renda, sem mesmo ter sequer pago pra poder auferi-la.(OLIVEIRA, 2007, p.66)

Por outro lado, a Lei de Terras trouxe grandes dificuldades na privação do acesso à terra pelos trabalhadores, os escravos libertos e os demais camponeses de serem proprietários, os quais faltaram-lhes dinheiro para a compra de posses, o que resultou compulsoriamente ao processo da venda de força de trabalho aos grandes latifundiários. Sobre esse assunto, Martins (1999) assevera:

É que, a Lei de Terras, longe de ter por objetivo a liberalização do acesso à terra, teve por objetivo justamente ao contrário: instituir bloqueios ao acesso à propriedade por parte dos trabalhadores, de modo que eles se tornassem compulsoriamente força-de-trabalho das grandes fazendas (MARTINS, 1999, p. 76)

Intui-se que a criação desta lei significou a primeira medida legal de consolidação das relações capitalistas dominantes acerca da propriedade privada. Estava ainda ligada as dificuldades nas aquisições de terras e na elevação dos preços a fim de dificultar a aquisição dos lotes pelos trabalhadores, restando-os a venda de sua força de trabalho.

Desse modo, a Lei de Terras de 1850 consolidou definitivamente a propriedade capitalista da terra no Brasil, garantindo a monopolização da terra pelo capital, ao transformá-la em propriedade mercantil e, conseqüentemente, afetando a luta dos camponeses na/pela terra contra a expulsão e a expropriação do campo.

É inegável que as condições e possibilidades para a reprodução ampliada e a acumulação de capital no Brasil também passaram a existir no desenvolvimento das relações contraditórias e no antagonismo deste modo vigente. Por raízes teóricas e dentro da linha dialética, acredita-se que o desenvolvimento do modo capitalista de produção no nosso país é produto de um processo contraditório e combinado. Ou seja, para o estudo da agricultura brasileira neste processo de desenvolvimento, deve-se levar em consideração as relações especificamente capitalistas e também as relações camponesas de produção, conforme destaca Oliveira (2007):

Esse processo contraditório do desenvolvimento capitalista decorre do fato de que a produção do capital nunca é, ou seja, nunca decorre de relações especificamente capitalistas de produção, fundadas, pois, no trabalho assalariado e no capital. Para que a relação capitalista ocorra é necessário que seus dois elementos centrais estejam constituídos, o capital produzido e os trabalhadores limites das relações especificamente capitalistas, pois estas são na essência, o processo de reprodução ampliada do capital. É uma espécie de acumulação primitiva permanente do capital, necessária ao seu desenvolvimento. Portanto, para os autores dessa corrente o processo contraditório de reprodução ampliada do capital além de redefinir antigas relações de produção, subordinando-as à sua reprodução, engendra relações não capitalistas igual e contraditoriamente necessárias à sua reprodução (OLIVEIRA, 2007, p. 11)

Tal assertiva tem correspondência quando afirmamos que o campesinato não desapareceu, ao contrário, ele se recriou a partir de um processo contraditório e combinado no seio do desenvolvimento do modo capitalista de produção.

Para explicar este processo de desenvolvimento do capitalismo em sua natureza desigual e contraditória, Oliveira (1999), apresentou ainda uma análise teórica acerca desse processo, sob duas formas: ora pela territorialização do capital, ora pela monopolização do território.

A territorialização do capital é um mecanismo especificamente capitalista em que o capitalista se torna também proprietário de terra. Nesse caso, o capital domina diretamente os

meios de produção e expulsa os trabalhadores do campo para se tornar mão-de-obra assalariada nas cidades ou no próprio campo. O capitalista/prorietário de terra se apropria simultaneamente do lucro da atividade industrial e da agrícola e a renda da terra originada por esta atividade agrícola.

Nota-se que o capital monopolista encontrou na monopolização da produção formas não-capitalistas de produção para se reproduzir. Isso ocorre através das estratégias definidas dentro dessa lógica,

Em que o próprio capital cria as condições para o campo produzir as matérias-primas para as indústrias capitalistas ou mesmo viabilizem o consumo dos produtos industriais no campo. [...] Este processo revela que o capital sujeitou a renda da terra produzida pelos camponeses à lógica, ou seja, está-se diante da metamorfose da renda da terra em capital. O que o processo revela, portanto, é que estamos diante do processo de produção do capital que nunca é produzido por relações especificamente capitalistas. (OLIVEIRA, 2004b, p. 42).

Convém lembrar que a monopolização do território pelo capital mostra que o capital sujeita a renda da terra produzida pelos camponeses à sua lógica, ou seja, é a influência do agronegócio no território camponês que faz com que ele tenha que produzir para vender seu produto, segundo as determinações mercantis atreladas à lógica de mercado. Há, portanto, a transformação da renda da terra em capital sem a necessidade de sua territorialização de maneira concreta - direta.

No seu processo de expansão, o sistema capitalista promove a reestruturação do campo nas suas formas mais distintas, sendo reconstruídas, e reconstituídas com o mesmo propósito, o de extrair a renda da terra para os grandes proprietários. Acerca dessa análise, Oliveira (1986) afirma que:

A renda da terra é uma categoria especial na Economia Política, porque ela é um lucro extraordinário, suplementar, permanente, que ocorre tanto no campo como na cidade. O lucro extraordinário é a fração apropriada pelo capitalista acima do lucro médio. Na indústria ele é eventual, devido ao avanço tecnológico, entretanto na agricultura ele é permanente, pois, por exemplo, existem diferenças entre a fertilidade natural dos vários tipos de solos. (OLIVEIRA, 2007, p.43).

Para Marx (1980), a renda da terra provém da mais-valia. Deriva do processo de distribuição da mais-valia social. Assim quando o capital aumenta sua capacidade produtiva, está criando condições para aumentar a extração de trabalho não-pago, também, a terra

possibilita ao seu proprietário a capacidade de apropriar-se de parte da mais-valia social, ou seja, a renda da terra nada mais é do que, a remuneração pelo direito de uso da terra imposto ao capital.

Neste contexto, ao se questionar como esse processo ocorre e quais são os tipos de renda gerada pela terra, o que se verifica é que onde o capital não se torna um proprietário real das terras para extrair o lucro e a renda, ele com suas artimanhas vai assegurar o direito de extrair a renda e a expropriação do trabalho familiar.

A expansão do capitalismo no campo se dá primeiro e fundamentalmente pela sujeição da renda territorial ao capital. Comprando a terra, para explorar ou vender, ou subordinando a produção familiar de tipo camponês, o capital mostra-se fundamentalmente interessado na sujeição da renda da terra, que é a condição para que ele possa sujeitar também o trabalho que se dá na terra. (MARTINS, 1994, p. 177)

De acordo com Oliveira (2010), o processo de apropriação da renda da terra se dá no processo de sujeição da renda ao capital nos setores da produção não-capitalista, no caso nas propriedades camponesas, cujo trabalho é baseado nas forças produtivas do grupo familiar. Dessa forma, Martins enfatiza:

[...] assim, como o capital pode apropriar-se do trabalho, também pode apropriar-se da terra. Assim como o capitalista precisa pagar um salário para se apropriar da força de trabalho, precisa pagar uma renda para se apropriar da terra. Assim como a força de trabalho se transforma em mercadoria no capitalismo, também a terra se transforma em mercadoria. Assim como o trabalhador cobra um salário para que sua força de trabalho seja empregada na reprodução do capital, o proprietário da terra cobra uma renda para que ela possa ser utilizada pelo capital. (MARTINS, 1983, p.160).

No entanto, ao se apropriar do trabalho dos camponeses, o capital se reproduz através das relações não capitalistas do campesinato, para garantir a sua acumulação.

Percebe-se que o capital na ânsia de dominar todo o processo, quer através de relações tipicamente capitalistas, quer através de relações não capitalistas no campo, cria condições para sua reprodução, expropriando ou subordinando a produção camponesa, pois este, ao sujeitar a produção à circulação, cria condições para também sujeitar a renda da terra e apropriar do trabalho familiar, conforme ressalta Oliveira:

Nesse caso, quando submete o camponês aos seus ditames está sujeitando a renda da terra ao capital. Está convertendo o trabalho excedente do camponês

e sua família em renda capitalizada. Está se apropriando da renda sem ser proprietário da terra. Está produzindo o capital via não especificamente capitalista. (OLIVEIRA, 2007, p. 32).

Nesse sentido, esta sujeição da renda da terra, pode ser entendida, também, como a grande força propulsora que leva o capital a permitir a coexistência e a sustentação da produção camponesa.

Já nas proposições de Kautsky (1980) o modo de produção capitalista passou a substituir o modo simples quando o trabalhador deixa de ser o proprietário dos meios de produção que passam a pertencer ao capitalista, esse por sua vez compra a força de trabalho do trabalhador que vai produzir mercadoria. Para o autor, o avanço das relações capitalistas na agricultura seria um processo irreversível e isso tenderia o desaparecimento da produção camponesa. Essa leitura realizada por Kautsky decorre, em virtude do assalariamento do trabalho e da propriedade privada da terra.

Em um sentido amplo, o capital consegue dentro de uma lógica usurpar a produção agrícola, ao tender à introduzir o trabalho assalariado no campo.

Kautsky (1986) sinaliza em seus estudos os limites da exploração capitalista, ao ressaltar que a dependência dos camponeses em relação ao trabalho acessório (trabalho parcial e temporário realizado em propriedades ou nas cidades) para sobreviver e o seu grau crescente de miserabilidade minavam a possibilidade de reprodução social dos camponeses como produtores rurais, processo que os conduzia definitivamente – é tendencial - à proletarização.

O trabalho acessório mais a alcance do pequeno camponês é o trabalho agrícola assalariado. Já o encontramos na época feudal, logo que a diferenciação na aldeia se aprofundou de tal modo que umas explorações se tornaram muito pequenas para o sustento dos respectivos donos, e as outras muito grandes, de maneira a exigir braços com que não contavam o proprietário e sua família. (KAUTSKY, 1980, p.198).

Entretanto, para Oliveira (1999), o capitalismo ao mesmo tempo em que gera a expansão do trabalho assalariado nas grandes e médias propriedades e estabelecimentos, gera o trabalho familiar camponês nas pequenas propriedades e estabelecimentos. A expansão do trabalho assalariado contraditoriamente abre possibilidades para a expansão e reprodução do trabalho familiar camponês.

Neste sentido, Martins (1994) ressalta a existência dos camponeses proprietários ou dos camponeses que exploram a terra de trabalho de maneira marginal (arrendatários, posseiros,

meeiros), que sobrevivem com a produção de autoconsumo ou mesmo a produção de matérias-primas para o mercado, com elevados índices de produtividade, revela as estratégias sociais de uma classe que molda sua resistência e garante a reprodução social, aproveitando-se das contradições do sistema capitalista.

Pensar nestes elementos aqui explicitados se torna importante para não perdemos de vista, como o capital monopolista gera a exploração e/ou a expropriação do campesinato, determinando o desencadeamento dos processos de empobrecimento e de dominação, afetando principalmente os camponeses, que ficam à mercê dos seus interesses e permanecem na terra, mas produzindo para o mercado.

Se o capital, em suas várias frações, impõe um conjunto de lógicas de dominação aos produtores do campo, mesmo diante dessas contradições em face a exploração e apropriação, o camponês ainda vê a terra como meio de se reproduzir socialmente e dali retirar meios para sua sobrevivência. Os camponeses travam sua luta contra o capital, como forma de resistência, de permanência na terra, como garantia de trabalho na sua condição social de vida. Como destaca o sociólogo lituano Teodor Shanin (2005):

Os camponeses não se dissolvem, nem se diferenciam em empresários capitalistas e trabalhadores assalariados, e tampouco são simplesmente pauperizados. Eles persistem, ao mesmo tempo que se transformam e se vinculam gradualmente à economia capitalista circundante, que precede suas vidas. Os camponeses continuam a existir, correspondendo a unidades agrícolas diferentes, em estrutura e tamanho, do clássico estabelecimento rural familiar camponês. (SHANIN, 2005, p.09).

Vale destacar que o referido autor se propôs a contribuir expressivamente como os estudos do campesinato a partir de uma crítica feita as leituras de Lênin e Kaustky. Para Shanin (2005), os camponeses são marginalizados e devem ser compreendidos como classe explorada e oprimida.

O entendimento do campesinato enquanto classe social está pautado em questões que permitem o desvendamento de um processo importante e necessário não só de enfrentamento a face da acumulação do capital, mas de lutas camponesas que são fortes instrumentos pela permanência dos meios de reprodução da vida, através das relações dos homens entre si e com a terra. De acordo com Bombardi:

Neste sentido é possível compreender como o campesinato não só perdura, mas se reproduz no interior do capitalismo. Esse processo de reprodução do

campepinato no modo capitalista de produção se dá exatamente pela necessidade que o próprio capital tem de relações que não são capitalistas para o seu desenvolvimento. (BOMBARDI, 2003, p.117).

Neste contexto, emergem diferentes formas de luta e resistência pela terra contra o forte processo de modernização que se engendra como mecanismo de expansão do capital no campo, subordinando a produção camponesa e deteriorando suas condições de trabalho. Apesar desse processo ser intensificador das relações capitalistas, os camponeses têm cada vez mais ampliado sua luta pela/na terra ao (re)criar as possibilidades de reprodução e de territorialização camponesa. Assim,

[...] a (re)criação do campepinato como uma relação não-capitalista é parte contraditória do modo de produção capitalista, situação que, por sua vez, ao permitir a acumulação do capital, também contém sua negação, seja na luta contra a transferência de renda seja na luta pela terra de trabalho. Em suma, podemos dizer que o campepinato contraditoriamente é recriado pelo próprio processo de desenvolvimento do capitalismo, e que essa contradição se expressa no fato de que a unidade de produção camponesa representa uma relação não tipicamente capitalista, no entanto, é preciso não esquecer que essa recriação não é funcionalista, por isso ela se faz por meio da luta (ALMEIDA, 2006, p. 86).

Percebe-se que estando a luta na/pela terra como possibilidades de (re)criação e territorialização camponesa não apenas como parte de uma conquista do acesso democrático no campo, as lutas do campepinato brasileiro representam também um voo alçado pelo impulso de que é necessário se organizar socialmente a fim de resistirem à toda forma de expulsão e expropriação camponesa, conforme ressalta Souza (2008):

O processo de expansão do capitalismo, [...] recria as possibilidades de reação a sua tentativa hegemônica no campo, posto aqueles que são expropriados de seus territórios ou tem o seu trabalho e de sua família subjugados, não apenas aceitam as ações do capital no campo, mas também o questionam. Assim, é nas próprias contradições do capitalismo, e suas investidas frente os trabalhadores assalariados e camponeses que se gestam novas experiências de resistências e a lógica da “autonomia” camponesa se coloca com uma das grandes possibilidades de enfrentamento, e de negação, a lógica do capital. (SOUZA, 2008, p. 300)

Esse processo de expropriação dos meios de produção dos trabalhadores avançou por todo o campepinato brasileiro a partir da década de 1970 com a consolidação da modernização conservadora e permanece nos dias atuais com a espacialização do capital na agricultura. Em

sua análise, o camponês, como sujeito desse processo, constituiu-se uma classe de trabalhadores sujeitados à política neoliberal do Estado, fomentada no agronegócio, o que tem provocado a migração de parte desses sujeitos sociais para a cidade, além da fluidez das relações de trabalho. Assim,

O agronegócio na acepção brasileira do termo, é uma associação do grande capital industrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio de políticas de Estado. (DELGADO, 1985, p. 94).

Essa leitura feita pelo autor destaca o agronegócio como um modelo de desenvolvimento econômico que foi ao longo dos anos sendo construído e reconstruído ao intensificar a exploração da terra e do homem como negócio e incorporando novas relações sociais e novos espaços. Nas palavras de João Pedro Stédile,

[...] o agronegócio é uma grande aliança entre as empresas transnacionais — que controlam os insumos [input], o mercado internacional e os preços dos produtos agrícolas — e os grandes proprietários capitalistas. Eles querem produzir apenas mercadorias que deem lucro e para o mercado externo (STÉDILE, 2012, entrevista).

O resultado dessa aliança reflete o avanço do capital monopolista na agricultura sob a concentração e centralização de capitais, acentuando ainda mais a concentração da terra para a expansão das áreas de monocultivos. O capital revela ainda na apropriação da renda da terra na esfera produtiva através das finanças. Neste momento, o capital se reproduz no campo quando por meio de acumulação, a partir dos processos de monopolização e a territorialização do capital.

A leitura acerca das contradições capitalistas nestes processos, decorre na subordinação da produção camponesa ao tornar a terra mercadoria para gerir o agronegócio. Com o objetivo de aumentar os lucros, o capital sujeita a renda da terra camponesa ao determinar as condições de sua reprodução, diante da incorporação de pacotes técnicos de insumos, concessão de créditos, financiamentos, e mobilidade do trabalho.

A propósito desse tópico, Martins (1983, p. 60) afirma que “quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio; quando o trabalhador camponês se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho”. Sobre esse assunto, o autor ressalta que:

Não é preciso que as forças produtivas se desenvolvam em cada estabelecimento agrícola ou industrial, em cada sítio ou oficina, a ponto de impor a necessidade das relações caracteristicamente capitalistas de produção, de impor o trabalho assalariado, para que o capital estenda suas contradições e sua violência aos vários ramos da produção no campo e na cidade. [...]. A concepção com a qual Marx trabalhava não era do desenvolvimento igual, e sim a do desenvolvimento desigual. É o que permite entender transformações sociais profundas em sociedade, desse ponto de vista, atrasadas. (MARTINS, 1981, p.14).

Neste sentido, o controle do capital aos meios de produção e no sistema de reprodução social se sustenta e se alimenta nas contradições existentes entre a dominação e a subordinação da força de trabalho. Assim, “o capital monopoliza o território camponês sem se territorializar, ele cria, recria e redefine relações de produção camponesa e familiar [...] o capital sujeita a renda da terra produzida pelos camponeses à sua lógica”. (OLIVEIRA, 2000, p. 477- 478). Dentro desse contexto, Mészáros (2007), afirma que:

Capital em um sentido superficial, seja sem dúvida triunfante, mas, em um sentido mais fundamental, ele é de todos, o problema mais grave. Entretanto, se reconhecemos o modo como o capital domina o processo de reprodução social em todos os lugares, cumpre reconhecer também que ele é, estruturalmente, incapaz de resolver seus problemas e contradições. “Onde quer que olhemos, perceberemos que aquilo que parece ser – e é sonoramente propagandeado com – uma sólida solução duradoura, mais cedo ou mais tarde, desfaz-se em pó”. (MÉSZÁROS, 2007, p.77).

O autor destaca para o real sentido em que o capital ao se apropriar dos meios de produção, ele garante a sua reprodução, como meio não só de subordinação da reprodução social, mas também na sua condição estruturante, ao tempo em que o mesmo já não consegue resolver seus velhos problemas e contradições.

Ainda nesta lógica, Mészáros (2007, p. 699) ressalta que “o capitalismo contemporâneo atingiu o estágio em que a “disjunção” radical entre produção genuína e auto-reprodução (do capital) [...] é uma realidade cruel com as mais devastadoras implicações para o futuro”.

Assim, o autor afirma que os limites do capital não podem ser descritos como sendo meros obstáculos materiais para um aumento da produtividade e de riquezas sociais, mas como um desafio à própria sobrevivência da humanidade. Seus limites se encontram na impossibilidade de auto - reprodução destrutiva, pelo colapso do metabolismo social global.

Neste quadro de discussões e contradições, Mészáros (2007) vai além ao afirmar que o capital deve manter seu impulso inexorável em direção aos seus alvos auto expansivos, por mais devastadoras que sejam as consequências, ou, do contrário perde a capacidade de controlar o metabolismo social de reprodução.

Compreender esse processo destrutivo significa levar em conta os detentores do capital que dentre outras coisas expropriam/subordinam os camponeses, separando-os ou controlando indiretamente seus meios de produção. Desse modo, essas forças propulsoras do capital pressionam o campo e tentam destruir todas as formas de reprodução social das famílias camponesas, submetendo-as a exploração capitalista do trabalho, quer seja na agricultura, seja na indústria.

Por outro lado, a força de trabalho livre se torna no capitalismo, quando comprada e vendida, como a única mercadoria determinada por um valor e capaz de produzir mais valor, conforme salienta Marx em seus estudos.

Na realidade, o vendedor da força de trabalho, como o de qualquer outra mercadoria, realiza seu valor-de-troca e aliena seu valor-de-uso. Não pode receber um, sem transferir o outro. O valor-de-uso do óleo vendido não pertence ao comerciante que o vendeu, e o valor-de-uso da força de trabalho, o próprio trabalho, tampouco pertence a seu vendedor. O possuidor do dinheiro pagou o valor diário da força de trabalho; pertence-lhe, portanto, o uso dela durante o dia, o trabalho de uma jornada inteira. A manutenção quotidiana da força de trabalho custa apenas meia jornada, apesar de a força de trabalho poder operar, trabalhar uma jornada inteira, e o valor que sua utilização cria num dia é o dobro do próprio valor-de-troca. (MARX, 1983a, p.227).

Dessa forma, o valor da força de trabalho, assim, como o valor que ela cria se apresenta pelo sentido para quem o realiza, e destina-se, exclusivamente, ao processo de acumulação capitalista. Ou seja, o segredo do lucro do capitalista está na produção, através da venda da força de trabalho.

Marx (1983b) destaca ainda que desde os primórdios da civilização, o processo do trabalho se destinava a um fim: a criação de valores de uso, a propriedade que os objetos contêm de satisfazer as necessidades humanas de qualquer natureza (física, psíquica, emocional, orgânica, etc.), ou seja, trabalho concreto.

Tal análise corrobora com a leitura de feita do campesinato, quando “os camponeses comparecem ao mundo do trabalho como entidades familiares” (PAULINO, 2012, p. 124). As

relações que as famílias camponesas desenvolvem com o trabalho, são relações concebidas na autonomia do seu tempo, no seu ritmo, para ali se reproduzir socialmente e permanecer na terra, conforme sintetiza Bombardi:

O trabalho, para o campesinato, é mesclado com as outras instâncias da vida; não é um fim em si mesmo e não está concebido para a extração do lucro. Está fundamentado na reprodução da vida. A renda que advém do trabalho na terra é empregada na compra de mercadorias que ele necessita e deseja. Assim, uma contabilidade “rigorosa” e sistemática está fora de suas necessidades e preocupações, pois enquanto ele se reproduz em sua terra, lá ele permanece (BOMBARDI, 2004, p. 270).

Desse modo, são estas uma das condições de sustentação da acumulação ampliada e da apropriação capitalista no campo. De um lado, permanece a força de trabalho assalariada, reproduzida pelas relações capitalistas, por outro lado se evidencia o trabalho do camponês, dentro das relações não-capitalistas.

De modo geral, a agricultura desenvolveu-se em duas direções: de um lado, a agricultura especificamente capitalista, baseada no trabalho assalariado nos arrendamentos; de outro, a agricultura baseada na articulação com as formas de produção não-capitalistas. Neste caso, com a articulação com o comércio capitalista, foi possível desenvolver a agricultura do camponês produtor individual de mercadorias [...]. (OLIVEIRA, 2007, p. 21)

O que se entende é um processo preconizado que através de forma enaltecida pelo lucro consegue explorar cada vez mais trabalhadores e camponeses. Assim, ao reconhecer que o trabalho de uma forma ou de outra gera a riqueza, o capital se engendra no campo como meio de apropriar da força de trabalho do camponês e dos trabalhadores assalariados.

Nesse contexto, Martins (1981) afirma que o capital não está a serviço do capitalismo, o capitalismo é que está a serviço do capital. O capital é a coisa que domina a pessoa, não só o trabalhador, mais também o capitalismo. Mas nessa dinâmica, o que ocorre é que o trabalhador perde e o capitalista ganha.

Assim, compreende que frente ao processo contraditório capitalista, historicamente o campesinato vem mostrando através do seu meio de produção, a sua luta e capacidade de permanência na terra. É pensando assim, que na próxima seção a análise será entoada, abordando a chegada do capital financeiro na agricultura e as possibilidades dos camponeses garantirem a sua reprodução enquanto sujeito social, sujeito de luta frente agora ao processo da mundialização do capital.

### 3. A INSERÇÃO DO CAPITAL FINANCEIRO NA AGRICULTURA

Com a mundialização dos processos produtivos, tais mudanças ocasionadas pela globalização financeira e pela natureza dinâmica da economia internacional passaram a ocorrer em todo mundo. Em sua situação atual entender a lógica das políticas neoliberais é um fator central para compreender as estratégias de acumulação do capital sobre os variados aspectos financeiros do aparelhamento capitalista e o papel do crédito presente na economia livre de mercado.

A investigação do capital financeiro em seus aspectos econômicos, políticos e ideológicos deve ser feita dentro do regime global de produção de riqueza, entendendo a dominância financeira em sua totalidade ao chegar em todas as frações do capital, sempre como novo modo de ser nas esferas de reprodução do ciclo produtivo.

Por ora, ao analisar a concentração e a centralização do capital, Karl Marx (1985) determinou que a existência da concentração dos capitais é formada pela expropriação do capitalista pelo capitalista e pela transformação de muitos capitais pequenos em poucos capitais grandes, ou seja, o capital se acumula nas mãos de um só. Já a centralização representa conjuntamente com a ampliação da concentração e acumulação de capital, o processo de monopolização, pois o capital tende a se centralizar nas mãos de poucos.

Essa dispersão do capital global da sociedade em muitos capitais individuais, ou repulsão recíproca entre suas frações, é oposta por sua atração. Esta já não é concentração simples, idêntica à acumulação, de meios de produção e de comando sobre o trabalho. É concentração de capitais já constituídos, supressão de sua autonomia individual, expropriação de capitalista por capitalista, transformação de muitos capitais menores em poucos capitais maiores. Esse processo se distingue do primeiro porque pressupõe apenas divisão alterada dos capitais já existentes e em funcionamento, [...] O capital se expande aqui numa única mão, até atingir grandes massas, porque acolá ele é perdido por muitas mãos. É a centralização propriamente dita, distinguindo-se da acumulação e da concentração. (MARX, 1985, p.196).

Marx apontou para estes dois movimentos distintos principalmente ao observar a divisão alterada dos capitais já existentes e em funcionamento sob o comando da concentração e da centralização do capital. Por isso, pautou seus estudos sobre a concentração de capitais já constituídos e como a expansão do capital em uma mão única poderia promover a centralização através da expropriação ou a perda do controle dos recursos produtivos.

A intensificação do processo de centralização de capital ocorre com o ímpeto de desenvolvimento capitalista. No entanto, a concentração de capital acontece por meio do aumento da acumulação de capital por parte dos grandes capitalistas individuais ou associados ao concentrarem as forças produtivas em suas mãos. Nestes processos distintos, há uma síntese da luta competitiva entre os capitalistas que vão instituir a força propulsora pela criação dos monopólios.

Sem levar isso em conta, com a produção capitalista constitui-se uma potência inteiramente nova, o sistema de crédito, que, em seus primórdios, se insinua furtivamente como modesto auxiliar da acumulação, levando por fios invisíveis recursos monetários, dispersos em massas maiores ou menores pela superfície da sociedade, às mãos de capitalistas individuais ou associados, mas logo se torna uma nova e temível arma na luta da concorrência e finalmente se transforma em enorme mecanismo social para a centralização dos capitais. (MARX, 1983a, p.188).

Assim, Marx já elucidava a concorrência como o motor essencial da economia burguesa, ou a maneira pela qual o capital em seu movimento real assume determinadas funções e metamorfoseiam o seu modo de produção. Para o autor, é ao longo dos processos de produção e circulação como esferas da concorrência, que se tem a ação do capital sobre o capital, o que implica o avanço dos capitais plurais na produção global e as manifestações dos fenômenos da sociedade burguesa, entre eles, o sistema de crédito.

Neste sentido, em suas passagens teóricas sobre o sistema de crédito e capital fictício, Marx observa que a concentração e centralização de capitais fazem parte da produção e acumulação capitalista e constituem a força responsável pela criação dos monopólios, pois tal processo é gerido pela luta da livre-concorrência ao conceder lugar à concorrência monopolista. Sobre o sistema de crédito como uma temível arma na luta da concorrência dentro do processo centralização dos capitais, Marx (1983a) destaca que:

O sistema de crédito acelera, portanto, o desenvolvimento material das forças produtivas e a formação do mercado mundial [...]. Ao mesmo tempo, o crédito acelera as erupções violentas dessa contradição, as crises e, com isso, os elementos da dissolução do antigo modo de produção. (MARX, 1983a, p.318).

A centralização dos capitais no seio do desenvolvimento do modo capitalista de produção se mostra como consequência do sistema de crédito quando implantado. Conjunta também ao processo de acumulação primitiva, esta acelera a luta pela concorrência e transforma um mecanismo social na garantia de seu lugar na expansão do sistema produtivo e financeiro.

Acerca das grandes transformações societárias que ocorreram com o desenvolvimento do modo de produção capitalista em fins do século XIX e início do século XX, isto é, o aparecimento da forma monopolista em substituição da forma concorrencial, em seus estudos, Marx já explanava que a livre concorrência gera a concentração da produção, que num certo grau de desenvolvimento, conduz ao monopólio.

Desta forma, esse processo constituiu significativamente a abertura para a expansão do sistema produtivo e financeiro, sobretudo conduzido pelos desdobramentos do capital fictício ao adotar formas concentradas e centralizadas de atuação capitalista. Sobre esse contexto, José Paulo Netto em seu livro *Capitalismo monopolista e Serviço Social*, afirma:

Na tradição teórica que vem de Marx, está consensualmente aceito que o capitalismo, no último quartel do século XIX, experimenta profundas modificações no seu ordenamento e na sua dinâmica econômicas, com incidências necessárias na estrutural social e nas instâncias políticas das sociedades nacionais que envolvia. Trata-se do período histórico em que ao capitalismo concorrencial sucede o capitalismo dos monopólios, articulando o fenômeno global que especialmente a partir dos estudos leninianos, tornou-se conhecido como o estágio imperialista. (PAULO NETTO, 2009, p.19).

Percebe-se que o modo de produção capitalista, até então erguido sob a lógica da livre concorrência, passa a experimentar pouco a pouco essas profundas modificações na sua dinâmica econômica e financeira, as quais passam a se configurar o processo de transformação da concorrência em monopólio. Ou seja, são as novas determinações e incidências ocorridas com o capitalismo dos monopólios que vão posteriormente alimentar o imperialismo a partir dos estudos de Lênin.

No Livro III de *O Capital*, Karl Marx evidencia as profundas modificações sofridas pela produção capitalista ao contribuir cientificamente com a discussão e o debate acerca do capital fictício, mesmo não desenvolvendo o conceito de capital financeiro. Marx não vivenciou o período do capitalismo em desenvolvimento e de financeirização da economia, no entanto, ele consegue estruturar uma leitura ao destacar os movimentos fictícios do capital e suas características na existência da autonomização do capital, quer seja no esquema de reprodução financeira e no sistema de crédito dentro da produção.

O conceito de capital financeiro tem uma história particular dentro do pensamento marxista. O próprio Marx nunca usou essa expressão, mas deixou para a posteridade uma série de escritos não muito articulados sobre o processo de circulação de diferentes tipos de capital-dinheiro. A definição de

capital financeiro que derivaria da perspectiva de Marx relaciona-se com o tipo particular do processo de circulação de capital que se baseia no sistema de crédito. Os autores posteriores tenderam a abandonar esse ponto de vista do processo e passaram a tratar o conceito referindo-se a uma configuração particular de alianças dentro da burguesia, um bloco de poder que exerce imensa influência sobre os processos de acumulação em geral" (HARVEY, 1990, p. 287 apud CARCANHOLO, 1999, p. 299).

Para tanto, a compreensão da esfera financeira e produtiva do capital perpassa pela autonomização do capital-dinheiro e funda-se no desenvolvimento das formas de capital derivadas do capital a juros, assim como o capital especulativo parasitário e o capital fictício. Em seu capítulo Crédito e capital fictício, Marx aborda a leitura do desenvolvimento do comércio a partir da discussão sobre as formas derivadas do capital a juros, tais como capital fictício e capital bancário que acontecem com o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Para o autor, o surgimento do crédito e do dinheiro de crédito nasce com o desenvolvimento do comércio, visto que:

Com o desenvolvimento do comércio e do modo capitalista de produção que só produz tendo em mira a circulação, amplia-se, generaliza-se e aperfeiçoa-se esse fundamento natural do sistema de crédito. Em regra, o dinheiro aí serve apenas de meio de pagamento, isto é, vende-se a mercadoria trocando-a não por dinheiro, mas por promessa escrita de pagamento em determinado prazo. (MARX, 2008, p. 531).

Cabe destacar que, essas promessas de pagamento todas as promessas de pagamento seriam classificadas na categoria geral de letras. Para Marx, as letras assumiriam papéis nas mais diversas naturezas e funcionariam da seguinte forma:

Até o dia de vencimento e pagamento circulam, por sua vez, como meio de pagamento e constituem o dinheiro genuíno do comércio. Quando por fim se eliminam pela compensação entre débitos e créditos, desempenham absolutamente o papel de dinheiro, pois não há conversão final em dinheiro. Esses adiantamentos recíprocos entre produtores e comerciantes constituem a verdadeira base do crédito, do mesmo modo que o instrumento de circulação, a letra, constitui o fundamento do dinheiro de crédito propriamente dito, os bilhetes de banco etc. Estes se baseiam não na circulação monetária, de metal ou de papel emitido pelo Estado, mas na circulação das letras. (MARX, 2008, p. 531-532).

A importância desse debate acerca da dinâmica estrutural do capital e sua tendência de tentar se reproduzir em todas as esferas e diferentes escalas, especificamente dentro da lógica

financeira geral, culmina com a importância sobre seu movimento de autovalorização definido por Marx em seus estudos remetidos ao desdobramento do capital monetário em capital portador de juros e capital fictício, por meio da forma dinheiro gerando mais dinheiro (D - D') dentro do seu ciclo produtivo.

No capital portador de juros que a relação capital atinge sua forma mais alienada e mais fetichista. Temos aí com D - D', dinheiro que gera mais dinheiro, valor que se valoriza a si mesmo, sem o processo mediador entre os dois extremos. No capital comercial, D - M - D', existe pelo menos a forma geral do movimento capitalista, embora se mantenha na esfera da circulação, portanto o lucro aparece aqui como simples lucro de alienação; mas, ainda assim, apresenta-se como produto de uma *relação* social, e não como produto de uma mera *coisa*. A forma do capital comercial continua a representar um processo, a unidade de fases opostas, um movimento que se decompõe em dois procedimentos opostos, na compra e na venda de mercadorias. Esse processo se apaga em D-D', ou seja, na forma do capital portador de juros. (MARX, 1986, p. 293).

Há neste processo uma sede insaciável do capital em se apropriar da mais-valia e, assim reduzir o seu ciclo de valorização de (D - M - D') para ciclo (D - D'). Ou seja, o capital em seu movimento real usa mais uma das suas artimanhas, desta vez ao se livrar de todos os prováveis riscos existentes ao processo de circulação, no qual a expressão dinheiro que gera mais dinheiro se torna possível pela autonomização do capital que ao ser conduzido em suas diferentes formas passa a ser concebido pelo capital portador de juros.

E, é nesse movimento do capital portador de juros que a figura ilusória do capital eleva-se até a última potência: o fetiche, a mistificação e reificação das relações sociais na sociedade burguesa já que o capital parece prescindir do trabalho e pode gerar valor por si só, segundo nos relata Marx:

Em D - D' temos a forma irracional do capital, a inversão e reificação das relações de produção em sua potência mais elevada: a figura portadora de juros, a figura simples do capital, na qual este é pressuposto de seu próprio processo de reprodução; a capacidade do dinheiro, respectivamente da mercadoria, de valorizar seu próprio valor, independentemente da reprodução - a mistificação do capital em sua forma mais crua. (MARX, 1983c, p. 294).

Esta forma irracional do capital portador de juros em sua forma pura e acabada figura-se na potência do fetiche e coloca o capital como sujeito absoluto sobre seu próprio processo de reprodução ao mistificar a sua origem e a aparência. Ou seja, ao atingir sua forma reificada

e mais fetichista do Capital, o capital fictício amplifica a ilusão D – D' (Dinheiro que gera dinheiro), valor que se valoriza a si mesmo, conforme explicita Marx:

Na forma de capital portador de juros, portanto, esse fetiche automático está elaborado em sua pureza, valor que se valoriza a si mesmo, dinheiro que gera dinheiro, e ele não traz nenhuma marca de seu nascimento. A relação social está consumada como relação de uma coisa, do dinheiro, consigo mesmo. Em vez da transformação real do dinheiro em capital aqui se mostra apenas sua forma sem conteúdo. [...] Torna-se assim propriedade do dinheiro criar valor, proporcionar juros, assim como de uma pereira é dar peras. (MARX, 1983c, p. 294).

Por isso, ao teorizar sobre esse movimento do capital condicionado ao sistema capitalista de produção, Marx evidenciou desde do livro I de *O Capital* que o objetivo da produção capitalista não é a satisfação das necessidades materiais de toda a sociedade, mas sim a valorização do valor ou produção de mais-valia. Dessa forma, Marx aponta em sua análise a difusão do conceito de capital portador de juros, entendido como:

O mecanismo do capital portador de juros, portanto, que remete ao capital fictício: Com o desenvolvimento do capital portador de juros e do sistema de crédito, todo capital parece duplicar e às vezes triplicar pelo modo diverso em que o mesmo capital ou simplesmente o mesmo título da dívida aparece, em diferentes mãos, sob diversas formas. A maior parte desse “capital monetário” é puramente fictícia. (MARX, 1983d, p. 14).

Seja mediante títulos de dívidas (letras de câmbio), títulos de dívida pública (que representam capital passado) e ações, seja sob o sistema bancário e desenvolvimento do sistema de crédito, o capital monetário emprestável aparece em todas as formas de ser capital portador de juros e gera capital fictício. Nesse sentido, o crédito passa a participar diretamente em todo o processo, quer seja na indústria ou no comércio, como afirma (MARX, 1983d, p. 44) “que todo valor monetário após ser convertido em depósito bancário, torna-se capital de empréstimo”.

A maior parte do capital bancário é, portanto, puramente fictícia e consiste em títulos de dívidas (letras de câmbio), títulos de dívida pública (que representam capital passado) e ações (direitos sobre rendimento futuro). Não se deve esquecer que o valor monetário do capital que esses papéis representam – mesmo à medida que são direitos sobre rendimentos seguros (como no caso dos títulos da dívida pública) ou à medida que são títulos de propriedade de capital real (como no caso das ações) – é completamente fictício e que é

regulado de modo a se desviar do valor do capital real que, pelo menos parcialmente, representam; ou onde representam mero direito a rendimentos e não capital, o direito ao mesmo rendimento se expressa num montante sempre variável de capital monetário fictício. (MARX, 1983d, p. 13).

Esse capital monetário emprestável através do desenvolvimento de sistema de crédito passa a expandir as relações capitalistas em todo o mundo. Deste modo, sobre a mistificação da mais-valia, o capital quando emprestado seja na forma monetária ou na forma de mercadoria tem como principal propriedade gerar juros, já que o lucro é calculado sobre uma porcentagem do capital adiantado, que, por sua vez, retorna na forma de capital circulante, acrescida da quantia emprestada mais o juro. Por isso, para Marx, “o capital produtor de juro é o fetiche perfeito”, pois mostra apenas sua forma sem conteúdo, sem a transformação real do dinheiro em capital já que oculta todas as relações de troca envolvidas neste processo.

Ao ocultar as relações entre os donos dos meios de produção e a classe trabalhadora, o capital portador de juros na sua figura de capital emprestável e monetário se consolida na concepção da autonomia do capital a juros ao unificar os processos de circulação e produção. Assim, a fórmula do capital portador de juros é para Marx o resultado da produção capitalista sobre a existência do lucro, da mais valia e dos juros em um processo no qual o trabalhador é esquecido e subordinado a forma social do juro que exprime uma aparente neutralidade relativa ao trabalho não-pago.

Enquanto o juro é apenas parte do lucro, isto é, da mais-valia que o capitalista funcionante extorque do trabalhador, o juro aparece agora, ao contrário, como o fruto próprio do capital, como o original, e o lucro, agora na forma de ganho empresarial, como mero acessório aditivo que lhe advém no processo de reprodução. Aqui a figura fetichista do capital e a concepção do fetiche capital está acabada. (MARX, 1983c, p. 294).

Desse modo, o capital portador de juros sob a condição autônoma do fruto próprio do capital e na figura do juro expõe as contradições no seu processo de reprodução, onde ao criar e gerar juros a partir da extorsão do trabalhador através da mais-valia consegue ocultar a relação social, sendo consumada como relação de uma coisa, do dinheiro consigo mesmo.

Segundo Marx (1983c), o movimento característico do capital em geral, o retorno do dinheiro ao capitalista, o retorno do capital a seu ponto de partida, recebe no capital portador de juros uma figura totalmente externa, separada do movimento real de que é a forma. Dessa maneira, entende-se que:

O capital em geral, não é uma mera abstração. Se, por exemplo, considero o capital global de uma nação, por contraposição ao trabalho assalariado total (ou, igualmente, à propriedade da terra), ou se tomo o capital como uma base econômica geral de uma classe por oposição a outra classe, eu o estou considerando em geral. Assim como, por exemplo, considero fisiologicamente o homem por oposição ao animal. A diferença real entre o lucro e os juros existe como a diferença entre uma classe de capitalistas banqueiros e capitalistas industriais. Porém para que essas duas classes possam contrapor-se, sua existência real dual pressupõe uma divisão da mais-valia gerada pelo capital. [...] O importante é que o juro e o lucro expressam, ambos, relações do capital. Como forma particular, o capital que rende juros não se contrapõe ao trabalho, mas sim o capital que produz lucros (MARX, 1987, p.735-736).

Desse modo, o movimento real do dinheiro emprestado como capital é uma lei do capital em geral, visto que para valorizar-se sob a forma dupla, “o capital deverá ser emprestado a uma terceira nação para que seja possível sua valorização” (MARX, 1987, p. 354). Neste processo do capital em geral, o capital se acumula nos bancos ou se distribui através deles, permitindo a geração da mais-valia, através dos juros e lucros, onde ambos passam a representar estreitamente relações do capital.

Entretanto, a análise acerca da determinação do capital em geral traz consigo ainda a leitura das determinações das leis do mercado e da concorrência. Em sua obra, Marx (1983c) apontava que emprestar e tomar emprestado, em vez de vender e comprar, é aqui a diferença que decorre da natureza específica da mercadoria capital. Do mesmo modo em que se paga aqui é juro, em vez de preço da mercadoria.

Para Marx (1983c), o entendimento sobre a atuação do capital monetário emprestável parte do entendimento acerca do capital fictício sempre questionando o limite da acumulação monetária expressa uma acumulação real de capital, o qual parte de um esteio entre o capital produtivo e industrial. Há nesta passagem, o entendimento acerca do sistema de crédito como grande concentrador de capital monetário emprestável, já que a divisão do lucro em juro e lucro propriamente dita é gerida pela oferta e demanda deste sistema.

O que conseqüentemente é aqui emprestado nunca é capital desocupado, mas capital que nas mãos de seu possuidor tem de mudar sua forma, que existe numa forma em que para ele é simples capital-mercadoria, isto é, capital que tem de ser retransformado e especificamente, ao menos de início, convertido em dinheiro. É portanto, a metamorfose da mercadoria que aqui é mediada pelo crédito; não apenas M-D, mas também D-M e o processo real de produção. Muito crédito dentro do ciclo reprodutivo – abstraindo-se do crédito do banqueiro – não significa muito capital desocupado, que é oferecido para

empréstimo e procura investimento lucrativo, mas: grande ocupação de capital no processo de reprodução. (MARX, 1983c, p. 16).

Acerca das relações estabelecidas com a reprodução do capital industrial a partir do sistema de crédito, afirma Marx (1985, p. 15), “[...] nesse sistema de crédito tudo se duplica e triplica e se transforma em mera quimera [...]”, algo mesmo fantasmagórico.

Dessa forma, entende-se que as atividades de financiamento e as atividades produtivas estão umbilicalmente e organicamente ligadas na economia capitalista, onde não há rupturas. Este entrelaçamento entre as esferas produtiva e financeira, ocorrido por meio de operações financeiras e industriais só se desenvolve plenamente com o surgimento e desenvolvimento das sociedades por ações e do sistema de crédito. Ou seja, foi exatamente na fase imperialista do capital que se criou as condições para o desenvolvimento das formas de valorização especulativa do capital e sua mundialização.

Com o desenvolvimento do sistema de crédito, modificam-se as funções e a dinâmica do processo da economia capitalista em todo mundo. Tal processo é realizado mediante as fontes de financiamento, no intuito de operacionalizar as distintas fases da metamorfose do capital. O crédito ao eliminar a dependência das empresas da produção de mais-valia, facilita ainda a equalização da taxa de lucro média e reduz os custos de circulação.

Segundo Germer (2010), o conceito de sistema de crédito para Marx designa a estrutura de circulação de valores própria do capitalismo, articulada pelo sistema bancário e mediada pelo crédito ao invés do dinheiro, que é substituído pelo dinheiro de crédito. O sistema de crédito apoia-se, por um lado, no crédito comercial e na função de meio de pagamento do dinheiro e, por outro lado, no capital de comércio de dinheiro, no capital portador de juros e no crédito monetário, e completa-se com a constituição do sistema bancário, no qual todos estes elementos se combinam.

Por isso, o florescimento da economia livre de mercado e a chegada do período imperialista marcaram o desenvolvimento do capital fictício e sobremaneira a expansão do crédito a partir da lógica incontrolável do capital para garantir a sua valorização por meio dos mercados financeiros, assim como afiançar o pleno desenvolvimento do seu ciclo no movimento de acumulação.

Nos primeiros anos do século XX já sobre a base da economia monopolista, alguns estudiosos como Nicolai Bukharin, Rosa Luxemburg, Rudolf Hilferding e Vladimir Ilitch Lênin ensinaram discutir a teoria clássica do imperialismo e as metamorfoses pelas quais o capitalismo havia ingressado em seu segundo estágio de desenvolvimento. A interpretação feita por esses

autores buscou entender como o avanço das transformações se configuraram sobre as novas determinações ocorridas neste modo de produção, impulsionadas pelas contradições inerentes à reprodução ampliada do capital frente agora as relações imperialistas e a inserção do capital financeiro.

Segundo as formulações teóricas acerca do conceito de imperialismo, nota-se que o seu surgimento aconteceu com as transformações político-econômicas do final do século XIX e a transição de algumas características fundamentais do capitalismo, tais como: a substituição da livre concorrência pelos monopólios capitalistas, a exportação de capitais e avanço do sistema bancário e financeiro no mercado globalizado. Ao descrever sobre esses aspectos, Hilferding afirmou que:

Os aspectos mais característicos do capitalismo ‘moderno’ são os seus processos de concentração que, por um lado, ‘eliminam a livre concorrência’ através da formação de cartéis e trustes e, por outro, envolvem os capitais bancário e industrial numa estreita relação. Através dessa vinculação [...] o capital assume a forma de capital financeiro, a sua expressão suprema e mais abstrata. (HILFERDING, 1985, p. 21).

Tais características começaram ainda com a constituição e o domínio dos monopólios a delinear o corpo e forma na nova estrutura econômica, elevando a concentração da produção devido os grandes investimentos no setor produtivo, bem como a formação dos grandes cartéis e trustes e o desenvolvimento dos grandes bancos.

Sob um conturbado processo de concentração de riqueza e forte censura política na Rússia, durante as primeiras décadas do século XX, Lênin em seu livro *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, expõe a análise crítica da entrada do capitalismo na sua fase imperialista e coloca em debate a dinâmica do capital financeiro em sua base monopolista levando em conta a nova condição estrutural da dependência crescente do capital industrial em relação as intuições bancárias. Para Lênin (1986):

Monopólio é a última palavra da fase mais recente do desenvolvimento do capitalismo. Mas o nosso conceito da força efetiva e do significado dos monopólios atuais seria extremamente insuficiente, incompleto, reduzido, se não tomássemos em consideração o papel do banco (LÊNIN, 1986, p. 597).

Em síntese, o processo de monopolização da economia capitalista presente nessa nova fase do capitalismo e em seu segundo estágio de acumulação, é sobretudo, relacionado

reciprocamente com o desenvolvimento dos bancos. Ou seja, os bancos cada vez mais concentrado em um pequeno número e, em trustes passam a ter controle sobre os capitalistas, como nos diz (LÊNIN, 2011, p.159) “o século XX assinala, pois, o ponto de viragem do velho capitalismo para o novo, da dominação do capital em geral para a dominação do capital financeiro”.

Desta forma, ao exprimir suas artimanhas sobre uma política de dominação, o capital financeiro em seu mais alto grau de poder, consegue através da formação de cartéis e trustes assegurar permanentemente o processo de centralização cada vez mais intenso do capital, principalmente com as possibilidades de lucros dos grandes bancos.

Para Lênin (1986), o imperialismo representa em si, indubitavelmente, uma fase particular de desenvolvimento do capitalismo. Acerca dessa definição pronunciou-se:

O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos trustes internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes. (LÊNIN, 1986, p. 642).

Por isso, ressalta-se o desenvolvimento das políticas imperialistas na economia do capitalismo moderno, levando em conta a exportação de capitais pelo mundo, assim como o papel do sistema bancário para a consolidação dos monopólios, pois os bancos ao atuarem como intermediários na transformação de capitais, também se convertem e possuem grande importância na formação de monopólios.

Por sua vez, a formação dos monopólios bancários através da união com as grandes empresas industriais e comerciais reforçou ainda mais o processo ‘capital-criador de lucro’, o que conseqüentemente acelerou suas operações no mercado e “transformou-a em um dos processos essenciais da transformação do capitalismo em imperialismo capitalista” (LÊNIN, 1986, p. 132).

Rudolf Hilferding, em seus escritos posteriores a Marx, apresenta O Capital Financeiro, escrito em 1909, como a obra que traz a categoria de capital financeiro ao discutir como as irracionalidades do imperialismo têm refletido na dinâmica especulativa e financeira do sistema capitalista, em se tratando da origem do dinheiro e do crédito, Para o autor, a tese de concentração e centralização de capital e sua análise como resultados de processos inerentes do capitalismo, acontece devido a formação e o desenvolvimento do capital financeiro que marca na sociedade em decorrência da associação e dependência da indústria em relação aos bancos.

A dependência da indústria com relação aos bancos é, portanto, consequência das relações de propriedade. Uma porção cada vez maior do capital da indústria não pertence aos industriais que o aplicam. Dispõem do capital somente mediante o banco, que perante eles representa o proprietário. Por outro lado, o banco deve imobilizar uma parte cada vez maior de seus capitais. Torna-se, assim, em proporções cada vez maiores, um capitalista industrial. Chamo de capital financeiro o capital bancário, portanto o capital em forma de dinheiro que, desse modo, é na realidade transformado em capital industrial. Mantém sempre a forma de dinheiro ante os proprietários, é aplicado por eles em forma de capital monetário – de capital rendoso [portador de juros] – e sempre pode ser retirado por eles em forma de dinheiro. Mas, na verdade, a maior parte do capital investido dessa forma nos bancos é transformado em capital industrial, produtivo (meios de produção e força de trabalho) e imobilizado no processo de produção. Uma parte cada vez maior do capital empregado na indústria é capital financeiro, capital à disposição dos bancos e, (empregado) pelos industriais. (HILFERDING, 1985, p. 219).

Dessa forma, Hilferding (1985) propõe uma discussão ampla e evidencia o debate acerca do capital financeiro quando analisa-o a partir da atividade industrial e a influência direta dos bancos na esfera real/produtiva segundo o processo típico do imperialismo na Alemanha. Para o autor, a união entre o capital bancário e o capital industrial, daria origem ao capital financeiro, pois o capital financeiro representado pelo capital bancário, ou seja, capital em forma de dinheiro se transforma em capital industrial. Esse processo possibilita o aumento da concentração de capitais nas mãos dos grandes bancos, já que são detentores e credores do capital monetário emprestado ao capital produtivo.

Ao mesmo tempo, com a integração dos interesses das grandes instituições bancárias e industriais, a formação e o desenvolvimento do capital financeiro alcançam seu ponto máximo devido as grandes somas de investimentos no setor produtivo e com a cartelização da indústria. Neste sentido, por toda as formas parciais de capital na sua totalidade, o capital financeiro ao aparecer como capital monetário ganha notoriedade ao ser colocado à disposição dos capitalistas produtivos.

No capital financeiro aparecem unidas, na sua totalidade, todas as formas parciais de capital. O capital financeiro aparece como capital monetário e possui, com efeito, sua forma de movimento  $D - D'$ , dinheiro gerador de dinheiro, a forma mais genérica e mais sem sentido do movimento do capital. Como capital monetário, é colocado à disposição dos capitalistas produtivos em ambas as formas de capital de empréstimos e capital fictício [...]. Simultaneamente é cada vez mais eliminada a dependência do capital comercial, enquanto é anulada a separação entre o capital bancário e o capital produtivo em capital financeiro. Dentro do próprio capital industrial são

suprimidos os limites das esferas individuais pela associação progressiva de ramos da produção anteriormente separados e independentes [...] Assim extingue-se, no capital financeiro, o caráter particular do capital. O capital aparece como poder unitário que domina soberanamente o processo vital a sociedade [...]. (HILFERDING, 1985, p. 227).

Assim é que Hilferding (1985) ressalta o grau já elevado de desenvolvimento do sistema capitalista em decorrência do aumento da concentração da produção e do capital e como essa condição foi capaz de criar e conduzir os monopólios, os quais desempenham um papel determinante e fundamental ao configurar-se na incorporação do capital industrial em capital financeiro, ou seja, capital à disposição dos bancos e pelos industriais, materializando, por meio da intervenção do estado no exterior.

Refletir sobre o sentido mais concreto do capital financeiro, é compreender as estratégias de acumulação do capital ao longo do seu processo histórico e através da unificação do capital produtivo com o capital bancário. Acerca dessa análise, Hilferding (1985) reforça sua tese ao concluir seu conceito, reafirmando alguns de seus princípios, como a dominação bancária e a junção monopolista ao desvendar o papel fundamental dos bancos no modo produção capitalista.

O capital financeiro significa a uniformização do capital. Os setores do capital industrial, comercial e bancário, antes separados, encontram-se agora sob a direção comum das altas finanças, na qual estão reunidos, em estreita união pessoal, os senhores da indústria e dos bancos. (HILFERDING, 1985, p. 283).

Compreender esse processo de uniformização do capital, significa levar em conta que o capitalismo de base industrial dá lugar ao capitalismo financeiro, ao expandir o controle da produção e das finanças. Neste sentido, inclui-se o aspecto da dominação bancária e da junção monopolista na integração dos setores do capital.

Em outra passagem, ao discutir as questões políticas e a importância do Estado nacional na esfera imperialista, Hilferding mostra como a expansão dos domínios monopolista do capital financeiro a partir das políticas de conquista passou a garantir as possibilidades de estratégia de exploração de novos recursos, principalmente nas regiões aleatoriamente diversas e fornecedoras de matérias-primas, bem como a sua expropriação ao impor e ampliar a sua superioridade material.

Mas para impor isso, para manter e ampliar sua superioridade, [o capital monopolista] precisa do Estado que lhe assegure o mercado interno mediante a política aduaneira e de tarifa, que deve facilitar a conquista de mercados estrangeiros. Precisa de um Estado politicamente poderoso que, na sua política comercial, não tenha necessidade de respeitar os interesses opostos de outros Estados. Necessita, em definitivo, de um Estado forte que faça valer seus interesses financeiros no exterior, que entregue seu poder político para extorquir dos Estados menores vantajosos contratos de fornecimento e tratados comerciais. Um Estado que possa intervir em toda parte do mundo para converter o mundo inteiro em área de investimento para seu capital financeiro. O capital financeiro finalmente precisa de um Estado suficientemente forte para praticar uma política de expansão e poder incorporar novas colônias. [...] a política do poder ilimitado se tornou uma exigência do capitalismo financeiro. (HILFERDING, 1985, p. 314).

É desta forma, que ao viabilizar a acumulação tipicamente capitalista a partir de uma ideologia que tenta bruscamente dar legitimidade e homogeneização ao Estado forte, que capital financeiro se substancia e passa a garantir às suas necessidades a partir da exportação de capital, com a intenção de ampliar o desenvolvimento das potências econômicas e os seus lucros monopolistas. Neste sentido, Hilferding salientou ainda que o capital financeiro carecia do poder estatal para resguardá-lo. Ou seja, “o capital financeiro torna-se portador da ideia do fortalecimento do poder estatal por todos os meios”. (HILFERDING, 1985, p. 311).

Nota-se que ao garantir os mecanismos expansivos e necessários para sua proteção, a própria dinâmica expansiva do capital financeiro reivindicava do poder e da força do Estado com o objetivo de aumentar a sua concentração, tão imprescindível para a sua sobrevivência e necessária ao interminável processo de acumulação de capital.

Desta forma, Lima (2017, p. 33) ressalta que “quanto mais desenvolvida a economia, com os monopólios, trustes e cartéis, mais empenhado estará o Estado em assegurar êxito na exportação de capital, subsidiando a produção nacional para fortalecer sua luta contra o protecionismo monopólico do exterior”.

Ao observar a relação da dominação do capital financeiro com os Estados nacionais para se apoderar sobre todas as regiões do globo, independente das políticas adotadas, (LENIN, 2011, p. 82) afirmou que “o capital financeiro é uma força tão considerável, pode dizer-se tão decisiva, em todas as relações econômicas e internacionais, que é capaz de subordinar, e subordina realmente, mesmo os Estados que gozam da independência política mais completa”.

O autor adverte ainda que “a subordinação mais lucrativa e ‘cômoda’ para o capital financeiro é aquela que implica a perda da independência política dos países e dos povos submetidos”. (LENIN, 2011, p. 82). Ou seja, o capital financeiro ao lançar as suas redes sobre todos os países coloniais, ele não quer liberdade, mas sim a dominação.

Assim, o Estado passa a assegurar a hegemonia das grandes burguesias na esfera de valorização, na qual permaneceria mantendo as relações internas de propriedade que se originam dessa fase monopolista do capitalismo, agora no mundo inteiro.

Conforme Lênin (1986), é a partir da dependência crescente das indústrias em relação aos bancos que nasce a união pessoal dos banqueiros com as maiores empresas industriais e comerciais. Ou seja, com a dinâmica do caráter monopolista do capital, a fusão do capital-bancário com o capital-industrial mediante o processo de concentração e produção fez crescer a necessidade dos bancos aplicarem na indústria, caracterizando cinco fatores do imperialismo:

1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse “capital financeiro” da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. (LÊNIN, 1986, p. 88).

Em seus estudos muitos próximos do Hilferding, Lênin (1986) explica a categoria de capital financeiro a partir da fusão entre capital bancário e industrial, considerando o processo de concentração da produção sob a organização burguesa das grandes empresas, trustes, cartéis, ou seja, dos monopólios. Acerca desse assunto, Lênin esclarece o papel dos monopólios e o aparecimento do capital financeiro:

Do mesmo modo que os trustes capitalizam os seus bens atribuindo-lhes o dobro ou o triplo do seu valor, tomando em consideração os lucros ‘possíveis’ no futuro (e não os lucros presentes) e tendo em conta os resultados ulteriores do monopólio, o capital financeiro manifesta a tendência geral para se apoderar das maiores extensões possíveis de território, seja ele qual for, encontre-se onde se encontrar, por qualquer meio, pensando nas fontes possíveis de matérias primas e temendo ficar para trás na luta furiosa para alcançar as últimas parcelas do mundo ainda não repartidas ou por conseguir uma nova partilha das já repartidas (LÊNIN, 2011, p. 210-211).

Em tal análise, Lênin (2011, p.130) considera “o aparecimento do monopólio, como consequência da concentração da produção, é uma lei geral e fundamental da presente fase de desenvolvimento do capitalismo”. E esse aparecimento está presente na expansão do capital internacional e na intensificação do capital financeiro em se apoderar de novos territórios desde

as buscas de matérias primas utilizadas na produção ao domínio explosivo e absoluto da burguesia monetária.

Ao considerar esse processo de concentração da produção e a alta fase dos monopólios, estamos diante do fortalecimento das condições objetivas da burguesia monetária. A partir desse processo de monopolização, o nível de poder dos grandes bancos e das classes dominantes articulam entre si uma intensa centralização de capitais.

Neste sentido, o monopólio avança apropriando-se em toda a parte, valendo-se de sua arbitrariedade a todos aqueles que não se submetem ao seu processo. Porém, ao instituir em certos ramos da indústria provocando crises e agravando o caos dentro de todo o sistema capitalista, sua tendência é conseqüentemente aumentar a concentração. De acordo com Lênin (2011), acentua-se ainda mais a desproporção entre o desenvolvimento da agricultura e o da indústria, desproporção essa que é característica do capitalismo em geral.

Lênin (1986) debruçou sobre o estudo da constituição da base econômica monopolista a partir da realidade concreta dos países centrais que já possuía grande concentração de riqueza e produção. Ao decifrar os elementos determinantes dos monopólios compreendeu-os como particularidades do próprio sistema capitalista, principalmente ao notar que mesmo com a grave crise capitalista que o mundo passava, os monopólios cresciam amplamente e conseqüentemente aumentavam sua concentração. Sobre esse processo de constituição dos monopólios, Lênin (1986) revela que nas:

1) Décadas de 1860 e 1870, o grau superior, culminante, de desenvolvimento da livre concorrência. Os monopólios não constituem mais do que germes quase imperceptíveis. 2) Depois da crise de 1873, longo período de desenvolvimento dos cartéis, os quais constituem ainda apenas uma exceção, não são ainda sólidos, representando ainda um fenômeno passageiro. 3) Ascenso de fins do século XIX e crise de 1900 a 1903: os cartéis passam a ser uma das bases de toda a vida econômica. O capitalismo transformou-se em imperialismo (LÊNIN, 1986, p. 591).

Assim, Lênin em sua obra, vai evidenciando como ocorre a dominação do capital devido as políticas imperialistas estarem ligadas às condições objetivas da acumulação dos monopólios. Essa acumulação de base econômica monopolista foi possibilitada e ampliada com a crise de 1900 a 1903, quando os cartéis passaram a ser constituídos por grandes organizações capitalistas. O surgimento dessas novas características marcou a substituição da livre-concorrência pelos monopólios, conforme destaca Lênin:

A livre concorrência constitui o traço essencial do capitalismo e da produção mercantil em geral; o monopólio é exatamente o contrário da livre concorrência; mas nós vimos esta última converter-se sob nossos olhos em monopólio, criando nela a grande produção e eliminando dela a pequena, substituindo a grande por uma ainda maior, levando a concentração da produção e do capital a um ponto tal que fez e faz surgir os monopólios. (LÊNIN, 1986, p. 87).

Consequentemente, a substituição da livre-concorrência pelos monopólios marca a origem do imperialismo e a dominação do capital financeiro no mundo. Por outro lado, assegura que os grandes monopólios surgiram com a concentração da produção e do investimento de capitais possibilitados pelos empréstimos internacionais dos países centrais aos novos estados com a mundialização do sistema de crédito.

Em sua contribuição acerca do papel dos empréstimos na fase imperialista através dos mecanismos de centralização da riqueza, Luxemburgo (1985) salienta que:

No período imperialista os empréstimos externos desempenham papel extraordinário como meio de emancipação dos novos estados capitalistas. O que existe de contraditório na fase imperialista se revela claramente nas oposições características do moderno sistema de empréstimos externos. Eles são imprescindíveis para a emancipação das nações capitalistas recém formadas e, ao mesmo tempo, constituem para as velhas nações capitalistas o meio mais seguro de tutelar os novos estados, de exercer controle sobre as finanças e pressão sobre sua política externa, alfandegária e comercial. Os empréstimos são um meio extraordinário para abrir novas áreas de investimento para o capital acumulado dos países antigos e para criar-lhes, ao mesmo tempo, novos concorrentes; são o meio de ampliar, no geral o raio de ação do capital e reduzi-lo concomitantemente. (LUXEMBURGO, 1985, p.288).

Dessa maneira, tem-se a transferência de capital acumulado das nações capitalistas para as pré-capitalistas através das características do moderno sistema de empréstimos externos. E são essas características que vão dar a forma de atuação do capital internacional ao transformar capital dinheiro em capital produtivo, principalmente ao exercer o controle do capital sobre os novos concorrentes e reduzi-los concomitantemente.

Ao manter vínculos auto expansivos no processo de espacialização da acumulação financeira, o capital expande seus mecanismos como estratégias de acumular-se em diferentes escalas no processo reprodutivo do seu ciclo. Em meio a dinâmica do capitalismo contemporâneo e ao processo de financeirização da economia, o movimento do capital financeiro ganha notoriedade entre as frações de mais-valor na esfera produtiva e financeira.

Desta forma, há a necessidade de compreender esse movimento através da ação territorial do capital financeiro no campo brasileiro quando alicerçado pelo aparelho ideológico do Estado e suas políticas públicas.

### **3.1 A ideologia hegemônica do neoliberalismo no Brasil e a inserção do capital internacional no espaço agrário.**

Sobre as possibilidades de expandir suas empresas nacionais pelos países em todo o mundo, os países desenvolvidos passaram a arquitetar planos através da ideologia do capital financeiro para a exploração de novos mercados e a manutenção da propriedade privada. Assim, estava aberta a “caçada” da hegemonia liberal frente ao momento de difundir e ampliar as novas formas de acumulação de capitais, por meio de empréstimos, privatizações, das desregulamentações e até as crises estruturais do capital.

Marx e Engels no livro *O Manifesto Comunista* já discorriam sobre o desenvolvimento do modo de produção capitalista e como isso hoje poderia assegurar as práticas político-econômicas expressas no processo de mundialização do capital, através da expansão do capital monopolista em todos os lugares. “A necessidade de um mercado em expansão constante para seus produtos persegue a burguesia por toda a superfície do globo. Precisa instalar-se em todos os lugares, acomodar-se em todos os lugares, estabelecer conexões em todos os lugares”. (MARX e ENGELS, 1997, p. 14).

Desta forma, grandes modificações estruturais aconteceram nas forças produtivas capitalistas nos últimos tempos e resultaram na vertente máxima da esfera produtiva e financeira no avanço do capital para um “novo” estado. O avanço das relações capitalistas culminou com o estágio do capitalismo financeiro – da hegemonia do capital financeiro – contemporâneo ao provocar o encadeamento de novas relações sociais de produção, assim como, uma série de fatores que se articularam também com o ritmo crescente de sua estrutura produtiva subordinada a estrutura financeira dentro da lógica reprodutiva no sistema capitalista.

A ‘união’ do financeiro com o produtivo, foi favoravelmente marcado pela mundialização dos mercados que, ao encontrar novas formas de valorização, acumulação e reprodução do capital inicia o processo de transnacionalização dos capitais financeiros e especulativos ocorrendo agora não só em territórios nacionais, mas em todo o mundo, principalmente ao buscar, incansavelmente, pelo comando de novos mercados e a dominação do capital financeiro.

Esse processo de transnacionalização predominou ainda após o período da Segunda-Guerra Mundial e intensificou-se também com o desenvolvimento e o crescimento das economias nos países centrais e países periféricos a partir da internacionalização produtiva. No entanto, a expansão de novas estruturas produtivas sob forte atuação do Estado, por um lado assegurou suas posições sociais ao formular e implantar políticas de caráter social e desenvolvimentista, e por outro, acentuou ainda mais as desigualdades, vitais às necessidades reprodutivas de caráter autoexpansivo do capital.

Nas últimas décadas têm se potencializado a crise capitalista e expansão financeira e produtiva do capital no mundo. Neste sentido, estão acentuados o processo de exploração e de superexploração da força de trabalho, que por sua vez são intensificados através da financeirização da economia e os novos movimentos financeiros especulativos do capital sobre a economia dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Há neste contexto uma hipertrofia da esfera financeira sobre o processo de acumulação do capitalismo contemporâneo e sua interferência diretamente na condução da política de controle social, facilitado pela expansão e mundialização do imperialismo sobre novos países principalmente, os países periféricos, já que existe uma necessidade cada vez maior de dominação econômica e de monopólios.

Para Carcanholo (2012), este processo foi ainda desencadeado pela autonomização da esfera bancária, onde o capital havia encontrado uma fórmula de produção para garantir riqueza econômica sem a necessidade dos diferentes usos da natureza e do trabalho humano. “Finalmente o capital não precisaria mais sujar as mãos na produção para realizar-se como ser capaz de, por si mesmo, gerar lucros, lucros elevados” (CARCANHOLO, 2012, p. 02). Na realidade, o capital “financeiro”:

Do final dos anos 70 para cá, não só dominou o cenário capitalista, como superou os investimentos produtivos no que se refere à capacidade de apropriação de lucros. O capital se lançou freneticamente na especulação e encontrou aí o remédio para a baixa rentabilidade que foi forçado suportar durante a década dos 70. Assim, a especulação não foi um desvio do sistema, um defeito seu, mas uma tentativa de solução, um remédio para a enfermidade estrutural do capitalismo: a tendência à queda da taxa de lucro. Durante certo tempo, a mágica funcionou e houve uma real e significativa recuperação da taxa de rentabilidade do grande capital e os dados empíricos disponíveis são claros nesse sentido. Mas, deu no que deu. A depressão do início do século em que vivemos e as sucessivas crises econômicas e financeiras que o mundo atual padece constituem o preço que se paga pelo período de orgia especulativa, e esse preço é e continuará sendo muito alto, embora seja pago principalmente por aqueles que em nada se beneficiaram com ela. (CARCANHOLO, 2012, p. 01 - 02).

A partir dessa análise, observa-se que a autonomização da esfera bancária, foi mais uma tentativa parasitária do modo de produção capitalista ao se lançar no ciclo de alta na liquidez internacional. Estava em curso a valorização do capital financeiro presente na especulação dos lucros apropriados em uma escala cada vez maior e dentro do processo produtivo.

Nos anos 70, por exemplo, o capitalismo vivenciou o que se costuma chamar, de maneira mais tecnocrática, um ciclo de alta na liquidez internacional. Isso significa que a criação/ampliação de espaços de valorização para aquele capital que estava sobre acumulado redundou em um crescimento dos mercados e, em específico, do mercado financeiro, o que elevou a massa de valor capital aí aplicada. Essa maior quantidade de liquidez/crédito no mercado internacional possibilitou o financiamento de várias atividades produtivas que deram um certo alívio à economia capitalista, ainda que esta atravessasse essa década de maneira ainda pouco dinâmica. (CARCANHOLO, 2010, p.06).

Para o referido autor, esse ciclo de maior liquidez possibilitou, para alguns países da América Latina, especificamente o Brasil, a elevação do financiamento externo de suas atividades produtivas, o que permitiu, de alguma maneira, manter um relativo crescimento, mesmo em um contexto internacional de crise mundial. Por outro lado, isso implicou o crescimento sobremaneira das dívidas externas desses países, mesmo do Brasil, que acabou atraindo um volume de recursos externos muito maior do que necessário para financiar os empreendimentos produtivos do período.

Com as crises econômicas ocorridas durante a década de 1970, a então especulação financeira presente no capitalismo contemporâneo ganha uma nova aparência ao se reproduzir por meio de um “regime de acumulação financeirizado” (CHESNAIS, 2002), em que a dominância da valorização financeira passa a constituir um modo de regulação combinado assim, com o então momento histórico, ao assumir a insídia de acumulação alicerçado no processo de reprodução contraditório do capital sob o domínio do capital financeiro.

O “sistema global” do capital assume hoje um caráter sócio-histórico particular e a globalização, como mundialização do capital e como processo civilizatório humano-genérico, assume o caráter de um sistema global de controle do capital financeiro, de um capital fictício e rentista parasitário, ou aquele capital que busca sua valorização de modo fictício (ALVES, 2001 apud THOMAZ JÚNIOR, 2008, p. 340).

Ao contextualizar historicamente o processo de transformação dos sistemas financeiros, o economista francês François Chesnais contribui com seus estudos ao afirmar que o capitalismo vive sob um regime de acumulação com dominância da valorização financeira. Neste contexto, o autor analisa:

Resultado dos impasses nos quais desembocou a acumulação de longo período dos “trinta gloriosos”, esse modo baseia-se nas transformações da “relação salarial” e em um agravamento muito forte da taxa de exploração [...], mas seu funcionamento é ordenado sobretudo pelas operações e pelas escolhas de formas de capital financeiro mais concentradas e centralizadas do que em qualquer período anterior do capitalismo (CHESNAIS, 1997, p.21).

O “regime de acumulação predominante financeirizado” coloca-se assim como a característica central sobre o qual deve recair a análise do ciclo global do capital através dessa nova fase, a qual consolida-se pelo “ressurgimento de um capital de aplicação financeira altamente concentrado desde 1979/1980” (CHESNAIS, 1997). Ao lado, assistiam-se também as transformações qualitativas na acumulação financeira ocorridas nos diversos polos centralizados na economia mundial.

Dessa forma, compreende-se que esse processo de dominância de uma esfera produtiva sobre o ciclo global avança na sua própria condição capitalista e também no processo de internacionalização do capital, como forma de valorização do valor, sobretudo precisamente através da realização do valor-mercadoria na circulação (LIMA, 2013). O que por sua vez, trará reflexos à homogeneização sob a forma de um fortalecimento do “mercado mundial” como um espaço comum de valorização (CHESNAIS, 1997) nas décadas finais do século XX.

Antes disso, é necessário entender como a internacionalização da produção capitalista se consolida no Brasil a partir do papel do comércio mundial sobre a circulação em âmbito nacional e como as estratégias capitalistas engrenaram a partir do período flexível ao neoliberal neste novo ciclo de desenvolvimento e de compressão do espaço-tempo (HARVEY, 2006).

Após o período da Guerra-Fria, a crescente desregulamentação na esfera financeira mundial e o conseqüente impulso das políticas keynesianas trouxeram novas rupturas sobre o esgotamento do antigo modelo de produção brasileira adotado desde a década de 1930, chamado de substituição de importações. A preocupação central ganhava um novo dinamismo no campo econômico, cujo modelo de desenvolvimento apresentava-se agora com o objetivo de integrar a agricultura com outros setores da economia, principalmente o setor da indústria.

De acordo com Oliveira (2007, p.32) “a industrialização da agricultura brasileira vem sendo feita no interior do processo de internacionalização da economia brasileira”. Esse processo dominante da indústria na agricultura ocasionou o estreitamento das possibilidades de reprodução das famílias camponesas no campo, fazendo com que ocorresse a expansão do trabalho assalariado, a migração do campo para a cidade, além da subordinação da produção camponesa.

Condicionado nas décadas passadas a uma economia essencialmente agrário-exportadora, o Brasil nas décadas de 1950 e 1960, destituía-se dessa velha roupagem e seguia a nova tendência mundial de que era necessário um novo modelo de desenvolvimento econômico que pudesse acompanhar os passos céleres do crescimento do capitalismo financeiro internacional.

Nesta direção, o golpe militar de 1964 intensificou as manifestações das transformações do espaço agrário e acelerou a inserção de novas técnicas de produção no país. Portanto, a difusão dos produtos químicos fez com que o uso de agrotóxicos se expandisse drasticamente neste período, por outro lado, o aumento do uso de maquinários no campo juntamente com o desenvolvimento da indústria química provocou uma conseqüente redução dos trabalhadores no campo.

Este período da evolução da agricultura no Brasil foi caracterizado pela parceria entre a ação do Estado com a elite agrária ao promover a difusão de políticas voltadas aos interesses capitalistas monopolistas, que através do capital internacional chegou no campo brasileiro. A tecnificação da agricultura no país é combinada com os interesses das grandes corporações ao financiar a compra dos pacotes tecnológicos, quer seja pelo controle químico das pragas e doenças, quer seja através da criação de incentivos fiscais e creditícios, conforme ressalta Ianni (1979):

A ditadura militar no Brasil tem uma base bastante sólida na agricultura. O bloco de poder instalado no Estado brasileiro engloba as burguesias industrial, financeira, comercial e agrária, além de setores da classe média, clero, burocracia pública e privada, militares e policiais. Mas a burguesia agrária, composta de latifundiários e empresários, nacionais e estrangeiros, representa um elemento importante desse bloco de poder. Tanto na preparação do golpe de estado de 31 de março de 1964, quanto na consolidação e desenvolvimento da ditadura, os latifundiários e empresários rurais desempenham um papel decisivo. Foi essa burguesia agrária que alimentou uma vasta campanha contra as ideias e as medidas de reforma agrária que estavam sendo cogitadas pelo governo do Presidente João Goulart, nos anos 1961-64. Combatia as medidas destinadas a encaminhar a reforma agrária, a sindicalização de camponeses e operários rurais, a liga camponesa, a politização dos trabalhadores do campo

e toda e qualquer iniciativa que visasse defender as reivindicações de camponeses e operários rurais. Depois, com a instalação da ditadura, essa burguesia procurou obter vantagens do governo. O crédito rural, sob todas as formas e, em geral, a juros negativos, cresceu muito. Criaram-se incentivos e favores fiscais e creditícios, para iniciar ou expandir empreendimentos agrícolas, pecuários, extrativos e agroindustriais. Acelerou-se o desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo no campo. (IANNI, 1979, p. 242-243).

Aqui é notável que durante o período ditatorial, é justamente a burguesia brasileira quem vai mais obter vantagens do Estado. E, essa cúpula é ainda ampliada com o objetivo de acelerar o desenvolvimento intensivo e extensivo das relações capitalistas no campo, principalmente, quando por meio dos custos do Estado, o capital internacional requer as facilidades em obter os maiores gastos públicos com subsídios dados aos grandes capitalistas.

Por outro lado, ao modernizar a agricultura de forma conservadora acatando aos grandes interesses monopolistas, a própria burguesia nacional consegue acentuar ainda mais as desigualdades no campo, visto que ao atender os interesses da indústria de insumos, agrotóxicos e de equipamentos, ao mesmo tempo ao elevar suas taxas de lucro, ela consegue aumentar a exploração da classe trabalhadora, a precarização do trabalho e a baixa remuneração, sujeitando os camponeses e atrelando-os aos ditames do capital.

Para Delgado (1985), este processo de integração técnica-agricultura-indústria, foi caracterizado de um lado pela mudança na base técnica de meios de produção utilizados pela agricultura, materializada na presença crescente de insumos industriais (fertilizantes, defensivos, corretivos do solo, sementes melhoradas e combustíveis líquidos etc.); e máquinas industriais (tratores, colhedoras, implementos, equipamentos de injeção, entre outros).

Nessa análise, os investimentos em capital constante foram facilitados pela tomada de empréstimos a juros negativos destinados na compra de insumos agrícolas e industriais, além de máquinas e equipamentos. Esse conjunto de medidas estruturado pela política agrícola ocasionou o grande incentivo de crédito subsidiado na agricultura mediando a adoção desses pacotes tecnológicos da chamada "Revolução Verde", no sentido de atender aos interesses burgueses, industriais com amplos subsídios financeiros.

Ao reestruturar a base produtiva agrícola por meio da modernização conservadora, a nova esfera produtiva e financeira do capital através da Revolução Verde nas décadas de 1960 e 70, ocasionou um intenso período de investimento no campo brasileiro, ao incorporar em seu pacote, técnicas produtivas e tecnologias necessárias para o crescimento e o aumento da produção agrícola, além da formação de um grande complexo agroindustrial.

Segundo Delgado (1985) a alteração da base técnica da agricultura, associada à sua articulação com a indústria de insumos e bens de capital agrícolas e com a indústria processadora de produtos primários levou à formação do chamado “complexo agroindustrial”.

Tal processo possibilitou ainda a constituição de um mercado consumidor interno demandante por produtos agrícolas e agroindustriais, uma vez que o aumento da produtividade é fortalecido com a funcionalidade do crescimento capitalista no setor agrícola. Ao mesmo tempo, em decorrência da abertura do mercado nacional para os investimentos internacionais, impulsionados também pelos investimentos do Estado na formação de grandes complexos industriais.

A partir de então, a expansão agroindustrial assume outras características e, com isso, vai-se formando outro “modelo” de desenvolvimento agroindustrial nitidamente excludente. Trata-se de um modelo cujo modo de funcionamento global, com predomínio de capital financeiro, orienta-se, em grande parte, rumo a uma especialização crescente em determinadas *commodities* orientadas para o mercado externo e com uma tendência à concentração em grandes unidades de exploração. Denominamos este modelo de agronegócio. (TEUBAL, 2008, p.140).

Neste sentido, sobre grandes mecanismos de dependência externa, o Estado hegemônico brasileiro se expressava em campo ainda nos anos de 1970 ao ampliar a criação de políticas públicas favoráveis ao modelo de desenvolvimento fordista-keneynsiano. Nesta esteira, estava em movimento os instrumentos das forças produtivas capitalistas definindo novos programas como estratégias de acordos governamentais para industrializar a agricultura brasileira e inserir o capital mundializado no campo.

Desta maneira, o Estado passou a compartilhar e estruturar o processo de modernizar a agricultura com a implantação de políticas, programas, infraestruturas que atendessem e direcionassem o modelo de desenvolvimento dominante no espaço agrário brasileiro. Ou seja, o Nordeste brasileiro entra neste contexto fortemente marcado pelas políticas voltadas para atender a estratégia de desenvolvimento nacional, seguindo as intervenções planejadas da ação estatal e capitalista.

Sob os auspícios do Estado, alicerçados pela força propulsora do capitalismo, se instalam assim as condições para a reprodução ampliada do capital em Serra do Ramalho. Funcional ao interesse do capital o Estado viabiliza a ordem reprodutiva sociometabólica do capital gerenciando o controle dos antagonismos, a partir da lógica do fetichismo de um campo

de atração para os investimentos de atividades “modernas” que acarretariam o desenvolvimento do agronegócio.

Desde a década de 1970, muitos assentamentos rurais foram implantados pela forte intervenção estatal como política de regularização fundiária, assim como forma também de reassentamento de atingidos por grandes obras de desenvolvimento nacional em consequência do desenvolvimento capitalista no campo.

É neste cenário que se inseriu a criação do Projeto Especial de Colonização de Serra do Ramalho (PEC-SR), enquanto um projeto de assentamento, fruto de uma política de desenvolvimento implantada na década de 1970, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) como “alternativa” voltada para atender a população atingida de povoados e de sedes municipais, cujas terras seriam submersas pela construção da Barragem de Sobradinho. Como detalhado na primeira seção deste trabalho, a implantação do PEC-SR significou uma ruptura intrépida na vida dos camponeses que ali morava e das recentes famílias chegadas.

É inegável o papel do Estado ao atuar de forma mais incisiva em detrimento da falácia das Políticas Públicas do campo voltadas para o “desenvolvimento rural” no circuito do capital. Assim, é através desse credor, que os grandes projetos voltados para o ‘desenvolvimento’ no campo brasileiro ocorrem com o intuito superar o velho atraso, ao também formular políticas econômicas que objetivaram inserir o país na dinâmica do capital financeiro internacional. A esse respeito, Delgado (2005) afirma que:

A passagem do período de crise agrária da primeira metade da década de 1960 para a modernização agrícola encontra-se fortemente documentado na formulação da política econômica do período. Percebe-se nela a grande evidência na liberalidade da política de crédito rural, a prodigalidade dos incentivos fiscais (principalmente nas desonerações do Imposto de Renda e do Imposto Territorial Rural), e ainda o aporte direto e expressivo do gasto público na execução das políticas de fomento produtivo e comercial, dirigidas às clientelas das entidades criadas ou recicladas no período (SNCR, Política de Garantia de Preço, PROAGRO, Pesquisa e Extensão Rural, etc.) (DELGADO, 2005, p. 59).

Evidencia-se assim de que era necessário transformar o campo para atender a grande demanda de produção do comércio exterior. E, é neste contexto que o Estado toma uma importância crescente, ao delinear e definir o processo de modernização da agricultura através de políticas públicas e agrícolas, além de incentivos fiscais que vão substanciar a base técnica da produção via incorporação de tecnologias no país.

Sob uma forte intervenção estatal, o desenvolvimento de políticas públicas para o campo brasileiro foi subsidiado por grandes incentivos fiscais ao incorporar as novas estratégias do capital monopolizado via de políticas agrícolas e agrárias. Estas, por sua vez, foram implementadas para que a agricultura cumprisse integralmente o seu papel modernizante ao aumentar a sua produtividade, adquirir maquinários fornecidos pela indústria e aumentar sua produção para o mercado externo. Assim,

Submetida aos interesses do capital industrial, a economia agrária se manteve como provedora, condição básica para a acumulação capitalista. [...]. Ao Estado coube construir o alicerce da estrutura de manutenção do monopólio da terra, da transformação da renda da terra em renda capitalizada, pela sujeição do trabalho camponês ao capital, conciliando o contraditório, ou seja, o latifundiário ao capitalista. (CONCEIÇÃO, 2005, p. 08).

As leituras embasadas entendem o Estado como o propulsor de força do sistema capitalista que assumiu expressamente o comando dos grandes alicerces da estrutura agrária brasileira, ao possibilitar a expansão das políticas públicas com os objetivos de promover a modernização tecnológica do campo. Um dos grandes carros-chefes ao conduzir essa expansão da estrutura do poder, foi a concessão de crédito rural a partir do final da década de 1960.

Acerca de um dos principais carros-chefes da modernização agrícola, o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) foi criado pela lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e tinha como objetivo desenvolver condições favoráveis para a expansão capitalista no campo brasileiro. Essa política de crédito contava ainda com vários agentes, entre eles: o Banco Central, o Banco do Brasil, o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE), o Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), além de bancos privados e cooperativas de créditos.

Somente com a introdução da política de crédito rural, como carro-chefe da modernização do setor agropecuário, desloca-se o eixo da política por produtos para a política da *mercadoria* rural em geral. O crédito subsidiado é provido de maneira generosa e por intermédio do sistema bancário institucionalizado. A própria necessidade de financiamento se torna crescente, uma vez que tanto a elevação da capacidade produtiva quanto as necessidades de financiamento se tornam crescente, uma vez que tanto a elevação da capacidade produtiva quanto as necessidades de financiamento de capital de trabalhos na agricultura passam a depender de recursos adquiridos no mercado. As fontes usuárias tradicionais, ligadas ao capital comercial, cedem lugar à rede bancária. E esta, ao se imiscuir no negócio rural, traz implícito um projeto de modernização que visa crescentemente a mudar a própria base técnica da agricultura. (DELGADO, 1985, p. 21).

Tal sistema surgiu no sentido de reorientar a formulação da política econômica do período ao garantir que as seguintes modalidades de crédito fossem concedidas, tais como: custeio da atividade, investimento e o processo de comercialização. Desta forma, sua implementação viabilizaria substancialmente o crescimento da agricultura capitalista através da crescente absorção, pelo setor agrícola, de máquinas e insumos modernos, sempre com o intuito de aumentar a produtividade e desarticulando a unidade de produção camponesa.

Todavia, esse sistema visava dar suporte a um importante processo de modernização da atividade agrícola, o que implicaria atender os interesses do capital em sua dinâmica, assim como, viabilizar através dessa canalização a forte intervenção estatal com os interesses da classe dominante, visto que a concessão de crédito por meio do Sistema Nacional de Crédito Rural inicialmente só seria possível para burguesia agrária, associada aos grandes proprietários de terras. Nas palavras de Fernandes, durante esse período:

O Brasil conheceu uma intensa transformação em sua agricultura no período de 1965 a 1985. Nessas décadas de ditadura, os governos militares implantaram uma política de desenvolvimento agropecuário para a modernização do campo. Esse modelo causou transformações profundas, privilegiando a agricultura capitalista em detrimento da agricultura camponesa. Essas transformações geraram, de um lado, a modernização tecnológica financiada pelo Sistema Nacional de Crédito Rural, de modo que a agricultura passou a depender menos dos recursos naturais e cada vez mais da indústria produtora de insumos, consolidando o processo de industrialização da agricultura e promovendo o crescimento das relações de trabalho assalariado. Por outro lado, o campo brasileiro foi transformado em espaços de conflitos intensivos, pelo crescimento das desigualdades socioeconômicas. Esse modelo de modernização conservou a secular concentração da estrutura fundiária, intensificando a histórica luta pela terra e criou uma crise política que persiste até os dias de hoje. (FERNANDES, 1997, p.27).

Durante o período militar, os camponeses estiveram excluídos e foram deixados de lado pois se pensava que eles eram incapazes de fazer história. Sob fortes reivindicações sociais e lutas contra a expropriação que o modelo de desenvolvimento assistia, os camponeses através dos movimentos sociais, entre eles o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) conseguiram ter acesso ao crédito e aos recursos financeiros do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). No entanto, como se sabe, o Estado brasileiro em sua condição assistencialista apresentou-se como grande financiador da modernização do setor agrícola, ao atender primeiramente as necessidades das elites e oligarquias rurais que o mantinham no poder.

Em decorrência do caráter centralizador do Estado brasileiro, as políticas públicas direcionadas ao espaço agrário se destinavam, sobretudo, ao crescimento da produtividade em decorrência da incorporação de inovações tecnológicas pelas atividades agropecuárias. Nesse contexto, o campo é visto apenas enquanto *locus* para a realização das atividades relacionadas à agricultura a partir dos interesses (*lobbies*) econômicos dominantes-oligarquias rurais e urbano-industriais. (RODRIGUES, 2012, p.70).

Nesta direção, o Estado consegue destinar grandes recursos financeiros através do sistema de crédito rural para o financiamento da produção da elite agrária brasileira, mantendo assim seus privilégios e poder político. Ao subsidiar o crédito dessa oligarquia rural, o Estado acaba por concentrar nas mãos de poucos produtores um amplo volume de crédito, escancarando as artimanhas das políticas públicas apresentadas como de inclusão social e assegurando-se a manutenção da produção capitalista.

É preciso ponderar que entre os beneficiadores do crédito subsidiado está o sistema bancário privado, os grandes detentores de capitais e de terras, além dos setores industriais, incorporados devido à parte final deste recurso financeiro ser destinada ao custeio da produção e também ao investimento. Assim, ao reunir todas as suas forças produtivas, o capital em sua essência e aparência consegue se reproduzir através da fusão com outros capitais constituídos, a exemplo do financeiro e o bancário, todavia:

O sistema de crédito brasileiro reúne essa massa de capital mediante suas instituições, que são compostas pelo sistema bancário, pelas seguradoras, pelos fundos de investimentos e de pensão; por um lado, o transfere para a esfera real, transformando-o em capital produtivo, e, por outro, multiplica-o sob diversas formas e o transforma em capital fictício. Esse permanece na esfera financeira, expandindo continuamente enquanto suas próprias contradições não exigem sua desvalorização forçada (NAKATANI, SABADINI, 2010, p.77).

Assim, em busca de sua valorização, o capital monetário encontra no ciclo D-D' a sua produção e reprodução como capital portador de juros no interior do sistema de crédito, como já definia Marx em seus estudos. E, ao assumir a forma mais absurda e fetichizada do capital, o capital portador de juros aparece na apropriação de riqueza abstrata sem a mediação da produção de mercadorias, ampliando assim suas capacidades produtivas fundamentadas no poder do capital financeiro e no sistema de finança.

Segundo Chesnais (2005), em sua busca incessante pela valorização do valor, o capital se manifesta no movimento sempre renovado D – M – D' (dinheiro – mercadoria – dinheiro acrescido de mais dinheiro), cujo objetivo final é a apropriação de riqueza abstrata. Para o autor, o capital portador de juros:

[...] busca “fazer dinheiro” sem sair da esfera financeira, sob a forma de juros de empréstimos, de dividendos e outros pagamentos recebidos a título de posse de ações e, enfim, de lucros nascidos de especulação bem sucedida. Ele tem como terreno de ação os mercados financeiros integrados entre si no plano doméstico e interconectados internacionalmente. Suas operações repousam também sobre as cadeias complexas de créditos e de dívidas, especialmente entre bancos. (CHESNAIS, 2005, p. 35).

É evidente que o capital portador de juros manifesta-se a partir dos lucros nascidos de especulação financeira, principalmente no sistema bancário através do sistema de crédito, que ao concentrar o capital monetário acrescido do capital produtivo e o valoriza como capital fictício. Portanto, ao ampliar ainda mais a valorização do capital, a esfera financeira surge para gerar capital sem produção, assim como para reproduzir capital na produção, por meio do financiamento.

Para Delgado (1985), o crédito rural foi inserido dentro do contexto de um sistema financeiro geral, tornando-se atrativo para outros setores, como o financeiro e o bancário, o que favoreceu a integração de capitais. Por outro lado, os camponeses ficaram à mercê da acentuação da miséria e pobreza, heranças de um processo excludente das políticas agrícolas e também da “generosidade” dos subsídios financeiros.

Nesse sentido, ratifica-se que a incorporação crescente das políticas de crédito “generosas”, durante o período militar, sempre foi destinada a atender os grandes empresários rurais e latifundiários. Era economicamente viável investir na compra de terras, mesmo sem o objetivo de praticar ali alguma atividade agrícola, visto que era necessário somente o título de propriedade, para a concessão de empréstimos. Esse processo constitui-se uma elite privilegiada ao adquirir grandes extensões de terras, aumentando assim a sua concentração e tornando a terra em negócio.

Segundo Oliveira (2003, p. 41) “o Estado intervém para destruir o modo de acumulação para o qual a economia se inclinava naturalmente, criando e recriando as condições do novo modo de acumulação”. No entanto, o Estado nas últimas décadas do século XX experimenta um novo redimensionamento em decorrência das políticas neoliberais a serviço mais do que nunca exclusivamente do capital, conforme explicita Paulo Netto (2012):

O Estado burguês, mantendo o seu caráter de classe, experimenta um considerável redimensionamento. A mudança mais imediata é a diminuição da sua ação reguladora, especialmente o encolhimento de suas- funções legitimadoras: quando o grande capital rompe o - pacto que suportava o Welfare State, começa a ocorrer a retirada das coberturas sociais públicas e tem-se o corte nos direitos sociais – programa tatcherista que corporifica a estratégia do grande capital de —redução do Estado, num processo de ajuste que visa a diminuir o ônus do capital no esquema geral de reprodução da força de trabalho Entretanto, aquela redução, bem definida nas palavras de ordem que já assinali e na sua prática — “flexibilização”, “desregulamentação” e “privatização” —, decorre do próprio movimento da “globalização”. De uma parte, a magnitude das atividades planetárias das corporações monopolistas extrapola largamente os controles estatais, fundados na circunscrição nacional do Estado; de outra, dada a articulação privada daquelas atividades, torna-se limitada a intervenção estatal no nível macroeconômico. (NETTO, 2012, p. 19).

Neste cenário, o país estava ainda vivenciando o regime militar ditatorial com o apoio da burguesia nacional e com a base de aproximação do capital com o Estado. Portanto, a então classe burguesa depositava suas forças no projeto neoliberal e ditava os novos rumos da acumulação capitalista no país, façanha adotada em favor da abertura econômica ao ensejar o desenvolvimento das relações capitalistas no campo. A esse respeito, Harvey (2004) afirma que:

As novas relações imperialistas permitiram a difusão das políticas neoliberais em vários países. Passou a existir a pregação de que o motivo pelos baixos níveis de crescimento das principais economias combinada com altas taxas de inflação era o poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário. O neoliberalismo foi o projeto de consenso entre as grandes potências. As políticas neoliberais abriram caminho para a exportação do excedente econômico dos países centrais. Para os países localizados na periferia do sistema as políticas econômicas restritivas abriram espaço para uma maior dependência do capital financeiro. (HARVEY, 2004, p. 124).

Neste contexto, o autor destaca que o grande capital ao diminuir a ação reguladora do Estado nacional, encolhe suas funções legitimadoras ao provocar um movimento crescente da oligarquia financeira global articulada com os bancos e os sistemas de créditos e chama atenção para a consequência imediata, das políticas neoliberais, a dada articulação privada, tão almejada no cenário da burguesia. Acerca dessa fase, Chesnais (1995), destaca:

Em vez de usar o termo “globalização” e, portanto, de fazer referência à “economia” de modo vago e impreciso, parece então desde já preferível falar em “globalização do capital”, sob a forma tanto do capital produtivo aplicado na indústria e nos serviços quanto do capital concentrado que se valoriza conservando a forma dinheiro. Pode-se então dar mais um passo, aquele que consiste em falar de “mundialização” em vez de “globalização”. [...] O fato de colar o termo “mundialização” ao conceito de capital consiste em registrar o fato de que parte dos segmentos mais decisivos dos mercados financeiros é hoje em dia mundializado com modalidades e instrumentos variados. Além disso, significa que o campo no qual se desenvolve o capital industrial concentrado [...] é aquele das relações constitutivas do oligopólio mundial, o qual domina os mercados [...]. A mundialização do capital apresenta-se como uma fase específica de um processo muito mais longo de constituição do mercado mundial em primeiro lugar, e depois, de internacionalização do capital, primeiro sob sua forma financeira e, em seguida, sob sua forma de produção no exterior. (CHESNAIS, 1995, p. 05-06).

Esse processo de mundialização do capital vai se apresentar no Brasil a partir da década de 1980, quando a economia brasileira passou por uma acentuada tensão, decorrente do processo inflacionário e do déficit público gerado pela instabilidade interna e também pela conjuntura econômica externa, em consequência da crise do petróleo. De acordo com Harvey (2004) a crise do petróleo teve papel fundamental ao impulsionar o desenvolvimento do neoliberalismo, principalmente nos países emergentes. Neste processo, o poder do capital financeiro aparece claramente produzindo o neoliberalismo e sendo por ele fortalecido. (LAPYDA, 2011).

É neste contexto que se pode observar as evidências de crise estrutural do capital, tal que apontado por Mészáros(2002), através da qual, passará a ocorrer quando a crise da estrutura global do capital impor limites últimos ao afetar todo o processo de reprodução do sistema de valores do capital, incorrendo assim sobre as contradições na relação entre capital e trabalho, a ponto de colocar em risco a humanidade como um todo, acentuando ainda o esgotamento/destruição das forças produtivas.

A crise dos anos 1970 significou que iniciamos a experiência de que a tripla dimensão interna da auto-expansão do capital exhibe perturbações cada vez maiores. Ela não apenas tende a romper o processo normal de crescimento, mas também pressagia uma falha na sua função vital de deslocar as contradições acumuladas do sistema. [...] quando os interesses de cada uma deixam de coincidir com os das outras, até mesmo em última análise. A partir deste momento, as perturbações e “disfunções” antagônicas, ao invés de serem absorvidas/dissipadas/desconcentradas e desarmadas, tendem a se tornar cumulativas e, portanto, estruturais, trazendo com elas um perigoso complexo mecanismo de deslocamento de contradições (MÉSZÁROS, 2002, p.799).

Ainda segundo Mészáros (2002, p.798) “a crise estrutural não se origina por si só em alguma região misteriosa: reside dentro e emana das três dimensões internas”. Portanto, essa tripla dimensão (produção, consumo e circulação/distribuição/realização) é tida como vital na auto-expansão do capital.

É nesse marco histórico da existência da crise estrutural do capital que em face ao processo de mundialização e sob forte movimento de financeirização, que a discussão acerca da política neoliberal surge como ajuste ideológico do sistema capitalista. Marx (1985) acerca de um século e meio, já demonstrava concretamente os elementos incorporados a esta conexão e como as crises apareceram na dinâmica contraditória da reprodução ampliada do capital.

Num sistema de produção em que toda a conexão do processo de reprodução repousa sobre o crédito, quando então o crédito subitamente cessa e passa apenas a valer pagamento em espécie, tem de sobrevir evidentemente uma crise, uma corrida violenta aos meios de pagamento. À primeira vista, a crise toda se apresenta portanto apenas como crise de crédito e crise monetária. E de fato trata-se apenas da conversibilidade das letras em dinheiro. Mas essas letras representam em sua maioria compras e vendas reais, cuja extensão, que ultrapassa de longe as necessidades sociais, está, em última instância, na base de toda a crise. Ao lado disso, entretanto, uma enorme quantidade dessas letras representa negócios meramente fraudulentos que agora vêm à luz do dia e estouram; além de especulações feitas com o capital alheio, mas fracassadas; e, finalmente, capitais mercadorias desvalorizados ou até invendáveis ou refluxos que jamais podem entrar. Todo esse sistema artificial de expansão forçada do processo de reprodução não pode naturalmente ser curado pelo fato de um banco, por exemplo, o Banco da Inglaterra, dar a todos os caloteiros, em seu papel, o capital que lhes falta e comprar todas as mercadorias desvalorizadas a seus antigos valores nominais. De resto, tudo aparece aqui invertido, pois nesse mundo de papel o preço real e seus momentos reais nunca aparecem, mas apenas barras, dinheiro metálico, notas, letras de câmbio e papéis de crédito. Essa inversão aparece sobretudo nos centros em que se concentra todo o negócio monetário do país, como Londres; todo o processo se torna incompreensível; já menos, nos centros de produção. (MARX, 1983a, p. 21-22).

Nota-se que em sua análise sobre a natureza das crises do sistema, Marx também já apontava que ao ampliar as bases da acumulação capitalista, o crédito era condição necessária para a sua garantia, e do mesmo modo ao servir de alavanca para a intensificação da produção do sistema capitalista, expande a base de crises de acumulação. Dessa forma,

O sistema de crédito aparece como a principal alavanca da superprodução e da superacumulação no comércio somente porque o processo de reprodução,

que é elástico por natureza, aqui é forçado até seus limites extremos e é forçado precisamente porque grande parte do capital social é aplicada por não-proprietários do mesmo, que procedem, por isso, de maneira bem diversa do proprietário, que avalia receosamente os limites de seu capital privado, à medida que ele mesmo funciona. Com isso ressalta apenas que a valorização do capital, fundada no caráter antitético da produção capitalista, permite o desenvolvimento real, livre, somente até certo ponto, portanto constitui na realidade um entrave e limite imanentes à produção que são rompidos pelo sistema de crédito de maneira incessante. O sistema de crédito acelera, portanto, o desenvolvimento material das forças produtivas e a formação do mercado mundial, os quais enquanto bases materiais da nova forma de produção, devem ser desenvolvidos até certo nível como tarefa histórica do modo de produção capitalista. Ao mesmo tempo, o crédito acelera as erupções violentas dessa contradição, as crises. (MARX, 1986, p. 335)

É neste contexto de autoexpansão dos mecanismos de capital e sobre o papel do crédito na formação das grandes crises, que o próprio sistema capitalista tem intensificado sua escala de reprodução em uma “expansão artificial e como este processo tem se constituído cada vez mais em valor para o capitalista”. Há nesta órbita financeira, de acordo com Dutra Jr (2010) uma “reprodução ampliada do capital que é orientada por renovadas maneiras de auferir lucros”.

A lei geral da acumulação capitalista como contradição central requer do desenvolvimento das forças produtivas mediações que retomem o curso do lucro e da mais valia, nesse contexto dos imperativos do valor de troca o capital portador de juros e o capital fictício recolocam nos trilhos os possíveis desvios (no sentido dos capitalistas) que impeçam a realização do valor. Ao aprisionar o valor em novas esferas o sistema do capital atinge o mais alto grau de alienação produtiva, em que os defeitos estruturais de controle do capital objetivam as crises de realização como imanência sistêmica. Alta composição orgânica, ‘desnecessidade’ – historicamente posta do trabalho vivo, queda na taxa de lucro, a mais-valia no circuito do capital produtivo encontra limites agora dificilmente intransponíveis. O papel do capital financeiro (capital produtor de juros e capital fictício) envolve em certa medida a aceleração do tempo de giro do capital sem o lastro correspondente no trabalho vivo, o que amplia as contradições. (DUTRA JR, 2010, p. 75).

Dessa forma, entende-se que é por meio das contradições imanentes ao sistema sociometabólico do capital que deve-se compreender a existência e a resistência camponesa frente todo esse processo, uma realidade auferida na subordinação produtiva e territorial da unidade camponesa submetida à lógica da reprodução ampliada, por outro lado se garante pela luta e pela reprodução/recriação do campesinato.

Ao abarcar a discussão sobre o papel do capital financeiro (capital produtor de juros e capital fictício) na esfera brasileira, faz se importante uma análise de como este ao

internacionalizar-se por meio da adoção das políticas econômicas neoliberais, gerou ainda espaços para a reprodução do capital em escala global.

No contexto brasileiro, durante a década de 1980 há um aumento das taxas internacionais de juros, o que resultou no país a adesão de uma política econômica restritiva, ao abranger as taxas de juros internas e ocasionar a redução significativa dos subsídios financeiros, sobretudo por problemas com a dívida externa. Portanto, com o crédito rural já com uma acentuada queda, este processo sinalizava o endividamento do setor agrícola para com o setor financeiro, ao transferir-se um maior volume do crédito rural para o financiamento em banco privados.

Esta operacionalização do crédito privado no financiamento agrícola, manifestou-se através das experiências lucrativas do sistema financeiro ao consistir a renegociação das dívidas durante a concessão de novos créditos. Evidencia-se, assim, o conflito de interesses entre camponeses e capitalistas, já que o peso do capital bancário e o crédito acaba por encorajar a luta dos camponeses em um processo cada vez mais mediado pela tentativa capitalista de subordinar e expropriar o camponês.

Neste viés, o camponês que já se encontrava à mercê desta lógica adotada pela retração do crédito, somada a miserabilidade e a perversidade das relações de trabalho, sobretudo com o aumento dos custos, devido as altas taxas de juros e o controle do crédito, vivenciara agora o endividamento de suas famílias camponesas.

Inúmeras e intensificadas condições de pobreza estabeleceram-se muito cedo nos sistemas pré-capitalistas de relações de produção, mas geralmente foram exacerbadas pelas políticas que prepararam a economia rural para o desenvolvimento capitalista e as forças da globalização neoliberal, incluindo a modernização, a transformação produtiva da agricultura em indústria, a urbanização e a formação do proletariado – a conversão de produtores diretos em assalariados – e o empobrecimento. (VELTMEYER e PETRAS, 2008, p. 84).

Mesmo estando sob as condições combinadas do processo de marginalização, nos anos finais da década de 1980, principalmente com as mudanças estabelecidas pela Constituição Federal de 1988, os camponeses encontraram a força de resistência nos movimentos sociais e reivindicaram através de pressões sociais soluções para que suas demandas fossem atendidas com a implantação de políticas públicas. Por outro lado, o caráter uníssono do Estado ao determinar a implementação das políticas neoliberais nos faz pensar sobre o papel das pressões sociais em outro plano, para além da “neutralidade” das ações estatais:

A pressão social pode fazer com que o Estado realize algumas políticas sociais para permanecer e tornar intacta a ideia de que o Estado é um organismo neutro, que atende tanto os interesses dos ricos como dos pobres; este cederia a estas pressões seja por motivos eleitorais, visibilidade social, etc., bem como com o intuito de evitar o risco de haver uma radicalização dos conflitos sociais quando houver o receio de que as ações das classes exploradas possam assumir uma radicalidade possível de se gerar uma crise de governo ou a transformação social, o que forçaria o Estado a ceder e fazer concessões, inclusive em longo prazo, mantendo deste modo, por cautela preventiva a contenção social. (RODRIGUES, 2012, p.82).

Ainda de acordo com Rodrigues (2012, p.88) “as políticas neoliberais formaram uma aliança com organizações financeiras para desmobilizar os movimentos sociais”. Dessa maneira, o Estado em seu caráter concentrador e agente do capital ao instituir políticas públicas para o campesinato, consegue cooptar o avanço das lutas e das conquistas camponesas.

Nesta lógica da explicação marxiana, os camponeses se encontram agora subordinados às relações capitalistas de produção e são cada vez mais marginalizados com a exploração do capital e como seus organismos internacionais - através também de alguns mecanismos de ordem capitalista como, a indústria, os bancos, os latifundiários e o próprio poder estatal. No entanto, já em conformidade com as exigências do capital financeiro global, a realidade dos camponeses está agora em reconhecer na luta pela terra na forma de garantia de seu lugar no processo social e político (MARTINS, 2010).

Assim, na esperança de que suas reivindicações seriam atendidas com a chegada da década de 1990 e que um novo futuro estaria muito próximo com a redemocratização, a tão sonhada reforma agrária cai por terra e o tão sonhado direcionamento de políticas públicas para os camponeses começa a “capengar” na mobilidade oculta do capital.

No entanto, o que evidencia é o processo de instabilidade na estrutura econômica, intensificada pela desregulamentação, pelo desfavorecimento do mercado interno em relação a abertura da economia mundial ao mercado externo, assim como a liberalização financeira com a diminuição do papel do Estado no plano econômico, alicerçada agora pelas privatizações que passaram também a dominar o cenário neoliberal brasileiro.

O que o processo de desregulamentação e inovações financeiras propiciou, a partir dos anos 70 do século passado, e com mais força nos anos 90, foi o crescimento substancial de novos instrumentos do capital fictício, assim como a expansão brutal da massa de valor desse tipo de capital. Esta é a

característica substancial do capitalismo contemporâneo, a subordinação do capitalismo à lógica do capital fictício. (CARCANHOLO, 2010, p.06).

Evidencia-se nesse processo o crescimento das formações monopolísticas do Estado neoliberal, consentida pela subordinação do capitalismo à lógica do capital fictício. Há neste contexto, o crescimento substancial de novos instrumentos da organização capitalista mais identificável com as inovações financeiras, a desregulamentação financeira simulando as relações econômicas e sociais figuradas no capital portador de juros. Para Chesnais (2005, p.35) “o mundo contemporâneo apresenta uma configuração específica do capitalismo, na qual o capital portador de juros está localizado no centro das relações econômicas e sociais”.

Com o objetivo de garantir a primazia dos interesses do capital financeiro, a chegada do neoliberalismo no Brasil amparado pelo Banco Mundial trouxe novos desdobramentos em suas principais estruturas econômicas, políticas, sociais, ao retirarem as barreiras que impediam o livre fluxo de ativos financeiros. É neste novo ambiente do sistema monetário que ocorre a intensificação do crescente processo de endividamento dos camponeses, ampliando a pobreza e miséria no campo, além do desemprego, a barbárie e a concentração de terras e de renda no país.

É sobre a gestão do capital, que o neoliberalismo vai contemplando a sua ofensiva ideológica ao caracterizar sua hegemonia de dominação capitalista através do processo político-econômico, caracterizando por um desenvolvimento econômico que provoca a barbárie, a miserabilidade e o aumento da pobreza. Neste sentido, Yamamoto (2008, p.125) afirma que “a subordinação da sociabilidade humana às coisas – ao capital-dinheiro e ao capital mercadoria –, retrata, na contemporaneidade, um desenvolvimento econômico que se traduz como barbárie social”.

Dessa forma, as políticas neoliberais trouxeram a confirmação do que Marx já anunciava, o processo de acumulação de capitais nas mãos de poucos e por outro lado a pobreza e desigualdade crescentes e mercados e lucros em expansão para uma minoria (CHOMSKY, 2002):

O neoliberalismo, sim, é de fato o “capitalismo sem luvas”, Ele representa uma época em que as forças empresariais são maiores, mais agressivas e se defrontam com uma oposição menos organizada do que nunca. Nesse ambiente político elas tratam de normatizar o seu poder político em todas as frentes possíveis, razão pela qual fica cada vez mais difícil contestá-las, tornando complicada – no limite da impossibilidade – a simples existência de

forças extra mercado, não comerciais e democráticas (CHOMSKY, 2002, p.04.)

Com o discurso neoliberal de que o Estado estava ultrapassado e “inchado” com a ineficiência das empresas públicas e de que era preciso “desinchar” o Estado através do processo de privatizações, a sustentação desse cenário demandava o discurso ideológico de incapacidade do Estado na gestão dos recursos públicos. Desta maneira, estava em curso o desmantelamento estrutural da política nacionalista do Estado através do desenvolvimento neoliberal no país ao implementar ativos financeiros para favorecer a desregulamentação financeira-produtiva e viabilizando a reprodução do capital monopolístico estrangeiro e privado nacional no Brasil.

Acerca dessa análise, Veltmeyer e Petras (2008) ressaltam que:

As reformas políticas em questão neste modelo de desenvolvimento – o programa de ajustamento estrutural arrogante e, com razão, difamado – incluem (i) *privatização* dos meios de produção social, por meio da qual é revertida a política nacionalista do Estado desenvolvimentista; (ii) *desregulamentação*: o desmantelamento do aparato regulador do Estado; (iii) *liberalização financeira e comercial*, revertendo as políticas intervencionistas e protecionistas do Estado desenvolvimentista, abrindo a economia para as forças do mercado mundial; e (iv) *descentralização*: uma das inúmeras políticas planejadas para “enxugar” o aparato administrativo do Estado, tirando a responsabilidade pelo desenvolvimento econômico-social e político do Estado concebido como predatório e que viveria de propriedades e investimentos, conforme proponentes da “nova economia política” para a “sociedade civil”, dando a ele a posição de parceiro estratégico na guerra do Banco Mundial contra a pobreza e em favor da constituição de um regime de “boa governança”. (VELTMEYER e PETRAS, 2008, p. 83).

É interessante observar que o fator crucial da nova realidade da economia de mercado, foi concebido com a ampla difusão e dominação das políticas neoliberais através das reformas estruturais e dos instrumentos do Estado, ao permitir e facilitar a plena mobilidade de capitais ao incluir em sua lógica reprodutivista; as forças das instituições financeiras e também o favorecimento dos lucros do capital financeiro nas empresas capitalistas, a partir da: *descentralização, desregulamentação, privatização e liberalização financeira e comercial*.

Funcional a lógica do capital em seu processo de globalização, em que a acumulação do capital é dominante, o Estado ao gerir as políticas de desenvolvimento para o campo sob as facetas das reformas estruturais, principalmente por meio dos organismos internacionais, tais

como o Banco Mundial (BM) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), encontra em seu curso os ajustes centrais para que este capital se expanda no “novo rural<sup>8</sup>” brasileiro.

Enquanto a globalização segue seu curso, os países centrais procuram reorganizar-se para uma nova partilha econômica do mundo, semelhante ao que ocorreu por ocasião da segunda grande mudança no capitalismo. [...] Não se trata mais de ocupar os países e transforma-los em colônias como no passado, mas de dominá-los mediante os próprios instrumentos criados pelos países centrais, como o FMI e o Banco Mundial. Dessa forma, a desregulamentação da economia, as privatizações e a ofensiva contra os direitos e garantias dos trabalhadores são propagandeados como reformas estruturais, o corte nos gastos públicos, o aperto no crédito e a retirada do Estado da economia, são vistos como ajustes estruturais e a própria liberdade, tão cara às forças de esquerda, especialmente da América Latina, é manipulada para servir aos interesses do capital. Até mesmo invasões militares de países soberanos, como ocorreu recentemente com a Iugoslávia, são realizadas em nome dos direitos humanos e da democracia. (COSTA, 2000).

Para entender as forças dinâmicas dessa reprodução do sistema capital, compreende-se a incursão dessas forças presentes na dominação do campo, e como o caráter centralizador e regulatório do Estado ao direcionar as políticas públicas tem aprofundado a subordinação do campo ao capital mundializado, garantindo a preservação das relações capitalistas e consequentemente “coadunando para a produção da mesma pobreza e miséria que essas políticas dizem combater”. (RODRIGUES, 2012, p. 89).

### **3.2 O PRONAF como discurso na lógica de desenvolvimento para o campo brasileiro**

A forma de apropriação territorial do espaço agrário brasileiro ao longo dos anos resultou em um processo regido pela reprodução ampliada do capital ao expandir-se sobre a produção camponesa, a partir da superexploração do trabalho, da concentração da propriedade

---

<sup>8</sup> A expressão “novo rural” brasileiro é utilizada por Graziano da Silva (1997) como resultado do avanço da modernização da agricultura no país ao provocar mudanças no campo e tornar cada vez mais difícil delimitar o que é rural e o que é urbano segundo o autor. Para Graziano da Silva (1997, p.44) “o rural hoje só pode ser entendido como um “continuum “do urbano do ponto de vista espacial; e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária”. Entendemos e discordamos da leitura do Graziano da Silva, ao tempo que compreendemos que estamos inseridos em modo de produção capitalista, e cabe interpretar as ações e estratégias do Estado, observando as contradições existentes no campo brasileiro.

da terra e também da própria essência e aparência do agir do capital, marcado pelo processo de territorialização e de monopolização. Desta maneira, afirma Oliveira:

No campo, esse efeito está igualmente marcado pela industrialização da agricultura, ou seja, pelo desenvolvimento da agricultura capitalista que abriu a possibilidade histórica aos capitalistas/proprietários de terras para a apropriação da renda capitalista de terra, quer na sua diferencial e/ou absoluta. Está marcado, pois, pelo processo de territorialização do capital, sobretudo dos monopólios (OLIVEIRA, 2004, p. 41).

Acerca deste processo de desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, compreende-se que o Estado como o principal articulador das relações antagônicas entre capital e trabalho, reside na sua própria natureza, como um alto comitê executivo capaz de inserir-se no campo através de políticas agrícolas e de desenvolvimento para atender a mobilidade oculta do capital. Nessa perspectiva Lima & Conceição ressalta que:

Sob o modo de produção capitalista o Estado age, na sua integralidade, para cumprir os requisitos necessários à reprodução do capital. Essa atuação pode, em determinadas circunstâncias, ser executada de modo velado ou deliberado. Isso evidencia que, embora o Estado seja um alto comitê executivo dos negócios inadiáveis dos capitalistas, precisa, como condição para a perpetuação de sua hegemonia social assumir uma faceta onde, aparentemente, demonstre neutralidade racional (LIMA & CONCEIÇÃO, 2009, p.05).

Neste sentido, mantém-se atual o alerta de Marx e Engels no Manifesto Comunista, a de que o Estado é um grande comitê para gerir os negócios comuns da burguesia, e manter o controle sobre o trabalho e o trabalhador, sobretudo para garantir estruturas cruciais de regulação, conter conflitos e sustentar a acumulação de capital global, como destaca David Harvey (2006):

Menosprezar a importância do Estado é um posicionamento profundamente equivocado: Enquanto seria errado insistir, como alguns já fazem, que os Estados-nações tradicionais tornaram-se irrelevantes e impotentes em relação ao capital global, ele certamente tornou-se muito mais poroso (especialmente com respeito ao fluxo de capital) e ele tem em alguns aspectos importantes mudado suas funções (principalmente para o objetivo neoliberal de estabelecer um "bom clima de negócios" [...]). Na sua configuração neoliberal, as funções do Estado funcionam mais claramente agora como um "comitê

executivo dos interesses da classe capitalista" do que em qualquer outro momento da história (HARVEY, 2006, p. 106).

Para o autor, sob esses e outros aspectos que não podemos menosprezar a importância do Estado, visto que este é uma peça fundamental para que capitalismo se reproduza administrando as forças do mercado e as organizações financeiras sobre os locais estratégicos da economia global, principalmente ao expandir a inserção e subordinação do campo ao capital mundial.

Estando essas forças a acolher as pulsações do capital e do Estado sobre o território nacional, o espaço agrário brasileiro passa a sofrer mudanças e transformações econômico-financeiras desencadeadas pela inserção de tecnologias e insumos que vão intensificando cada vez mais as desigualdades no campo. Vislumbra-se ainda que ao atender aos movimentos do capital, o Estado, por sua vez, reage funcionalmente como uma categoria direcionada sempre em prol da legitimação econômica e dos interesses burgueses hegemônicos.

Sempre como grande fomentador de intervenções, o Estado ao impulsionar as ações governamentais para a expansão do capital no campo, ampliou políticas públicas como instrumentos das forças produtivas capitalistas, sujeitando o Nordeste brasileiro a intervenções planejadas, a fim de potencializar o avanço da modernização da produção agrícola via o discurso do desenvolvimento rural.

A intervenção do Estado no setor produtivo contribuiu para a continuidade da reprodução ampliada do capital ao projetar políticas estatais a fim de expandir e assegurar o desenvolvimento de relações capitalistas no campo brasileiro. Por outro lado, a inserção de políticas e programas de créditos destinados aos agricultores camponeses, entre eles o PRONAF<sup>9</sup>, delinearam novas mudanças ocorridas não só nos âmbitos econômicos, mas também políticos e sociais.

No entanto, a incursão das políticas desenvolvimentistas passa a desvelar a fragilidade da agricultura camponesa frente à mercantilização da produção, uma vez que as transformações causadas pelo desenvolvimento dos complexos agroindustriais aprofundaram os processos de subordinação/exploração dos sujeitos sociais, deixando a unidade de produção camponesa à mercê de seus interesses, que, de certa forma, seguem os ditames da mobilidade do capital.

---

<sup>9</sup>O enfoque dado aos estudos sobre o PRONAF, parte-se das contradições existentes no processo de financeirização da economia no espaço agrário, que por sua vez, engendra suas ações através das políticas públicas de crédito, frente ao aparelho do Estado.

Sobre grandes mudanças e transformações econômicas ocorridas nos anos finais da década de 1970, iniciou-se num cenário brasileiro, um processo de abertura política, que foi consolidado nos anos posteriores com a ampliação de mercado internacional devido ao papel do Estado neoliberal na economia.

Este modelo de desenvolvimento traz à tona as raízes dos sustentáculos dos mercados nacionais e os rumos da política neoliberal no Brasil, possibilitados com a expansão dos novos fluxos de capitais, principalmente ao inserir-se a modernização da agricultura no processo de mundialização do capital, garantindo assim o funcionamento do mercado capitalista frente as exigências da financeirização da economia.

Com a modernização da agricultura, o Brasil passou a adotar práticas agrícolas mais intensivas de expansão, a fim de desenvolverem condições que contribuíssem para a reprodução ampliada do capital. Para Martins (1994), é preciso considerar que a relação terra e capital no país ocorre como uma estratégia para expandir as relações capitalistas no campo:

Ao contrário do que ocorria com o modelo clássico da relação entre terra e capital, em que a terra (e a renda territorial, isto é, o preço da terra) é reconhecida como entrave a circulação e reprodução do capital. No modelo brasileiro o empecilho à reprodução capitalista do capital na agricultura não foi removido por uma reforma agrária, mas pelos incentivos fiscais. O empresário pagava pela terra, mesmo quando terra sem documentação lícita e, portanto produto de grilagem, isto é, de formas ilícitas de aquisição. Em compensação, recebia gratuitamente, sob a forma de incentivo fiscal, o capital de que necessitava para tornar a terra produtiva. O modelo brasileiro inverteu o modelo clássico. Nesse sentido, reforçou politicamente a irracionalidade da propriedade fundiária no desenvolvimento capitalista, reforçando conseqüentemente, o sistema oligárquico nela apoiado [...], portanto, [...] comprometeu os grandes capitalistas com a propriedade fundiária e suas implicações políticas (MARTINS, 1994, p. 79-80).

Percebe-se que a inserção da lógica de implementação do modo de produção na agricultura no Brasil reforça o desenvolvimento das relações capitalistas e não-capitalistas, implicando assim na existência e manutenção dos grandes latifundiários e conseqüentemente a histórica concentração de terra no país. Do outro lado, estavam os camponeses protagonizando formas de lutas sociais como meio de enfrentamento a toda negação imposta pelos capitalistas e latifundiários como mecanismo de reprodução social diante da dominação, da sujeição e da expropriação de suas terras.

Com a chegada de políticas e programas governamentais a partir de 1960 com a modernização conservadora, as ações voltadas para a crescente inserção da lógica capitalista de

produção no campo, tornaram-se visíveis com a tendência de transformar a agricultura brasileira ao corpo a corpo da indústria. E foi nesse corpo, que as indústrias estrangeiras, as *commodities*, o capital privado e financeiro e as políticas de créditos foram sendo promovidas pelos interesses do capital em consonância com a economia nacional e os interesses burgueses internos com a economia nacional e possibilitando assim um novo modo de exploração na agricultura.

Esse novo modo inserido com o processo de agroindustrialização da produção do campo apoderou-se das ações políticas e de interesses do Estado, sob a artimanha de que a investida de capital estrangeiro e financeiro na agricultura acarretaria o desenvolvimento ao incorporar a as fontes de financiamentos e mecanização a produção brasileira, apresentando ainda a entrada das grandes empresas transnacionais a serviço do desenvolvimento do agronegócio nos anos posteriores. Dessa forma.

É em meio a essa conjuntura de transformações que a força de trabalho rural e o camponês tornaram-se a nova via para o desenvolvimento rural, forjando a ideologia da “agricultura familiar” para reforçar o desenvolvimento rural capitalista no campo via expansão do agronegócio, enquanto modelo de desenvolvimento para a o Brasil. (RODRIGUES, 2012, p.101)

Com a implementação do discurso de ‘desenvolvimento’ de que o país precisava se modernizar, a expansão do capitalismo no campo brasileiro foi aos poucos ampliando as relações capitalistas nos latifundiários modernizados ao colocar o ‘novo rural’ como a receita do ‘progresso’ enquanto modo hegemônico para que de fato o camponês saísse do ‘atraso e da pobreza’.

A apresentação dessas representações hegemônicas de desenvolvimento capitalista passou a arquitetar as acentuadas mudanças e transformações no contexto político e econômico no Brasil, caracterizado pela hegemonia do neoliberalismo e da acumulação flexível ao longo dos anos. Entretanto, com a redemocratização do país, o que se tentava era a emergência de um modo de desenvolvimento rural integrado agora com a política neoliberal, capaz de incorporar os camponeses ao discurso das políticas públicas e dos pacotes financeiros. Nas palavras de Marques:

Do Estado Desenvolvimentista, empreendedor e voltado para um projeto de transformação do país numa grande potência, no qual a inclusão social era concebida como decorrência “natural” do processo de desenvolvimento econômico, passamos ao Estado Neoliberal. Este último tem como principal

papel garantir, em nível nacional, as condições necessárias ao bom funcionamento do mercado capitalista, em conformidade com as exigências do capital financeiro global, e administrar os custos sociais e ambientais daí recorrentes. (MARQUES, 2008a, p. 59).

Assim, inclui-se nesse projeto de transformação a necessidade de uma política neoliberal e de todo um aparato ideológico que pudesse garantir as condições necessárias ao funcionamento do mercado capitalista, o que culminou em uma série de mudanças econômicas e políticas no Brasil.

A primeira experiência de cunho neoliberal no país ocorreu no governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e, foi inicialmente marcada por algumas mudanças na esfera econômica, como por exemplo “a redução das tarifas de importação o bloqueio do montante de depósitos de conta corrente e caderneta de poupança que ultrapassasse a 50 mil cruzados novos, congelamento de preços, assim como início da regulamentação do Plano Nacional de Desestatização” (NAKATANI & OLIVEIRA, 2010).

Em seguida, as políticas neoliberais ganharam palco e atingiram seu auge através dos ditames do Banco Mundial e do FMI que, por sua vez, se configuraram no projeto arquétipo de desenvolvimento econômico e político de Estado, veiculando o discurso de que é preciso se ajustar aos novos interesses e as novas necessidades impositivas da expansão do capital também sobre o espaço agrário.

Segundo Nabarro (2014, p. 173), “o BM entende que a agricultura deve ser profissionalizada. Agricultores precisam ser empreendedores e devem estar vinculados a empresas para desenvolver atividades agrícolas de acordo com as necessidades dessas empresas”. O que se entende é que a relação de subordinação da agricultura ao capital deve ser ainda mais acentuada.

Desse modo, temos a concretização das ações neoliberais presentes no campo brasileiro ao subordinar a agricultura ao capital, como salienta Rodrigues (2012):

Trata-se, portanto, de uma série de Políticas Públicas que surgem da articulação de certos intelectuais, políticos, alguns sindicatos, ONG's, instituições e organismos internacionais como a FAO, o BIRD, o Banco Mundial, grupos empresariais, Bancos etc., com o objetivo de inserirem a unidade de produção familiar camponesa e os trabalhadores rurais no mundo precário do mercado, tornando-os altamente subordinados ao capital agrário, industrial e financeiro. (RODRIGUES, 2012, p. 90).

É a partir dessa conjunção que o Estado como o principal vetor e condutor das Políticas Públicas tem papel decisivo ao determinar as condições necessárias para o funcionamento do mercado capitalista, quer seja através de “uma série de programas do Banco Mundial visando contribuir para uma melhor estruturação e regulamentação do mercado de terras” (MARQUES, 2008a, p.59), quer seja por meio das políticas de créditos via concessão do crédito e de subsídios, subordinando a produção camponesa, tornando-a dependente de determinados mecanismos do mercado.

Como um mero acontecimento, ‘as políticas agrárias’ marcam sem dúvida a opção e o papel de gestor e promotor do Estado a partir da década de 1990 (CONCEIÇÃO, 2007), juntamente com a batuta dos organismos internacionais e financeiros, entre eles, o FMI e o Banco Mundial que tinham como objetivos:

a) a oportunidade de despolitizar o tratamento do problema agrário existente em grande parte dos países do Sul, uma vez que o fim da Guerra Fria, na sua visão, teria enfraquecido a vinculação entre a luta pela reforma agrária e um ideário de transformação social mais abrangente; b) a necessidade de liberalizar os mercados fundiários, eliminando as barreiras legais à livre compra e venda e ao arrendamento de terras, como parte dos programas de ajuste estrutural; c) a necessidade de dar resposta aos conflitos agrários e, em alguns casos, a ações de movimentos sociais pró-reforma agrária, com o objetivo de garantir a segurança do capital; d) a necessidade de criar programas sociais compensatórios no campo em resposta aos efeitos socialmente regressivos das políticas de ajuste estrutural; e) a necessidade de hegemonizar a mercantilização das terras rurais nas sociedades do antigo bloco soviético, de modo a acelerar e consolidar sua transição ao capitalismo financeirizado. (PEREIRA, 2005, p. 01).

Ressaltemos ainda que essas políticas se inserem como novas formas de acumulação do capital, ou seja, são partes de programas criados via o processo de financeirização da economia brasileira que objetivam atender os ajustes estruturais do capital, sob o viés do capital financeiro fictício à frente do processo expansivo no campo. (CONCEIÇÃO, 2007).

O que ainda pode ser compreendido como processo constante e ideológico da hegemonia neoliberal através das propostas de desenvolvimento do BM para o espaço agrário. De acordo com Nabarro (2014, p.175) “os instrumentos eficazes para o desenvolvimento da agricultura na visão do BM, são: incentivos às atividades não-agrícolas, aquecimento do mercado de terras e fornecimento de crédito para aumentar a produção especializada em um determinado produto”.

O que se percebe através dessa atuação do BM, é a ampliação de instrumentos e elaboração de políticas de desenvolvimento para a agricultura na lógica de internalização do capital financeiro e na visão economicista. Dessa forma, “os economistas neoliberais não entendem que a agricultura, sobretudo a pequena, mesmo sendo uma importante atividade econômica, segue o tempo da natureza e não o tempo acelerado do capital”. (NABARRO, 2014, p. 173).

Neste sentido, percebe-se que há uma redução do papel do Estado nas políticas nacionais de agricultura, principalmente a camponesa. Ou seja, ao adotar a hegemonia neoliberal no campo, o Estado retira-se do seu controle as funções do setor público agrícola, para representar a necessidade ideológica dos interesses do capital de produzir para o mercado externo. Em contrapartida, a teia dessa complexa trama se esbarra no contexto dos conflitos no campo, onde os movimentos camponeses precisam se articular em prol da luta contra a ordem capitalista representada agora pela lógica de dominação do capital financeiro e pela figura do Estado e a indústria.

O que mais pesa ao camponês não é o grande proprietário agrário, mas o capital bancário e o crédito, o capital mercante e os preços, o Estado e o imposto [...]a contestação camponesa traz à tona o funcionamento fundamental do próprio sistema, e neste caso não há nenhum padrão, em particular, suscetível de desempenhar o papel de para-raios ou bode expiatório para a cólera das massas camponesas em revolta [...]O verdadeiro padrão dos camponeses é a indústria e o Estado. (AMIN e VERGOPOULOS, 1986, p. 134).

É neste contexto que o camponês também é colocado na subordinação ao sistema capitalista de produção. Ao incorporar novas estratégias para o mercado, as Políticas Públicas para o campo passaram a ampliar o acesso ao crédito para os pequenos produtores, o que antes não era possível e, esta concessão passou a ser um fator efetivo para estimular o desenvolvimento do “novo rural brasileiro” por meio de crédito subsidiado. Desta forma, “o Estado consegue transformar o que seria uma conquista social em mais uma forma de subsunção do trabalho ao capital” (SILVA, 2014, p.75). Ou seja, mais uma vez o Estado e o governo deixaria de lado a reforma agrária, os assentamentos e o desenvolvimento da agricultura camponesa.

Uma das principais consequências para os camponeses, frente ao processo da financeirização, diz respeito à extinção do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA), cuja política se tornou trunfo da luta pela conquista da terra e o acesso à primeira linha de crédito específico para assentamentos de Reforma Agrária. Dessa maneira, faz-se

necessário contextualizar como as políticas neoliberais ocasionaram a dominação do grande capital sobre as políticas fundiárias ao inserir os camponeses no discurso da lógica de consumo e de mercado, ao criar ideologicamente condições para integrá-los na agricultura familiar<sup>10</sup>.

É com essa intenção permissiva do Estado na aplicação das políticas neoliberais no campo, que a criação de condições sociais e políticas a partir de 1994 passou a se incidir sobre os programas que visava uma linha de concessão de créditos exclusiva aos agricultores familiares. A exemplo, ocorreu a criação do Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP) no governo de Itamar Franco, o qual posteriormente será reformulado no governo Fernando Henrique Cardoso e, resultará através da lei nº 1.946 de 28 de junho de 1996 no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Sobre esse momento de assumir o exercício de políticas públicas através do Estado, Conceição salienta que:

O PROVAP foi o embrião para a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996, designado para o atendimento dos “agricultores familiares”, categoria que passa a inserir diferentes produtores, principalmente os da Região Sul do Brasil, com a finalidade de “prover crédito agrícola e apoio institucional às categorias de pequenos produtores rurais que vinham sendo alijados das políticas públicas ao longo da década de 1980 e encontravam sérias dificuldades de se manter na atividade”. A partir do surgimento do PRONAF, o sindicalismo rural brasileiro, sobretudo os localizados nas regiões Sul e Nordeste, passaram a reforçar a defesa de propostas do compromisso do Estado com a implementação de políticas públicas diferenciadas (juros menores, apoio institucional, etc.) para a agricultura familiar. (CONCEIÇÃO, 2005, p.04).

Destaca-se também que ao estabelecer o financiamento da produção através de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES), como linha de créditos, o PROVAP restringiu os empréstimos apenas aos agricultores familiares, classificados com o

---

<sup>10</sup> O termo agricultura familiar surge no contexto brasileiro na década de 1990, conforme (SCHNEIDER, 2010). A expressão se apresenta como uma nova categoria-síntese dos movimentos sociais no meio rural, das políticas públicas e a partir dos estudos realizados pela Food and Agriculture Organization (FAO) em conjunto com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Acrescente-se a isto a parte do contexto em que se começa a discutir o desenvolvimento rural no Brasil e está relacionado também com a incorporação da noção de sustentabilidade e meio ambiente. (SCHNEIDER, 2010). A agricultura familiar traz em sua gênese a carga ideológica de inserção completa do camponês na lógica do mercado, a partir das políticas de fomento imposta pelo Banco Mundial, objetivando a completa sujeição da renda da terra camponesa ao capital ao contrário da concepção de Schneider que admite sem ressalvas a inserção pela via única exclusiva do mercado, não observando a contradição na totalidade do processo.

tamanho de suas propriedades e o tipo de mão de obra, facilitado também pelo fim do crédito PROCERA, em 1999.

Já sob uma nova institucionalidade de crédito agrícola e sobre uma ideologia neoliberal, o PRONAF surge como fruto de uma lógica entre o Estado e a direção da política de reforma agrária no país. Assim, esse programa nasce com o discurso de apoio as reivindicações sociais através de uma política de financiamento voltada aos agricultores familiares.

Fica criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda. (Decreto 1.946 de 28 de junho de 1996).

Acerca da finalidade de promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável a partir da inserção de políticas no “novo rural” e com o objetivo de aumentar a capacidade produtiva e geração de renda e emprego em nível local e regional, os relatórios institucionais do PRONAF ressaltam que:

Foi, desde o início, concebido e executado como um programa de apoio ao desenvolvimento local, e não somente como meio de levar crédito aos agricultores e enviar recursos a municípios carentes: tão importante quanto o crédito, os recursos e a formação dos agricultores e dos técnicos, é a integração dessas políticas, que se consegue, antes de tudo, pelo esforço das organizações e do estímulo à coordenação entre atores econômicos privados, organizações associativas e diferentes esferas do governo. (PRONAF, 2002, p. 10).

Assim, o “PRONAF incorporava uma representação da natureza, típica do discurso ambiental que emergiu no contexto do pós-fordismo, entretanto, tal preocupação se inscrevia na política de maneira incipiente, não se sustentava, não havia diretrizes fortes o bastante para levar a cabo tais ações”. (TOLENTINO, 2013, p.102).

Dessa maneira, na tentativa de possibilitar o falacioso desenvolvimento local e “sustentável” rural capitalista através de uma linha de crédito, as políticas públicas agrárias elegeram na figura do Estado a continuidade de um conceito de desenvolvimento excludente ao negar os sérios problemas existentes no campo brasileiro. Assim, encontrou nos créditos agrícolas do PRONAF uma tentativa de integrar a produção camponesa a determinadas cadeias produtivas, subordinando-a e flexibilizando também suas relações de trabalho.

Sob o cerne de suas contradições no seu próprio processo de criação ao incorporar o desenvolvimento rural observa-se que o PRONAF ao inserir os camponeses em uma política exclusiva de crédito diferenciado e com o aparente discurso de incluir alguns termos como, agricultura familiar e agricultor familiar, se desenrolou em uma lógica desenvolvimentista, que por ora subordinava os camponeses e por outra, atendia a mobilidade do capital na lógica produtivista.

Vale destacar que em sua fase inicial, o PRONAF se estabeleceu enquanto um programa de responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), sendo vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR). Atualmente, o PRONAF pertence ao Ministério do desenvolvimento Agrário. Ao longo dos anos, o programa passou por diversas mudanças, principalmente quanto ao critério de estratificação dos grupos beneficiários do PRONAF, o que conseqüentemente permitiu que demais segmentos mais capitalizados da agricultura familiar se inserissem também no programa.

Com o discurso propalado ao desenvolvimento do campo, no qual o crédito se apresenta como solução para as desigualdades no campo (RODRIGUES, 2012, p. 31), as políticas públicas, a exemplo do PRONAF caminham como uma estratégia para subsumir as contradições no campo, apesar de ter sido fruto das lutas sociais:

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1994, também representa uma importante conquista para a classe camponesa no país após anos de luta, na medida em que, pela primeira vez, é criado um programa de crédito dedicado à agricultura camponesa em nível nacional. Porém, contraditoriamente e evidenciando as sutilezas que perpassam o jogo político, o Governo Fernando Henrique Cardoso serviu-se do programa para aplacar o poder de pressão dos movimentos sociais envolvidos na luta pela terra e extinguiu o programa especial de crédito para a reforma agrária, substituindo-o pelo PRONAF e submetendo o público assentado precocemente a parâmetros semelhantes aos dos produtores já consolidados. (MARQUES, 2008a, p. 64)

Assim, compreende que o PRONAF foi também fruto das reivindicações sociais dos camponeses, ao tempo que em outra perspectiva o mesmo emergiu-se enquanto política pública de desenvolvimento e estabeleceu como um programa de crédito em um contexto hegemônico neoliberal voltado para o setor da economia brasileira. Nesse sentido, a dimensão ideológica do enfoque do fortalecimento da agricultura familiar, em termos de financiamento, que o programa possui foi capaz de colocar os camponeses em uma situação de subordinação ao capital.

Na verdade, é sabido que o PRONAF se constitui em uma resposta do governo FCH aos movimentos sociais. No entanto, a nosso ver essa resposta foi dada de duas maneiras. Por um lado, é dada à CONTAG e ao DNTR-CUT quando, de fato, o governo negocia e elabora a nova linha especial de crédito, embora seguindo os preceitos do Banco Mundial (BM). Por outro lado, a resposta (ou seria a reação?) também é dada a outros movimentos com ações mais radicais, hoje ligados à Via Campesina, como o MST e a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Para estes últimos, a resposta é até certo ponto contrária às suas reivindicações. Isso ocorre porque o PRONAF, apesar de trazer para o centro de suas preocupações a agora “badalada” “agricultura familiar”, é uma política que não trata de questões essenciais, como a profunda desigualdade no campo brasileiro. Fazendo isso, o PRONAF não se propõe a contribuir para o enfrentamento dessa contradição, essencial para a superação da problemática agrária. A questão agrária passa a ser entendida como simplesmente um problema de desenvolvimento (TOLENTINO, 2013, p. 26).

O que Tolentino (2013) explicita é o que acontece quando os camponeses passam a ser incorporados às novas/velhas representações desta lógica na rota desenvolvimentista, através de políticas relacionadas aos interesses hegemônicos do capital e ao discurso da categoria “agricultor familiar”. Políticas estas que vão agora subordinar os camponeses em detrimento dos processos produtivos, principalmente aqueles atrelados a integração do mercado externo e a inserção do capital financeiro.

Dessa forma, o PRONAF se configura estratificado em cinco fontes de recursos de linhas de créditos liberados pelo: Orçamento Geral da União (OGU), Fundos Constitucionais, Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), Exigibilidades bancárias e Bancos Cooperativos. Assim, com especificações e beneficiários distintos, o programa é composto pelos grupos A, A/C, B e V (renda variável), de acordo com a renda bruta anual obtida pela unidade familiar, que é de até R\$ 20.000,00 para o Grupo B e de até R\$ 360.000,00 para o Grupo V (renda variável) (Relatório BNB, 2018). (Ver Quadro 2.)

Quadro 2: Principais Grupos e Linhas de Crédito PRONAF – 2018

<b>Grupos / Linhas</b>	<b>Público-Alvo</b>	<b>Limite de crédito</b>	<b>Juros</b>	<b>Prazo-Carência</b>
Pronaf A	Agricultores(as) assentados(as) pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).	Até R\$ 25.000,00 por agricultor.	Prefixados: 0,5% ao ano.	Prazo: até 10 anos, incluídos até 3 anos de carência. Bônus: 43,396% se houver assistência técnica, ou de 40% quando esse serviço não for financiado.

Pronaf Grupo B	Agricultores(as) familiares com renda bruta anual familiar de até R\$ 23.000,00. Mulheres agricultoras integrantes de unidades familiares enquadradas nos Grupos A, AC e B do Pronaf.	R\$ 5.000,00 por operação elaborada pela metodologia do Agroamigo (PNMPO)  R\$ 2.500,00, quando elaborada sem a metodologia Agroamigo	Prefixados: 0,5% ao ano.	Prazo: até 2 anos, incluído até 1 ano de carência.
Pronaf Mulher	Mulheres agricultoras, independente do estado civil, integrantes de unidades familiares enquadradas no Grupo V (Renda Variável)	Individual: Até R\$ 330.000,00 (quando destinado às atividades de suinocultura, avicultura, aquicultura, carcinicultura (criação de crustáceos) e fruticultura);	Prefixados: 2,5% ao ano; ou 4,6% ao ano.	Prazo: até 5 anos para financiamentos de caminhonetes de carga.  Prazo: até 10 anos, incluídos até 3 anos de carência, para as demais finalidades.
Pronaf Mais Alimentos	Agricultores(as) familiares enquadrados(as) no Grupo V (Renda Variável)	Individual: Até R\$ 165.000,00. Coletivo: até R\$ 800.000,00, respeitados os limites individuais.	Prefixados: 2,5% ao ano; ou 4,6% ao ano.	Prazo: até 5 anos para financiamentos de caminhonetes de carga. Prazo: até 10 anos, incluídos até 3 anos de carência, para as demais finalidades.
Pronaf Semiárido	Agricultores(as) familiares enquadrados(as) nos Grupos A, A/C, B e Grupo V (Renda Variável).	Até R\$ 20.000,00.	Prefixados: 2,5% ao ano.	Prazo: até 10 anos, incluídos até 3 anos de carência.
Pronaf Custeio	Agricultores(as) familiares enquadrados(as) nos Grupos B e Grupo V (Renda Variável).	Integrante do Grupo B do Pronaf:  • Até 5.000,00 pela metodologia Agroamigo  • Até R\$ 2.500,00 quando fora da metodologia. Integrantes do Grupo V (Renda Variável) do Pronaf: Até R\$ 250.000,00.	Prefixado: 2,5% ao ano.	Custeio agrícola: Até 3 anos  Custeio pecuário: Até 2 anos.

Fonte: BNB, 2018

Organização: SILVA, Maria Iêda da. 2019

O Quadro 2 mostra a dinâmica do PRONAF ao utilizar critérios para classificar os grupos de beneficiários, confirmando na sua fase atual a diversidade de enquadramento de agricultores mais capitalizados, uma vez que essa abertura tem se potencializado pela liberação de valores mais elevados destinados a concessão de crédito.

O Pronaf também disponibiliza linhas de crédito especiais para públicos e atividades específicas: a exemplo do Pronaf Mulher, Pronaf Jovem, Pronaf Agroindústria, Pronaf Mais Alimentos, Pronaf Custeio, Pronaf Semiárido, entre outras.

Sob a “homilia” neoliberal de expansão do capital financeirizado no campo, o PRONAF emerge enquanto uma política de crédito para obtenção de lucro por meio da viabilidade reprodutiva do capital (valor e da renda da terra) e torna-se uma servidão à reprodução do capital ao incorporar em seu discurso a lógica do desenvolvimento do capitalismo, determinando assim as representações ideológicas e hegemônicas condizentes com seu discurso de dominação global.

Ocorre que esta ordem global é determinada pelas perversidades que a “mão invisível” do mercado capitalista é capaz de incorporar ao mascarar a divisão social e territorial do trabalho ao passo de concentrar a terra nas mãos de poucos ao tornar-se a propriedade mais concentrada. Por isso, que não podemos esquecer que “o PRONAF conta com premissas que partem de instituições como o Banco Mundial, utilizando uma verdadeira estratégia para subjugar o campesinato ao movimento do capital” (TOLENTINO, 2013, p. 31).

Diante disso, na próxima seção analisaremos como o PRONAF incorpora as contradições existentes na produção do espaço agrário em Serra do Ramalho/BA através do processo de monopolização do território camponês pelo capital financeiro. E como a falácia do ‘desenvolvimento rural’ tem se apresentado nas artimanhas do capital ao inserir os camponeses no processo de subordinação.

#### **4. A AÇÃO TERRITORIAL DO PRONAF E SUAS CONTRADIÇÕES NO PROCESSO DE PRODUÇÃO E RECRIAÇÃO CAMPONESA NOS ASSENTAMENTOS RURAIS EM SERRA DO RAMALHO/BA**

A partir de todas as reflexões e problematizações teóricas apontadas anteriormente, nesta seção, discorre-se sobre as contradições existentes na produção do espaço agrário em Serra do Ramalho/BA através do processo de monopolização do território camponês a partir do PRONAF, enquanto uma política de crédito para obtenção de lucro por meio da viabilidade reprodutiva do capital (valor e da renda da terra) e sua relação íntima com o capital financeiro.

Vale destacar que a investigação sobre o capital financeiro está direcionada para a atuação dos programas e políticas de crédito e financiamento que os assentados tiveram acesso após o processo de constituição dos assentamentos rurais da reforma agrária em Serra do Ramalho. Em continuidade explicitaremos as subvenções dos camponeses no processo de monopólio e dependência do território dos assentamentos rurais ao capital financeiro através do PRONAF e suas implicações no processo de produção, recriação/reprodução e expropriação camponesa. Desta maneira, analisaremos ainda as contradições existentes entre as finalidades e o uso que os camponeses concedem aos recursos do PRONAF, inclusive sob a intervenção do Estado como facilitador do avanço das relações capitalistas através de incentivos creditícios no campo.

Para abrir a discussão e ampliar o debate teórico-metodológico, os instrumentos de pesquisa foram construídos ainda com questões que visam levar a compreensão sobre as diferentes estratégias de lutas dos assentados pelo acesso à terra, a caracterização do processo produtivo do trabalho, verificando também a comercialização do excedente e as dificuldades encontradas nesse processo, o cálculo da renda por despesas que caracteriza, historicamente, a reprodução camponesa na terra de trabalho, bem como, a lógica que direcionou os créditos, o direito (ou negação) a escolha do que se plantar, dentre outros.

Para tanto, recorreremos, sobretudo as entrevistas semiestruturadas com os camponeses a partir de suas experiências e modos de vida, que ao longo dos anos materializaram nas representações das lutas sobre aqueles territórios. Inicialmente busca-se compreender a formação e reprodução das famílias camponesas desde o processo histórico de Serra do ramalho até o processo de luta e permanência na/pela terra.

#### **4.1 O processo de subordinação produtiva ao capital e subordinação territorial a partir do PRONAF e suas contradições**

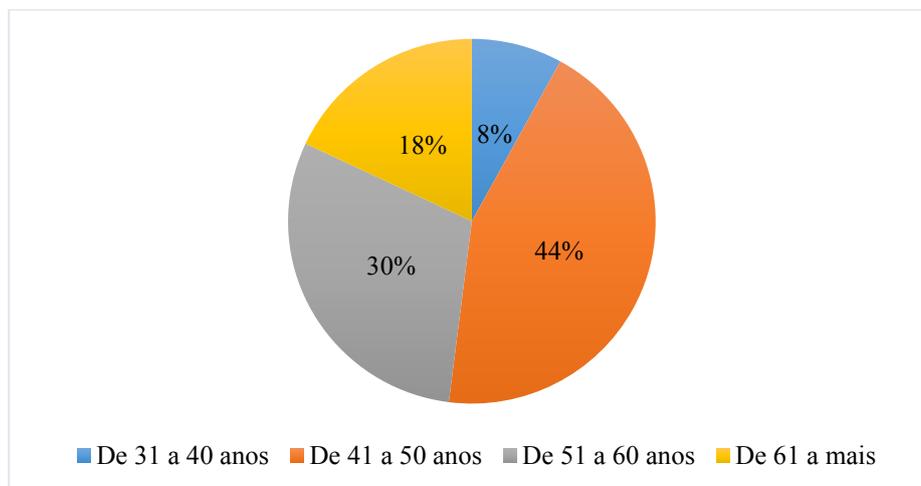
Nesta subseção, os dados de campo são apresentados e as entrevistas passam a revelar a história de vida desses sujeitos sociais, expressa nas falas dos camponeses, sua relação com o trabalho e a terra, bem como as determinações do capital ao tentar se impor nas mais diversas relações da vida campesina, tal como foram definidos nos objetivos do estudo, e à luz das discussões teóricas realizadas nas seções anteriores.

Nesta análise, por meio das entrevistas semiestruturadas e de toda pesquisa de campo desenvolvida entre os meses de maio de 2018 a dezembro de 2018, revela-se como as relações são produzidas pelos camponeses nestes territórios. Nos dois assentamentos foram aplicados 50 questionários, sendo 30 famílias pesquisadas no assentamento PAE-SF e 20 famílias na CSB, totalizando uma média de 200 pessoas. A preferência por um número maior de famílias no PAE-SF, se refere ao maior número de famílias que pertencem ao assentamento em relação ao CSB e também pela diversidade encontrada neste território (ribeirinhos e camponeses). Assim, a escolha também foi direcionada para 8 comunidades das 11 que pertencem ao PAE-SF, sendo as mais numerosas e de mais fácil acesso.

Com isso, a reflexão recai sobre as atividades agrícolas e não agrícolas desenvolvidas nos assentamentos, o acesso ampliado ao crédito, como o uso e o destino dos recursos do PRONAF, além dos subsídios estatais e das relações de trabalho, observando os elementos do real concreto e como eles apontam a subordinação camponesa ao processo de subordinação produtiva do capital, a partir do PRONAF e suas contradições.

Em relação as faixas etárias identificadas, o maior grupo é formado por entrevistados com 40 anos ou mais de idade. Os camponeses com idade igual ou superior a 61 anos ou mais representam 18% do total. Além disso, apenas 28% das famílias entrevistadas declaram ser a mulher titular do lote e destes lotes, somente duas dessas titulares não tiveram acesso a nenhuma política de crédito analisada na pesquisa. A distribuição etária desta população pode ser observada no Gráfico 1.

Gráfico 1: Distribuição por faixa etária dos entrevistados



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.  
Organização: SILVA, Maria Iêda da. 2019.

As primeiras experiências de crédito nos assentamentos rurais da Reforma Agrária foram realizadas pela concessão de créditos de instalação de projetos de assentamento aos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária, incumbindo ao INCRA a gestão operacional do programa e a escolha de uma instituição financeira, dispensada a licitação. De acordo com o Decreto Nº 9.424, DE 26 DE JUNHO DE 2018, os créditos de instalação serão concedidos nas seguintes modalidades:

I - apoio inicial - para apoiar a instalação no projeto de assentamento e a aquisição de itens de primeira necessidade, de bens duráveis de uso doméstico e de equipamentos produtivos, no valor de até R\$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais) por família assentada;

II - fomento - para viabilizar a implementação de projetos produtivos de promoção da segurança alimentar e nutricional e de estímulo à geração de trabalho e renda, no valor de até R\$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais), que poderá ser dividido em duas operações de até R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais) por família assentada;

III - fomento mulher - para viabilizar a implementação de projeto produtivo sob responsabilidade da mulher titular do lote, no valor de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), em operação única, por família assentada; e

Art. 3º Para fazer jus à modalidade apoio inicial de que trata o inciso I do caput do art. 2º, os beneficiários deverão, cumulativamente:

I - ter os seus dados atualizados junto ao Inca, nos termos previstos no art. 9º;

II - não ter recebido anteriormente o crédito de instalação nas modalidades previstas no § 1º do art. 3º da Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014; e

III - não ter contratado operações do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária - Procera ou do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf Grupo.

Vale ressaltar que esses recursos, tem como taxa de juros de 0,5% ao ano e desconto de até 90% na quitação do valor devido. Em entrevista o técnico do INCRA nos relatou que:

O assentamento do PAE-SF acatou essa primeira experiência com o crédito fomento do INCRA no final de 2000. No início ficou certo que viria apoio inicial para todos os assentamentos de Serra do Ramalho. Acontece que o apoio habitação foi inicialmente direcionado ao PAE-SF, onde os assentados receberam o crédito e realizaram construções ou reformas nas casas. Ao todo foram construídas 600 casas no ano de 2001 e 2002. Atualmente estamos tentando operacionalizar o crédito Fomento Mulher. Já realizamos o cadastro de 248 famílias que estão solicitando o valor de 5 mil. (Entrevistado 8, Técnico do INCRA, 2018).

Com exceção dos recursos financeiros destinados pelo INCRA ao PAE-SF, o PRONAF foi o primeiro recurso financeiro externo que os assentados tiveram acesso, mesmo caracterizando-se como um parco recurso, o programa do crédito rural constitui uma importante política pública direcionada a unidade de produção familiar. (SILVA, 2014). Nos assentamentos da reforma agrária estudados, 85% dos assentados reconhecem a grande importância do crédito, mas 60% revelaram que falta autonomia para o uso dos valores recebidos, como percebe-se na fala do Entrevistado 9, um grande líder na associação local:

O crédito é muito importante para gente que vive da terra. É um dinheiro que chega quando você precisa, só que chega destinado para o que eles colocam no projeto. Os acordos já vêm prontos, para que o crédito será aplicado. A gente fica desanimado com a seca, com a falta de chuva para gente plantar e ainda vem esse problema de aplicar o dinheiro em coletivo e no que eles determinam. Se não fosse a falta de chuvas e as pragas, minha produção seria suficiente para pagar a dívida que resta (Entrevistado 9, líder da Associação, CSB, 2018).

Percebe-se que a subordinação produtiva já acontece antes mesmo do acesso ao crédito chegar ao camponês. Há um processo muito bem explícito que acontece desde a elaboração do projeto de crédito, por meio de contratos estabelecidos entre a esfera financeira, o setor industrial e comercial até quitação da dívida. Dessa maneira, estamos diante do processo de concentração e centralização do capital.

Por outro lado, em campo, percebe-se que existe um receio muito grande por parte dos camponeses para aderirem a projetos de créditos coletivos, conforme destaca o entrevistado:

Agora se for para gente fazer sozinho eu até penso em pegar um novo crédito, mas coletivo eu não quero. Aqui foi eu e mais três vizinhos q fizemos, compramos tudo junto e ainda tive prejuízo com a falta do compromisso do outro. Eu gosto de ter minhas coisas, cuidar e depois pagar certinho, isso pra mim é o correto, trabalhar com liberdade e dignidade (Entrevistado 10, 2018, PAE-SF)

A fala do Entrevistado 10 parece revelar os motivos em poder escolher o que fazer e quando produzir. A sua memória desponta ainda a dificuldade que foi em trabalhar em um projeto de criação de abelhas em conjunto. Para Seu Luiz, o crédito coletivo é uma negação a sua liberdade, já para o banco, é mais uma forma de contratação do PRONAF, que surge com discurso de evitar a inadimplência, uma vez que a dívida deve ser assumida por todos. (RODRIGUES, 2012).

Dessa forma, a produção camponesa fica pressionada e sujeitada aos mecanismos do capital, impostos pelas leis de mercado e pela imposição do monopólio de terras sob incentivos de pacotes técnicos, em função do avanço das relações capitalistas impostas pelo agronegócio, a exemplo da utilização das sementes transgênicas.

Nos assentamentos analisados verificou-se a intensificação da compra de sementes, insumos e outros produtos químicos por parte dos assentados para aprimorar sua produção. Em pesquisa, constatamos que em 52% das lavouras temporárias de milho realizadas tanto no CSB em maioria e no PAE-SF, os camponeses são incentivados a fazer uso de milho transgênico. As declarações dos camponeses evidenciam este processo:

Todo ano aqui no meu lote eu tenho que comprar essa semente transgênica. É uma semente que no próximo plantio eu não posso plantar, ela não presta pra reproduzir, não é mais boa para plantar. Aí é só chover, que vou lá na cidade e compro para plantar e vender a produção. É o que dá um dinheirinho pra gente. Plantar feijão dar muito trabalho e com a seca é arriscado. O milho sai muito rápido e tem preço bom, o feijão fica muito abaixo do mercado. (Entrevistado 11, CSB, 2018).

Esse ano plantei 1,5 ha de milho transgênico e 0,5 ha de milho não transgênico para alimentar a família. A gente vê na televisão muita coisa mal dos transgênicos. Eu gosto do milho da roça porque é melhor, é um milho bem bonito e ainda a gente come com gosto. (Entrevistado 12, PAE-SF, 2018).

Na verdade, a questão dos transgênicos foi uma forma de deixar os agricultores a mercê da comercialização. Porque ela é uma semente que você consegue até guardar após o primeiro plantio. Se você comprou na casa comercial, você plantou uma boa safra e se tudo ocorreu bem, você tira aquelas sementes para plantar nos próximos anos ela não consegue dar a mesma produtividade que teve na primeira safra. Ela vai reduzindo que no caso do milho de dar sabugos sem grãos. Então é uma forma do agricultor

ficar preso e está ali sempre comprando novas sementes. (Entrevistada 13, funcionária da BAHIATER, Bom Jesus da Lapa, 2019).

Assim, é possível compreender que a produção camponesa nos assentamentos pesquisados está sujeitada aos avanços do capital rotativo como um mecanismo findado em financiamentos obtidos, que por sua vez é também direcionado para as culturas de mercado, erigindo assim o processo de sujeição da renda da terra ao capital.

Ou seja, esse processo se intensifica também quando o camponês contrai o crédito para financiar sua produção e aplica na adoção dos pacotes tecnológicos e compra de insumos, contraindo dívidas junto aos bancos, sujeitado assim aos instrumentos principais para a modernização da agricultura, além do uso intensivo do solo para produção de monoculturas.

A exemplo, 58% dos entrevistados declararam fazer uso de adubos não-orgânicos e 68% disseram que já fizeram ou ainda faz uso de agrotóxicos, principalmente o pesticida no combate de pragas presentes nas áreas de plantio de milho e de sorgo e em menor escala de feijão e melancia. Ou seja, não há uma produção voltada exclusivamente para a reprodução do campesinato, há sim uma geração de renda que se configura um mecanismo para a expansão das relações capitalistas no campo, sob a face do capital industrial, financeiro e comercial. (fot. 4)

Figura 4: Pulverizadores de veneno em áreas próximas ao assentamento CSB.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.  
Organização: SILVA. Maria Iêda da.2019

Neste sentido, a produtividade e outros fatores se tornam determinantes na precarização da vida dos camponeses no espaço agrário de Serra do Ramalho. Ao criar mecanismos para fortalecer esse processo precarizado, a lógica capitalista mais uma vez controla e monopoliza o território camponês, desta vez com a venda dos insumos agrícolas e pecuários, que por sua vez favorecem a sujeição de sua renda ao capital. Neste sentido, Bombardi analisa que

A renda da terra camponesa é “sugada” nas duas pontas do processo de trabalho: a primeira delas é através da aquisição de insumos, ferramentas, equipamentos e embalagens, e a segunda ponta é aquela das formas de comercialização. Na primeira etapa, a renda da terra camponesa é apropriada pelo capital industrial. E na segunda, pelo capital comercial. (BOMBARDI, 2004, p. 253).

É notório que há nesse processo inicialmente a subordinação da renda camponesa ao capital e seguidamente, ao comercializar o camponês que está sujeitado a lógica dos preços de mercado para vender seus produtos, acaba por não passar os valores acrescidos cobrados da indústria dos insumos, ocorrendo também a subordinação ao capital comercial e ao capital financeiro, sob a forma de juros.

Sempre vou nas casas de produtos químicos comprar fertilizantes, em média duas vezes ao ano. Como planto banana e milho uso mais para essas plantações. Eu acho caro, toda vez que compro é um preço. Agora mesmo o preço do adubo está nas alturas. A gente tem que ter um dinheirinho só pra isso, pois se não tiver, fica difícil produzir, as pragas tomam conta. Antes a gente não via pragas, e quando começou o Projeto Formoso, as pragas apareceram. Quando fecho a conta da safra, já deixo o dinheiro separado para comprar esses produtos. (Entrevistado 14, CSB, 2018).

O registro da fala do entrevistado assevera o processo forjado de uma agricultura moderna com o repasse dos pacotes tecnológicos e a perda da valorização de sua produção, ao assumir o disseminado discurso do agronegócio e os custos gerados com a compra dos insumos, principalmente de fertilizantes (Ver Foto 5). Tudo isso só confirma uma produção camponesa substancialmente prejudicada pela adoção de pacotes em uma área próxima ao assentamento, devido ao Projeto Formoso, fazendo com que os camponeses também aderem ao uso de agrotóxicos para combater as pragas que ali “migraram” para o assentamento.

Figura 5: Placa da Empresa de Produção de fertilizantes na via de acesso ao CSB.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

Organização: SILVA. Maria Iêda da.2019.

Nessa relação ainda se faz presente a sujeição da renda camponesa ao capital industrial, uma vez que tem-se um processo, através do qual os camponeses são sujeitos a lógica do consumo e de valores de mercado, já que os preços desses produtos são alterados constantemente.

Por outro lado, a chegada desses pacotes tecnológicos e de insumos na produção camponesa de Serra do Ramalho representa o aparecimento do capital portador de juros com a interpenetração com o capital industrial, pois: “é a partir da interpretação entre finanças/setor produtivo que a finança mundializada apropria-se do trabalho suplementar da família camponesa, específica e conjuntamente a partir da reestruturação produtiva que o acirramento das contradições do capital engendrou” (OLIVEIRA JUNIOR, 2012, p.36).

O pequeno camponês proprietário não tem, na verdade, o comportamento de um arrendador, nem o de um empresário capitalista. Inicialmente é ele obrigado a produzir, seja qual for a conjuntura do mercado, sob pena de não sobreviver”. Contenta-se, em seguida, com o equivalente a um salário, se levantar problemas de renda ou de lucro. (AMIN E VERGAPOULOS, 1986, p.113).

É esse o processo que se observa nas áreas de assentamentos, um processo através do qual o capital tem cada vez mais se apropriado da produção familiar camponesa, quer seja através da aquisição de sementes transgênicas e fertilizantes, que seja com a monopolização do território pela inserção dos processos de mecanização do campo, principalmente com as

crecentes vendas nas casas comerciais ou através de apropriação de parte de produção via juros bancários.

Figura 6: Casas comerciais na proximidade do CSB



Fonte :Pesquisa de Campo, 2018.  
Organização: SILVA. Maria Iêda da. 2019

Assim, pode-se afirmar que essa realidade encontrada em Serra do Ramalho, é uma sinalização de que o capital reproduz mantendo relações produtivas capitalistas e não-capitalistas. E, é sobre esse controle sociometabólico que na maioria das vezes não há saída para os camponeses e muitos deles se veem mergulhados na lógica da inserção perversa nos mercados, na esfera do consumo produtivo e na forma (D-M-D'), não para eles, mais para o capital, na qual afeta toda a sua base de reprodução social, e conseqüentemente a subsunção da parte da terra, ou toda a terra.

O processo contraditório de criação e recriação da unidade familiar é componente do desenvolvimento capitalista em nosso país, que simultaneamente, ao avanço das relações de trabalho e produção especialmente capitalista, faz avançar contraditoriamente as relações de trabalho familiar, alimentando-as e alimentando –se das mesmas, no movimento geral de produção e reprodução do capital (OLIVEIRA, 1982, p. 188).

Esse processo se acentua nitidamente quando se implanta a política de crédito do PRONAF, enquanto estratégia de necessidade do capital financeiro aos ajustes do mercado, promovendo assim a expansão da financeirização, através de ações e incentivo creditício do Estado ao estabelecer várias categorias na mesma terminologia, como os assentados, seringueiros e ribeirinhos, sempre no sentido de dominar e apropriar de todos os territórios de uso e exploração dos camponeses, ao poder do capital. Neste sentido, cabe ressaltar “o Pronaf

como um tipo de empréstimo que representa a produção camponesa enquanto relacionada somente à esfera econômica” (TOLENTINO, 2012).

Analisando as contradições do PRONAF, percebe-se que para obter o financiamento do crédito, algumas questões são fundamentais na elaboração dos projetos para que de fato sejam disponibilizados os recursos. Todavia, em entrevista percebemos que na elaboração do projeto, o técnico é quem avalia as melhores condições e a viabilidade do direcionamento do crédito ao produtor.

Geralmente há anos estamos fazendo o mesmo trabalho e como conhecedor da realidade do município, a gente sabe o que vai dar certo e o que não tem condições de acontecer, de produzir. Nós elaboramos projetos aqui pelo Banco e também projetos particulares, sempre objetivando as culturas que de fato vão ser viáveis. Quando um produtor me pede para elaborar, a gente também discute juntos no que vai aplicar aquele dinheiro e se será vantagem receber o crédito, pois se for alguma cultura de risco, será que ele ainda teria condições de quitar sua dívida. (Entrevistado 15, Técnico agrícola, Serra do Ramalho, 2018).

Essa situação foi confirmada na pesquisa. Quando perguntamos os assentados acerca de quem elaborou os projetos para conseguir os créditos e se na elaboração eles foram consultados: 88% afirmaram que os projetos já vieram prontos e destinados a qual cultura seria financiada com o valor do crédito, os resultados da pesquisa retratam ainda que 94% tiveram o acesso ao conhecimento do projeto somente quando foi apresentado em reunião na associação, sendo que apenas 35% mencionaram que os recursos foram liberados no tempo da necessidade.

Me lembro do dia em que o rapaz da assistência técnica esteve aqui falando sobre o projeto que estava já pronto para solicitar o crédito. Na associação, fizeram a reunião e lá ficamos sabendo que o projeto seria coletivo e destinado a criação de bois, abelhas e galinhas. Seria 4 associados com 20 mil reais para já receber no banco. Acontece que a compra foi feita com fornecedor e recebemos algumas dicas para criar as abelhas com o pessoal que veio aqui. Teve a construção da casa do mel e não conseguimos criar, pois aqui ninguém sabia mexer com criação de abelhas, esse projeto só aumentou mais ainda nossas dificuldades, acabei endividado e estou até hoje pagando a renegociação da dívida. (Entrevistado 16, PAE-SF, 2018).

Meu pai e meu tio receberam o crédito e ficaram sabendo que aquele dinheiro era somente para comprar gado. Com o fornecedor indicado, a cabeça do gado acabou saindo mais caro. Era um gado feio e parecia que não ia resistir à seca. Aconteceu que das 5 cabeças que pai comprou, 4 morreram de doença. Ficamos na mão e quase endoidando como ia fazer para pagar essa dívida. (Entrevistado 17, CSB, 2018).

Muitos animais aqui chegaram doentes, eram de outra região. Eles não se adaptaram, a gente olhava e via que as vacas não estavam saudáveis. Peguei 5 mil para comprar as vacas, mas eles avisaram que a compra dos animais era com os atravessadores. Fiquei até com medo de colocar juntas das outras criações. Não deu outra, passou uns 5 meses e começaram a ficar doente, acho que a seca também ajudou a morrer. (Entrevistado 18, CSB, 2018)

As falas dos camponeses revelam as dificuldades que estes encontram ao obter o financiamento do PRONAF e ao inserir sua pequena produção ao circuito do capital financeiro a partir de um crédito, que antes produzia alimentos para garantir seu sustento e sua reprodução social, agora se veem obrigados a incorporar na sua prática produtiva e ocupar o seu lote com criações, onde a presença de atravessadores superfaturam a venda dos animais, capturando assim a renda dos camponeses.

Os entrevistados explicitam ainda que com a morte dos caprinos e bovinos, eles buscaram renegociar a dívida para que o reembolso não fosse realizado. Também foi relatado no PAE-SF que muitos assentados receberam crédito para desenvolver a apicultura. Acontece que nenhum dos ribeirinhos e camponeses tinham experiências com abelhas e as viam como “ameaças”. (Ver foto 7).

Acontece que o crédito veio também destinado para criação de galinhas, ovinos e também de abelhas. Quando em reunião, foi mencionado que a gente ia criar abelhas, o povo ficou tudo assustado e com medo de mexer com o crédito. Quando o recurso veio para construir a casa de mel, a gente acreditou que ia dar certo, que a gente ia ter instrução. Aconteceu que ninguém aqui foi corajoso para mexer com as abelhas. Foi algo que não foi pensado. Na época a gente queria um crédito para investir na produção de milho e aí saiu esse muito diferente do que a gente pediu. (Entrevistado 19, ex- presidente da Associação local, PAE-SF, 2018).

Figura 7: Casa de Mel desativada na Vila Boa Esperança – PAE-SF



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.  
Organização: SILVA. Maria Iêda da.2019.

Neste sentido, há uma clara relação de domínio do grande capital sobre as determinações produtivas da pequena unidade de produção familiar. Ressalta-se que esse mecanismo apresenta as contradições presentes ao processo de expansão capitalista no campo, decorrente da modernização que chega ainda que de “forma tímida” em algumas áreas agrícolas no município, mas que já decorre das políticas de crédito do PRONAF ao aproximar-se da produção assentada nas imediações do antigo PEC, canalizando a pequena produção com a inserção de pacotes técnicos e de maquinários.

Figura 8: Máquinas na unidade de produção - CSB



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.  
Organização: SILVA. Maria Iêda da.2019

Tudo isso com o intuito de ampliar a reprodução do capital, reforçando a apropriação de parte da renda da terra e incluindo uma “nova” valorização do capital ao redefinir as relações entre agricultura e indústria sob o aval do capital financeiro. Assim, a transformação da unidade

produtiva sob a lógica capitalista acontece através de programas de créditos como o PRONAF e sob os “olhos fervorosos” do capital financeiro que vem determinando o caminho da agricultura no Brasil, inclusive em Serra do Ramalho.

A renda territorial gerada no processo de trabalho camponês tende a ser apropriada ou pelo capital financeiro, em função de empréstimos bancários realizados, ou pelo capital industrial ou comercial, através do pagamento de baixos preços ao seu produto. (OLIVEIRA, 1982, p. 182).

Desta forma, ao financiar e implantar o desenvolvimento do campo brasileiro, o capital financeiro amplia a relação de dependência do camponês quando por meio de exigências das instituições financeiras conseguem subordinar a sua produção e assim, faz com que o camponês produza mercadoria, ou seja, torna parte do valor de uso subsumido ao valor de troca.

Foi possível constatar ainda, através das entrevistas aplicadas às famílias assentadas, que cerca de 80% dos entrevistados encontraram dificuldades para se adaptarem as atividades e culturas que foram financiadas com o crédito. Ao tempo, 76% ressaltaram que não houve melhorias nas condições de vida após a adesão ao programa de crédito do Pronaf.

Peguei um crédito no valor de 8 mil reais em maio de 2007 para a compra de 6 cabeças de gado. Em 2010, as 4 vacas já leiteiras que ajudavam na renda e no sustento da minha família acabaram morrendo de uma doença que deu por essas bandas de terra aqui. E vários vizinhos também passaram por perda de muitas cabeças. A doença foi terrível, judiou dos bichinhos e da gente. Fiquei descreditado e não sabia mais o que fazer, pois eu contava com a renda e com o aumento da criação para depois quitar o PRONAF. Acontece que ninguém esperava passar por essa situação e sufoco. Até fiquei sem dormir por vários meses, pois me preocupava demais não conseguir quitar a dívida. Eu tenho muito medo de banco. Hoje eu fico longe de financiamentos e dívidas com o banco, quando chega técnicos aqui oferecendo, eu logo digo não. Estou me virando como posso, cuido de algumas cabeças de gado ainda e faço meu roçado todo ano de milho e feijão, mas pegar crédito nunca mais. (Entrevistado 20, 2018, CSB).

Isso demonstra que:

O PRONAF configura-se em um interessante mecanismo de envolver o camponês na lógica perversa do capital financeiro: a terra e a renda, que o trabalho empregado nela proporciona, ficam sujeitadas aos imperativos vorazes da irracionalidade da finança mundializada (OLIVEIRA JUNIOR, 2012, p.192).

Outro aspecto analisado diz respeito ao conhecimento dos valores da taxa de juros cobradas dos financiamentos. Cerca de 97,5% dos assentados desconhecem os valores das taxas de juros, apenas 2,5% se arrisca a dizer, com uma aproximação não tão certa. Em seus estudos, Tolentino (2013, p. 166) afirma que “se os camponeses, na maioria das vezes, não vão ao banco, isso se deve em grande parte também ao fato desse público nunca ter sido interessante para o banco”.

É sobre esses padrões de investimento com o discurso de agricultura familiar que o Estado se instala com os mecanismos equivocados e farsantes voltados para o envolvimento do campesinato na lógica perversa do capital financeiro. Os camponeses estão, cada vez mais, subordinados ao processo produtivo, vistos que são colocados na lógica da produção familiar voltada para o mercado, através da indústria de insumos agrícolas e maquinários.

Portanto, é preciso considerar que a análise de todo esse processo recai, mais uma vez, na relação entre a renda da terra e o capital financeiro e a dominação da grande produção sobre a pequena produção camponesa. É notório que a falta de assistência técnica é insuficiente para atender todo o município de Serra do Ramalho. Quando perguntados acerca da assistência técnica, os camponeses responderam que durante a elaboração do projeto houve assistência dos técnicos. Mas que logo depois que receberam o valor, não teve ninguém acompanhando o destino do projeto.

A gente fica até sem graça de ficar indo o tempo todo na EBDA (atual BAHATER<sup>11</sup>) e no INCRA solicitar assistência técnica, pois faltam técnicos que possam atender todo esse povo. Bom seria que o técnico que faz o projeto pudesse ficar sempre conosco, para qualquer dúvida a gente tirar. Nem sempre esse povo pode sair daqui e ir na Lapa ou em Serra para buscar explicação. O ruim é que eles somem e só aparecem aqui quando vai sair algum projeto. (Entrevistado 21, Presidente da Associação- PAE-SF, 2018).

A falta de assistência foi apontada por 96% dos entrevistados como um verdadeiro entrave as dificuldades encontradas quando solicita o crédito do PRONAF. Dessa maneira, verifica-se que os camponeses fiquem à mercê de políticas que se inserem em prol dos interesses financeiros dos bancos e deixam a pequena produção marginalizada sem o devido apoio técnico e acompanhamento, desconsiderando suas necessidades e formas de produção social. Tal situação resulta ainda no endividamento por desvio de crédito em outras finalidades

---

<sup>11</sup> Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (Antiga EBDA)

a exemplo do colocado pelo entrevistado 22, ao relatar a compra de bens de consumo por algumas famílias com o dinheiro do PRONAF.

Eu acho a assistência muito importante para que a gente possa produzir e ser orientados ao pegar o dinheiro. Mas têm pessoas aqui na comunidade que pegam o dinheiro e fala que é para comprar gado. Quando o técnico do banco vem olhar, eles mostram as cabeças que já tinham. Essas pessoas pegam o PRONAF para comprar móveis, eletrodomésticos ou reformar a casa. Depois acaba endividando pela falta de um acompanhamento. Se existisse fiscalização do técnico, essas coisas não aconteceriam. (Entrevistado 22, ex presidente de associação, CSB, 2018).

Foi possível ainda verificar na fala do entrevistado que o fetiche da mercadoria e do consumo também chegam a unidade de produção camponesa, incorrendo assim a difusão de um padrão de vida e de consumo contrários à autonomia e a sociabilidade dos camponeses, a partir da materialidade da produção social de mercadorias. Compreendemos não que isso não possa acontecer, ou que os camponeses precisam se manter distantes dessas condições de bens duráveis de consumo, mas entendemos que há uma particularidade da produção camponesa em torno da sua reprodução na terra/trabalho, há um modo de vida que une a família. Desse modo,

A unidade produtiva camponesa é tomada pela mercadoria não no sentido de destruir o campesinato, mas no sentido de criar maior dependência ao mercado, de obter maior abertura da unidade camponesa aos avanços do capital com maior sujeição da renda da terra. Sujeição que é a sujeição do valor-de-uso ao valor-de-troca que tem que tem que adquirir para a satisfação das necessidades da família (OLIVEIRA JUNIOR, 2012, p. 208)

Tal análise discorrida aqui, coaduna com que Tolentino (2013) destaca acerca das necessidades dos camponeses na lógica das representações do PRONAF, ao fazer referência a ao uso do crédito para investimento na produção, ou até mesmo nas necessidades fabricadas por uma sociedade de consumo.

O camponês, muitas das vezes, não tem nenhuma necessidade em vista e passa a operar com um dinheiro que de repente lhe é oferecido. Neste sentido, o crédito vem antes da necessidade, o futuro abstrato vem antes do presente, o PRONAF abre espaço para a oportunidade ou até mesmo para o oportunismo. Nos outros casos, a necessidade vem antes do crédito, dessa forma o PRONAF é uma inversão do que havia desde então. (TOLENTINO, 2013, p. 163).

Apresenta-se aqui nitidamente o fato de que muitos camponeses devido à falta de orientação técnica acerca do recurso creditício, acabam por tornar suas necessidades cotidianas como prioritárias e assim se coloca no futuro abstrato do crédito do PRONAF. Desse modo, o acesso ao crédito subjuga as particularidades da unidade de produção camponesa expresso no consumo de mercadorias com o dinheiro do PRONAF, através do qual se insere a produção camponesa ao sistema financeiro por meio do capital fictício que não retornará ao circuito de valorização na produção, uma vez que o dinheiro emprestado foi utilizado para o consumo.

Figura 9: Antenas parabólicas na unidade camponesa Vila Boa Esperança - PAE-SF



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.  
Organização: SILVA. Maria Iêda da.2019

As ações desencadeadas pelo capital financeiro ao assumir a apropriação e especulação da renda através de juros e sob forma de mais-valor por meio do PRONAF, tem simbolizado os objetivos das amarras da finança mundializada ao sujeitar ainda mais a renda da terra

camponesa. Ou seja, a materialização da reprodução das relações capitalistas ou não-capitalistas com a expansão do capital no campo, é condição fundamental para a apropriação do território pelo capital financeiro.

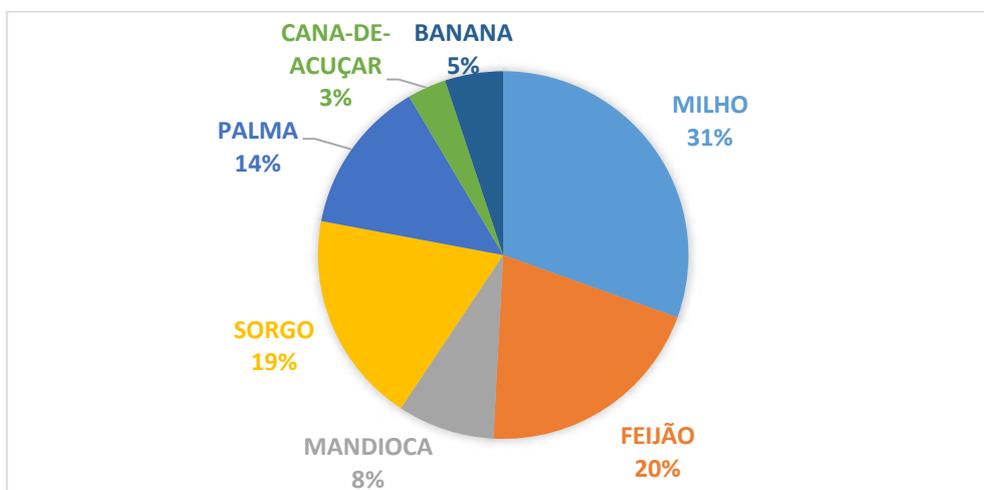
#### 4.2 A sujeição da renda da terra camponesa aos mecanismos do capital

Nesta subseção, partimos do pressuposto teórico de que análise da apropriação da renda camponesa não acontece somente pela exploração da força do trabalho pelos capitalistas, ou pela problemática acerca do avanço da modernização, a leitura também é desencadeada a partir das contradições que são materializadas na inserção da lógica de valorização do capital, quer seja pela expansão capitalista no campo, quer seja pela chegada do capital financeiro com as políticas e programas o “desenvolvimento rural”.

Para tanto, consideramos ainda a leitura das unidades produtivas a partir de como os camponeses têm se “colocados” na esfera financeira a partir dos mecanismos do capital sobre o desenvolvimento da agricultura.

Comparando a realidade em campo, nota-se que a produção agrícola voltada para a subsistência das famílias no município de Serra Ramalho vem passando por grandes transformações, os cultivos que antes fizeram parte da produção camponesa nos assentamentos, como a mandioca, a cebola, o feijão etc., estão sendo constantemente substituídos, principalmente pela monocultura de milho, banana, mamão e forrageiras como: o capim, a palma e o sorgo, destinadas ao uso na alimentação de animais, conforme detalhado no gráfico 2.

Gráfico 2: Principais cultivos - CSB



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.  
Organização: SILVA, Maria Iêda da. 2019.

Assim, evidenciou-se a existência de uma variação quanto as culturas desenvolvidas nos assentamentos rurais, realidade comprovada pela quantidade produzida dos cultivos agrícolas no município de Serra do Ramalho (Tabela 1), com destaque para a maior produção de milho, mamão e banana.

Tabela 1: Quantidade produzida dos cultivos agrícolas em Serra do Ramalho

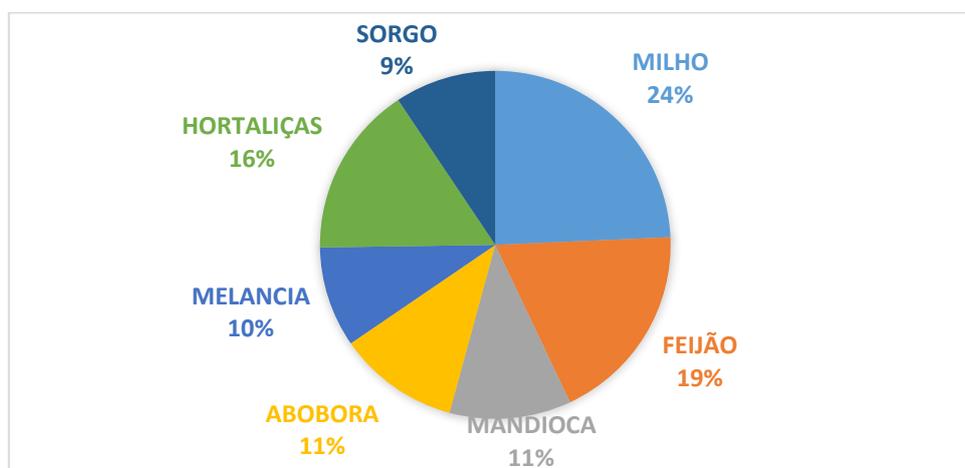
<b>Cultura</b>	<b>Área Plantada (ha)</b>	<b>Área Colhida (ha)</b>	<b>Quantidade produzida (t)</b>	<b>Valor (R\$ 1000)</b>
BANANA	582	582	16.000	16.000,00
COCO-DA-BAÍÁ	20	20	400	200,00
LARANJA	16	16	100	100,00
MAMÃO	593	593	21.000	13.860
ALGODÃO	1050	1050	945	851,00
CANA-DE-AÇUÇAR	3	3	24	2,00
FEIJÃO	1.400	200	49	137,00
MAMONA	3	3	2	3,00
MANDIOCA	36	36	115	202,00
MILHO	3.150	2.612	24.680	22.620,00
SOJA	525	525	2.048	1.331,00
SORGO (GRÃO)	2.150	244	265	125,00

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal, 2017.

Organização: SILVA, Maria Iêda, 2019.

No que se refere a área total dos lotes pesquisados no PAE-SF, 58% dos lotes são ocupados por culturas como: o feijão, o milho, a abóbora, a melancia e as hortaliças. 42% dos lotes estão sendo ocupados por pastagem para o consumo de rebanhos, como bovino e caprino. Já o assentamento CSB, quando comparado sua área de cultivos temporários e permanentes, diversifica menos sua produção, pois nesta área há uma inserção maior de produtos para o consumo dos animais em relação a produção de cultivos no PAE-SF (Ver Gráfico 3).

Gráfico 3: Principais cultivos - PAE-SF



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.  
Organização: SILVA, Maria Iêda da. 2019.

Em relação as áreas de cultivos dos lotes pesquisados, percebe-se que em ambos os assentamentos, a monocultura do milho representa 55% das culturas desenvolvidas nas unidades de produção familiar camponesa (foto 10). Vale ressaltar que antes do agronegócio, a produção do milho era voltada necessariamente para a alimentação e o sustento familiar dos camponeses de Serra do Ramalho, representando a autonomia camponesa em produzir para a sua reprodução social. No entanto, nos últimos anos o monopólio do milho tem cada vez mais representado um cultivo destinado a atender a indústria e ao mercado, com o direcionamento da sua produção para a alimentação de aves e porcos em Serra do Ramalho e Bom Jesus da Lapa.

Figura 10: Predomínio do milho nas unidades de produção camponesa.



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.  
Organização: SILVA, Maria Iêda da. 2019.

Além da dominação do capital financeiro sobre a produção agrícola, a pecuária tem se destacado nos lotes dos assentamentos, com a utilização de recursos creditícios destinados a realização dessa atividade. Tal realidade é representada pelos números de animais no município de Serra do Ramalho, com destaque para as criações de bovinos, galináceas, suínos, caprinos, ovinos, e ainda equinos (Tabela 2).

Tabela 2: Número de animais por tipo, Serra do Ramalho –2017

<b>Tipo de animal</b>	<b>Quantidade (cabeças)</b>
BOVINO	68.159
BUBALINO	28
CAPRINO	2.685
EQUINO	3.099
GALINHACEO	19.568
OVINO	9.038
SUÍNO	10.868

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal, 2017.

Org: SILVA, Maria Iêda da, 2019.

E esse avanço da pecuária incorre em sua maioria pelo CSB e também em algumas áreas do PAE-SF. Deste modo, da área total de lotes pesquisados no assentamento CSB, 58% é ocupada por pastagens com forrageiras para o consumo do rebanho de leite e de corte. (Foto 11).

Figura 11: Áreas de pastagens destinadas à criação de bovinos nos assentamentos



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Organização: SILVA, Maria Iêda da. 2019.

Dentre as atividades produtivas desenvolvidas neste assentamento, a pecuária, principalmente de leite, representa a principal fonte de renda dos assentados, conforme pode ser observado na fala do entrevistado:

Hoje em Serra do Ramalho existe muitos agricultores pegando créditos para pecuária do leite. Como não tem títulos, eles fazem com a presença de um avalista quando solicitam créditos acima de 20 mil reais. Isso ocorre também por pessoas que tem 2 ou 3 lotes. Esses clientes são os estão mais regulares com o banco. (Entrevistado 23, funcionário do banco, 2019).

Nesse caso, tais situações sugerem que a demanda e oferta dos créditos do programa tem um efeito considerável no direcionamento desse grupo para a pecuária, visto que a curto e médio prazo, o retorno dos investimentos é favorável para os bancos.

As informações qualitativas e quantitativas obtidas em campo demonstram uma investida muito grande na quantidade de contratos de crédito do PRONAF para a pecuária em Serra do Ramalho. Cerca de 72% dos entrevistados relataram que recebeu o crédito do PRONAF “B” a partir de projetos direcionados para a pecuária. Tal resultado evidencia ainda que 60% dos assentados ao obter os valores dos financiamentos, passaram a direcionar esse crédito para o custeio e investimento especificamente na bovinocultura (Ver foto 12).

Figura 12: Criação de bovinos no CSB e PAE-SF.



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.  
Organização: SILVA, Maria Iêda da. 2019.

Essa forte aquisição de bovinos se realizou com o financiamento do PRONAF no assentamento CSB com 18 das 20 famílias entrevistadas que ali vivem. Já no PAE-SF, 54% das famílias entrevistadas solicitaram o crédito direcionado para a criação de bovinos. Isso demonstra o direcionamento do programa ao investir em atividades produtivas que pudessem dar um retorno mais seguro e que pudesse atender a lógica da financeirização.

A possibilidade de não saldar sua dívida assusta os camponeses que revelam ter medo de ficar sem sua terra e ao tempo não querem ter nome sujo por causa do banco. Por outro lado, as situações climáticas da região, na qual os camponeses enfrentam a seca e a falta de água no semiárido faz com que esses sujeitos sociais fiquem à mercê dessas práticas capitalistas,

incorrendo assim na ampliação da dependência dos camponeses quanto à lógica do capital financeiro.

Em 2011, eu peguei o projeto e logo que vi que era pra compra de bois, eu fui logo querendo tomar o crédito. A roça quase não produz e comprar as cabeças do gado é bem melhor, mesmo com a falta de água, mas não falta ração e nem pastagens para dar eles. Quando peguei para plantar milho em 2006, perdi a plantação toda por causa da falta de chuvas. Agora eu estou engordando o gado para em janeiro eu vender e quitar logo as parcelas finais que faltam. Deus que me livre ter meu nome sujo no banco e perder minha terra. (Entrevistado 24, CSB, 2018).

Eu sempre peguei para plantar milho, feijão e criar gado. De uns tempos pra cá, eu e minha mulher só estamos pegando para criar gado. A última vez que peguei foi em 2016. Aqui falta muita chuva e isso arruína com a vida da gente. Criar os bois e as vacas é melhor, pois se a gente cuida direito, compra a palma, o sorgo e dar caroço de algodão, eles engordam e dar crias. E a gente pode vender, fazer um dinheirinho para pagar o banco. Se hoje tiver de novo o PRONAF, eu só quero para bois. Não compensa moça, a gente sofre muito com a seca aqui (Entrevistado 25, CSB, 2018).

Tais situações descritas pelos camponeses, mostram-nos o compromisso de honrar suas dívidas com o PRONAF e a preocupação em desenvolver a pecuária, pois para eles, essa atividade representa a possibilidade de quitar seu crédito, em virtude das condições climáticas da região que dificultam a realização da atividade agrícola.

Vale ressaltar que a concessão de créditos destinados a pecuária em Serra do Ramalho se explica pela possibilidade desse capital se valorizar a partir da inserção do capital financeiro no setor produtivo dentro do processo de reprodução ampliada do capital. Situação que pode ser melhor explanada, segundo a leitura de Chesnais (1998, p.16): “a gradativa reconstituição de uma massa de capitais procurando valorizar-se de forma financeira, como capitais de empréstimo, só pode ser compreendida levando em conta as crescentes dificuldades de valorização do capital investido na produção”.

A particularidade da produção leiteira que se apresenta hoje nos assentamentos rurais em Serra do Ramalho como uma produção voltada para os imperativos capital, traz consigo uma acentuada tendência à concentração da propriedade da terra em grandes latifúndios. Essa situação revela a relação entre o tamanho do lote/propriedade e o rebanho bovino, sinalizando a destinação da terra às necessidades reprodutivas do capital.

Em pesquisa de campo realizada em Serra do Ramalho, Silva (2017) salienta que há uma tendência para a concentração fundiária no município, já que o índice de Gini é de médio a fraco), em virtude do desenvolvimento da pecuária no município.

Com estas informações pode-se traçar a relação anteriormente pretendida entre a produção realizada e o espaço em que esta possa se desenvolver. Desse modo, o módulo rural de 20 ha pertencente a cada camponês se torna insuficiente para atender as necessidades exigidas pela pecuária. Neste sentido, podemos observar que nas agrovilas 01, 02, 03, 05, 06 e 10, onde a pecuária bovina leiteira e de corte é bastante dinâmica, apresentam percentuais consideráveis de concentração de lotes (Ver tabela 3).

Tabela 3: Percentual dos associados por quantidade de lote por Agrovila

Agrovila	Nº de associados	Nenhum lote (%)	01 Lote	02 lotes	03 ou mais lotes
01	48	0%	49%	48%	3%
02	40	0%	52%	45%	3%
03	45	0%	70%	28%	2%
04	40	25%	50%	25%	0%
05	35	0%	68%	30%	2%
06	40	0%	48%	48%	4%
07	68	0%	56%	42%	2%
10	79	0%	60%	37%	3%

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Organização: Silva, Maria Iêda da. 2017.

Confirmando a ideia de que realmente está ocorrendo uma concentração fundiária no município de Serra do Ramalho, o Relatório de pesquisa sobre o Acesso à terra e desenvolvimento territorial no Médio São Francisco, produzido por Germani; Olalde; Oliveira, (2006) já destacava que:

Apesar da ocupação originalmente ter sido estabelecida em parcelas individuais iguais para cada família – o que deveria corresponder a uma distribuição equitativa e a uma classificação do Índice de Gini de “nula a fraca” observa-se, passados dez anos de sua emancipação, que já aponta para uma perspectiva de concentração com um índice de 0,410, considerado como de “fraco a médio” (GERMANI; OLALDE; OLIVEIRA, 2006, p. 97).

Percebe-se que ao atraírem essa população ribeirinha para desenvolverem a atividade agrícola no PEC/SR, as famílias camponesas foram expropriadas e atualmente são parte de um processo em que os fazendeiros da região passam a explorar a força de trabalho destes camponeses, sujeitando-os.

Diante disso, essa notória concentração de terras da reforma agrária nas mãos de poucos, também é acompanhada pelas extensas áreas de cultivo de banana no CSB. Durante o trajeto feito, observamos em lotes da antiga área coletiva, grandes plantações de bananeiras que alimenta a política do agronegócio, ao se consolidar através das monoculturas voltadas para o mercado (Foto 13). Tal característica reafirma ainda o processo de territorialização do capital, que por sua vez tem-se os camponeses sujeitados a expropriação e a miserabilidade no campo.

Já a apropriação da renda fundiária materializa sobre o discurso capitalista no campo e reafirma a territorialização do capital financeiro no setor agrícola quando por meio dos grandes incentivos e investimentos de capital para produzir *commodities*, o que se consolida através do monocultivo e da exportação.

Figura 13: Monocultura de banana no assentamento CSB



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Organização: SILVA, Maria Iêda da. 2019.

Assim, vivenciamos o processo em que o capital ao aumentar sua capacidade produtiva tem cada vez mais expropriado os camponeses das suas pequenas propriedades, tornando-os empobrecidos. Como relata Martins (1981) que a disputa no meio rural ocorre pela sujeição da renda da terra camponesa pelos dos capitalistas, demonstrando que a propriedade da terra é uma relação social capitalista e que a apropriação privada é uma necessidade do desenvolvimento do capital.

No que se refere a comercialização do leite, 89% dos entrevistados disseram que entregam sua produção para os atravessadores, principalmente para aqueles que possuem tanque resfriador e que direcionam para os laticínios no município de Serra do Ramalho, Bom

Jesus da Lapa e Vitória da Conquista. Os preços são variáveis de acordo com a quantidade produzida em cada mês.

Todo dia eu ordenho as vacas às 4h da manhã. O curral fica uns 2,5 km daqui, está lá no lote da nossa família. Na época do meu pai, eu sempre ia com ele e meus dois irmãos, hoje eles moram em São Paulo e meu pai morreu. Só restou eu, minha mãe, uma sobrinha e seus dois filhos para cuidarmos da criação. Pegamos esse recurso para aplicar na compra de mais umas cabeças de gado e uma ordenhadeira. Mas meu maior sonho é poder comprar um tanque resfriador, quero vender com melhor preço o leite e assim ampliar a renda da minha família. Só assim pra gente parar de entregar o leite a preço muito baixo. (Entrevistado 26, CSB, 2018).

Em relação a fala do entrevistado é nítido que o investimento gerado pela concessão de créditos para a pecuária, assim como na agricultura, tem também subordinado a renda camponesa com as mais distintas estratégias do capital, desta vez através da comercialização, visto que o camponês fica sujeitado aos preços impostos pelos atravessadores que compram o leite a preço mais baixo se apropriando de parte da renda camponesa e também pelo feitio do capital industrial através das indústrias e laticínios que processam o leite e ficam com a parcela maior do lucro.

Essa situação é semelhante com o destino dado a comercialização da produção agrícola. Cerca de 79% dos entrevistados repassam seus produtos a figura dos atravessadores, o que revela-nos como um dos apropriadores da mais-valia e da taxa de lucro obtida através da circulação, como pode se observar através da fala do entrevistado:

Eu vendo as abóboras aqui de 1 real, já vendi até de 0,90 centavos e quando a gente vai na feira, a menor abóbora chega a custar 3 reais. Os atravessadores ficam ricos em cima da gente. A gente produz, investe o que não tem para irrigar e produzir e no final eles que ganham o lucro. Pra mim que não tem carroçaria, fica melhor entregar o que produza pra eles, pois o gasto do frete é também alto e não compensa fazer uma viagem longa, tem o combustível e ainda tem a dificuldade de comercializar na feira, lá eles cobram as taxas pela prefeitura só de encostar a caminhonete. (Entrevistado 27, PAE-SF, 2018).

Evidencia-se que ao inserir as famílias camponesas na cadeia produtiva do leite, ou na esfera da comercialização quer seja através da pecuária ou agricultura, tem-se a retirada da autonomia e domínio da renda camponesa, subordinando-a no mundo da mercadoria via produção e consumo, resultado das amarras do capital comercial e industrial, além dos valores

irrisórios pagos pelo atravessador aos produtos dos camponeses. Dessa forma, sob a ação do capital monopolista,

A agricultura foi drenada nas duas pontas do processo produtivo: na do consumo produtivo, pelos altos preços que teve e tem que pagar pelos produtos industrializados (maquinaria e insumos) que é praticamente obrigada a consumir, e na da circulação, onde é obrigada a vender sua produção por preços vis. (OLIVEIRA, 2007, p.32)

Portanto, ao sujeitar a renda da terra ao capital através da circulação, os camponeses são obrigados a vender sua produção a preços baixos devido ao monopólio da produção. Situações assim têm revelado mais uma parte significativa da apropriação maior da renda da terra, desta vez sobre a figura do atravessador, que ao intermediar a comercialização dos produtos, acaba por reforçar a subordinação da produção camponesa ao circuito da produção-circulação-distribuição.

Dessa maneira, no que se refere a sujeição da renda camponesa da terra, percebe-se que não é somente o capital industrial, comercial que realizam esse processo, mas também as imposições do capital financeiro, através da concessão de créditos e financiamentos bancários, mediados pela aliança entre o Estado brasileiro e o capital.

Desse modo, a formação econômico-social capitalista é fruto desse processo único. É fruto dos seguintes momentos diferente, contraditórios, mas articulados em uma ou mais fração do território capitalista tem-se a forma especificamente capitalista de produção (produção da mercadoria e produção da mais-valia), em outros, ora a circulação da mercadoria está subordinada à produção, ora a produção está subordinada à circulação. Esse é o princípio teórico que permite entender o desenvolvimento do capitalismo e particularmente na agricultura. (OLIVEIRA, 2007, p.21).

Com grandes incentivos à modernização do setor de produção nas grandes propriedades e a adoção de um modo de agricultura pautada nas exigências de mercado, na década de 1990, ocorre a implantação do Projeto Formoso<sup>12</sup> pela CODEVASF em Bom Jesus da Lapa, separado

---

<sup>12</sup> O Projeto Formoso possui uma área organizada em 25 setores, pelos quais estão distribuídos os 921 lotes familiares e 249 empresariais, que ocupam totais de 4.700 e 7.400 ha, respectivamente. A área foi desapropriada em 1976. Em 1988 foram iniciadas as obras do Formoso A e em 1993 a construção do Formoso H. A ocupação e o início da operação ocorreram em 1990 e 1999, respectivamente. (AZEVEDO, 2012, p.118). O projeto ainda é orientado pelo desenvolvimento de monoculturas, entre elas, mamão, melancia, manga, com destaque para a maior produção de bananas do país. É um polo de agricultura irrigada que está totalmente voltado para a racionalidade do capital, visto que é uma área que concentra terra, água e renda, agravando a vulnerabilidade das famílias que moram próximo ao projeto.

de Serra do Ramalho através da rodovia federal BR-349. A edificação desse projeto, fez com que os camponeses que se encontravam às margens da BR, principalmente a agrovila 02 e o assentamento CSB, se tornassem parte do processo de assalariamento, onde através das relações de venda da força de trabalho, ficariam submetidos na lógica da irracionalidade do capital.

Figura 14: Vista parcial do setor 07 do Projeto Formoso



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Organização: SILVA, Maria Iêda da Silva. 2019.

Em consonância com as políticas governamentais e os ditames do capital internacional, a apropriação da força de trabalho é cada vez ascendente no processo em que os camponeses ficam submetidos em função do agronegócio. Assim na lógica produtiva do capital e sob os infortúnios da seca, os camponeses têm se tornado mão-de-obra barata e ociosa em ocupações temporárias nos projetos de irrigação, submetidos ainda em processo de marginalização e exploração social pelas ações do Estado.

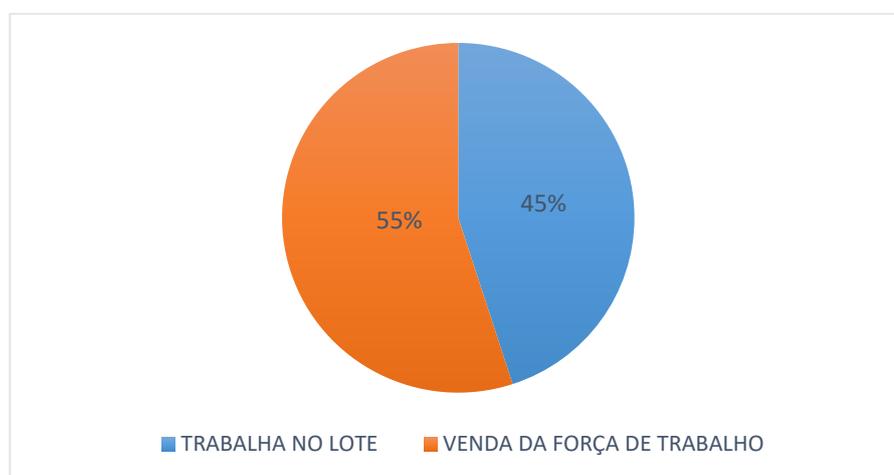
Observa-se através do Gráfico 4 que das 20 famílias entrevistadas no CSB, 45% trabalham no lote onde vivem e 55% dos titulares dos lotes, representado ainda pelos filhos que moram com os pais exercem ocupações fora do lote. Entre as atividades mais comuns das famílias que trabalham fora dos lotes estão: o trabalho em propriedades rurais de terceiros, exercendo a função de vaqueiro e na agricultura irrigada no Projeto Formoso.

Faz muito tempo que o meu lote não produzia, passávamos por dificuldades para plantar, faltava água, até o gadinho morreu de sede...A minha vida não era fácil, hoje trabalho diariamente, mexendo com a terra, colhendo frutas, preparando o solo e lá o dinheiro é certo. Esse mês estou carregando caixas de

bananas e mamão, lá eles me pagam por caixa o que dá para tirar uns 50 reais por dia. (Entrevistado 28, CSB, 2018).

A análise dos dados apresentados no gráfico 4 e a leitura da fala do camponês explicitam a expropriação dos meios de reprodução dos camponeses e não da terra, quando por meio da venda da força de trabalho, o camponês passa a se submeter ao processo de mobilidade da força de trabalho pelo capital, frente aos incentivos do agronegócio na esfera da modernização do campo.

Gráfico 4: Distribuição da renda das famílias camponesas



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Organização: SILVA, Maria Iêda da. 2019

Desta forma, “a mobilidade da força de trabalho é assim introduzida, em primeiro lugar, como a condição de exercício de sua liberdade de se deixar sujeitar ao capital, de se tornar a mercadoria cujo consumo criará o valor e assim produzirá o capital” (GAUDEMAR, 1977, p.190).

A venda da força de trabalho realizada pelos camponeses condiciona assim uma das formas de sua subordinação ao capital e aparece como mecanismo de apropriação da sujeição da renda da terra, restando-lhes na condição de expropriado, a busca no trabalho assalariado dos meios de reprodução social de sua família, frente ao processo de acumulação do capital.

Eu trabalho de segunda a sexta no Projeto Formoso. Comecei lá abrindo buracos para a plantação de bananas. Um dia faltou um funcionário que lidava com o trator e me colocou lá para dirigir. Eles gostaram do meu trabalho e resolveram me deixar só no trator. Não sou formado, já tem 7 anos que abandonei a escola e aqui estou trabalhando. Tenho vontade de voltar pra escola e fazer um curso de técnico agrícola, mas a situação financeira ainda

não ajuda. Estou aqui porque meu pai precisa da minha ajuda, ele tem problema na coluna e não aguenta trabalhar mais. Não sou registrado, ganho em média 850 reais por mês. (Entrevistado 29, CSB, 2018).

Acostumei viver daqui. A vida no assentamento é muito boa, mas aqui eu consigo ter uma renda para criar minha família. Comecei a trabalhar no projeto em 2015 e tava com meus 18 anos. A proposta era ir pra Barreiras trabalhar lá na fazenda com meu primo, mas recebi essa proposta de emprego aqui. Como já era casado e a mulher tava grávida, eu resolvi ficar aqui para dar sustento ao meu filho e minha mulher. (Entrevistado 30, CSB, 2018).

A maioria dos contratos aqui é feito no período de safra, onde a necessidade é maior. Os contratos de trabalhadores temporários são feitos com a maioria de trabalhadores da agrovila 2, 4 e do CSB. Eles ficam aqui uns 3 meses com a gente e trabalham na colheita e na seleção de frutas. (Entrevistado 31, encarregado, Projeto Formoso, 2018).

Os registros evidenciam explicitamente as relações de trabalho que se estabelecem com a reprodução ampliada do capital ao assalariar o camponês, deslocando de seus meios de produção para as lavouras temporárias da expansão do agronegócio, tornando os jovens sobrantes e andarilhos no curto circuito do capital, ao mesmo tempo que buscam se reproduzir com o mínimo de condições possíveis. Esse é um exemplo incisivo de materialização do capital, mediante a sujeição e expropriação da renda terra com a subordinação da força de trabalho do camponês, conforme analisa Oliveira:

A utilização dessas relações de trabalho não-capitalistas poupa ao capitalista investimentos em mão-de-obra. Ao mesmo tempo, ele recebe parte do fruto do trabalho desses parceiros e camponeses, que converte em dinheiro. Assim, realizam a metamorfose da renda da terra em capital. (OLIVEIRA, 1997, p.19).

Este processo salientado pelo autor, nada mais é do que assalariamento do camponês na agricultura, feito através de relações não-capitalistas, como artifício também da reprodução do capital. Tal processo se constitui nos grandes projetos do agronegócio, a exemplo do Projeto Formoso e incorre sobre as ocupações temporárias e precárias oferecidas aos camponeses que estão ali próximos a área de expansão capitalista, já que se constitui mão-de-obra barata ou desempregada. Sobre essa necessidade de acumulação do sistema capitalista, Harvey revela que:

O capitalismo apenas consegue escapar de sua própria contradição por meio da expansão. A expansão é, simultaneamente, intensificação (de desejos e

necessidades sociais, de populações totais, e assim por diante) e expansão geográfica. Para o capitalismo sobreviver, deverá existir ou ser criado espaço novo para a acumulação (HARVEY, 2005, p. 64).

Ou seja, na prática o capitalismo sempre vai de sua própria contradição em busca das possibilidades efetivas, através das quais vão se expandir geograficamente para sobreviver sobre um novo espaço e continuar a acumular-se através da racionalidade dos grandes investidores, dos determinantes da financeirização, que ora se apresentam tão necessária para a própria reprodução do capital.

Neste sentido, concordo com a leitura de Mészáros (2002, p.100) ao afirmar que “o sistema do capital é orientado para a expansão e movido pela acumulação”. Desse modo, ao se apresentar como um sistema de controle sociometabólico, o capital consegue extrair e acumular trabalho excedente para a sua reprodução expandida.

A maneira pela qual este capital vai se garantindo e se reproduzindo sobre o seu processo de contradição, revela-se as condições de como esse capital é sustentado para acumular-se ao delinear-se na apropriação dos territórios. Dessa forma, é preciso, pois, compreender como este capital age ao observar suas estratégias de reprodução ampliada sobre o espaço agrário, conhecer como esses processos se materializam fornecendo subsídios de modo a contribuir de forma efetiva para a atuação dos agentes hegemônicos do capital financeiro ao se apropriar da renda fundiária.

A forma como esse processo contraditório avança sobre os territórios camponeses e seus modos de vida, mostra-nos como o Estado, a reboque, mantém sua funcionalidade sob a égide do capital ao abrir novas possibilidades para o processo da monopolização da produção e a territorialização do capital, através do discurso de que o atraso no campo precisa ser superado com “progresso e desenvolvimento”, quer seja através dos pacotes tecnológicos, quer seja por meio do crédito financeiro, conforme alerta Conceição.

O discurso da modernização do campo, ao tempo que reforça o processo da monopolização e da territorialização do capital, acentua a expulsão dos camponeses da unidade de produção familiar, à medida que permite o processo de subsunção do trabalho ao capital. Desprovidos de possibilidades da terra como condição de vida, o Estado, pela coação, impõe um discurso velado da submissão ao capital à medida que favorece a crescente mobilidade do trabalho (CONCEIÇÃO, 2007, p. 79).

A resultante é a metamorfose na tentativa de inserir o camponês ao ciclo do desenvolvimento da produção moderna e tecnificada e a negação da resistência do campesinato em seus processos de luta na terra, ao subsumi-los ao capital à medida que favorece a expropriação de sua força de trabalho. Neste sentido, todo esse discurso vem ainda acompanhado pelo feitio do capital em intensificar as políticas neoliberais e públicas para alimentar a utilização de pacotes técnicos e da integração ao mercado.

Dessa forma, a subordinação dos territórios camponeses ao monopólio do capital manifesta-se dentro de uma lógica através da qual o capital se apropria da renda produzida pelo trabalho camponês e pela apropriação de parte de sua força de trabalho. Assim, tal situação se processa nas formas contraditórias do movimento acumulativo do capital no campo, via inserção financeira, por meio das políticas de créditos, a exemplo do PRONAF. Acerca desse papel do modelo de financeirização, no qual o PRONAF se insere, concordamos com Conceição quando afirma que:

Anunciando a inclusão da unidade familiar, via adoção de políticas de reordenamentos territoriais em sintonia com o modelo de financeirização, a linha de crédito do PRONAF tem mantido os mais pobres, os desprovidos da terra, excluídos da possibilidade de permanência nela, já que as exigências bancárias só têm permitido acesso aos recursos do programa de crédito, para quem detém a propriedade ou que pode penhorar bens. Tal fato automaticamente exclui uma gama de trabalhadores familiares e garante a formação do exército de reserva estagnado e latente em constante mobilidade temporária. Impossibilitado de ter a terra e os recursos para a sua garantia de vida, os jovens principalmente passam a ser determinados pelo templo cíclico do capital. (CONCEIÇÃO, 2007, p.83).

Este cenário revelado pela autora, aponta como o capital tem se garantido ao se reproduzir no campo brasileiro através da adoção das políticas de créditos via modelo de financeirização. De forma contraditória, a expansão de relações capitalistas e não capitalistas mostram-nos o descaso com as famílias que foram expropriadas e estão sujeitadas a ação monopolista do capital em Serra do Ramalho.

Nesse sentido, evidencia-se que muitos camponeses passaram e estão a sujeitar sua força de trabalho ao assalariamento, em um movimento crescente de subordinação ao capital. Ou seja, “o capitalista continua a depender da escala do local para a valorização do valor, produção de mais-valia por meio do trabalho explorado, porém, a acumulação do capital, paulatinamente, descolou-se da escala local, forjando um processo de auferição de lucros (fictícios) que se consuma em escala global” (LIMA, 2013, p. 02).

### **4.3 O processo de monopólio e dependência do território camponês ao capital financeiro**

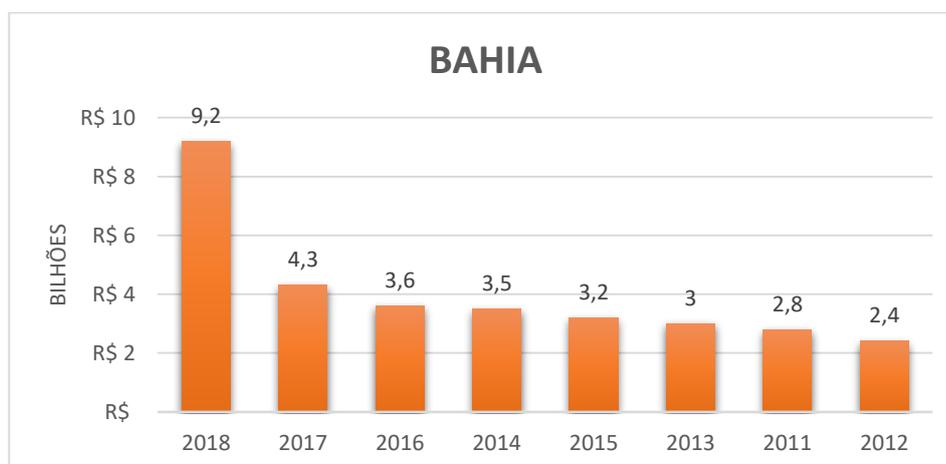
Como já mencionado, a estreita dependência dos camponeses às condições impostas pelo processo de monopólio do capital em seus territórios, faz com que a apropriação da renda da terra camponesa seja sugada pelo capital industrial, comercial e também pelo capital financeiro. E, é essa realidade que acontece nos assentamentos rurais, quando são criados por meio de programas de reforma agrária de mercado, que as subvenções dos camponeses sujeitam-os por meio de financiamentos e créditos, disponibilizados pelo Banco Mundial e o PRONAF.

Neste sentido, essa subseção remete ao entendimento das contradições a partir da leitura das imposições do capital financeiro ao aproximar-se da realidade dos assentamentos rurais da Reforma agrária de Serra do Ramalho-BA. A reflexão incorre ainda sobre as relações de trabalho e de produção de mercadorias, além da análise de como os camponeses tem sujeitado nas formas de capital, e se tornam cada vez mais dependentes de financiamentos e operações de crédito.

A discussão se inicia com a leitura acerca de como a esfera financeira tem apresentado, nos últimos anos, observando o crescimento acelerado sobre a esfera produtiva, ao tornar o capital fictício e capital especulativo como dominantes nesse processo. Para tanto, considera-se os mecanismos das instituições do Estado, sob o discurso ideológico e como isso tem possibilitado a apropriação do território pelo capital ao objetivar a realização do mais-valor com as personificações da ação do capital financeiro através do PRONAF.

De acordo com os dados levantados pelo Relatório de Resultados e Impactos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), referente ao ano de 2017, obtidos pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), cuja análise baseia-se no processo de financiamento da produção, na Bahia há um aperfeiçoamento crescente de operações de crédito, visto que o volume de contratações do FNE realizado entre 2015 e 2018, denota um significativo crescimento desse fundo direcionado para a aplicação dos recursos creditícios nos Programas Setoriais e os Programas Multissetoriais, a exemplo do PRONAF.(gráfico 5 ).

Gráfico 5: Contratações do FNE na Bahia



Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito, 2018.  
Organização: SILVA, Maria Iêda da. 2019.

Cabe aqui mencionar que existem várias fontes de captação de recursos que compõem o PRONAF, no presente estudo, optamos pelo FNE, por se tratar de um fundo constitucional proveniente de recursos administrados pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e por ter uma abrangência maior para o financiamento dos enquadramentos, conforme os grupos/linhas de crédito, especificamente na região Nordeste.

Considerando a aplicabilidade no âmbito do PRONAF, as contratações somaram aproximadamente R\$ 2,9 bilhões, cerca de 542.012 contratos realizados nos estados que fazem parte do Banco do Nordeste. (Relatório do BNB, 2018). Nota-se ainda que a Bahia foi o Estado que mais direcionou cifras por quantidade de operações realizadas em 2018 (Ver tabela 4).

Tabela 4: FNE – Pronaf - Contratações por UF - 2017

UF	Quantidade de operações	Valor (R\$ mil)
AL	27.763	141.845
BA	119.719	610.812
CE	70.775	373.113
ES	291	6.142
MA	57.838	321.723
MG	52.573	259.100
PB	49.492	244.926
PE	57.089	322.926
PI	60.146	319.186
RN	28.888	152.626
SE	17.438	103.222
<b>Total</b>	<b>542.012</b>	<b>2.855.621</b>

FONTE: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito.  
ORGANIZAÇÃO: SILVA, Maria Iêda da. 2019.

Ainda de acordo com o Relatório de Resultados e Impactos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE):

Dentre os diversos públicos do Pronaf destacam-se os integrantes do Grupo B3 que, no BNB, é aplicado segundo a metodologia de microcrédito rural, denominada Agroamigo. O Pronaf Grupo B abrange os mais pobres entre os agricultores enquadrados no Programa, responsável por 81,8% do volume contratado pelos agricultores familiares. O estado que mais contratou Pronaf B foi a Bahia, englobando 18,2% dos recursos totais, aplicando 47,9% desses recursos na bovinocultura (RELATÓRIO FNE, BNB, p. 35, 2018).

Ao observar os dados dos valores monetários que foram financiados e destinados aos assentados para investimentos e custeios de produção, percebe-se que esse volume de recursos cumpre a função das políticas agrícolas mediadas pelo Estado e está sob a responsabilidade de desenvolver a “agricultura familiar”. Tal situação, se inscreve com o avanço da financeirização da economia via a dinamização do acesso ao crédito como a ilusão de que o PRONAF atenda os amplos objetivos através do discurso do progresso e do desenvolvimento.

De acordo com o relatório técnico do MDA (2017), nos primeiros dois meses do Plano Safra 2017-2018, foram contratados R\$5,5 bilhões no PRONAF destinado à agricultura familiar. A Bahia foi responsável por 2,34% do montante total de contrato, o que corresponde, em termos monetários, a R\$129,4 milhões. No entanto, não podemos perder de vista a leitura acerca do plano safra, onde, na maioria das vezes, pauta-se em ações do Governo Federal que busca atender a lógica do mercado capitalista e inserir os camponeses também na esfera do autoconsumo.

Tal análise ainda pode ser entendida pela inserção dos camponeses sob mecanismos do Estado ao possibilitar o fortalecimento das ações do PRONAF. Essa ação sustentada na esfera financeira e com o discurso hegemônico das personificações do capital tem, cada vez mais, se firmado nos valores crescentes e na quantidade de contratos, a exemplo do Estado da Bahia, conforme pode ser observado na tabela 5.

Tabela 5: Quantidade de contratos do PRONAF na Bahia- 1999 a 2015

Safra	Quantidade de Contratos	Valor em R\$
1999/2000	43.519	68.394.799
2000/2001	57.346	92.817.797
2001/2002	51.693	89.935.376
2002/2003	62.864	103.210.509
2003/2004	89.852	183.831.692
2004/2005	168.522	265.291.755
2005/2006	292.462	395.289.317
2006/2007	263.157	371.668.350
2007/2008	140.757	292.485.516
2008/2009	129.596	273.688.305
2009/2010	133.201	325.665.155
2010/2011	143.456	351.480.225
2011/2012	155.766	402.820.683
2012/2013	242.225	694.784.382
2013/2014	217.415	853.415.060
2014/2015	247.284	923.187.320

Fonte: Fonte: Bacen/Derop/Sicor. 2016  
 Organização: SILVA, Maria Iêda, 2018.

Os dados apontam os valores crescentes na Bahia nos últimos anos, e conseqüentemente antecipam o mascaramento das políticas públicas difundidas pelos discursos ideológicos do desenvolvimento/crescimento do PRONAF, onde o Estado revela-se como aquele que tem cada vez mais possibilitado a apropriação do território camponês pelas personificações do capital, cuja ação acelera agora através do capital financeiro.

[...] o discurso ideológico domina a tal ponto a determinação de todos que muito frequentemente não temos a mais leve suspeita de sermos levados a aceitar, absolutamente sem questionamento, um determinado conjunto de valores a que se poderia opor uma perspectiva alternativa muito bem fundamentada, juntamente com as conseqüências práticas que nele se encontram mais ou menos implícitas. (MÉSZÁROS, 2004, p.13-14).

Assim, a formulação de Mézáros esboça a crítica feita ao discurso ideológico dominante na sociedade capitalista e ainda nos permite refletir acerca do Estado que não hesitou em determinar que as personificações do capital se apropriasse do território camponês.

Esta característica do Estado se constitui, assim, em um discurso ideológico via políticas de desenvolvimento ao se legitimar fortemente em todos os níveis, naturalizar sua ação na mobilidade oculta, de modo que seus interesses estejam aliados as ideias da classe dominante e

as forças hegemônicas do capital, a exemplo das iniciativas do agronegócio, com o avanço da modernização capitalista no campo.

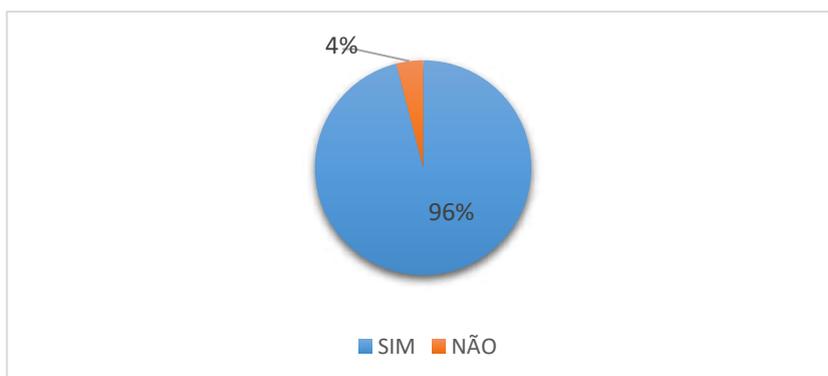
Neste sentido, a falácia de que ao fortalecer a agricultura familiar seria uma prioridade do PRONAF, é necessário atentar-nos a existência de outros direcionamentos com a concessão de créditos, programas estes que vão alterando os caminhos da agricultura camponesa e sujeitando-a a um setor de produção voltada para os imperativos da acumulação capitalista.

Percebe-se, ainda, que com a chegada das políticas desenvolvimentistas, através do neoliberalismo, direcionadas a inserir a produção camponesa para a lógica do mercado, faz com que a concepção do discurso do PRONAF caia por terra, visto que ao direcionar as concessões de créditos para a produção de monocultivos e também para o fortalecimento da agropecuária monopolista, revelam-nos como as formas de extração do mais-valor vão se consolidando com o capital financeiro no campo em Serra do Ramalho.

Desse modo, tanto no CSB e no PAE-SF, as atividades agrícolas e de pecuária financiadas com os recursos do PRONAF estão sendo direcionadas para a inserção mercantil, com uma grande quantidade de insumos químicos, principalmente na cultura de milho. A contradição desse processo se insere também pela liberação de créditos e incentivos à pecuária na tentativa de negar a sustentabilidade alimentar via culturas tradicionais à produção familiar, o que contraria o objetivo do próprio PRONAF.

Durante a realização da pesquisa de campo nos assentamentos rurais, constatou-se que 96% dos entrevistados solicitaram operações de créditos, especificamente o PRONAF. Os dados revelam ainda que 76% dos entrevistados requereram o crédito a partir de 2002, sendo o PRONAF como a principal linha. Já 34% das famílias aderiram ao PRONAF após receber o fomento do INCRA, este percentual é correspondente ao assentamento PAE-SF. (Gráfico 6)

Gráfico 6: Operações de créditos em Instituições Financeiras



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.  
Organização: SILVA, Maria Iêda da. 2019.

Tais operações podem ser analisadas a partir da disposição dos dados referentes ao financiamento concedido pelo PRONAF com a finalidade agrícola e pecuária, conforme detalhado na tabela 6. Verifica-se que créditos concedidos através do PRONAF no município de Serra do Ramalho apresentam um acelerado crescimento entre o ano de 2004 e 2009, o que remete a análise da conjuntura nacional do governo de Luís Inácio Lula da Silva, a partir da criação e ampliação de políticas públicas para o campo.

Tabela 6: Financiamento concedido pelo PRONAF com finalidade (agrícola e pecuária), Serra do Ramalho, 2002-2012.

ANO	ATIVIDADE	CUSTEIO		INVESTIMENTO		TOTAL	
		CONTRATO	VALOR (R\$)	CONTRATO	VALOR (R\$)	CONTRATO	VALOR (R\$)
2000	AGRICOLA	1.511	2.269.684,28	-	-	1.511	2.269.684,28
2000	PECUARIA	14	33.543,90	1.044	1.142.908,60	1.058	1.176.452,50
2001	AGRICOLA	662	1.124.096,28	38	29.520,30	700	1.153.616,58
2001	PECUARIA	6	16.573,70	739	1.169.679,46	745	1.186.253,16
2002	AGRICOLA	521	929.660,26	-	-	521	929.660,26
2002	PECUARIA	5	14.234,35	oculto	761.002,53	6	775.236,88
2003	AGRICOLA	499	913.926,24	-	-	499	913.926,24
2003	PECUARIA	135	235.525,85	-	-	135	235.525,85
2004	AGRICOLA	838	1.577.235,52	-	-	838	1.577.235,52
2004	PECUARIA	895	2.287.845,53	26	47.342,00	921	2.335.187,53
2005	AGRICOLA	263	811.573,65	50	84.576,39	313	896.150,04
2005	PECUARIA	965	2.944.218,76	701	956.100,65	1.666	3.900.319,41
2006	AGRICOLA	12	69.163,63	423	947.634,25	435	1.016.797,88
2006	PECUARIA	1.236	3.551.236,51	1.859	2.867.191,04	3.095	6.418.427,55
2007	AGRICOLA	6	56.482,12	101	196.285,39	107	252.767,51
2007	PECUARIA	590	2.021.979,06	985	1.336.220,10	1.575	3.358.199,16
2008	AGRICOLA	oculto	44.567,32	79	136.777,62	81	181.344,94
2008	PECUARIA	234	1.209.549,03	664	1.128.891,45	898	2.338.440,48
2009	AGRICOLA	33	286.375,55	131	529.016,64	164	815.392,19
2009	PECUARIA	261	2.179.561,52	482	798.442,71	743	2.978.004,23
2010	AGRICOLA	18	163.398,10	41	153.503,25	59	316.901,35
2010	PECUARIA	117	816.634,13	291	746.662,49	408	1.563.296,62
2011	AGRICOLA	5	71.502,64	129	842.986,69	134	914.489,33
2011	PECUARIA	114	637.606,55	363	703.252,88	477	1.340.859,43
2012	AGRICOLA	oculto	49.844,61	626	2.161.508,71	628	2.211.353,32
2012	PECUARIA	254	1.277.073,12	1.038	2.938.714,38	1.292	4.215.787,50

Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural – Banco Central do Brasil, 2002-2012.  
Organização: SILVA, Maria Iêda da. 2019.

Assim, surge uma política governamental que impulsionou a penetração do capital financeiro internacional, através de financiamentos voltados a garantir a expansão das forças produtivas, dentre os mais diversos setores da economia, principalmente pela cúspide do

agronegócio brasileiro, que insere-se pelos investimentos através da incorporação dos pacotes tecnológicos e uma política agressiva de agroexportação.

Tal processo se dá através do fortalecimento do PRONAF, acompanhado ainda pelo surgimento de outras políticas de créditos voltadas aos camponeses, tais como: o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) criado em 2003 com o objetivo de colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar. Para isso, o programa utiliza mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção. (BRASIL, 2018).

As propostas embutidas nesses programas reforçaram, ideologicamente, as formas de apropriação da renda camponesa, ao inserir os camponeses na produção de produtos de subsistência com a oferta voltada para atender a lógica do mercado. Portanto, mesmo permitindo que o campesinato continuasse a se reproduzir socialmente, as contradições que essas políticas representam também precisam ser entendidas a partir da expansão da ofensiva neoliberal, não cabendo no presente momento um aporte teórico maior dessa discussão específica.

Destarte é possível afirmar que tal contradição é ainda feita na leitura de que também essas políticas, voltadas ao desenvolvimento da agricultura, pautadas nos interesses do grande capital agiram na tentativa de despolitizar do camponês enquanto classe, tornando-os dependentes das políticas creditícias como garantia de sua reprodução e dificultaram o Estado brasileiro em concretizar a reforma agrária durante o governo Lula.

Acerca dessas dificuldades, Oliveira (2007, p.117-118) afirma que a política de reforma agrária do governo Lula está marcada por dois princípios: “não fazê-la nas áreas de domínio do agronegócio e, fazê-la nas áreas onde ela possa “ajudar” o agronegócio. Ou seja, a reforma agrária está definitivamente, acoplada à expansão do agronegócio no país”.

No entanto, é notório as grandes expectativas de acumulação de capital financeirizado no cenário brasileiro, por meio das amplas políticas de créditos, de concessão e empréstimos financeiros para o desenvolvimento de projetos, sob a proposta da intervenção estatal em prol do desenvolvimento do campo. O volume de viabilização de financiamentos no estado da Bahia possui uma intrínseca relação com as contratações de créditos destinados para determinados fins do desenvolvimento capitalista no campo via expansão do agronegócio. Tal associação,

revela se ainda através do financiamento do Estado como estratégia do capital financeiro na obtenção do lucro e da renda da terra ao forjar o discurso da agricultura familiar no campo.

Ainda de acordo com os dados da Tabela 6, nos anos seguintes, entre 2010 e 2012, há uma queda na concessão de contratos ligados ao PRONAF em Serra do Ramalho, como consequência das instabilidades no regime de acumulação financeira do capital na contemporaneidade, uma vez que as contradições foram ampliadas em decorrência da crise mundial ocorrida no âmbito do sistema monetário internacional, principalmente da bolha imobiliária americana.

No que diz respeito ao custeio como finalidade do direcionamento do crédito rural em Serra do Ramalho, os valores de contratos estão mais destinados à agricultura, já em relação ao investimento, o município possui mais cifras para a pecuária. Esse dado representa o comando do capital financeiro através de financiamento para a expansão do capitalismo no campo, intensificando cada vez mais a dependência dos produtores rurais quanto as operações de crédito, fato revelado pela subordinação produtiva e territorial na produção camponesa nos assentamentos estudados.

Essa análise pode ser entendida também a partir dos registros de concessão de créditos do PRONAF no período de 2000 a 2017/2018 no município. Os elementos da tabela 7 mostram os dados referentes ao número de contratos e a soma dos valores por contratos, bem como o valor médio dos financiamentos operacionalizados em Serra do Ramalho. A soma dos valores médios dos contratos de financiamento agrícola é inferior aos valores médios dos contratos de financiamento da pecuária, o que confirma nos últimos anos a acentuada tendência a pecuarização no município, culminando também com sua expansão nos assentamentos rurais da Reforma agrária.

Tabela 7: Contratos e valores do PRONAF em Serra do Ramalho

ANO	VALORES	
	SOMA DE QTD	SOMA DE VALOR_CTR
2000	35	347.156,60
2001	1	716.908,00
2002	64	603.712,00
2004	11	65.332,00
2005	132	1.105.650,70
2006	685	3.903.301,87
2007	514	1.549.380,79
2008	466	1.265.116,00
2009	320	1.318.063,48

<b>2010</b>	228	867.395,70
<b>2011</b>	294	1.596.128,10
<b>2012</b>	666	5.209.793,17
<b>2013</b>	484	2.878.757,75
<b>2014</b>	224	1.385.289,01
<b>2015</b>	340	2.224.283,30
<b>2016</b>	374	2.619.691,72
<b>2017</b>	595	3.405.709,62
<b>2018</b>	602	3.749.276,32
<b>Total Geral</b>	<b>6035</b>	<b>34.810.946,13</b>

Fonte: Banco do Nordeste do Brasil, 2018  
Organização: SILVA, Maria Ieda da. 2019.

Há ainda um ritmo de crescimento no número dos contratos do PRONAF entre 2015 e 2018, assim como dos valores médios correspondentes a soma dos valores por contratos, acompanhados pela explicativa de que esse aumento, a priori, representa a intensificação do padrão tecnológico e parte da lógica de funcionamento do capital financeiro.

A análise recai ainda sobre as ações do Estado como um organismo do capital, ao reforçar as características dos programas de créditos, a exemplo do PRONAF, utilizando do discurso das políticas de desenvolvimento rural, objetivando, assim, a reprodução ampliada do capital, contraditoriamente mantendo relações capitalistas e não-capitalistas.

Desse modo, os valores das operações do PRONAF representam a valorização de capitais, cuja meta é o lucro, quer seja através da apropriação da renda da terra na esfera da financeirização, quer seja na esfera produtiva. Por conseguinte, a viabilidade de tais concessões de créditos evidencia assim a sustentação do capital financeiro fictício e especulativo, apoiado na agricultura sob o capitalismo monopolista mundializado,

Sabe-se que as operações de crédito, por mais vantagens que apresentam em relação as taxas de juros, todas elas são viabilizadas para a formação de garantias, e com finalidade de gerar lucro, pois para Amin (1976, p. 51), "desde que o modo capitalista se tornou dominante, a forma dominante do excedente é o lucro do capital".

Neste sentido, “as operações feitas com finalidade lucrativa, para 'frutificar' um capital, são por definição [...] ‘seletivas’” (CHESNAIS, 1996, p. 17-18). Desse modo, as exigências que são feitas pelos bancos como garantia de pagamentos dos empréstimos realizados pelos camponeses são acentuadas ainda mais em um processo excludente ao selecionar o público para o recebimento do crédito.

No que se refere ao conhecimento dos camponeses sobre os grupos de crédito do banco, muitos revelaram o desconhecimento acerca dessas linhas de créditos e em qual delas eles realizaram o empréstimo.

Senhora, eu nem me lembro. Eu sei dos documentos que o banco pede, mas essa coisa de linha de crédito, não nem sei o que é. Acho também que eles escolhem o melhor para gente pagar. Não sei bem. Mas esse tal de agroamigo que você falou, esse eu conheço. Eu já peguei esse dinheiro e meus dois filhos também. (Entrevistado 32, CSB, 2018)

A fala do entrevistado revela também a negação das informações acerca do grupo/linhas de créditos que chegam até esses assentamentos, e/ou demonstram ainda a dificuldade dos assentados em receber orientações dos técnicos acerca dos créditos. Tal situação também pode ser melhor explicada através dos dados da tabela 8, onde se verifica um número crescente de contratos do PRONAF B, ao responder a clara preferência dos bancos por financiamentos com prazos mais curtos (custeio e comercialização) e por financiamentos de maior valor (pecuária, comercialização).

Tabela 8: Operações do PRONAF em Serra do Ramalho, 2012 a 2018

<b>FONTE/PROGRAMA</b>	<b>CONTRATOS</b>	<b>VALOR R\$</b>
PRONAF GRUPO "A" - FNE	47	1.029.254,34
PRONAF GRUPO "B" FNE	316	876.155,70
PRONAF MULHER- FNE	7	110.960,85
PRONAF SEMIÁRIDO - FNE	70	1.258.502,54
PRONAF /SECA-2012 CUST	70	696.247,01
PRONAF-AGROINDUSTRIA -FNE	1	25.816,20
PRONAF-B /PLANO SAFRA SEMIARIDO	1.755	7.239.577,94
PRONAF MAIS ALIMENTOS - FNE	263	4.434.193,70
PRONAF SEMIARIDO/SECA-2012 - OUTROS	450	4.945.639,72
PRONAF SEMIARIDO/SECA-2012 - GRP	270	658.312,45

Fonte: BNB. 2019

Organização: SILVA, Maria Ieda da. 2019.

De acordo com o BACEN (2018), o PRONAF B corresponde a produtores com baixa produção e pouco potencial de aumento da produção (agricultores familiares e remanescentes de quilombos, trabalhadores rurais e indígenas), com renda bruta anual familiar de até R\$ 20.000,00 e que não contratem trabalho assalariado permanente. O investimento pode ser direcionado a atividades agropecuárias e não-agropecuárias com um limite de crédito de R\$ 5.000,00 por operação elaborada pela metodologia do Agroamigo (PNMPO) e R\$ 2.500,00, quando elaborada sem a metodologia Agroamigo (BNB, 2018). Por se tratar de um microcrédito a taxa de juros é de 0,5% ao ano e ainda possui bônus de adimplência, caso pago em dia, a família teria 25% sobre cada parcela.

#### **4.4 O PRONAF como instrumento de Crédito: condição de permanência na terra?**

O recorte dessa subseção é refletir acerca do debate sobre o PRONAF como instrumento de crédito e sua relação com as atividades camponesas. Neste sentido, o caminho de análise deve ser feito a partir do entendimento da possibilidade ou condição de permanência dos camponeses no âmbito de uma realidade cada vez mais subordinada aos interesses capitalistas.

O processo de subordinação da produção camponesa e da renda da terra ao capital tem reproduzido o plano estratégico de desenvolvimento no campo brasileiro pautado nos discursos políticos do Estado, em consonância com o capital e nos mecanismos da política de crédito via PRONAF. Essa política é assentada no discurso ideológico de que é necessário dar subsídio para custear a produção camponesa, reforçando, desta maneira, os mecanismos que colocam a terra como mercadoria e o processo de subsunção do camponês ao capital.

Acerca da perspectiva em contrair o crédito do PRONAF, 53% das famílias entrevistadas disseram que as atividades financiadas tiveram desempenho ruim, em decorrência da falta de chuvas e também por perda da plantação. Outros 38% avalia a experiência sendo produtiva, (esse percentual corresponde ao grupo que recebeu o crédito no ano de 2015), enquanto que 32% gostaria de receber o crédito de novo. 48% das famílias aplicaram o crédito no que estava proposto no projeto e 30% usou parte do recurso para o sustento e o consumo, enquanto que 25% estão inadimplentes, ou seja, com problemas para efetivar a quitação de sua dívida (grupo de entrevistados que já tem prazo final para quitar, pois já passaram pela renegociação do prazo).

De acordo com a pesquisa realizada nos assentamentos, 89% dos assentados que receberam o PRONAF prorrogaram o prazo após o período de carência. Esse dado revela a dinâmica do saldo crescente em atraso dos que não se capitalizaram e estão tendo problemas para pagar. 75% sentem medo de ficar inadimplentes com o banco, assim como perder sua terra, seu espaço de reprodução social. Esse sentimento é condicionado pelo controle que o capitalismo exerce na dominação/sujeição da pequena produção camponesa por meio do sistema bancário. Desse modo,

Sem qualquer alteração aparente na sua condição, mantendo-se proprietário, mantendo o seu trabalho organizado com base na família, o lavrador entrega ao banco anualmente os juros dos empréstimos que faz, tendo como garantia não só os instrumentos, adquiridos com os empréstimos, mas a terra. Por esse meio, o banco extrai do lavrador a renda da terra, sem ser o proprietário dela (MARTINS, 1981, p. 176).

Da mesma forma, se estabelece o comprometimento da produção camponesa como garantia e a dependência de créditos para investimento e custeios de culturas, sem qualquer alteração na sua condição, mas incidindo sobre um processo no qual a renda da terra é apropriada pelo capital mediante o endividamento do camponês com as instituições bancárias.

Portanto, [...]. A terra (renda) de trabalho para a reprodução da vida, através da produção do valor-de-uso, torna-se objeto possível de especulação, mesmo em uma unidade produtiva camponesa que não tem esse objetivo, com os empréstimos que têm as estimativas da produção e da renda futura da unidade camponesa. (OLIVEIRA JUNIOR, 2012, p. 192).

Neste sentido, o capital se estabelece na dependência do camponês em relação ao crédito, assegurando-se através da extração do lucro e dos juros e da renda da terra. “O capital redefiniu a renda pré-capitalista [...]; ele agora apropria-se dela, transformando-a em renda capitalizada da terra. É nesse contexto que devemos entender a produção camponesa: a renda camponesa é apropriada pelo capital monopolista, convertendo-se em capital” (OLIVEIRA, 2007, p. 40). E sob essas condições pelas quais acontece a sujeição da renda da terra pelo capital que se analisa o processo de endividamento dos camponeses em Serra do Ramalho, o que pode ser observada na tabela 9.

Tabela 9: Operações e inadimplência, em Serra do Ramalho, 2012 a 2018.

<b>FONTE/PROGRAMA</b>	<b>CONTRATOS</b>	<b>VALOR R\$</b>	<b>INDADIMPLÊNCIA %</b>
PRONAF GRUPO “A” - FNE	47	1.029.254,34	9,63
PRONAF GRUPO “B” FNE	316	876.155,70	1,29
PRONAF MULHER- FNE	7	110.960,85	0,00
PRONAF SEMIÁRIDO - FNE	70	1.258.502,54	0,15
PRONAF /SECA-2012 CUST	70	696.247,01	6,68
PRONAF-AGROINDUSTRIA -FNE	1	25.816,20	0,00
PRONAF-B /PLANO SAFRA SEMIARIDO	1.755	7.239.577,94	1,43
PRONAF MAIS ALIMENTOS - FNE	263	4.434.193,70	0,91
PRONAF SEMIARIDO/SECA-2012 - OUTROS	450	4.945.639,72	2,85
PRONAF SEMIARIDO/SECA-2012 - GRP	270	658.312,45	6,31

FONTE: BNB. 2019

ORGANIZAÇÃO: SILVA, Maria Ieda da. 2019.

Observa-se que a taxa de endividamento entre 2012 a 2018 é maior no grupo do PRONAF “A”, onde a inadimplência chega a 9,63% dos contratos realizados, não estando incluídas as operações renegociadas na tabela. Cabe ressaltar que o PRONAF A é constituído por assentados pelo processo de reforma agrária ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário. O investimento pode ser direcionado a atividades agropecuárias e não-agropecuárias com um limite de crédito de até R\$ 25.000,00 por agricultor, com juros de 0,5% ao ano. (BACEN, 2018).

A análise desta problemática recai sobre o objeto de estudo que aqui é analisado, pois esse grupo PRONAF “A” é exclusivamente para assentados da reforma agrária. O que revela ainda que esse índice corresponde a subordinação da produção ao capital a que esses camponeses foram e estão submetidos, a exemplo da falta gerenciamento do recurso do crédito, do direcionamento já pronto dos projetos de créditos, assim como a falta de assistência, os meios de comercialização dos produtos e ainda as condições climáticas que têm dificultado o desenvolvimento da produção. Estes e outros fatores são o que evidencia a dificuldade do reembolso das concessões de crédito e financiamentos nos assentamentos rurais de Serra do Ramalho.

Em seus estudos acerca do PRONAF, Rodrigues (2012) já alertava que a situação de inadimplência nos assentamentos de reforma agrária era recorrente e grave. Ressalta-se ainda que durante a pesquisa de campo houve dificuldades em obter alguns dados pelas agências bancárias, principalmente o Banco do Brasil em Serra do Ramalho. A solicitação de dados também foi realizada através da ouvidoria pública, mas poucas informações foram disponibilizadas. A não divulgação desses dados através de portais de acesso à internet faz parte também de uma política de informação dos grandes bancos. Assim, como não houve divulgação desses números, acredita-se que essas taxas de pagamentos dos empréstimos possam estar com uma maior inadimplência entre os assentados que utilizam o PRONAF nos assentamentos rurais pesquisados.

Porém, é preciso entender que existe, como já declarado por parte das famílias entrevistadas um direcionamento de uma parte do crédito do PRONAF para outra finalidade como a de sustento ou de sobrevivência das famílias. É impossível não considerar as condições de precariedade que algumas famílias camponesas estão submetidas, em que a lógica financeira e essa situação é agravada ainda pela falta de orientação técnica ou insuficiente, assim como as dificuldades nos custos de produção e de comercialização.

Assim, são as artimanhas do capital financeiro que estando sobre as velhas e novas políticas de crédito do Estado vão garantindo a disponibilidade de crédito ao “agricultor”, e ao mesmo tempo transformando a relação capital-trabalho do camponês, pois ao inseri-lo na esfera financeira e torná-lo um devedor subalterno a lógica financeira monopolística, é uma forma pela qual o lucro aí assume a pura forma de juros, onde:

O lucro se revela (e não mais apenas parte dele, o juro, que procura sua legitimidade no lucro do prestatário) puro assenhoreamento de trabalho excedente alheio, originando-se da circunstância de os meios de produção se converterem em capital, isto é, se tornarem estranhos aos produtores reais, de se oporem, como propriedade alheia, a todos os indivíduos efetivamente ocupados na produção, do dirigente até o último dos assalariados. Nas sociedades por ações dissociam-se a função e a propriedade do capital, e, em consequência, o trabalho aparece por completo separado da propriedade quer dos meios de produção quer do trabalho excedente. Este resultado do desenvolvimento máximo da produção capitalista é uma fase transitória que levará o capital necessariamente a reverter à propriedade dos produtores não mais, porém, como propriedade privada de produtores individuais, e sim como propriedade dos produtores na qualidade de associados, propriedade diretamente social. (MARX, 2008, p.583).

Desta maneira, estando o lucro sob a pura forma de juro, o mesmo se revela através de “puro assenhoreamento de trabalho excedente alheio”. Assim, os meios de produção ao se converterem em capital impedem a realização do valor, pois ao acelerar o tempo de giro do capital sem propagar-se no trabalho vivo, ou seja, o lucro gerado pelos juros é a peça essencial do capital financeiro na captura indireta de mais-valia produzida.

O caráter fictício das relações capitalistas multiplicou-se com o ressurgimento, numa escala sem precedentes históricos, das operações do capital que conserva a forma monetária e se valoriza por punções sobre os rendimentos da produção de valor e de mais-valia, sem sair da esfera financeira. (CHESNAIS, 1997, p.18).

Tem-se, assim, um processo em que as relações econômicas e sociais são determinadas pelo capital portador de juros ao se desdobrar na forma de capital fictício e, dessa maneira, “busca ‘fazer dinheiro’ sem sair da esfera financeira, sob a forma de juros de empréstimos, de dividendos e outros pagamentos a título de posse de ações e, enfim, de lucros nascidos da especulação bem sucedida” (CHESNAIS, 2005, p. 35).

De tal modo, o acesso ao crédito visa a conexão entre os circuitos  $M - D - M$ ,  $D - M - D'$  e  $D - D'$  expressos na totalidade reprodutiva do valor lastreada / calcada na expropriação do

trabalho. Ou seja, a forma de extração do mais valor ao acumular renda por meio dos juros cobrados, se realiza através do lucro apropriado da renda camponesa, viabilizando, dessa maneira, o investimento ali aplicado por parte da política de crédito.

Quando indagado sobre a situação dos inadimplentes, o funcionário do Banco do Nordeste de Bom Jesus da Lapa afirma que:

Quando há atrasos nas parcelas do contrato de crédito, os agricultores são notificados para que compareçam à agência e tentamos negociar. Muitos são preocupados em pagar no tempo certo, já outros ficam esperando anistiar os valores. O que não acontece, na prática, a gente tenta de todas as formas, fazemos a renegociação, aumentamos o tempo após o prazo de carência. Já teve casos do PRONAF que o produtor teve desconto de 90% e ainda assim alguns não conseguiram quitar. A inadimplência acontece não só pelo insucesso do destino dado ao crédito, às vezes falta disposição do devedor em sanar sua dívida. Sabemos que existem os riscos, risco de uma produção que pode não produzir nada com a estiagem e também pelo sistema do banco sabemos quais tomadores de crédito vão ou não honrar suas dívidas. (Entrevistado 33, 2018).

Assim, ao submeter os camponeses a esses elos frágeis, tal análise também explicita o processo da inserção do capital monopolista no campo, entendido por Oliveira (2007), como uma ação estrategista deste capital por meio dos encargos do Estado ao subordiná-los ao capital financeiro e então ao endividamento como consequência desse balanço desfavorável.

Dessa forma, de certo modo abriram espaço para a expansão da produção camponesa, surgindo um camponês ultra-especializado, diferente, portanto, do camponês livre da etapa concorrencial do capitalismo. Um camponês agora permanentemente endividado no banco, pressionado pelos encargos fiscais do Estado, esse mesmo Estado que de certa forma intervém no setor no sentido de buscar a sua regularidade. (OLIVEIRA, 2007, p. 32)

A intensificação desse processo, tem condenado o camponês a reproduzir dentro dos limites estabelecidos pelo capital. Ou seja, a sujeição da renda da terra produzida pelo camponês, via capital comercial, capital industrial agora também sobre o capital financeiro, faz com que os camponeses fiquem sujeitados aos grandes monopólios.

Mesmo com um número crescente de contratos do PRONAF, linha B, a taxa de inadimplentes entre o período de 2012 a 2018 é baixa, visto que foram realizados 316 contratos com valor de R\$ 876.155.70 e a inadimplência de 1,29%. Isso se justifica pela finalidade da categoria que é assegurada pelo Estado ao oferecer subsídios nas operações de créditos,

principalmente para as atividades agropecuárias, realidade evidenciada em Serra do Ramalho, fato este que garante no reembolso do crédito em apenas uma parcela, com prazo de carência de no máximo 2 anos.

O crescente número de contratos do ano de 2012 a 2018 do PRONAF B corresponde ao crédito Agroamigo por se tratar de um programa de microcrédito com baixa inadimplência. Os dados a seguir mostram-nos as operações contratadas pelo Estado da Bahia em 2017 e confirma a abrangência desses financiamentos que chegam ao município de Serra do Ramalho-BA. (Ver tabela 10).

Tabela 10: Indicadores do Agroamigo na Bahia - 2017

<b>Gerências Estaduais</b>	<b>Contratos</b>	<b>Valor Contratado (R\$ Mil)</b>	<b>Valor Médio Dos Financiamentos</b>
SALVADOR	58.705	262.406	4.469,91
VITÓRIA DA CONQUISTA	53.025	235.439	4.440,15

Fonte: BNB. 2018

Organização: SILVA, Maria Ieda da.

O Agroamigo enquanto um projeto de ampliação do microcrédito rural faz parte do PRONAF “B” e surgiu com o objetivo de aumentar a rentabilidade dos bancos ao garantir maior agilidade ao processo de concessão do crédito, assim como proporcionar maior capacidade de operações com redução de custos para ao banco e para o cliente. (BNB, 2018). Acredita-se que a baixa taxa de inadimplência do PRONAF B se deve aos financiamentos através do Agroamigo, conforme relata os seguintes entrevistados:

O agroamigo ao atuar com a linha de crédito do PRONAF B, possibilita que o agricultor quite sua dívida. Aqui em Serra do Ramalho, desde sua criação, esse programa traz metas que só beneficia os agricultores, inclusive tem chegado na realidade dos assentados com maior facilidade. Não existe aquela burocracia para solicitar o crédito. Existe uma pequena taxa de juros e raramente encontramos casos de inadimplência do PRONAF B aqui em Serra do Ramalho. A maioria consegue quitar seu crédito. (Entrevistado 34, funcionário do banco, 2019).

O Agroamigo possibilita sempre o reembolso. É um crédito em menor valor, que tem 98% de adimplência. Devido as dificuldades da nossa região com a seca, as pessoas pegam mais para financiar a pecuária bovina, através da compra de bois, além de grãos, tipos de rações e construções de cercas. (Entrevistado 35, assessor de crédito do Agroamigo, 2018).

Essa realidade de nível de inadimplência já aconteceu em Serra do Ramalho em outro momento. De acordo com a pesquisa de campo, em 2010, Serra do Ramalho e outros municípios baianos tiveram a suspensão de novas operações de crédito do Grupo B do PRONAF, em decorrência da taxa de inadimplência atingir 15% dos contratos de créditos em atraso, conforme o declara o Art. 2º da Portaria nº 105 de 23/11/2007:

Os agentes financeiros operadores do crédito do Grupo "B" do Pronaf deverão suspender novos financiamentos da linha quando, cumulativamente, a taxa de inadimplência no município alcançar valor igual ou superior a 15% (quinze por cento) e forem registradas 50 (cinquenta) ou mais operações em atraso da linha no município, ressalvadas as propostas que já estiverem em poder do banco e que poderão ser contratadas até o prazo de 30 (trinta) dias após a comunicação da suspensão. (BRASIL, 2007).

Dados da distribuição dos municípios suspensos no âmbito da Portaria nº 105 compilados por Nícia Moreira Santos nos dão a dimensão dessa realidade na Bahia. Observa-se que estes encontram-se em, praticamente, todos os territórios de identidade, indicando que a inadimplência ao PRONAF B é uma questão presente em todo a Bahia. Todavia, percebe-se uma grande concentração desses na porção Nordeste do estado, notadamente, nos territórios do Semiárido Nordeste II, Sisal, Piemonte Norte de Itapicuru, Sertão São Francisco e Bacia do Jacuípe. (SANTOS, 2009, p. 110).

Neste sentido, estudiosos apontaram que a alta da taxa de inadimplência ocorrida em vários municípios baianos ocorreu devido o discurso em torno do microcrédito, pois muitos dos que tiveram acesso ao crédito do PRONAF "B" acreditaram que o mesmo seria transferência de renda e não uma operação creditícia com juros. Outros apontaram a forte seca que atingiu o semiárido baiano no ano de 2008, dificultando a geração de renda e lucro com a produção.

Quando perguntado aos camponeses sobre se o acesso ao crédito do PRONAF seria uma possibilidade de garantir a permanência de sua família na terra, 75% dos entrevistados revelaram que ter o acesso ao crédito do PRONAF não significa garantia para que sua família permaneça na terra, pois as dificuldades são muitas, principalmente para pagar. Já 14% consideraram que o crédito do PRONAF trouxe melhorias para os assentados e possibilitaram manter sua família no lote. Outros 11% disseram que é importante ter acesso ao crédito, mas que precisa de mais liberdade no que aplicar o projeto.

Tal fato assevera a conformação do PRONAF como um instrumento de crédito, que sob as ações e subsídios do Estado, apresenta como consequência a subordinação da produção camponesa aos interesses e as determinações do capital, onde a prioridade é atender a lógica do

mercado, com a produção voltada para assegurar a compra de insumos agrícolas, sem necessariamente representar e se preocupar com a permanência do camponês no campo.

Dessa forma, o PRONAF com suas parcelas e prazos rígidos, desconhece as imprecisões só desfrutadas nas relações onde um sabe do outro. É, pois uma forma de crédito que não se adequa às necessidades do tomador do empréstimo, o tomador é que deve se adequar a ela. É uma forma de crédito que vem de cima para baixo, não se constitui a partir das relações de proximidades constitutivas do lugar. (TOLENTINO, 2013, p. 166).

Assim, o reflexo desse processo não remete somente a lógica da expansão do capital no campo, mas também a valorização do capital dinheiro emprestado, processo que se acentua em decorrência dos juros, inviabilizando que as famílias quitam sua dívida e por conseguinte acabam em inadimplência com os bancos.

Dessa maneira, o PRONAF se apresenta como uma tentativa ideológica de desconstrução da classe camponesa e vem como um mascaramento das questões que giram em torno da luta pela/na terra e apropriação camponesa. O resultado em campo mostra-nos a viabilização de formas ao inserir os camponeses na lógica da acumulação capitalista, desta vez sob a face do capital financeiro que se apresenta como um mecanismo fundamental de apropriação do mais-valor.

Vale ressaltar ainda que as iniciativas do agronegócio aliadas com a concessão de créditos através do PRONAF, apontam-se para a dependência do território camponês ao capital financeiro, destinado a uma produção voltada a atender aos anseios do mercado e das finanças garantido assim que os camponeses conseguem condições para quitar sua dívida junto ao banco.

Tem se assim o discurso da lógica do desenvolvimento rural, através do qual as políticas governamentais do Estado viabilizam a unidade produtiva camponesa aos canais das políticas de financiamento da produção, aos programas de crédito, ao criar as condições do monopólio territorial pelo capital financeiro em sua expansão pelo campo.

Tal análise se confirma na próxima seção, quando abordamos o papel do Estado e o fortalecimento do PRONAF, a partir dos incentivos creditícios no campo a exclusão da lógica de produção camponesa.

#### **4.5 O Estado capitalista e o fortalecimento do PRONAF: dos incentivos creditícios no campo a exclusão da lógica de produção camponesa**

De fato, ao capturar a autonomia da unidade de produção camponesa, o capital financeiro emerge-se como mecanismo consistente para o desenvolvimento dos processos de valorização do capital através da ação do Estado burguês e assim oferece uma política de controle por meio da concessão de créditos, principalmente pelo fortalecimento do PRONAF, como incentivo para a produção no campo.

É necessário destacar que reconhecemos o importante papel desenvolvido pelo PRONAF no campo brasileiro, ao possibilitar o acesso às primeiras políticas públicas direcionadas para a pequena produção familiar. Mas, compreendemos que essa possibilidade de acesso é fruto de uma estratégia neoliberal, uma vez que se apropria da própria luta camponesa, através da qual relaciona-se com a principal característica do processo de financeirização da produção agrícola: assegurar o monopólio territorial pelo “aprofundamento das relações de crédito na agricultura”. (DELGADO, 1985).

Neste sentido, a agricultura de pequena produção, especificamente dos assentamentos rurais da Reforma Agrária, quando por meio do crédito financiado (a exemplo do PRONAF) caracteriza-se por um processo político e ideológico via Estado, visando, por um lado, o crescimento e eficiência das atividades e sistemas produtivos ao monopolizar o território camponês e, por outro, o controle das relações sociais, subordinando assim a renda da terra e a renda em trabalho.

Não há dúvidas de que as políticas de crédito são direcionadas aos assentados como mecanismo de controle do setor produtivo, além de subjugar os camponeses às mais diversas aberturas de financiamentos, processamento e comercialização. E essa realidade tem se concretizado com a efetivação de programas de reforma agrária, a exemplo da criação de assentamentos, como acontece em Serra do Ramalho, por meio das relações não capitalistas inseridas na renda da terra dos camponeses.

Entender as estratégias reprodutivas adotadas pela mobilidade oculta do capital sob a face do aparelho estatal, significa analisar a atuação do Estado como uma espécie de mediador da acumulação, conforme analisa Paulino (2008). Isso revela que o capital com o respaldo do Estado tem se apropriado cada vez mais sobre o trabalho e a renda dos camponeses e dos trabalhadores. É por isso que mesmo estando envolvidos nos próprios movimentos sociais de luta pela terra, os camponeses são enfraquecidos quando passam a fazer parte dos programas

de reforma agrária de mercado, a exemplo os assentamentos rurais que compactuam da visão neoliberal do Banco Mundial, além do PRONAF.

Esse fato não muito difere da realidade estudada nos assentamentos rurais da Reforma Agrária em Serra do Ramalho, já que por meio do controle e da subordinação e sob mecanismos de novas relações de exploração e de acumulação, o Estado por meio do PRONAF consegue infiltrar na pequena unidade de produção familiar, subordinando-a e apropriando da renda gerada pela força de trabalho dos camponeses.

Todavia, o capital na tentativa de sair da crise estrutural que atravessa, se aprofunda nos mecanismos do capital financeiro, por meio do controle social ao tecer sua teia na submissão da pequena produção familiar, sob a lógica excludente. Assim, o campo é sujeitado através das políticas de desenvolvimento rural implementadas pelo poder estatal, como estratégia de manter a atuação do capital por meio da submissão do trabalho e da renda camponesa.

É sob essa estreita lógica do capital, que nossa análise recai sobre as estratégias de dominação capitalista ao analisar, criticamente, os resultados dessas políticas governamentais e como os programas de créditos vão revelando o mascaramento da questão agrária no Brasil, da desigualdade social e da miserabilidade. Pode-se afirmar que a ampliação das políticas agrícolas direcionadas pela liberação de créditos aos camponeses têm mantido o Estado consolidado cada vez mais na relação entre capital e trabalho, sempre de forma prioritária e excludente.

Para tanto, faz-se necessário concordar com Meszáros (2003) quando nos seus escritos avigora a ideia de que o Estado é o agente fundamental neste processo, pois não se ausenta mediante as novas estratégias de mercado. Assim, esse sistema metabólico de controle é o capital, visto por sua natureza incontrolável, revela-se como um instrumento do domínio de classe através do discurso de que é necessário inserir os excluídos no mesmo processo que os exclui.

Essas questões se revelam cada mais perversas por meio de processos que vão desde o endividamento, redução da matriz produtiva, especulação da terra, monopolização da terra, pacotes tecnológicos e de agrotóxicos, apropriação da renda camponesa, o controle de todo o ciclo da produção, comercialização e até o consumo. É assim que a produção camponesa vai se sujeitando aos imperativos da acumulação capitalista e se assegurando com as chamadas políticas compensatórias.

A lógica dessas ações sobre a intervenção do Estado via as políticas públicas vão buscar na financeirização da economia, o resultado de uma atuação do capital financeiro que se

configura no sistema de crédito rural, no qual ao mesmo tempo que garante a reprodução ampliada do capital, assegura por outro lado, as condições favoráveis para a circulação desse capital financeiro no campo, incorporada em distintos processos de subordinação da produção.

É também nesse contexto das personificações do capital através das políticas públicas de crédito, forjadas no discurso ideológico do Estado a partir da criação das condições de ‘desenvolvimento rural’, que a reflexão realizada acerca das contradições se faz necessário. Para tanto, considera-se a leitura das possibilidades de recriação e reprodução da camponesa frente aos imperativos e os mecanismos do capital. Assim, este processo baseado nas relações indissociáveis entre a terra e o trabalho, será melhor analisado na próxima seção.

## **5. AS SUBVERSÕES DOS CAMPONESES NO PROCESSO DE MONOPÓLIO E DEPENDÊNCIA DO TERRITÓRIO AO CAPITAL FINANCEIRO**

As contradições apresentadas revelaram o campo analítico de investigação de como a ordem sociometabólica do capital tem afetado o modo de vida dos camponeses nos assentamentos rurais de reforma agrária em Serra do Ramalho. Frente ao processo de subordinação do trabalho e da renda em um sistema produtivo cada vez mais excludente, os camponeses buscam alternativas que lhes permitem a criação e a sua recriação como forma de garantir seu sustento e resistência, contra todo processo de monopolização do território pelo capital e ao resistir às condições de toda sua negação/destruição enquanto classe social.

Observa-se que no processo de monopolização do capital, há não só a expropriação dos meios de produção das famílias camponesas, mas também formas de sujeição do capital ao trabalho e a sujeição da renda da terra ao capital. É assim detidamente que esse processo ocorre nos assentamentos rurais da Reforma Agrária de Serra do Ramalho, uma realidade explicada pela reprodução capitalista no campo, que pode ser analisada pela inferência do capital financeiro, quando por meio de concessões de crédito, a exemplo do PRONAF e, ou ainda o capital industrial e comercial, por meio dos baixos preços pagos aos produtos da produção camponesa.

Evidenciou-se nas reflexões apontadas anteriormente que com a expansão do capitalismo no campo, cada vez mais os camponeses são subordinados a sujeição da renda da terra e em suma, enfrenta uma batalha árdua e constante contra todos os meios de expropriação. Por outro lado, a produção capitalista confere a todos os meios de produção, aos produtos obtidos como valor de troca e com proveitos sobre as formas de uso da terra trabalho dos camponeses.

Assim, entender essas diferentes formas de uso da terra no espaço agrário de Serra do Ramalho é uma leitura fundamental para compreender como se dão as relações dos camponeses nos processos de luta e permanência na terra de trabalho. Desse modo, neste capítulo é preciso reconhecer a luta diária e histórica dos camponeses, que no interior do desenvolvimento desigual do capitalismo buscam alternativas para romper com a sujeição da renda da terra ao capital e manter a sua resistência à proletarização frente às contradições desse processo.

A trajetória social dos camponeses nos assentamentos rurais de Serra do Ramalho, em linhas gerais, aproxima-se da trajetória de luta de milhares de camponeses no Brasil. Somam-se a eles, os posseiros, os grileiros, colonos, os deslocados compulsoriamente que foram

violentamente expropriados com construção da Barragem de Sobradinho, marcado pela diversidade do universo camponês em uma mesma região. Neste sentido, consideramos tais lutas como possibilidade de se recriar e resistir como produção de um modo de vida.

As condições de infraestrutura nos assentamentos pesquisados são as que refletem mais diretamente a relação específica entre o Estado e os assentados. Ao criar o assentamento, o Estado viabilizou o crédito habitação para a maioria dos assentados a fim de substituir as residências antigas de taipas, cobertas de telhas, especificamente no PAE-SF. No entanto, em campo constatamos ainda a precariedade em algumas moradias, principalmente aquelas com pequenos cômodos e com banheiros localizados na área externa.

Figura 15:Residência antiga no PAE-SF



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.  
Organização: SILVA, Maria Iêda da.2019

Figura 16: Residências construídas com o crédito habitação no PAE-SF



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.  
Organização: SILVA, Maria Iêda da.2019

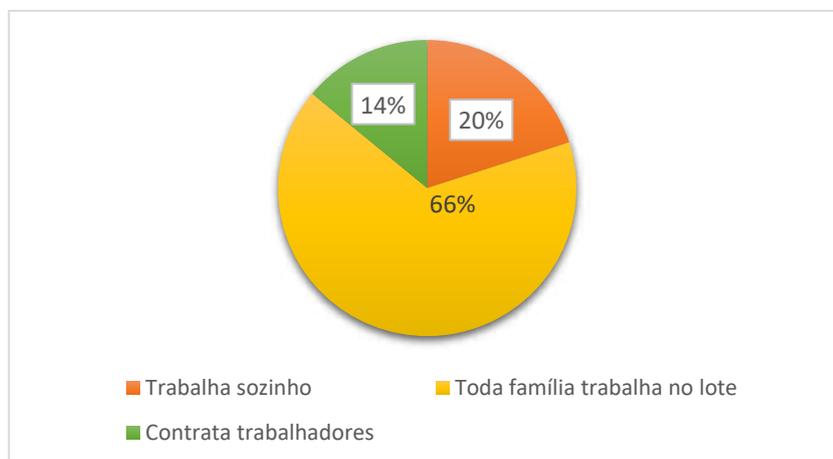
Compreende-se que as relações de trabalho no campo são determinações históricas e são formas e meios de resistência dos camponeses que encontram no trabalho, sua construção

social e sua sobrevivência e não a acumulação/reprodução do capital. Neste sentido, observamos que para além dos mecanismos de apropriação da renda camponesa, existe o real significado da produção camponesa se organizar como a família, o trabalho e o recriar-se na luta pela permanência na terra.

Os dados abaixo mostram o uso de força de trabalho familiar em 66% nos assentamentos (ver Gráfico 7). Entretanto, vale destacar que esse percentual corresponde em maior parte a realidade das famílias camponesas do assentamento PAE-SF, visto que se registra venda maior da força de trabalho entre os camponeses do assentamento CSB.

Observa-se, ainda, que a contratação de força de trabalho realizada nos assentamentos pesquisados, apesar de corresponder apenas 14%, representa a predominância de contratos temporários efetuados pelos camponeses em situações periódicas do ciclo produtivo, como o preparo do solo e colheita. Ressalta-se que o contrato de trabalhadores nos assentamentos da reforma agrária incorre como decorrência da mobilidade do trabalho provocada pela sujeição da renda da terra e tem como objetivo garantir a reprodução social das famílias e não para acumular capital.

Gráfico 7: Força de trabalho nos assentamentos pesquisados



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.  
Organização: SILVA, Maria Iêda da. 2019

Desse modo, em pesquisa, realizada no assentamento PAE-SF, constatou-se que 56% das famílias entrevistadas ainda vivem, exclusivamente, da renda camponesa, desenvolvendo em sua maioria, atividades agrícolas e pesca, como pode-se observar no gráfico 8.

Gráfico 8: Distribuição da renda das famílias camponesas- PAE-SF



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.  
Organização: SILVA, Maria Iêda da.

Os 36% dos entrevistados recai sob a forma combinada entre as atividades agrícolas no lote da família, através também da venda da força de trabalho em outras propriedades rurais particulares, assim como nas obras de construção da Ferrovia de Integração Oeste Leste-FIOL e no Projeto Formoso (comunidades próximas). Há ainda o percentual de 8% correspondente aos rendimentos obtidos daquelas famílias que vivem exclusivamente de outras atividades que não agrícolas como professor, agente de saúde e aposentados.

Neste sentido, constata-se que as famílias camponesas entendem a importância de se manter no campo e lutam para romper com a subordinação do capital e a expropriação dos seus meios de produção, sobretudo ao buscar de estratégias que possibilite retirar da terra seu sustento e a sobrevivência nas atividades agrícolas, como condição de existência e de vida através do trabalho familiar. Dessa forma:

O campesinato possui uma organização da produção baseada no trabalho familiar e no uso como valor. O reconhecimento de sua especificidade não implica a negação da diversidade de formas de subordinação às quais pode apresentar-se submetido, nem da multiplicidade de estratégias por ele adotadas diante de diferentes situações. (MARQUES, 2008b, p. 59).

É através de luta e pertencimento ao lugar social que muitos camponeses se organizam e produzem suas estratégias de resistência ao enfrentamento do poderio das relações capitalistas e buscam alcançar a identidade camponesa e principalmente se recriar entre a terra e o trabalho

neste espaço, mesmo estando sobre a dependência do capital financeiro. É o que enfatiza Martins:

A palavra camponês não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade; por isso, não é apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico. (MARTINS, 1983, p. 21)

É neste sentido que a identidade e autonomia camponesa possibilita a sua reprodução social ao garantir um conjunto de valores sobre as condições materiais e simbólicas de vida familiar. Assim, “a reprodução social da unidade de produção camponesa não é movida pelo lucro, mas pela possibilidade crescente da melhoria das condições de vida e de trabalho da família” (CARVALHO, 2005, p. 170).

A luta pela terra nos assentamentos agrários em Serra do Ramalho, como já apresentado é uma parte de forte resistência/afirmação que se insere desde muito antes da criação do PEC-SR nos anos 1970. Dezenas de famílias já viviam na área de desapropriação e muitas delas fizeram frente à colonização da área pelo INCRA. Assim, muitos posseiros mantiveram firmes na fase inicial de instalação do Projeto, como é o caso da família do entrevistado abaixo:

A gente morava em um povoado de Sitio do Mato. Lá em 1957, meu pai resolveu com um tio ir tentar a vida de posseiro em Serra. Ele contava que assim que chegou foi logo ocupando e cercando um pedaço de terra próximo ao rio. Dizia que não faltava terra e água para o povo. Logo meu pai e meu tio construíram a casa a margem de um pequeno córrego que existia na época e fomos morar com a família toda. Eu e meus 4 irmãos crescemos lá em meio ao rio. Quando soube que a área ia ser desapropriada e virar reserva, meu pai manteve o pé e fez frente a não sair dali. Foi muito difícil pra gente, pois também sofremos com os fazendeiros que vinham de Minas Gerais e queriam nossas terras. Me lembro de alguns conhecidos que foram para as agrovilas e com 1 ou 2 anos retornaram para o assentamento. Meu pai era muito engajado e tudo que queria ele conseguia, vivia cobrando do INCRA o reconhecimento da área, cansei de ir a Lapa para participar de reuniões com o meu pai. Aqui hoje estão meus 3 irmãos, todos com sua família e seu lote, eu resolvi sair do PAE-SF em 2006, quando fui tentar a vida em São Paulo, mas sempre quando tenho férias, venho visitar meu lugar, ou melhor pro meu lugar. (Entrevistado 36, PAE-SF, 2018).

Verifica-se que a resistência de posseiros frente ao Projeto de Colonização, possibilitou que esses camponeses se reunissem na busca por estratégias de luta pela/na terra, como forma de emancipação social, a fim de garantir a reprodução de suas famílias. Fato como este, revela

o sofrimento que várias famílias passaram, as profundas transformações em sua produção social e em seu modo de vida, evidenciando à reprodução/sujeição do camponês ao capital e ainda a mobilidade do trabalho.

Sabe-se que o modo de vida do camponês é organizado a partir das suas necessidades de sua autonomia e liberdade sobre o processo de produção, circulação, compra e venda da mercadoria, que lhe confere primeiramente a condição para a reprodução social de sua família. Ao analisar estas relações nos assentamentos, quando indagados sobre os motivos que levou a produzir determinado cultivo, os camponeses acolhem o significado da importância dos saberes dos seus familiares, os quais foram deixados como tradição familiar sobre diversos cultivos de subsistência, principalmente o feijão, milho e mandioca.

Quando chegava à época das chuvas, eu e minhas três irmãs iam pra roça com nosso pai e nossa mãe. A gente ia cedo para o lote e só voltava a tardezinha. Meu pai era muito apegado à terra, ele tinha um saber sobre o feijão, se ele falava que o ano era bom, podia apostar que o feijão ia dar bonito e a gente ia até comercializar as sacas na feira da Lapa. A gente ia nos caminhões e nas caminhonetes para a feira. Hoje sou funcionária pública, mas ainda exerço atividade agrícola no lote, meu esposo é quem cuida com os meninos. Foi uma tradição sim e o amor pela terra que meu pai tinha apesar das dificuldades e do sofrimento me fez perceber que a vida aqui vale muito. (Entrevistada 37, 2018, CSB).

A memória oral da entrevistada revela uma história de vida marcada pelo envolvimento da família nas plantações e na comercialização dessa produção, sempre feita com acompanhamento de quem era necessário desenvolver relações sociais com a terra e assim manter seu sustento ou mesmo vender o excedente na feira livre ou no mercado próximo. Essa é a possibilidade de trabalhar na terra com a força de trabalho de sua família.

Durante as entrevistas semiestruturadas realizadas nos assentamentos, verificou-se a constituição de famílias aglomeradas no mesmo lote e casa, com a presença de genros e outros parentes. Tal sociabilidade ficou clara na fala do entrevistado abaixo:

A minha família hoje está grande. Antes era eu, minha mulher e minhas duas filhas. Já tem 2 anos que uma das filhas casou e continuou morando aqui com a gente. Estamos aguardando a situação do Incra em regularizar nossa área, para que ela tenha um pedaço de terra e possa construir sua casa. A minha filha precisa ter o lote dela, ainda mais agora que tem um filho. Nada melhor do que ter a terra da gente. O bom disso tudo é que a gente está sempre com a família unida e além do mais meu genro é um bom trabalhador, me ajuda em tudo que puder. Lá na roça e aqui com as cabras e as vacas. (Entrevistado 38, PAE-SF, 2018).

A fala do camponês revela as dificuldades das famílias recém-formadas em não conseguir se estabelecer em um novo lote e mostra-nos a ampliação de relações de trabalho com a sociabilidade desenvolvida pela chegada dos genros na casa da família da esposa, possibilitando assim o uso da mão-de-obra familiar na colaboração das atividades no interior dos lotes.

Pela observação de campo, notou-se que mesmo estando diante dos imperativos da irracionalidade do capital e sob as determinações do PRONAF, os camponeses ainda assim voltam-se para produção de culturas de subsistência, a exemplo: feijão, milho, mandioca, abóbora moranga, plantas frutíferas como: manga, abacate, banana, laranja, além da criação de galinhas, cabras e porcos nos quintais das casas. Mesmo com um tamanho de lote considerado pequeno, muitos camponeses aproveitam o pequeno espaço no lote para a rotação de culturas ou desenvolver ali o cultivo consorciado, ou seja agrupar naquele pedaço de terra, alguns tipos de culturas compatíveis com o solo, fato que pode ser observando na figura 17 e 18.

Figura 17:Camponês no cultivo consorciado de milho e mandioca no PAE-SF



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.  
Organização: SILVA. Maria Iêda da.2019

Figura 18: Cultivo consorciado de feijão e abóbora no CSB



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.  
Organização: SILVA. Maria Iêda da.2019.

Dessa forma, entende-se que a vida dos camponeses não é organizada apenas pelas necessidades do mercado, mas sim pelo conhecimento passado através de uma tradição familiar ao acesso à terra, sementes e aos saberes, fazendo com que o camponês encontre na sua produção, as estratégias de reprodução social, cultural e econômica. E foi assim que encontramos algumas produções direcionadas para a autonomia camponesa nos assentamentos pesquisados.

Entre a água e a terra, a lama e a seca, os camponeses do PAE-SF vão se constituindo em meio as atividades agrícolas, pesca e extrativismo vegetal. Nas andanças pelo assentamento é perceptível a produção de alimentos nos quintais de casa, nos roçados, na beira do rio e nas roças da “Ilha”<sup>13</sup>. A exemplo, tem-se a experiência de um camponês da comunidade de Pambu, uma das comunidades mais próximas as roças da “Ilha”, com uma distância de 350 metros da área de sequeiro.

Quando baixa o rio, nós daqui vamos todos para a ilha. A gente vai plantar cebola, coentro, feijão, milho, reunimos os vizinhos, a criançada e as mulheres também vão. Lá a gente já tem pés de frutas, como manga, laranja e abacate. A gente fica entre essas idas e vindas uns 4 ou 5 meses. Vamos sempre de canoas e voltamos no final do dia. As mulheres e as crianças voltam mais cedo, pois os meninos têm escola. A gente cultiva numa alegria só. Se deixar, dormimos até por lá nos ranchos. (Entrevistado 39, PAE-SF, 2018).

---

<sup>13</sup> Expressão usada pelos camponeses locais que têm faixas de terras sobre o rio São Francisco e lá desenvolvem alguns tipos de cultivos, principalmente, as hortaliças. Quando o rio enche, eles ficam impossibilitados de se locomoverem para as “ilhas”.

A fala do camponês revela a dinâmica existente dentro do assentamento e comprova o que cerca de 48% dos entrevistados afirmaram ao realizar algum tipo de atividade em parceria ou outra cultura coletiva nos assentamentos. Atualmente, das 11 comunidades que compõem o PAE-SF, 6 delas desenvolvem alguma atividade de produção/trabalho coletivo mesmo sem contar com o acompanhamento de cooperativas. Neste sentido, é preciso considerar que essas atividades organizativas e coletivas realizadas pelos camponeses são assinaladas por um viés ideológico e político de classe, que não se limita aos processos de monopolização da terra pelo capital.

Em pesquisa, foi possível conhecer uma produção coletiva que abraça aproximadamente 30 mulheres da comunidade Barra da Empoeira, pertencente ao PAE-SF, onde desenvolvem principalmente o plantio de hortaliças e outras atividades associativas como produção de farinha, rapaduras, bolos doces e salgados (foto 19).

Eu e as companheiras aqui da comunidade de fechadinha e Barra da Empoeira plantamos as hortaliças em parceira. Plantamos cebolinha, coentro, beterraba, couve, alface. Aqui a gente conta com um regador para molhar todos os dias pela manhã e no finalzinho da tarde. É um trabalho que fazemos com gosto e com muito zelo pelo que a terra faz pela gente. Pois é dela que retiramos no nosso sustento. (Entrevistada 40, camponesa da associação das mulheres campesinas de Serra do Ramalho, 2018).

Figura 19: Cultivos de hortaliças na unidade de produção familiar camponesa



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Organização: SILVA, Maria Iêda da.2019

Esta produção além de ser destinada para o sustento da família, é ainda em parte repassada ao IFBAIANO como parte de um projeto agroecológico e também ao PAA. Além de realizar a entrega em comércios locais, as mulheres campesinas vão comercializar o excedente

na feira livre de Bom Jesus da Lapa, devido à proximidade da comunidade com o município em questão. Outro exemplo da pequena produção familiar camponesa, refere-se a fabricação de bolos e doces caseiros pela Associação de Mulheres Campesinas de Serra do Ramalho, através da qual, as mulheres se encontram semanalmente para preparar e ainda embalar os bolos e doces. (Foto 20).

É o que mais gosto de fazer. A gente faz bolos de trigo, milho e de tapiocas doces e salgados. Aqui a gente faz bolos adoçados com rapadura também. É uma delícia. Fazemos para alimentar nossas famílias, afinal quem não gosta de um bolo caseiro, para tomar com um cafezinho quente? No final do dia, depois de tudo pronto, vamos dividir a produção. Cada uma leva um pouco pra sua casa. A gente também da associação das mulheres, entregamos nos mercadinhos, padarias e vendemos na feira livre. O bom daqui é que a gente compartilha os ingredientes, é uma companheira que traz a farinha, outra, o milho, mais uma que chega com os ovos e a tapioca, e assim vamos levando. (Entrevistada 41, associação das mulheres campesinas, PAE-SF, 2018).

Figura 20: Produção caseira de bolos e doces pelas mulheres campesinas



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.  
Organização: SILVA, Maria Iêda da.2019

Este exemplo de modo de vida, expressa o que Oliveira analisa quando diz “na pequena propriedade camponesa uma parte da produção agrícola entra primeiro e fundamentalmente no consumo do produtor, do camponês, como meio de subsistência imediato, e a outra parte, o excedente, é comercializado sob a forma de mercadoria” (OLIVEIRA, 1997, p. 51).

É preciso considerar que a produção coletiva se realiza por grupos que se caracterizam pelas atividades de ajuda mútua e cooperadas entre os camponeses. Outro exemplo remete um grupo de associados na comunidade de Palmas/Passos que se organizam de modo comunitário e com muita autonomia através da produção da farinha de mandioca, como pode ser observado na fala da camponesa:

Na produção da farinha é todo mundo da comunidade, é um mutirão de gente. Mas quem planta a mandioca é a família que traz para cá só pra gente reunir na raspagem e na torradeira da farinha. Enquanto os homens estão torrando a farinha, nós ficamos na lavagem da tapioca e da puba. A maior parte da farinha fica com a família que produziu e uma saca ou duas é doada para a associação. Essa parte é comercializada nas feiras e o dinheiro é investido em melhorias para manter a associação na comunidade. Todos aqui colaboram. Gosto de sempre vim ajudar, me distrai aqui nas conversas com as mulheres. (Entrevistada 42, PAE-SF, 2018).

Nesse caso, é possível observar que as relações de trabalho no cultivo da mandioca e o uso da terra ocorreu através de força de trabalho familiar, enquanto a produção da farinha e tapioca foi desenvolvida pela sociabilidade camponesa entre mulheres e homens da associação local (foto 21).

Figura 21 :Mulheres camponesas realizando a raspagem da mandioca



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.  
Organização: SILVA, Maria Iêda da.2019

Verificou-se ainda que a comercialização da produção de farinha é feita diretamente nas feiras livres sem a presença da figura do atravessador. Acerca dessa solidariedade existente na relação de produção camponesa, Oliveira afirma que:

*A ajuda mútua* entre os camponeses - é a pratica que eles empregam para suprir, em determinados momentos, a força de trabalho familiar; entre essas práticas está o mutirão ou a troca pura e simples de dias de trabalho entre eles; esse processo aparece em função de os camponeses não disporem de rendimentos monetários necessários para pagar trabalhadores assalariados. (OLIVEIRA, 2007, p.41).

Dessa forma, a ajuda mútua entre os camponeses tem gerado parceria e possibilitado ainda a geração de renda, visto que as ações coletivas quando por meio do mutirão diminuem

os gastos com a produção final da farinha. Ou seja, as relações de produção construídas pelo pacto entre os associados da comunidade vão dando suporte para a continuidade da unidade camponesa em busca de sua autonomia ao restringir a ação da lógica sociometabólica do capital.

Figura 22: Mandioca pronta para passar pelo processo de transformação



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.  
Organização: SILVA, Maria Iêda da. 2019.

Cabe ainda ressaltar a importância das Associações do Projeto Agroextrativista São Francisco – CAPAESF, presente em todas as comunidades do PAE-SF. Cada associação é fruto das formas como os assentados estão se organizando coletivamente e tem como objetivo buscar melhorias para o assentamento, principalmente na aquisição de maquinários, projetos, sementes, a fim de possibilitar o uso coletivo no qual todos possam ter acesso ao mínimo de condições para desenvolver suas atividades agropecuárias. Para o presidente da Colônia dos Pescadores,

Reunimos um grupo e vamos sempre em busca de uma pescaria. A gente tem uma associação que incentiva muito a aproveitar o período da pesca artesanal. Já conseguimos adquirir barcos que são usados em conjunto para realizar a atividade. O pescado aqui é bom, nós pegamos para alimentar e vendemos também para os restaurantes locais e para o mercado de Bom Jesus da Lapa. Mas quando vem a cheia a gente para e começa receber o auxílio do seguro-defeso (Entrevistado 43, PAE-SF, 2018).

Mesmo diante da apropriação do capital em meios aos seus territórios de uso e de reprodução social das famílias, os camponeses permanecem em suas terras de trabalho e de luta. Assim, se manifestam empenhados na afirmação/resistência não apenas para garantir sua reprodução social, mas também na conquista da autonomia camponesa ao se reproduzir enquanto classe social. (foto 23).

Figura 23: Pescador às margens do Rio São Francisco-PAE-SF



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.  
Organização: SILVA, Maria Iêda da.2019

É preciso reconhecer alguns fatores que afetam a vida campesina nos assentamentos rurais de Serra do Ramalho. As condições do clima e a falta de chuvas têm provocado alterações na produtividade das atividades econômicas em ambos os assentamentos. Já a condição da proximidade do rio, solo fértil, possibilita uma maior disposição na produção de culturas anuais, como feijão, milho, etc. no PAE-SF. O assentamento CSB por apresentar terras com pouca fertilidade e falta de água, dificulta que as famílias assentadas desenvolvam alguns tipos de culturas, ficando responsável pela pecuária, como a atividade econômica de maior importância.

Observou-se em campo a necessidade dos camponeses em sanar o problema da falta de água e as dificuldades que se estabeleceram ao aderir o PRONAF. Quando indagado sobre as suas relações de trabalho com a terra, o entrevistado destacou:

Se a gente tivesse ajuda do poder público, o problema da água era sanado. Eu vejo ali no Projeto Formoso o desperdício de água que é. E ali nunca falta água. Desde quando estou aqui, não vejo melhorias pra gente que vive da roça, do plantio. A terra é boa, mas falta água, falta dinheiro. E não tem outro jeito a não ser sair para trabalhar abrindo buracos nas plantações do Projeto Formoso. A falta de chuva atrapalha a vida da gente, que tenta até criar umas cabeças de gado, a gente pega o PRONAF para ajudar, para plantar o sorgo, o milho e dar um leite para vender ou fazer queijos. Eu já peguei um projeto de 9 mil reais, aconteceu que vendi meu gado, pois tinha muitas cabeças morrendo na região de uma doença, fiquei com medo de morrer e ficar sem poder pagar as parcelas. (Entrevistado 44, CSB, 2018).

Observa-se nas palavras do entrevistado a desesperança no poder público e o detalhamento dos prejuízos ocasionados pelo financiamento da produção agrícola através do PRONAF, que resultou no endividamento de muitos camponeses. As considerações do Sr. Lourival em relação ao PRONAF revelam ainda o histórico de luta desses camponeses em um território marcado por problemas sérios da falta de água em uma realidade totalmente diferenciada da que se encontra-se bem próximo dali, a existência do desperdício de água no Projeto Formoso (Ver foto 24 e 25). Tal situação confirma que o acesso à terra e à água continuam sendo instrumentos de dominação e controle do grande capital, via política de irrigação, voltada para a produção de *commodities*, no agronegócio.

Figura 24: Abundância de água no Projeto Formoso



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.  
Organização: SILVA, Maria Iêda da. 2019.

Figura 25 : Acesso precário ao uso da água nos assentamentos



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.  
Organização: SILVA, Maria Iêda da. 2019.

Fundamentalmente, a presença das relações capitalistas evidenciou-se os processos de monopolização e territorialização estabelecidos nos territórios camponeses. A subordinação da

produção camponesa frente a modernização e industrialização da agricultura também trouxe alterações na forma de produzir dos camponeses, inclusive através da inserção dos pacotes técnicos com a produção de *commodities* agrícolas, assim como a subalternidade dos camponeses ao desenvolvimento da pecuária.

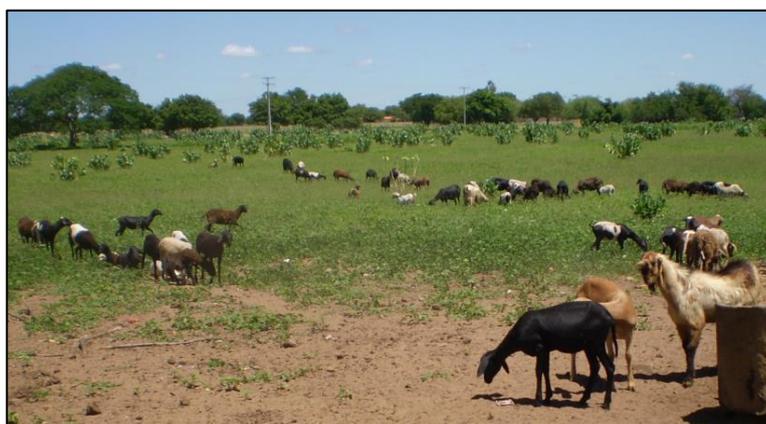
Apesar de todos esses imperativos do capital, as relações dos camponeses em Serra do Ramalho continuam a constituir-se em mais uma estratégia de resistência. Mesmo estando sob a monopolização do território pelo capital financeiro, o campesinato possui suas características particulares e vínculos indissociáveis no que se refere às relações de trabalho e na renda da terra nos dois assentamentos em questão. São famílias que conseguem ainda realizar suas atividades como relações sociais, através de cultivo de uma horta comunitária, da criação de aves, da limpeza do roçado e da colheita realizada em família. (Ver foto 26 e 27).

Figura 26 :Pequena produção de feijão no CSB.



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.  
Organização: SILVA, Maria Iêda da. 2019.

Figura 27: Criação de ovinos soltos no PAE-SF



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.  
Organização: SILVA, Maria Iêda da. 2019.

A produção camponesa nos assentamentos rurais se realiza também sobre as relações de troca e de parceria agregando assim valores culturais, que vão de encontro com a fala da camponesa.

Aqui a gente sempre cuida um dos outros. Se um vizinho ou um amigo está com dificuldades, a gente ajuda. Quando a gente cultiva muita abóbora e não damos conta de vender, a gente negocia mais em conta e também trocamos com os vizinhos. É por um mamão, um quilo de farinha ou ainda só pela amizade mesmo. Aqui meu marido gosta muito de dar feijão verde para os vizinhos. Pois daqui a gente não vai levar nada e a terra está aí pra isso, para produzir e dar comida a quem não tem. (Entrevistada 45, CSB, 2018).

A fala da camponesa revela as características sociais nas comunidades que adotam como tradição cultural as relações de troca e a reciprocidade dentro do modo de vida camponês. Tal realidade, pode ser corroborada pela análise de Bombardi (2004, p.218) quando afirma que “a vida familiar no sítio é, por outro lado, marcada por um contato estreito entre seus membros: a generosidade e a troca de favores de todo o tipo entre todos do sítio é muito frequente”.

São essas relações de generosidade que vão caracterizando os vínculos das famílias camponesas nos assentamentos rurais. É preciso entender a reprodução camponesa como uma relação não-capitalista, que frente ao processo das contradições do capital se faz presente os processos sociais dos camponeses que vão de encontro com a sua cultura de luta e resistência contra o movimento de ofensiva do capital.

Enquanto o campo brasileiro tiver a marca da extrema desigualdade social e a figura do latifúndio se mantiver no centro do poder político e econômico – esteja ele associado ou não ao capital industrial e financeiro -, o campesinato permanece como conceito-chave para decifrar os processos sociais que ocorrem neste espaço e suas contradições. (MARQUES, 2008b, p. 58).

Desta forma, são nesses processos sociais que serão decifrados existência e permanência do campesinato ao se organizar, produzir e diversificar o seu processo de recriação. “Ou seja, os camponeses interferem, resistem, criam estratégias para escapar das necessidades do capital que tem na sujeição da renda da terra o seu filão de produção de capital” (ALMEIDA, 2003, p. 21).

## **5.1 Os processos de luta e resistência na terra camponesa frente aos imperativos do capital**

Na luta pela permanência na terra de trabalho, as famílias camponesas dos assentamentos pesquisados ainda não possuem títulos definitivos. Desde a criação dos assentamentos, essa realidade é preocupante entre os assentados que esperam até hoje a solução para a regularização de suas áreas. Os assentados do CBS possuem o Contrato de Concessão de Uso (CCU), instrumento que transfere o imóvel rural ao assentado em caráter provisório, e os ribeirinhos, por estarem em uma área de preservação permanente têm o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU).

Em visitas ao PAE-SF, foi perceptível a presença de ocupantes irregulares na área, além de famílias aglomeradas em um lote a espera de um pedaço de terra para se reproduzir. (foto 28). Em depoimento, a fala do técnico agrícola do INCRA salienta sobre a presença dos ocupantes irregulares no PAE-SF;

Durante as visitas técnicas realizadas pelo INCRA no PAE-SF nos últimos anos, tivemos informações que há muitos lotes sem atividade e sem famílias em torno das 11 comunidades que compõem o assentamento. Essas famílias abandonam o lote e não comunicam o órgão, o que tem dificultado nosso trabalho. Existem situações de empresários e servidores públicos de Serra do Ramalho que vão para o PAE-SF nos finais de semana ocupar as áreas na beira do rio, construindo casas irregulares e desenvolvendo a pesca, sem a anuência do INCRA. Enquanto que no CSB, já recebemos algumas denúncias de venda de lotes para terceiros. (Entrevistado 46, Técnico do INCRA, Bom Jesus da Lapa, 2018).

A fala do entrevistado revela-se a situação negligenciada acerca dos assentamentos em relação a regularização fundiária, fato que tem impossibilitado as comunidades camponesas e tradicionais que ali vivem, o direito a receber titulação dos lotes.

Assim, reconhece a situação fundiária dos assentamentos pesquisados como uma condição crítica que tem sido agravada em virtude do interesse do capital ao apropriar da renda da terra e extrair mais-valor. Situação também que pode ser explicada pela manutenção de programas de reforma agrária de mercado. Neste sentido, o uso dessas terras, estão sobretudo marcados pela presença de ocupantes irregulares, empresas que passaram a extrair areia em área de preservação permanente no PAE-SF, assim como a crescente concentração fundiária

ocorrida no CSB, devido ao uso da pecuária. Acrescenta-se ainda a pesca ilegal realizada nas margens do PAE-SF, realizadas por ocupantes irregulares, na maioria das vezes.

Figura 28: Ocupações irregulares em área de reserva legal no PAE-SF



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.  
Organização: SILVA, Maria Iêda da. 2019

Figura 29: Extração de areia lavada às margens do PAE-SF.



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.  
Organização: SILVA, Maria Iêda da. 2019

Figura 30: Pesca ilegal realizada por ocupantes irregulares no PAE-SF.



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.  
Organização: SILVA, Maria Iêda da. 2019

Além da luta pela regularização fundiária, muitos camponeses resistem e tem ocasionado lutas para que não sofram mais um processo de expropriação. Tal preocupação se revela pelo medo de perder suas terras com a construção da Ferrovia da Integração Oeste-Leste (FIOL). De acordo com os dados do INCRA<sup>14</sup>(2013), os trilhos passarão em 120 lotes dos assentamentos CSB e na área coletiva do Extrativista São Francisco (que ficam no município de Serra do Ramalho) e em quatro lotes da área Curral das Varges, em Bom Jesus da Lapa. A fala do camponês abaixo revela a angústia que tem passado.

Estou com muito medo de perder meu lote. Além do lote, essa linha de ferro vai passar dentro da casa que meu filho mora com minha nora. Ele acabou de construir e agora a gente fica preocupado, pois o medo de perder tudo isso é grande. A gente pega amor pelo lugar da gente e tudo que eu quero é ter direito de ficar aqui até quando Deus permitir. Mas enquanto eu estiver com saúde, eu vou lutar para que isso aqui eles não levam não. (Entrevistado 47, CSB, 2018).

A fala do camponês explicita a presença da hegemonia neoliberal, representada pela financeirização do capital relacionada à propriedade da terra, sob os grandes investimentos das empresas mineradoras. Mas, para além do discurso sociometabólico do capital, estão os camponeses que entram na luta pela terra, assim como seu Odair. A identidade de classe com seu local de pertencimento, o faz perpassar toda esse medo e angústia que acomete sobre seu lote e mesmo assim resistir a situação com muita vitalidade e vontade de superar tudo isso.

---

<sup>14</sup> <http://www.incra.gov.br/incra-ba-e-valec-discutem-aco-es-em-assentamentos-por-onde-passara-ferrovia-fiol-oeste-leste>

Reconhece-se que a negação do acesso à terra não viabilizado pela inserção das políticas públicas responde também aos mecanismos das ações do PRONAF na realidade estudada, que por sua vez coloca em cheque uma política cada vez mais voltada para o mascaramento da reforma agrária, ao possibilitar a concessão de crédito nesses assentamentos. Tal situação evidencia o discurso assentado nas representações hegemônicas do Estado sob a ofensiva neoliberal, que, por sua vez, se utiliza das políticas públicas para se apresentar nas determinações do capital.

Portanto, faz-se necessário entender as contradições que são reveladas na prática do PRONAF. Assim, na nossa compreensão, esse entendimento precisa ser feito e evidenciado a partir das subversões dos camponeses frente a esse programa e o seu processo de recriação.

Ainda que se apresentem em suas singularidades sociais, culturais e econômicas, os camponeses dos assentamentos rurais da reforma agrária em Serra do Ramalho viveram e ainda vivem inseridos na produção voltada para a reprodução social de sua família e assim se autodenominam como pequenas famílias. São sujeitos sociais que adquiriram a posse da terra, em geral por lutas e reivindicações coletivas e mantiveram os laços de parentesco e vizinhança que lhes permitem permanecer na terra pela busca por direitos e melhorias no seu modo de vida.

Reconhece-se ainda que essa resistência dos camponeses de Serra do Ramalho foi construída historicamente por sujeitos sociais que resistiram e resistem ao processo das contradições capitalistas e têm se recriado mediante a luta contra o capital e contra todas as formas de apropriação que o cerca. Essa realidade pode ser corroborada a partir do que Bombardi (2004) afirma:

[...] a história do campesinato brasileiro é marcada pela sempre presente tentativa de bloqueio de seu livre acesso à terra. [...] nosso campesinato, então, formou-se por posseiros distantes, no tempo e no espaço, da nova legislação – por moradores de condição, por ex-colonos que conseguiram adquirir terras e aqueles que lutaram para nela ficar. (BOMBARDI, 2004, p. 63).

Dessa forma, compreende-se o campesinato como uma classe social que resistiu e que tem resistido as amarras da ofensiva do capital e busca construir sua estratégia de sobrevivência, ao se recriar a partir de suas subversões cotidianas, procurando se impor para evitar que sua renda seja transferida aos bancos e as indústrias.

Para além do discurso hegemônico do capital financeiro e sua representação através do PRONAF, os camponeses da realidade estudada têm cada vez mais se encontrado no seu lugar, na reciprocidade dos processos sociais frente à lógica e investida do capital em seu processo

contraditório, se constituindo em mais uma estratégia de se recriar e permanecer na terra/trabalho.

A singularidade desse processo de resistência em suas terras de trabalho e vida, revela que mesmo estando sobre a sujeição do campo aos interesses da ação monopolista subsumida pelo capital, quer seja pela expansão do agronegócio, da apropriação do trabalho e dos lucros auferidos pelo capital financeiro com a extração do valor, os camponeses de Serra do Ramalho mesmo diante as investidas do capital continua se fortalecendo na luta de classes, que “se expressa como produto contraditório desse modo de produção” (SOUZA, 2008, p.89).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho, baseado em uma reflexão crítica acerca das contradições existentes na produção do espaço agrário em Serra do Ramalho/BA através do processo de monopolização do território camponês pelo capital financeiro, a partir do PRONAF, permite-nos algumas considerações.

Primeiramente, é inegável explicar o espaço agrário de Serra do Ramalho sem conceber a leitura do processo das contradições inerentes ao desenvolvimento do capitalismo e sua expansão pelo campo via capital financeiro. Neste sentido, convém lembrar que “a tarefa da ciência é logo livrar a sociedade desse mistério e revelar a lógica que orienta o sistema financeiro, expor a vulnerabilidade interna que se esconde por debaixo de uma aparência de poder e controle totalmente hegemônico” (HARVEY, 1990, p.319-320).

Para além disso, é importante destacar que estando sobre os anseios do capital monopolista, o Estado brasileiro continua a atuar como um comitê executivo da burguesia para gerir negócios (MARX & ENGELS, 1997). Tal gerência acomete também as aspirações do capital financeiro, que em detrimento das políticas públicas busca assegurar o desenvolvimento de relações capitalistas no campo, marcadas por contradições e exploração da produção camponesa.

Com a mundialização do capital na agricultura, o fortalecimento do agronegócio com a subserviência do Estado por meio de políticas públicas, passou a utilizar da criação de programas de financiamento para atingir diretamente o campesinato sob o discurso da agricultura familiar, agora, fortemente aliado pela inserção do capital financeiro nos assentamentos rurais da Reforma Agrária, subordinando todas as outras formas de capital à sua lógica dominante.

A necessidade de acumulação faz com que o capital imponha novas formas e estratégias para extração direta e indireta de mais-valor. Seja por meio da força ideológica ou da dominação coercitiva, o Estado é permissivo a trama do capital. Cabe ao Estado garantir instrumentos políticos, sociais e econômicos que possibilitem a exploração cada vez maior da força de trabalho (SILVA, 2014, p. 108).

Neste sentido, o processo de modernização sob a égide do agronegócio, faz com que o capital assuma a sua forma desenvolvida de capital financeiro, apontando assim para a concessão de créditos destinada a produção de commodities, a exemplo da monocultura da

banana e do milho, sujeitando o camponês a se tornar dependente da lógica do mercado. Assim, sob os subsídios do Estado e com a adoção da política neoliberal, o campo brasileiro passou a atender a lógica do mercado, contando com a ajuda do Banco Mundial e a expansão do capital financeiro de forma cada vez mais contundente no bojo dessas políticas de ajuste estrutural no espaço agrário.

Portanto, o Estado brasileiro, ao adotar os programas de reforma agrária de mercado, pautados na ótica neoliberal, atua mais uma vez no sentido de respaldar e garantir a reprodução ampliada do capital no espaço agrário e a subordinação dos camponeses às múltiplas faces do capital (comercial, industrial e financeiro). (NABARRO, 2014, p.179).

A noção de mercado apresentada no processo de reprodução ampliada e sustentada pela inserção do capital produtivo, comercial, industrial e financeiro revelou-se no programa PRONAF enquanto uma política de crédito para obtenção de lucro por meio da viabilidade reprodutiva do capital (valor e da renda da terra) no espaço agrário de Serra do Ramalho.

De tal forma, o desenvolvimento das relações capitalistas através dos anseios do capital monopolista no campo mostrou-se por meio da centralização e concentração de capitais, realizados pelos investimentos das instituições financeiras ao se apropriar dos meios de produção dos camponeses. Essa realidade acompanhada pela expansão do crédito rural introduziu também a chegada dos monocultivos do milho e banana, e trouxe como mudanças, a introdução do capital industrial, ao inserir os agrotóxicos, pacotes de insumos/fertilizantes, e, por fim, a maximização da extração de renda capitalista da terra.

Assim, tal processo acompanhando também pela territorialização do agronegócio no território camponês, representou assim “o aprofundamento das relações de crédito na agricultura, mediante a adoção desses pacotes técnicos como mecanismo de seguro de preços e seguro do crédito a produção (DELGADO, 2012, p.13).

A intervenção do Estado nesse setor produtivo contribuiu para a continuidade da reprodução ampliada do capital ao projetar políticas públicas a fim de expandir e assegurar o desenvolvimento de relações capitalistas nos assentamentos pesquisados. O Estado atuou ainda ao promover por meio da financeirização, isto é, através da concessão de créditos destinados ao fortalecimento da agropecuária monopolista, principalmente a pecuária bovina, a exemplo do PRONAF B.

Vale ressaltar que o PRONAF ao atender aos anseios do mercado e das finanças garantiu uma produção direcionada e o consumo dos insumos e pacotes agrícolas também ligadas ao agronegócio muito mais do que pela inadimplência e suas decorrências nos assentamentos.

Nesse sentido, coaduno com Delgado (2013, p. 60-61) quando afirma que “o mercado de terras e o crédito rural, sob o patrocínio do Estado, são peças essenciais para possibilitar a estratégia de capital financeiro na agricultura”. Dessa forma, a concessão de crédito rural constitui por si só uma forma imediata para o acesso aos meios de produção, revelando-se a subordinação das famílias camponesas as instituições financeiras e aos agentes do capital financeiro.

Ao ser apropriado pelo capital para garantir sua expansão e reprodução, o Estado consegue guiar os interesses capitalistas e manter a estrutura do sistema sociometabólico do capital. O processo de monopolização do território camponês pelo capital financeiro via capital produtivo, acontece via expansão das políticas de crédito do PRONAF, enquanto uma política de crédito para obtenção de lucro por meio da viabilidade reprodutiva do capital (valor e da renda da terra) e torna-se uma mola-propulsora da reprodução do capital ao incorporar em seu discurso a lógica do desenvolvimento do capitalismo no campo.

Reconhecer, pois, este processo de monopolização pelo capital financeiro como uma forma que gera lucro, que tem a riqueza apropriada pelo capital produtivo e que esse se dá no circuito do capital financeirizado, incorre entender sobre a via exploração e expropriação dos camponeses face a sujeição da renda da terra ao capital, ao processo de assalariamento do trabalho e cuja remuneração configura-se na forma de juros em busca de valorização.

Tal resultado desse processo de monopolização ainda se materializa por meio do mecanismo do capital financeiro ao extrair mais-valor via expansão pelo campo. Na apropriação da renda da terra pelo capital, com o acesso crescente do sistema crédito, a produção camponesa é pressionada pela concentração fundiária e pelas condições do mercado de capitais.

Verificou-se ainda que nos assentamentos rurais no município de Serra do Ramalho, os recursos concedidos do PRONAF continuam a reforçar a lógica de captação da autonomia dos camponeses, principalmente ao atender ao circuito mercantil e posteriormente a partir da subsunção do uso ao sujeitar a renda da terra e renda do trabalho após contrair os empréstimos.

Vale observar também que muitos camponeses não têm acesso à terra e outros sem quer tem a mínima assistência possível. Ou seja, a falta de assistência técnica tem comprovado o caráter prioritariamente financeiro do PRONAF nos assentamentos rurais de Serra do Ramalho.

Desse modo, os resultados das análises do PRONAF apresentados neste trabalho apontam para a sua consolidação como política de Estado, configurando-se como principal política pública voltada aos agricultores familiares e, dada como incremento das políticas de crédito que vão subjugar e subordinar a produção camponesa em Serra do Ramalho.

Tais políticas e programas de créditos vão fomentar a produção camponesa ao subsumir as relações capital-trabalho com a aquisição de crédito para compra de insumos industriais agrícolas, expropriando os seus meios de produção e ainda assim reforçando a lógica da produção dominante, caracterizando o processo de monopólio e dependência do território camponês aos ditames do capital, revelando ainda os camponeses endividados, principalmente aqueles que acessaram o PRONAF A.

Inserido no processo de avanço do capital financeiro no âmbito do PRONAF, o sistema de crédito rural tem atuado cada vez mais na retirada da autonomia camponesa nos assentamentos estudados. Sob a lógica do mercado na esfera financeira, o camponês passa a ser subsumido ao capital, uma vez que a pequena produção camponesa familiar fica à mercê ao monopólio do capital. Assim com suas contradições, o capital a juros opera na reprodução ampliada do capital, isto é ao financiar a produção, o mesmo se valoriza nos juros no processo de valorização do valor.

O debate acerca das contradições traz a priori a análise do papel do Estado como fonte permissiva a trama das personificações do capital. Ao garantir as relações de subordinação do trabalho dos camponeses assentados, o Estado consegue intensificar ainda a exploração dessa força de trabalho e impõe as relações precárias de trabalho ao camponês.

Vale ressaltar que as transformações ocorridas no território de Serra do Ramalho, são gestadas no conflito que envolveu a ação violenta do Estado ao submeter as famílias deslocadas compulsoriamente com a construção da Barragem de Sobradinho ao processo de expropriação de suas terras. Além de acentuar ainda mais a sujeição dessas famílias à renda da terra ao capital, subordinando o trabalho familiar e a renda camponesa, o Estado capitalista tem cada vez mais atuado ao garantir a reprodução ampliada do capital, principalmente ao promover a criação de programas de reforma agrária de mercado, como é o caso dos assentamentos pesquisados.

Desse modo, os camponeses são cada vez mais atraídos pelo “canto da sereia” através das políticas de Estado que passam a controlar os mecanismos de subordinação e dificultam as necessidades por reforma agrária em várias áreas do país, assim como a regularização fundiária dos assentamentos analisados.

Na busca pela necessidade de se acumular, o capital no espaço agrário de Serra do Ramalho impõe novas formas e estratégias que passam pela via da sujeição da renda da terra, pelo aumento da exploração do trabalho, pela expansão comercial e pela financeirização, em virtude da aquisição de produtos da indústria de agrotóxicos, insumos e equipamentos. Neste sentido, ao acatar os interesses monopolistas, a esfera financeira consegue acentuar ainda mais a precarização do trabalho, as desigualdades sociais no campo.

Nos assentamentos rurais de Serra do Ramalho nota-se que a inserção do PRONAF desvelou a fragilidade da produção camponesa frente a falta da efetividade do programa, ou seja, impossibilitou sua autonomia, sua liberdade no que plantar, no que produzir ou criar, e até mesmo no destino do crédito, visto que o projeto se apresentava como pronto e sem a consulta dos camponeses.

Muitos dos camponeses não conseguem ver melhorias com o acesso ao programa e além disso, afirmam que a falta de assistência técnica tem dificultado o compromisso com a produção e com o programa. Além disso, a produção é direcionada para atender as leis do mercado e o PRONAF passa a se consolidar como uma iniciativa de empréstimo fomentada para a internalização da produção camponesa à dependência do capital financeiro.

Apona-se para uma lógica de que os objetivos do PRONAF estão longe de promover a inclusão dos camponeses e assim possibilitar sua permanência na terra trabalho e sua reprodução social. O programa também dá ênfase em políticas públicas compensatórias, que na verdade não atendem as necessidades dos camponeses e são parte de um processo excludente dos sujeitos que vivem na/da terra, ao envolvê-los na lógica da financeirização.

No entanto, a luta contra a expropriação e a sujeição da renda da terra pelo capital, ganha sentido a partir da possibilidade das famílias através da ajuda mútua de se recriar na vida cotidiana camponesa e na sua representatividade contra as formas de apropriação. Prezam-se assim as relações e os processos sociais das famílias que conseguem resistir as amarras do capital financeiro e que buscam na produção camponesa, sua permanência na terra/trabalho.

Esse é o ponto de partida acerca da análise realizada na pesquisa, onde é preciso aprender como os processos sociais e sua representatividade tem resistido as condições estruturais da interpenetração do capital bancário com o capital produtivo na produção camponesa.

Compreende-se que tais processos se materializam em meio a essas contradições, na medida que a permanência na terra/trabalho dos camponeses se expressam pela resistência à

racionalidade do capital, através do trabalho familiar ao se organizar nos processos de luta contra a expropriação dos seus meios de produção.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosimeire A. **Identidade, distinção e territorialização: o processo de (re)criação camponesa no mato grosso do sul**. 2003. 390f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP.

\_\_\_\_\_. **(Re)criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o habitus de classe**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de Sociologia do Trabalho**. 2. ed. Londrina: Práxis, 2007.

ALVES, Fábio; MAGGI, Leonardo. In: Relatório - **Diagnóstico da Dívida Social Econômica e Cultural dos Atingidos pela Barragem de Sobradinho**. 2014.

AMIN, Samir. **O desenvolvimento desigual: ensaios sobre as formações sociais do capitalismo periférico**. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1976.

AMIN, S. VERGOPOULOS, K. **A Questão Agrária e o Capitalismo**. Trad. Beatriz Resende. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1986.

AZEVEDO, Aldemir Inácio de. **Terra, Trabalho e Família: a reprodução social dos agricultores familiares dos projetos públicos de irrigação na Região do Médio Vale do São Francisco**. / Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Brasília, 2012. 241p.

BOMBARDI, Larissa. **O Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponês**. São Paulo: Annablume Editora, 2004.

\_\_\_\_\_. O Papel da Geografia Agrária no Debate Teórico sobre os conceitos de Campesinato e Agricultura Familiar. In: **GEOUSP Espaço e Tempo**, São Paulo, N° 14, pp. 107-117. 2003.

BACEN. FAQ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – **Pronaf**. 2018. Disponível em: [https://www.bcb.gov.br/pre/bc\\_atende/port/PRONAF.asp](https://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/PRONAF.asp). Acesso em: 02 fev. 2019.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE CRÉDITO RURAL. Banco Central do Brasil, 2012. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/CreditoRural/2012/rel517.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

BANCO DO BRASIL via PORTAL DA TRANSPARÊNCIA: <http://www.acessoainformacao.gov.br/>. Acesso em: 23 de janeiro de 2019.

BANCO DO NORDESTE via PORTAL DA TRANSPARÊNCIA: <http://www.acessoainformacao.gov.br/>. Acesso em: 23 de janeiro de 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. **Portaria N° 105**, de 23 de novembro de 2007. Disponível em: [www.comunidades.mda.gov.br/portal/saf](http://www.comunidades.mda.gov.br/portal/saf) Acesso em: 03 de fev de 2019.

BRASIL. <https://sistema.ouvidorias.gov.br/publico/Manifestacao/RegistrarManifestacao.aspx?ReturnUrl=%2f>. Acesso em: 17 nov de 2018.

BURSZTYN, Marcel. **O Brasil real reconstruído**. Experiência de colonização em Serra do Ramalho, Bahia. *Caderno do Ceas*, Salvador: n.118, novembro/dezembro de 1988

CARCANHOLO, Marcelo Dias. **Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e alternativas de desenvolvimento**. In: IV Colóquio Latino-Americano de Economistas Políticos, São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_. **Acumulação capitalista e a superexploração do trabalho: característica da dependência**. In: XI Encontro de Economia Política, 2006, Vitória. Anais do XI Encontro Nacional de Economia Política, 2006.

\_\_\_\_\_. **Crise Econômica Atual e Seus Impactos para a Organização da Classe Trabalhadora**. In: Aurora ano IV número 6 –ISSN: 1982-8004, Unesp. São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/aurora>> . Acesso em: 14 Jul. 2018.

CARCANHOLO, Reinaldo Antônio. **Contra a ofensiva neoliberal, a hipocrisia e a impotência**. In: Interface, Vitória, n° 2, 1996.

\_\_\_\_\_. **Precisões teóricas sobre o dinheiro e o capital especulativo parasitário**. In: Anais IV Encontro Nacional de Economia Política. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Economia Política, 1999.

CARCANHOLO, Reinaldo A.; NAKATANI, Paulo. **O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização**. Porto Alegre: Ensaios FEE, n° 1, vol. 20, p. 284-304, 1999.

CARVALHO, H. M. de. **O campesinato no século XX: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005.

CHESNAIS, François. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. **Economia e Sociedade**. Campinas: UNICAMP. Instituto de Economia. n. 5, , p. 1-30, dez./1995.

\_\_\_\_\_. **A mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

\_\_\_\_\_. (org). **A mundialização Financeira**. São Paulo: Xamã, 1997.

\_\_\_\_\_. Mundialização financeira e vulnerabilidade sistêmica. In: \_\_\_\_\_. **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos**. São Paulo: Xamã. 1998.

\_\_\_\_\_. A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações. **Economia e Sociedade**, [S.l.], v. 11, n. 1, p. 1-44, jan. 2002. ISSN 1982-3533. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643086>>. Acesso em: 06 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, F. (Org). **A finança Mundializada**. São Paulo: Boitempo: 2005.

CHESF, **Reservatório de Sobradinho** – síntese do reassentamento de populações. 2001. 09 pp [mimeo].

CHESF, **Levantamentos e estudos sobre o modo de vida atual das comunidades remanejadas do entrono do reservatório de Sobradinho**. BRASILENCORP. Olinda-Pe, 2013, 263 p [relatório final- tomo 1]

CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as pessoas? Neoliberalismo e a Ordem Global**. Bertrand Brasil, 2002.

COGGIOLA, Osvaldo. **História do Capitalismo: das origens até a Primeira Guerra Mundial**. Porto Alegre: Pradense, 2014.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo. Origens e Dinâmica histórica**. São Paulo. 2014

CONCEIÇÃO, Alexandrina L. Ações e intervenções das políticas públicas inscritas no espaço agrário: condição de inclusão ou exclusão? In: **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina** – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo.

CONCEIÇÃO, Alexandrina L. Jovens Andarilhos no curto ciclo do capital. João Pessoa **Revista OKARA: geografia em debate**, vol.1, n. 1-152, 2007.

CONSÓRCIO NORONHA-TAMS. Estudo de viabilidade sócio-econômica da implantação da irrigação no Projeto Especial de Colonização da Serra do Ramalho: **Relatório de Consolidação dos Estudos da Fase I**. Brasília, s/d.

COSTA, Edmilson. **A globalização neoliberal e as novas dimensões do capitalismo contemporâneo**. Tese de Pós-doutoramento. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Unicamp, 2002.

\_\_\_\_\_. **Para onde vai o capitalismo**. Texto apresentado no Encontro das Revistas Marxistas. Montevideo, 2000.

\_\_\_\_\_. **Transformações e crise no capitalismo contemporâneo**. Revista Análise. PUC-RS. Vol. 4, No. 1, 1993.

COSTA, Edna de Souza; SILVA, Maria Iêda da. **Serra do Ramalho em duas realidades: A influência das relações de poder no processo de formação territorial**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Universidade do Estado da Bahia, Caetitê, 2012.

DELGADO, Guilherme C. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1985.

\_\_\_\_\_. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, Luciana. **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: Ipea, 2005. p. 51-90.

\_\_\_\_\_. Reestruturação da economia do agronegócio: anos 2000. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. v. 7.

DUQUÉ, Ghislaine. **A experiência de Sobradinho: Problemas fundiários e colocados pelas grandes barragens**. Cadernos do CEAS, nº 91. Salvador: maio/junho de 1984. p.30 a 38.

DUTRA JR. Wagnervalter. **A Geografia da acumulação- territórios do trabalho abstrato e da riqueza(abstrata): a espacialização da irracionalidade substantiva do Capital**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe. Departamento de Geografia. Núcleo de Pós-Graduação em Geografia. São Cristóvão, 2010.

ESTRELA, Ely Souza. **Três felicidades e um desengano: a experiência dos beraderos de Sobradinho em Serra do Ramalho-BA.** (Tese de doutorado). São Paulo: PUC, 2004

\_\_\_\_\_. **Um rio de memórias: o *modus vivendi* dos beraderos sanfranciscanos antes da represa de Sobradinho (Bahia).** *História & Perspectivas*, Uberlândia (41): 115-139, jul.dez.2009

FERNANDES, Bernardo M. Formação, espacialização e territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil. *Anais do 6º Encuentro de Geógrafos de América Latina*. Universidade de Buenos Aires, 1997.

GAUDEMAR, Jean Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital.** Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

GERMANI, Guiomar I. **Cuestión Agraria y Assentamiento de Población ent el Área Rural: La nueva cara de la lucha por la tierra.** Bahia, Brasil (1964-1990). Tese de Doutorado em Geografia. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1993.

GERMANI, Guiomar Inez; OLALDE, Alcía Ruiz e OLIVEIRA, Gilca Garcia. **Acesso a terra e desenvolvimento territorial no Médio São Francisco (BA).** Relatório Técnico. Salvador (BA): MGEO/GeografAR/UFBA. Agosto de 2006.

GERMER, Claus M. O dinheiro de crédito e as funções do dinheiro no capitalismo. **Anais do XXV Encontro Nacional de Economia.** Recife, ANPEC, Vol.1. 1997.

\_\_\_\_\_. O capital bancário e a relação indústria-bancos na teoria de Marx. **Revista Análise Econômica.** Porto Alegre, ano 28, n. 53, p. 129-158, 2010.

GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro. In: **Revista Nova Economia,** Belo Horizonte, v.7, nº 1, p. 43-81, maio 1997.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A crise agrária.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

GUIMARÃES, Luís Geraldo Leão. **Produzir e preservar no projeto de assentamento agroextrativista São Francisco: CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL.** Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2015.

HARVEY, David. **Los Limites Del capital y la teoria marxista.** México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

\_\_\_\_\_. **Novo imperialismo.** São Paulo: Edições Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. **Espaços de esperança.** Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. Loyola: São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_. **A Produção Capitalista do Espaço.** São Paulo: Annablume, 2006.

HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro.** São Paulo: Nova cultural, 1985.

IBGE. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/serra-do-ramalho/pesquisa/24/76693>. Acesso em: 12 nov de 2018.

IPEA. **Diagnóstico Social, Econômico e Cultural dos Atingidos por Barragens: O caso da UHE de Sobradinho (Ba).** (Relatório I), 2017.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** In: ---. 3 ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

IANNI, Octavio. **Teorias da Globalização**. 9º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. **Ditadura e agricultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

INCRA. *Relatório da Comissão do Ex-PEC Serra do Ramalho*. Brasília: 1994. (Mimeo.)

INCRA. *Ofício INCRA/Nº 478*. Brasília: 6 de agosto de 1992a. 2 p.

INCRA. *Reunião entre INCRA e posseiros da Nova Posse*. 20 de setembro de 1989. 3 p.

INCRA. *Relatório*. Bom Jesus da Lapa: INCRA, 1983.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR)**. Brasília: INCRA. Disponível em <<http://www.incra.gov.br/>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. **Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Disponível em: [http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com\\_docman&Itemid=386](http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_docman&Itemid=386) Acesso em: 04 de jun de 2018.

KAUTSKY, Karl. **A questão Agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

\_\_\_\_\_. **A questão agrária**. Trad. C. Iperóig. Rio de Janeiro: Guanabara. 1986.

LAPYDA, Ilan. **A “financeirização no capitalismo contemporâneo”**: uma discussão das teorias de François Chesnais e David Harvey. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

LEFEVBRE, Henri. **Lógica Formal e Lógica Dialética**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1991.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O imperialismo, fase superior do capitalismo**. São Paulo: Alfa Omega, 1986.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Imperialismo**: fase superior do capitalismo. 4.ed. Tradução de Leila Prado. São Paulo: Centauro, 2008. 130p.

\_\_\_\_\_. **O imperialismo, etapa superior do capitalismo**. Campinas: Navegando Publicações, 2011.

LIMA, Lucas Gama. IMPERIALISMO E AGRONEGÓCIO. **Revista GeoNordeste**, [S.l.], n. 3, ago. 2013. ISSN 2318-2695. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/geonordeste/article/view/1470>>. Acesso em: 16 Nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Imperialismo: novo significado da partilha territorial na contemporaneidade. In: **Revista Pegada** – vol. 18 n.1. UNESP, Abril/2017.

LIMA, L. G.; CONCEIÇÃO, A. L. **O Estado e o Desenvolvimento Territorial como Suportes para a Dominação do Capital**. Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão SE, 49100-000, Brasil. Scientia Plena 5, 125401, 2009.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1985. v.1 e 2. Coleção Os Economistas.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política do Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

\_\_\_\_\_. **A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária.** In Coleção Encontros com a Civilização Brasileira, Rio de Janeiro: nº 22, 1983.

\_\_\_\_\_. **Expropriação e violência a questão política no campo**, 3ª edição, São Paulo, 1991.

\_\_\_\_\_. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta.** São Paulo: Hucitec, 1994.

\_\_\_\_\_. O falso problema da exclusão e o problema social da inclusão marginal. In: MARTINS, J. S. (Org.) **Exclusão social e a nova desigualdade.** São Paulo: Paulus, 1997, p.25-38.

\_\_\_\_\_. **Reforma agrária - o impossível diálogo sobre a História possível.** Revista Tempo Social. USP. São Paulo, 11 (2): 97-128, 1999.

\_\_\_\_\_. **O Cativo da Terra.** 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: Um renovado desafio à reflexão teórica.** In: *PAULINO, Eliane Tomiasi & FABRINI, João Edimilson. Campesinato e territórios em disputa.* São Paulo. Expressão Popular, 2008a.

\_\_\_\_\_. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Revista NERA. Ano 11, n. 12. Presidente Prudente. São Paulo, 2008b.

MARX, Karl. **MANUSCRITOS econômico filosóficos e outros textos escolhidos.** Tradução de José Arthur Giannotti e Edgar Malagodi. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

\_\_\_\_\_. **O Capital.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

\_\_\_\_\_. **Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico.** Volume 2. Trad. Reginaldo Sant'anna. São Paulo: Difel, 1980.

\_\_\_\_\_. **O Capital: crítica da economia política.** Volume 1: O processo de produção do capital. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983a.

\_\_\_\_\_. **O Capital: crítica da economia política.** Volume 2: O processo de circulação do capital. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983b.

\_\_\_\_\_. **O Capital: crítica da economia política.** Volume 3: O processo de circulação do capital. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983c.

\_\_\_\_\_. **Contribuição à crítica da economia política.** São Paulo: Martins Fontes, 1983d.

\_\_\_\_\_. "A lei geral da acumulação capitalista". **O Capital. Livro I.** 2ª ed., Coleção Os Economistas. São Paulo, Ed. Nova Cultural. 1985 (1867), vol. I.

\_\_\_\_\_. **O capital: crítica da economia política.** 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986, v.4. Coleção Os Economistas.

\_\_\_\_\_. **O capital. Crítica da Economia Política. Livro 1 – O processo de produção do capital.** Volume I. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989b. 13ª edição.

\_\_\_\_\_. **Elementos Fundamentais Para La Crítica De La Economía Política (Grundrisse) 1857-1858.** México, Siglo XXI, 1987.

\_\_\_\_\_. **O capital: Crítica da Economia Política, Livro Primeiro: o processo de produção do capital, TomoII.** São Paulo, SP: Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. **O manifesto do Partido Comunista**. Lisboa: Editorial Avante!, 1997.

MARX, Karl; Engels, Friedrich. **A ideologia alemã**. Trad. Luis Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

\_\_\_\_\_. **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

\_\_\_\_\_. **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, Livro III, vol. IV, V e VI.

\_\_\_\_\_. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

MÉSZÁROS, Istvan. **Para além do capital: rumo a uma teoria de transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.

\_\_\_\_\_. **O poder da ideologia**. Campinas: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. **O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MITIDIERO JUNIOR, M. A. **Territorialização: conceito explicativo da luta pela terra?** 2002. Disponível na World Wide Web: <<http://www.klepsidra.net/klepsidra9/territorializacao.html>>, acessado em 05 Jan 2019.

NABARRO, Sérgio Aparecido. **Modo de vida e campesinato no capitalismo: contribuições, limites e a construção de um entendimento do campesinato como modo de vida**. 2014. 240 fls. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo DG/FFLCH/USP. São Paulo, 2014.

NAKATANI, Paulo. SABADINI, Mauricio de S. Sistema financeiro e mercado de capitais. In: MARQUES, Rosa Maria; FERREIRA, Mariana (Org.). **O Brasil sob uma nova ordem: a economia brasileira contemporânea**. São Paulo, Saraiva, 2010.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 7ª Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

\_\_\_\_\_. Crise do capital e consequências societárias. In: **5º Seminário Anual de Serviço Social: Crise do capital, particularidades da questão social no Brasil e a organização dos trabalhadores em seu estágio atual**. São Paulo, maio de 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo U.de. A pequena produção mercantil no Brasil. **Boletim Goiano de Geografia**, v.2, n.2, p.165-95, 1982.

\_\_\_\_\_. **A Agricultura Brasileira: Desenvolvimento e Contradições**. In: Becker, B. (org.) **Geografia e Meio Ambiente no Brasil**. Ed. Hucitec, São Paulo, 1995.

\_\_\_\_\_. **A agricultura camponesa no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 1997.

\_\_\_\_\_. **A Geografia das Lutas no Campo: conflitos e violência, movimentos sociais e resistência, os “sem-terra” e o neoliberalismo**. São Paulo, Contexto, 1999a.

\_\_\_\_\_. **Território e Migração: discussão conceitual na Geografia**. São Paulo: USP (mimeo), 1999b.

\_\_\_\_\_. **Agricultura brasileira transformações recentes**. Apud. ROSS, Jurandyr L. Sanches (org.). Geografia do Brasil. 3. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

\_\_\_\_\_. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, 2001.

\_\_\_\_\_. Os mitos sobre o agronegócio no Brasil. In: **Encontro Nacional do MST**, 12, 2004a, São Miguel do Iguçu-PR.

\_\_\_\_\_. Geografia agrária: Perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, A. U. & MARQUES, M. I. M. (Org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Paz e Terra, 2004b, p. 29-70.

\_\_\_\_\_. Agricultura e indústria no Brasil. Campo –Território: **Revista de geografia agrária**, v. 5, n. 10, p. 5-64, ago. 2010. OLIVEIRA, A.U.; STEDILE. J. P. A cartilha: **A natureza do agronegócio no Brasil**. Fórum Nacional de Reforma Agrária. Brasília – DF. 2005.

\_\_\_\_\_. In: PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma Geografia dos camponeses**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

\_\_\_\_\_. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA JUNIOR, Manuel Pedro de. **A sujeição da renda da terra camponesa**. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012.

OLIVEIRA, Vanessa Dias de. **As tecnologias e suas interfaces no campo como estratégia de controle do capital**. (Dissertação de Mestrado). NPGeo, UFS. Departamento de Geografia. São Cristóvão, SE, 2007.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Territórios em disputa e agricultura In: PAULINO, Eliane T. e FABRINI, João E. (orgs.) **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2008. p. 213-238.

PAULINO, Eliane T. **Por uma geografia dos camponeses**. 2ª ed. São Paulo, SP: Editora da UNESP, 2012. 438p.

PEREIRA FILHO, Anísio José. Representações do PEC-Serra do Ramalho [manuscrito]: **entre o modo de vida local e o progresso**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, 2013.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **A política agrária do Banco Mundial no início do século XXI: ofensiva neoliberal em marcha acelerada**, 2005. Disponível em: <<http://resistir.info/>>, Acesso em: 13 Jun. 2018.

PRADO JR., Caio. Contribuição à análise da questão agrária no Brasil. **Revista Brasiliense**, São Paulo, mar-abr. 1960.

PRONAF-Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. (2002). Relatório Institucional. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário.

RELATÓRIO DA CPT. **Relatório da CPT** de Bom Jesus da Lapa sobre o PEC- Serra do Ramalho. Santa Maria da Vitória, 1994.

RELATÓRIO DO INCRA. **Relatório da Comissão do Ex-PEC-Serra do Ramalho**. Brasília: 1994. (mimeog.)

RELATÓRIO DO INCRA. **Relatório (Revisto e atualizado)** da Comissão do Ex- PEC- Serra do Ramalho. Brasília: 1999. (mimeog.)

RODRIGUES, Vanessa Paloma A. **Capital, Estado e a Lógica Dissimulativa das Políticas de Crédito no Processo de Expropriação e Sujeição do Trabalho do Campo**. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012.

SANTOS, Nícia Moreira da Silva. **A inadimplência no microcrédito do PRONAF: o caso do município de Barra-BA**. 2009. 188f. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Ciências Econômicas, Salvador, 2009.

SCHNEIDER, Sérgio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista Econ. Política** [online]. 2010, vol.30, n.3, pp.511-531. ISSN 0101-3157. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31572010000300009>.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 8, n. 5, p. 1-21, jul/dez 2005.

SILVA, José Danilo Santana. **A trama faustiana do capital financeiro na captura da unidade de produção familiar**. 2014. 115 f. Dissertação (Pós-Graduação em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2014.

SILVA, E.M. da; GERMANI, G.I. **Desterritorialização sob as águas de Sobradinho: ganhos e desenganos**. RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico, Ano XII Ed. Esp. Salvador, BA, 2010.

SILVA, Maria Iêda da. **A materialização do capital como estratégia do estado na subordinação do camponês em Serra do Ramalho/BA**. Disponível em > <https://engpect.files.wordpress.com/2017/10/gt4-09-a-materializac3a7c3a3o-do-capital-como-estrategie-do-estado-na-subordinac3a7c3a3o-do-camponc3aas-em-serra-do-ramalho.pdf> < Acesso em 12 Nov 2018.

SODRÉ, Maria Lúcia da Silva. **Às margens do Velho Chico: o projeto inconcluso do INCRA e suas consequências para o modo de vida das famílias ribeirinhas assentadas no PAE-SF**. 2008a, 309 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Pernambuco. Recife.

SOUZA, Suzane Tosta. **Da negação do discurso “hegemônico” do capital à atualidade da luta de classes no campo brasileiro. Camponeses em luta pelo/no território no Sudoeste da Bahia**. (Tese de Doutorado). NPGAOU/UFES. Departamento de Geografia, São Cristóvão, 2008.

STEDILE, João Pedro. Entrevista à revista **Estopim**. (2012). Disponível em: <http://www.odiario.info/?p=2586>.

TEUBAL, Miguel. O Campesinato Frente à expansão do Agronegócio na América Latina. In: **Campesinato e Territórios em Disputa** org. Eliane Tomiasi Paulino, João Edimilson Frabrini. 1. ed., São Paulo: Expressão Popular: UNESP: Programa de Pós Graduação em Geografia, 2008.

TOLENTINO, Michell Leonard Duarte de Lima. **O (Des) envolvimento do PRONAF**: as contradições entre as representações hegemônicas e os usos dos camponeses. 2013. (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. São Paulo.

THOMAZ JR, Trabalho e territórios em disputa: algumas considerações. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João E. (Org.). **Campesinato e Território em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p..327-353.

VELTMEYER, Henry e PETRAS, James. Camponeses numa era de Globalização Neoliberal: América Latina em Movimento *in* PAULINO, Eliane Tomiasi Paulino e FABRINI, João Edmilson. **Campesinato e Territórios em Disputa**. 1ª edição São Paulo: Expressão Popular: UNESP: Programa de Pós Graduação em geografia, 2008, p. 79-117.